

idn cadernos

GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGIA DA FEDERAÇÃO RUSSA

JOSÉ MANUEL FERREIRA FÂNZERES

Geopolítica e Geoestratégia da Federação Russa: A Força da Vontade, a Arte do Possível

José Manuel Ferreira Fânzeres

Lisboa
Outubro de 2014

Instituto da Defesa Nacional

Os Cadernos do IDN resultam do trabalho de investigação residente e não residente promovido pelo Instituto da Defesa Nacional. Os temas abordados contribuem para o enriquecimento do debate sobre questões nacionais e internacionais.

As perspetivas são da responsabilidade dos autores não refletindo uma posição institucional do Instituto de Defesa Nacional sobre as mesmas.

Diretor

Vitor Rodrigues Viana

Coordenador Editorial

Alexandre Carriço

Núcleo de Edições

António Baranita e Cristina Cardoso

Capa

Nuno Fonseca/nfdesign

Propriedade, Edição e Design Gráfico

Instituto da Defesa Nacional

Calçada das Necessidades, 5, 1399-017 Lisboa

Tel.: 21 392 46 00

Fax.: 21 392 46 58

E-mail: idsn.publicacoes@defesa.pt

www.idn.gov.pt

Composição, Impressão e Distribuição

Imprensa Nacional – Casa da Moeda, SA

Av. António José de Almeida – 1000-042 Lisboa

Tel.: 217 810 700

E-mail: editorial.apoiocliente@incm.pt

www.incmlp.pt

ISSN 1647-9068

ISBN: 978-972-27-2347-3

Depósito Legal 344513/12

Tiragem 250 exemplares

© Instituto da Defesa Nacional, 2014

ÍNDICE

1. Introdução	11
2. Enquadramento Teórico do Projeto	14
3. Enquadramento Multivetorial	14
3.1. Enquadramento Geo-histórico	14
3.2. Enquadramento Geográfico	20
3.3. Enquadramento Sociocultural	23
3.3.1. Sociedade e Cidadania	23
3.3.2. Sistema de Ensino	28
3.3.3. O Problema Demográfico	31
3.3.4. O Papel da Igreja Ortodoxa	33
3.4. Enquadramento Geoeconómico	34
3.4.1. Caracterização Geral	34
3.4.2. Sistema Financeiro	40
3.4.3. Sector Industrial	41
3.4.4. Sector Agrícola	44
3.4.5. Recursos Naturais	46
3.5. Enquadramento Geopolítico e Geoestratégico	47
3.5.1. Caracterização Geral	47
3.6. A Geopolítica e Estratégia Energética da Federação Russa	50
3.6.1. Introdução	50
3.6.2. O Papel da Gazprom e Rosneft	51
3.6.3. O Papel da Turquia	59
4. A Era Putin	63
4.1. Política Interna: Relações e Dinâmicas de Poder	63
4.1.1. O Cáucaso do Norte	78
4.2. Política Externa	80
4.2.1. Constantes e Circunstancialismos	80
4.2.2. Realidade e Prospetiva de Curto/Médio Prazo	83
4.2.2.1. Europa	83
4.2.2.1.1. União Europeia	83
4.2.2.1.2. Europa Central e de Leste	84
4.2.2.1.3. Alemanha	85
4.2.2.1.4. França	89
4.2.2.1.5. Reino Unido	91

4.2.2.1.6. Itália	92
4.2.2.1.7. Espanha	93
4.2.2.1.8. Turquia	94
4.2.2.2. EUA	96
4.2.2.3. China	99
4.2.2.4. Índia	101
4.2.2.5. Ásia Central	103
4.2.2.6. Ásia-Pacífico	107
4.2.2.7. África Subsariana	112
4.2.2.8. Médio Oriente e Norte de África	115
4.2.2.9. América Latina	117
4.2.2.10. A Região Ártica	123
4.2.2.10.1. O Ártico Russo	123
4.2.2.11. NATO	127
4.2.2.12. Organização Mundial de Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM)	132
4.2.2.13. BRICS	136
4.2.2.14. Política Externa Russa no Espaço pós-Soviético:	
Principais Mecanismos de Integração	139
4.2.2.14.1. Comunidade de Estados Independentes (CEI)	141
4.2.2.14.2. Commonwealth Security Treaty Organization (CSTO)	142
4.2.2.14.3. Shanghai Cooperation Organisation (SCO)	148
4.2.2.14.3.1. A Dimensão da Segurança e Defesa da SCO	152
4.2.2.14.4. A “União Económica Euroasiática”	152
4.2.2.14.4.1. Intenções <i>versus</i> Capacidades	155
4.2.2.14.4.2. Federação Russa	156
4.2.2.14.4.3. Bielorrússia	157
4.2.2.14.4.4. Cazaquistão	157
4.2.2.14.4.5. O Eventual Alargamento da União Aduaneira e a sua Transformação na União Euroasiática	158
4.2.2.14.4.5.1. Quirguistão	158
4.2.2.14.4.5.2. Tajiquistão	158
4.2.2.14.4.5.3. Turquemenistão	159
4.2.2.14.4.5.4. Uzbequistão	159
4.2.2.14.4.5.5. Azerbaijão	159
4.2.2.14.4.5.6. Arménia	160
4.2.2.14.4.5.7. Moldova	160
4.2.2.14.4.5.8. Geórgia	160
4.2.2.14.4.5.9. Ucrânia	161
4.2.2.14.4.6. A China e a União Euroasiática	162
4.2.2.14.4.7. Os EUA e a União Euroasiática	163
4.2.2.14.4.8. A União Euroasiática e a SCO	164

5. Segurança e Defesa	164
5.1. Forças Armadas	164
5.2. Serviços de Informações	174
5.3. Forças Policiais	176
6. Notas Finais: Conclusões	177

José Manuel Ferreira Fânzeres é Coronel de Cavalaria e assessor e investigador do Instituto da Defesa Nacional.

O presente trabalho foi finalizado em Julho de 2013

Resumo

Constituindo a Federação Russa uma entidade geopolítica com uma dimensão territorial e potencial único à escala global, tal é naturalmente gerador de uma vontade estratégica proporcional, a qual no entanto ao longo da sua milenar história nem sempre foi temperada pelas suas também imensas limitações.

Esta permanente luta entre o “querer” e a capacidade necessária para o concretizar, e especialmente o nem sempre conhecimento exato da fronteira entre ambas, assume-se ela mesma como um fator que marca substancialmente o pensamento estratégico das suas elites.

Atualmente poder-se-á afirmar, sem grande margem de erro, que o país se encontra numa nova fase de recuperação da sua influência estratégica, processo que no entanto apenas é possível devido à alavancagem possibilitada pelos seus recursos naturais.

Contudo, o fenómeno de descompartimentação que se tem registado à escala global, incidindo inicialmente no plano económico, mas rápida e progressivamente potenciado pela geopolítica e geoestratégia que naturalmente o tendem a acompanhar e complementar, encerra ele mesmo maior número de dinâmicas limitativas para a consecução do processo de reconquista pela Federação Russa do anterior *status* no plano internacional, do que oportunidades que a favoreçam. Neste contexto, a gestão eficiente e harmónica da tipologia das respostas a estas dinâmicas contrárias por parte da Federação Russa, constituirá porventura o maior desafio que se colocará à matriz decisória das suas elites neste novo ciclo de reafirmação que o país experimenta.

Abstract

The Russian Federation as a geopolitical entity with a territorial dimension and unique potential at the global scale, naturally has proportional strategic intentions, which, along with its millenary history, were not always tempered by its also immense limitations.

This permanent struggle between intentions and capabilities, and especially the knowledge of not always knowing the exact boundary between the two, is assumed as a factor that marks substantially the strategic thinking of their elites.

Currently, it can be affirmed that, without much margin of error, the country is in a new phase of recovering its strategic influence, process which is only possible due to the leverage provided by its vast natural resources.

However the phenomenon of global decompartmentalization, initially focused on the economic level, but progressively and rapidly complemented and boosted by the geopolitics and geostrategies which naturally tend to follow it, encompassed more limitative dynamics to the reconquest by the Russian Federation of his previous internationally status, than opportunities. In this context, the harmonic and efficient management of the typology of responses to these inverse dynamics by the Russian Federation, will be the biggest challenge on the elite's decisional matrix in this new cycle the country is experiencing.

1. Introdução

Se numa conjuntura global em que o equilíbrio seja o fator predominante, se torna complexo o exercício de uma análise geopolítica e geoestratégica de génese prospetiva, dada a dependência de inúmeras variáveis, internas e/ou externas ao ator/atores em questão que um estudo dessa natureza acarreta, na atualidade, dada a intensidade, multiplicidade e abrangência das alterações que se fazem sentir em todas as áreas do sistema internacional, a complexidade e incerteza de tal exercício sofrem necessariamente um aumento exponencial.

Com efeito, a concretizarem-se alguns dos cenários elaborados decorrentes da atual crise financeira, bem como da emergência asiática enquanto polo geopolítico diretor de primeira ordem, ou da aparente subalternização do continente europeu, para apenas citar algumas variáveis, um dado parece naturalmente emergir – o de que o atual referencial geopolítico global poderá sofrer uma profunda transformação e consequentemente experimentar uma redefinição de dimensão e consequências de difícil previsão e mensuração.

A dimensão desta mudança poderá ser igualmente potenciada, de forma exponencial, pela profundíssima interdependência e interconectividade que marca as sociedades atuais e respetivas economias¹, facto que confere novamente força à designação de “sistema internacional”, e em que a realidade se poderá aproximar da teorização do “Efeito Borboleta”, como David Korowicz recente e exemplarmente caracterizou e cenarizou².

A atual crise económico-financeira, também crescente e inevitavelmente política, que as economias mais desenvolvidas do mundo ocidental experimentam e especialmente visível na União Europeia e nos EUA, poderá constituir um dos principais fatores ignívoros geopolíticos de uma profunda reorganização do sistema internacional, a qual, não obstante apontar a região Ásia Pacífico como o novo epicentro deste último, encerra elevada complexidade e incerteza quanto ao seu âmbito, consequências, efeitos colaterais e grau de extensão.

A Federação Russa, enquanto ator integrante do processo de descompartimentação gerado pela globalização, constituir-se-à igualmente como agente e vítima, isto é, ela própria agindo como impulsor dessa mudança, mas sem que no entanto possua controlo e imunidade quanto aos seus efeitos. Releve-se contudo que o forte centralismo e autoritarismo que o regime russo evidencia, assim como uma menor integração da sua economia no plano global, se por um lado se constituem como claros obstáculos ao seu desenvolvimento, por outro poderão garantir-lhe algum espaço de manobra e liberdade de ação, especialmente se conjugados com a sua situação de relativa auto-suficiência.

A forma e a tipologia dos mecanismos utilizados pela Federação no sentido de dar continuidade ao processo de recuperação que ao longo da última dúzia de anos tem vin-

1 A chamada “descompartimentação” gerada pela globalização, conceito sugerido por Peter Marber (2009: 15).

2 David Korowicz (2012).

do a experimentar, para além da dependência de fatores e atores externos que necessariamente encerra, por um lado decorre em grande parte da sua identidade ou carga genética enquanto ator do sistema internacional, sendo nesse sentido visível uma constância na sua atuação, e por outro em muito dependerá das lideranças que necessariamente darão corpo às políticas multivetoriais que lhe servem de base, o que, pelo contrário, encerra um carácter essencialmente dinâmico e conjuntural.

Neste quadro, a complexa e difícil manutenção de equilíbrios vários entre os principais polos de poder do regime, uma tarefa que a liderança de Putin até ao momento tem conseguido salvaguardar através de uma hábil gestão e em grande parte apenas possível devido ao carácter autoritário do regime, se por um lado se constitui como uma limitação ao desenvolvimento do país, por outro representa inequivocamente um fator de estabilidade e poderá revelar-se como um dos principais fatores potenciadores da continuação do processo de recuperação referido. Com efeito, a ruptura dos atuais quadros relacionais do regime, de que poderão ser visíveis alguns indícios adiante analisados, ao invés de poder representar um passo importante no sentido da sua democratização ou a consequente abertura e transparência no plano económico, poderá sim significar uma efetiva atomização do poder em torno de células de génese clânica gravitando em torno dos principais ativos económicos, cujas consequências não obstante serem de difícil avaliação, serão certamente nefastas à desejada evolução política, económica e social do regime. Deste modo, e sem que se pretenda secundarizar outras (sérias) limitações que a Federação Russa evidencia no quadro de execução da sua estratégia nacional, a conjugação da abertura e estabilidade do regime afigura-se como vital para uma evolução harmoniosa do país, o que em muito igualmente dependerá da forma e grau de sucesso que a transição pós-Putin encerrará.

A Federação Russa depara-se assim com desafios cruciais à sua afirmação externa, porém de génese marcadamente interna, sendo que a sua superação em muito dependerá de “escolhas existenciais”³ a efetuar. Neste quadro releve-se a opção entre um regime democrático ou musculado, uma economia assente no mercado ou a manutenção do proteccionismo estatal, e a liberalização económica, da qual, a concretizar-se, decorrerá inevitável e certamente uma maior abertura política, geradora de resistências, porém não totalmente desejada pelas atuais elites dirigentes. O rompimento deste círculo, como que vicioso – “a manutenção do atual *status quo* é na sua generalidade incompatível com a necessidade de liberalização do regime e diversificação da economia, mas estes se efetivados contribuirão para a destruição do primeiro” - para além da complexidade que projeta no plano interno, encerra igualmente elevados riscos decorrentes da atual crise financeira global, disso tendo clara consciência o regime. Deste modo, e enquanto não se vislumbrar uma evolução e clarificação da atual crise, não se afigura que sejam tomadas decisões significativas no sentido da abertura do regime, quer do ponto de vista político, quer económico, mantendo-se assim o país numa atitude de expectativa e prudência estratégica. Uma pequena referência relativa ao facto de que o grau de opacidade e/ou falta

3 Anders Aslund e Andrew Kuchins (2009).

de liberalização do sistema económico russo não coincide totalmente com a percepção existente no Ocidente, facto que adiante será analisado, não sendo estranho decerto a essa falta de rigor informativo, ou mesmo desinformação, a elevada apetência que vários atores de economias mais desenvolvidas possuem relativamente a alguns sectores económicos russos.

Ainda no que respeita ao quadro evolutivo da Federação, a recuperação do anterior estatuto de primeira potência parece estar colocada de parte, pelo menos no curto e médio prazo, cenário aliás assumido pelas elites dirigentes⁴, possuindo no entanto o país potenciais de excelência para a sua (re)afirmação gradual de potência de primeira ordem no Sistema Internacional. Neste âmbito, o vetor energético constitui um verdadeiro “kit de sobrevivência” e (re)afirmação geopolítica, de liderança clara e em torno do qual a base da estratégia nacional gravita⁵, não sem que possa ser profundamente afetado devido, entre outras, à atual crise económico-financeira ou à alteração do atual referencial energético global, em especial no que respeita ao surgimento de novas fontes energéticas e respetivas formas de extração, transporte e distribuição. Contudo, subsistindo ainda significativas dúvidas quanto à viabilidade e rentabilidade destas últimas, bem como não se afigurando possível a efetivação da implementação de tais alterações no curto prazo por forma a substituir a atual matriz energética, dada também a elevadíssima dependência energética da economia global em relação ao petróleo e gás natural, a Federação poderá assim estar substancialmente resguardada das consequências nefastas que tal processo lhe poderia gerar.

Do antecedente emerge assim naturalmente um conjunto de questões fundamentais relativamente à reemergência da Federação Russa enquanto ator de primeira ordem do sistema internacional, e aspirante a integrar o grupo daqueles que, de forma efetiva, o influenciam, moldam e de alguma maneira o determinam. Entre outras, releve-se:

- qual a extensão e âmbito do processo de regeneração e recuperação desse estatuto;
- se a sua efetivação se fará num referencial estratégico de soma zero, e nesse caso à custa de que outros atores e de que forma;
- se tal poderá continuar a ser alavancado de forma quase exclusiva pelo vetor energético;
- se será passível de concretização sem que se registem alterações substanciais no sistema político e económico interno, nomeadamente a sua abertura e liberalização, respetivamente;
- em que medida a transição política pós-Putin poderá contribuir para o seu potenciar e/ou inviabilização.

4 O que, conjugado com a perda do fator ideológico do regime, poderão ser as grandes causas do abandono involuntário da “tentação imperial”.

5 De salientar que foi exatamente o potencial energético russo que permitiu a rápida recuperação de duas grandes crises económicas, em 1998 e 2008, tendo o país saldado toda a sua dívida externa.

Obviamente que o complexo exercício de prospectiva geopolítica e geoestratégica passível de dar resposta direta às questões atrás mencionadas encontra-se para além da mera racionalidade, constituindo como que uma improbabilidade lógica, dadas as inúmeras variáveis internas e externas que lhe estão subjacentes e que o influenciam e determinam. Contudo, uma análise objetiva, despida de dogmatismo e isenta de preconceitos da realidade russa nas suas principais dimensões, bem como uma correta e cuidada leitura dos indícios de eventuais itinerários evolutivos, em muito poderá apoiar ao seu esclarecimento, sendo o que o presente trabalho se propõe efetuar de forma despretensiosa.

2. Enquadramento Teórico do Projeto

O presente projeto de investigação, numa primeira fase e numa perspetiva essencialmente metodológica, apoiou-se na consulta de obras de referência que direta e indiretamente abordam e analisam a temática em questão, e por outro lado, desta forma numa perspetiva marcadamente prática e pragmática, recorreu-se à consulta de *policy papers*, ensaios, monografias, dados estatísticos, artigos ou notícias, para apoio do processo de análise.

Procurou-se desta forma conciliar e conjugar visões de génese essencialmente académica com a análise empírica sobre factos ocorridos que, de uma forma ou outra, contribuissem para a confirmação ou infirmação das primeiras, ou, em última análise e em face da complexidade e variedade das temáticas em estudo, provocassem a emergência de novas questões correlacionadas.

Adicionalmente, a execução de políticas multivetoriais associadas à geopolítica e geoestratégia de um ator do sistema internacional, deriva não apenas da sua identidade genética, esta assente em fatores estruturais que encerram alguma constância e equilíbrio temporal, mas também das elites que as corporizam, às quais, pelo contrário, se encontra subjacente um carácter essencialmente dinâmico e conjuntural. Por múltiplas e variadas razões, que constam deste estudo, considera-se que o comportamento da Federação Russa é marcado e profundamente influenciado pelas personalidades das suas elites e respetivas relações de poder que entre elas se geram, pelo que se assume desde já a natural subjetividade que possa decorrer da análise efetuada nesse âmbito. Ainda assim, entre a tentativa de eliminação do carácter subjetivo atrás referido e o risco advindo da sua assunção, optou-se claramente por esta última modalidade, essencialmente por se considerar ser uma mais-valia, quer para o presente estudo, quer para o domínio do conhecimento específico sobre a temática em questão.

3. Enquadramento Multivetorial

3.1. Enquadramento Geo-histórico

Se uma análise exaustiva de génese histórica da Federação Russa extravasaria no presente trabalho claramente o seu âmbito, por outro lado a sua ausência em muito pouco

contribuiria para a compreensão e sustentação da sua atual geopolítica e linha de ação estratégica. Com efeito, se o peso da história se revela como fator influenciador de qualquer Estado ou Nação, no caso russo é porventura significativamente mais marcante do que o verificado noutras unidades políticas, dada a tradicional falta de abertura ao exterior que o país durante séculos experimentou, ou o centralismo e autoritarismo/totalitarismo que evidenciou ao longo de grande parte da sua existência.

Como afirmou Franco Nogueira⁶, a génese expansionista que a poderosa força periférica constituída pela Rússia sempre patenteou, especialmente visível em relação ao continente europeu, mas também observável em todo o espaço que lhe é contíguo, advém essencialmente da sua dimensão, dado que nesta residiu em grande parte a dificuldade da sua integração noutros espaços geopolíticos.

Com efeito, a massa crítica que encerra é de uma dimensão e produtora de uma tal vontade que a sua simples integração num qualquer projeto político se constituiria desde logo como a principal força descaracterizadora do mesmo, alterando assim a sua matriz identitária, dada a intrínseca força que nele projetaria.

É assim essencialmente em função deste elemento caracterizador que, à Rússia, ou nunca lhe foi permitida a sua integração plena noutros espaços geopolíticos, dado que os alteraria profundamente, ou foi por decisão própria que, em função da sua dimensão e dos interesses nacionais por ela gerados, optou por seguir um itinerário assente em carris por si modelados. Saliente-se contudo que o histórico expansionismo russo nem sempre terá sido motivado exclusivamente pela sua matriz identitária, sendo nele também significativamente visível a necessidade securitária histórica que sempre manifestou e procurou, como adiante se procurará explanar. Com efeito, a sua vastidão geográfica representa como que um dilema existencial, já que a susceptibilidade a invasões por atores externos foi geradora de um imperativo securitário permanente, quer na era czarista, quer durante a era soviética.

O que historicamente se considera como a raiz identitária da atual Federação Russa iniciou-se no século IX em torno de Kiev⁷, no chamado Principado de Kiev estabelecido ao longo do Rio Dniepre, acidente natural que em virtude da sua navegabilidade desde logo permitiu o contacto dos povos russos com o Império Bizantino e a sua conversão ao Cristianismo Ortodoxo⁸. Com uma Europa a Ocidente já razoavelmente consolidada ou com dinâmicas políticas e sociais em processo de progressiva consolidação, e também elas geradoras de insegurança, à Rússia de então restou-lhe a expansão territorial para Leste, em direcção à estepe, onde encontrou a resistência dos povos nómadas que temporariamente a habitavam, os Mongóis⁹, por quem foram derrotados no século XIII, terminando deste modo a primeira génese imperial russa. Materializando-se assim pela primeira vez a imposição da geografia ao destino

6 Franco Nogueira (1992).

7 A “mãe das cidades russas”. Michael Kort (2008).

8 Os vikings e os povos eslavos constituem a génese etnográfica do povo russo.

9 Liderados por Batu Khan, neto de Gengis Khan.

russo, ditada que foi a ausência de obstáculos ou barreiras naturais entre os Cárpatos e o planalto siberiano¹⁰, os povos russos rumaram em direção a Norte, assumindo-se Moscovo como a praça-forte de maior dimensão e importância, em função das rotas comerciais existentes ao longo da bacia do rio Volga. Todavia, Moscovo encontrava-se geobloqueada segundo várias direções – a Leste pela inóspita estepe e taiga, a Sul pelos turcos e pelos mongóis, negando o acesso ao Mar Negro, a Oeste e Noroeste pelos polacos, suecos e lituânios, que impediam o acesso ao Mar Báltico, restando na época a Ivan IV “O Terrível”, o primeiro dos czares, como único ponto de fuga a via do Mar Branco. Rodeada por inimigos e ameaças diversas restava então como única alternativa o rompimento desse cerco múltiplo, o que se veio a verificar ainda durante a vigência de Ivan IV. Derrotando os tártaros garantiu o acesso aos Urais, a vitória sobre os mongóis permitiu a conquista da Sibéria e a posterior chegada ao Mar de Oskhosh, já nas margens do Oceano Pacífico. A Sul, a conquista do Califado de Astrakan garantiu o domínio sobre o estuário do Volga bem como sobre as rotas caucásicas, persas e da Ásia Central. A Norte, não obstante várias tentativas, manteve-se a posição de geobloqueamento relativamente ao Mar Báltico e ao noroeste europeu. Os sucessores de Ivan IV mantiveram o ímpeto expansionista e o empenho messiânico da grandeza russa, tendo no entanto o Reino de Moscovo colapsado e os suecos, polacos, lituânios e cossacos ficado com os seus despojos, terminando assim o segundo império russo¹¹. Saliente-se que também no plano ideológico havia a necessidade de existência de um mito para dominar toda a extensão geográfica da Rússia, tendo dessa forma surgido no século XV uma certa visão messiânica do estado russo e de Moscovo como a Terceira Roma, guardiã da ortodoxia cristã.

No século XVII inicia-se com o czar Mikhail Romanov a dinastia do mesmo nome e um novo renascimento imperial, que duraria cerca de trezentos anos e que culminaria com a revolução bolchevique. Assistiu-se na época à reorganização administrativa da Rússia, sem que no entanto, releve-se, o Estado conseguisse de forma plena e eficaz estender a sua autoridade a todo o território. É conquistada a Polónia, a Suécia destruída, recuperada a Ucrânia, derrotado Napoleão, atingida a Crimeia e os Balcãs, por derrota dos Otomanos, e consolidado o Cáucaso, Ásia Central e a Sibéria. Com Pedro o Grande e Catarina a Grande foi consolidada a fachada do Mar Báltico, também por via da fundação de São Petersburgo, que substituiu Moscovo como capital¹², e promovida a reorientação e abertura política e cultural da Rússia à Europa, sem que no entanto o país tivesse concretizado em pleno esse objetivo, permanecendo assim fulcral a sua génese euro-asiática. Ainda assim, inicia-se o processo de modernização e ocidentalização da Rússia, concep-

10 Os Urais funcionam efetivamente mais como um separador de génese geográfica do que securitária, constituindo de facto os rios Yesenei e Lena os grandes separadores entre o Oeste e Leste russo, e entre o Leste siberiano e o extremo Leste russo, respetivamente.

11 Foi na altura nomeado um czar polaco, cristão, cujo afastamento rapidamente a igreja ortodoxa russa promoveu através de uma rebelião, iniciando-se então a dinastia Romanov com o Czar Michael Romanov. Michael Kort (2008).

12 São Petersburgo foi a capital do país entre 1712 e 1918.

tualização que a par do eurasianismo ainda marca atualmente de forma significativa as lideranças do país. Interessante o facto de com Pedro o Grande a Rússia iniciar a sua procura de tecnologia europeia, especialmente no plano militar, enviando uma delegação para a Europa de 250 elementos durante 18 meses, na qual Pedro viajou incógnito como Peter Mikhailov, que recolheu conhecimento e tecnologia de construção naval, construção de armamento diverso e tática militar, sistema de ensino, finalizando com a contratação inicial de 750 engenheiros e técnicos europeus. Na sequência deste contato com uma Europa evoluída e socorrendo-se de técnicos seus, é com Pedro o Grande que se inicia a industrialização do país, assim como o nascimento de uma verdadeira indústria de defesa, atingindo o país neste âmbito uma situação de auto-suficiência. No plano militar, é criado o Exército, enquanto força militar devidamente organizada e instruída, atingindo numa década os 200 mil efetivos, apenas superados pela França, e uma Marinha de Guerra de qualidade, que, embora não rivalizasse, preocupava já a Inglaterra, a potência naval por excelência. No plano administrativo e governativo, e baseado no modelo sueco, são criados os primeiros Ministérios e promovida a descentralização do país, não tendo no entanto sido eficaz o resultado, em grande parte devido à falta de técnicos qualificados para o efeito e à burocracia já reinante. No plano económico-financeiro foram introduzidas importantes reformas, sem que no entanto o respetivo racional residisse na consecução do bem-estar das populações. Com efeito, e porventura premonitório, sendo o aparelho militar responsável por cerca de 70% do produto interno bruto do País¹³, foram estabelecidos impostos sobre a generalidade das atividades económicas no sentido de garantir a sua sustentação, o que teve como consequência direta a significativa paralisação do tecido económico. Por outro lado, no plano social, para além de acentuar as já marcantes assimetrias sociais, o Estado afirmou-se como a entidade centralizadora por excelência, no fundo materializando a génese histórica russa, sendo virtualmente impossível escapar ao seu controlo, dado que o campesinato, a grande força social e laboral de então, e o operariado, ou trabalhava para o Estado ou para quem este determinasse¹⁴.

Por outro lado, à política de ocidentalização seguia-se-lhe uma outra, paralela, incidindo na “russificação” do império, dadas as fraturas que a expansão territorial russa gerou. Iniciada na era de Catarina a Grande, e considerando as crescentes dificuldades da Rússia em lidar com o carácter multinacional e multicultural do império, foi tomada a opção por uma política de índole repressiva, assente na destruição das instituições locais das regiões por si controladas, bem como o afastamento das (poucas) minorias que ainda as administravam. Reforçando progressivamente o dispositivo de segurança na sua vizinhança, o primeiro alvo foi a Ucrânia, onde a partir do século XIX começou a ser visível uma crescente aspiração de distinção social e cultural da Rússia, seguindo-se-lhe os países Bálticos, as regiões polacas sob ocupação russa e o Cáucaso do Norte. Era contudo no coração da própria Rússia que se encontrava em rápido crescimento o descontentamento

13 À data da morte de Pedro, esse dado representava já 75% do PIB. Michael Kort (2008).

14 Existia então um regime de conscrição para trabalhar nas minas e fábricas, nas quais as condições laborais e punições físicas eram brutais.

de significativas faixas da população, o qual, germinando durante mais de um século e contrastando com os fatores externos que haviam constituído a principal causa dos anteriores colapsos imperiais, constituiria a principal causa do fim da era czarista.

Neste quadro de consolidação do império czarista, e posteriormente também do soviético, releve-se a importância que o caminho-de-ferro teve enquanto seu principal mecanismo, bem como garantia da sua segurança, estendendo-se por dezenas de milhares de quilómetros, ligando a Rússia europeia à costa do Pacífico¹⁵ e constituindo porventura ainda hoje a mais importante infraestrutura de comunicações e transportes do país.

Uma pequena referência ao século XIX e início do século XX, época durante a qual a Rússia viu crescer o *handicap* relativo à tecnologia e industrialização que entretanto emergiu na Europa¹⁶, assim como relativamente a novos padrões no sistema de ensino e a resistência muitas vezes brutal à modernização e liberalização das relações sociais e políticas, factos que, não obstante algumas reformas tardias, em muito contribuíram para o minar do regime czarista e para uma retração russa no sistema europeu e euro-asiático, apenas parcialmente recuperado já durante a era soviética.

O final da era czarista, de génese quase exclusivamente interna, marcada pela Revolta de 1905 e posterior Revolução de Outubro de 1917, se por um lado traduziu a rejeição da ocidentalização que o país vinha experimentando, por outro veio repor e/ou recriar grande parte dos interesses nacionais russos, especialmente os de génese securitária, numa primeira fase através da conquista das regiões de etnia ou origem turca na Ásia Central, protegendo desse modo a Rússia do polo imperial britânico da Índia e, em fases subsequentes trazendo para a sua esfera de ação a Moldavia, Chechénia, Azerbaijão, Turquemenistão, Uzbequistão, Tajiquistão, Casaquistão, Tartaristão e outras regiões. Para além disso, a capital regressou de S. Petersburgo a Moscovo, materializando e marcando de certa forma a génese euroasiática da Rússia. Antecedendo a II Guerra Mundial, e decorrente do Pacto Germano-Soviético, pôde proceder à anexação do Leste polaco e finlandês, da Bessarábia e dos Estados Bálticos. Finalmente, no pós-II Guerra Mundial, consolidou o cordão securitário com o Ocidente europeu, através da instalação de uma Cortina de Ferro composta por países da Europa Central e de Leste, fazendo da então URSS uma autêntica “prisão de Estados”¹⁷. O perímetro de segurança da então URSS estendia-se assim da Europa Central até à península coreana, bem como em todo o seu flanco Sul, garantindo a protecção do núcleo territorial de uma forma multidirecional.

15 Em 1904 totalizavam cerca de 38.000 quilómetros. Saliente-se que, na sequência do caos instalado após a revolução de 1917, a China, os EUA e o Japão ocuparam, de facto, vários troços do trans-siberiano entre o Lago Baikal e Vladivostok, tendo esta cidade e a região da Amúria sido ocupadas pelo Japão entre 1918 e 1922. Robert Kaplan (2012).

16 No início do século XX, apesar de, em termos de produção bruta, a Rússia fosse considerada uma potência industrial, o facto é que em termos de produção *per capita* e nível de qualidade já havia sido ultrapassada não apenas pelas potências industriais da época, Inglaterra e Alemanha, mas também pela Espanha e Itália. Michael Kort (2008).

17 Idem.

Com o final da Guerra Fria e o desmembramento da URSS, a Rússia experimenta um novo revés e regressa no plano geográfico às suas fronteiras originais, geopoliticamente vulneráveis, essencialmente as que existiam antes do reinado de Catarina “A Grande”, perdendo inclusivamente a Ucrânia, o polo geopolítico e histórico do Principado de Kiev.

Na Rússia pós-soviética, mais do que nunca a geopolítica regressaria em força, uma disciplina marginalizada durante a era soviética por ser considerada um veículo do capitalismo, não apenas como mecanismo de apoio ao controlo de danos causados pela implosão do regime, mas também para, de novo, apoiar a sua reconstituição, especialmente na sua vertente securitária. É em função da retoma desta postura tradicional e histórica que algumas correntes consideram que mais não resta à atual Rússia do que enveredar por uma linha de ação de carácter revisionista, especialmente no que concerne à reintegração na sua esfera de influência da Bielorrússia, Ucrânia, Moldova, Cáucaso e Ásia Central, uma vez que a reconstituição do cordão securitário materializado pela antiga Cortina de Ferro europeia se encontra provável e irremediavelmente para além das suas capacidades. Contudo, se a (re)inclusão da Bielorrússia ou da Moldova parecem constituir objetivos de consecução relativamente credível, já a da Ucrânia se poderá revelar de maior complexidade, não obstante a vulnerabilidade energética ou a significativa dependência que no plano económico o país apresenta em relação à Federação.

A aposta decisiva parece assim incidir na Ásia Central, o que em muito poderá explicar o renascimento do eurasianismo na política interna russa e o elevadíssimo empenho do regime na implementação de uma União Euro-asiática. Ainda assim, o sentimento de insegurança que a Federação atualmente apresenta possui similaridades com a patenteada em determinados períodos da sua história, já que a Oeste a Europa muito embora não lhe seja totalmente hostil, não é de uma forma geral uma entidade política cooperante; o Cáucaso, embora circunstancialmente pacificado, possui um elevado potencial intrínseco de destabilização, encontrando-se sujeito à pressão contínua de forças radicais do Grande Médio Oriente; por seu lado, as repúblicas da Ásia Central, para além de se encontrarem numa fase de desenvolvimento da sua própria identidade, encontram-se sob a pressão de poderosos atores externos que entretanto se implantaram na região, às quais não será decerto fácil escapar ou ignorar; e por último no seu extremo Leste uma China com aspirações a superpotência assume-se como o principal polo limitador da estratégia russa para a região.

Não obstante estas limitações, é clara a fase de recuperação em que a Rússia atualmente se encontra, alicerçada no entanto quase exclusivamente na sua estratégia energética, esta profundamente dependente de variáveis e atores externos sobre os quais a Federação possui reduzido controlo. Neste sentido, numa era de globalização em que o poder de atração, ou *soft power*, é significativamente mais eficaz do que o exercido através de formas coercivas, facto que o Kremlin já claramente interiorizou, não constitui assim estranheza o facto de os principais mecanismos de (re)integração do espaço pós-soviético possuírem uma génese essencialmente económica, restando contudo a dúvida quanto ao grau da sua eficácia. Com efeito, a capacidade de atração que a Rússia poderá exercer no seu antigo espaço será porventura tanto maior e proporcional à extensão do processo

reformista que a própria Federação vier a experimentar, o qual se apenas se revestir de uma nova roupagem projetará decerto receios nas unidades políticas que terá como alvo.

Do brevíssimo relato histórico atrás efetuado ressalta naturalmente um facto que marca porventura de forma distinta o carácter da história russa – contrariamente a outros impérios que completaram o respetivo ciclo de vida, nomeadamente a sua formação, expansão e colapso, sem que nunca nenhum tivesse conseguido inverter este trajeto, a História assistiu por diversas vezes ao renascimento do império russo. Uma explicação para tal especificidade foi, através de imagem literária, fornecida por Winston Churchill quando afirmou em 1939 que a Rússia mais não era do que “uma charada, enrolada num mistério, dentro de um enigma”, tentando evidenciar deste modo o carácter contranatura do percurso histórico do país. Todavia, tal apenas se julga ter sido possível devido à dimensão, potencial e especificidade da massa crítica do seu elemento nuclear, a qual, permitindo-lhe por um lado resistir a todas as tentativas de subjugação plena por outras unidades políticas ou atores, garantiu-lhe por outro a capacidade necessária à sua (auto) regeneração. Não foi no entanto sem um enorme preço a pagar que se efetivou a inversão desse destino, sendo a história russa uma ladainha de extremos – “de um clima extremo, de contrastes extremos, de extrema fé e desalento, de extremas variações na fortuna e, finalmente, de soluções extremas para problemas extremos”¹⁸. Em suma, uma história repleta de “tudo ou nada”.

Atualmente, e após novo colapso provocado pela implosão da URSS, poder-se-á estar em presença de uma nova fase de renascimento russa, porém não nos moldes históricos e de génese imperial, não se afigurando assim viável a reconstituição física da ex-URSS, mas sim revestindo-se de um carácter essencialmente geopolítico e geoeconómico, dada a emergência de novos e poderosos atores externos e as interdependências entretanto criadas no/pelo sistema internacional, profundamente limitadoras e mesmo cerceadoras da consecução de uma vontade nacional exclusivamente autónoma. Uma nova particularidade emerge neste fim de ciclo, a profunda rapidez com que essa inversão se efetivou. Não obstante uma vez mais se encontrar na sua origem a imensidão e potencial da sua massa crítica, parece inegável o facto de que em apenas vinte anos a Federação inverter de forma clara o trajeto vertiginosamente descendente com que se defrontou durante os anos 90, demonstrando novamente um grau de resiliência fora do comum.

3.2. Enquadramento Geográfico

Com um clima austero, inigualável em qualquer outra parte do globo, o território russo compreende três grandes regiões geográficas – a planície europeia, palco tradicional de confrontação com o Ocidente, a planície Oeste siberiana e o planalto siberiano¹⁹. Possuindo cerca de 12% da massa terrestre mundial²⁰, o seu território compreen-

18 Michael Kort (2008).

19 Podendo integrar-se neste último o Leste russo e a costa do Pacífico russo.

20 Relativamente à extensão territorial, compreende 9.000 km no sentido Oeste-Leste e 4.500 km no sentido Norte-Sul.

de 20.000 km de fronteiras terrestres e uma linha de costa com cerca de 37.000 km, esta maioritariamente localizada na costa do Ártico, região em que apenas um sistema portuário permite geralmente a navegação durante todo o ano, Murmansk. A Oeste, o porto de S. Petersburgo representa a única saída para o Mar Báltico e Oceano Atlântico, representando assim o mais importante porto comercial russo, vital para as suas exportações mas no entanto geobloqueado pelas penínsulas escandinava e dinamarquesa. No extremo Leste, o porto de Vladivostok, com uma importância crescente, assume-se progressivamente como o principal ponto de exportação de matérias-primas da planície e planalto siberianos.

As múltiplas características que esta enorme dimensão geográfica encerra, em que se destacam claramente as superiores condições de vida da Rússia europeia em relação à planície e planalto siberiano, em resultado de um clima menos agreste, foram e continuarão a ser aspectos profundamente diferenciadores da tipologia da Federação Russa, podendo assim afirmar-se que, de uma forma geral, a Rússia se encontra como que comprimida no terço ocidental da sua massa territorial, região em que Moscovo assume naturalmente a sua centralidade.

Desta compressão geopolítica deriva a não coincidência e/ou desajustamento do polo geográfico com vários outros polos, em que se destacam, entre outros, o polo político, demográfico, da localização primária dos recursos naturais, da industrialização, etc., que projeta na Federação uma profunda assimetria e desarmonia geopolítica, geoeconómica e social, dela resultando debilidades de difícil mitigação²¹.

No plano ambiental também estas assimetrias são visíveis, derivadas essencialmente da maior pressão demográfica e atividade humana no Oeste e centro russo, da qual decorre o contraste entre a enorme poluição da bacia do Volga, região que representa 8% do território mas onde vive cerca de 40% da população, e a pureza da generalidade da região siberiana ou do Lago Baikal²².



Neste quadro, e como exemplo demonstrativo, a figura adjacente, representando a densidade populacional da Federação quantificada pelo censo de 2002²³, poderia igualmente ser de uma forma genérica representativa da densidade da rede de transportes ou de oleodutos e gasodutos, da atividade económica, da dimensão do PIB *per capita*, produção agrícola ou da densidade industrial, tais são as assimetrias de ordem vária que a Federação encerra²⁴.

21 Ainda assim, releve-se, a atual Rússia é significativamente mais homogênea em termos étnicos do que durante a União Soviética.

22 Este representa a maior reserva de água potável global, compreendendo cerca de 1/5 to total disponível.

23 Econstudentlog (2012).

24 Porventura das poucas exceções que não se enquadrarão na figura será o mais caro nível de vida que o Leste russo apresenta relativamente a outras regiões de Federação, decorrente dos custos de transporte.

Saliente-se no entanto que a substancial dispersão dos recursos naturais e a satisfação das necessidades várias decorrentes da rápida emergência do polo geoeconómico da Ásia-Pacífico, constituem porventura o mais poderoso fator de alteração e correção das assimetrias e disfunções atrás referidas, estando igualmente na génese das dinâmicas políticas, económicas e sociais que a Federação pretende implementar. Todavia, releve-se, a consecução desse objetivo apenas será viável mediante um enorme investimento, nomeadamente no sistema de infraestruturas várias e especialmente de transportes, já que também este se encontra radializado em redor de Moscovo e na Rússia europeia, sendo a exceção a esta regra a parcial rede ferroviária e rodoviária que atravessa a Federação no sentido Oeste-Leste, porém apenas ao longo da sua fronteira Sul. Em contraste, registre-se a razoável, ainda que antiquada, rede de oleodutos e gasodutos que de uma forma genérica liga a totalidade das regiões onde se encontram aqueles recursos, porém ainda assim com maior densidade na Rússia europeia e mais deficiente no Ártico e no Leste russo, região onde no entanto atualmente começam a despontar.

Quanto às consequências que estas assimetrias geram, destaque-se o caso particular do Leste russo, que para o efeito se poderá entender como a região compreendida pelo planalto siberiano e pela costa do Pacífico. Sendo a maior área da Federação, com cerca de 6 milhões de km², para além de possuir a mais baixa densidade populacional do país, apresenta um acentuado declínio demográfico, assim como o mais caro nível de vida, decorrente dos custos de transporte. Em contraste, a vizinha região Ásia-Pacífico e especialmente a China, para além de projetar uma enorme pressão demográfica no Leste russo, projeta igualmente a sua influência económica, podendo facilmente num futuro próximo assumir-se como a principal fonte de abastecimento à generalidade das necessidades da região. Tal, se por um lado poderá representar uma mais-valia económica para o Leste russo, e contribuir inclusivamente para o seu desenvolvimento, por outro tenderá a, rapidamente ou não, consoante a capacidade e grau de permissividade que o regime russo venha a ter na questão, fragilizar a centralidade e autoridade de Moscovo e a aumentar a capacidade de influência política chinesa na região²⁵. Assim, independentemente de a região poder vir a sofrer um desenvolvimento significativo em razão da reorientação que Moscovo pretende efetuar para a região asiática, o facto é que a diferença de potencial entre o Leste russo e esta última é tal que se afigura difícil de conter o aumento da influência geopolítica de atores vizinhos à região, designadamente a China.

Quanto à geografia da região Ártica e geopolítica dela decorrente, a analisar adiante, dir-se-á por enquanto que se constitui uma elevada prioridade, dadas as potencialidades que encerra no plano dos recursos naturais, especialmente petróleo e gás natural, bem como as que advêm da eventual abertura da rota marítima do Nordeste, passível igualmente de se constituir como uma das grandes fontes de receitas da Federação.

25 Recorde-se a tentativa de secessão protagonizada pela região da Yakutia durante a era Yeltsin, em grande parte potenciada pela riqueza de recursos naturais que apresenta e dos quais a Ásia é profundamente dependente.

3.3. Enquadramento Sociocultural

3.3.1. Sociedade e Cidadania

Relativamente ao assunto em análise, e considerando o âmbito e objetivo do presente trabalho, importa sobretudo limitar e focalizar a análise na perspetiva do relacionamento entre a sociedade civil e o poder político, especialmente no que diz respeito ao apoio ou não que a primeira garante ao segundo, de que irá decorrer obviamente o respetivo grau de legitimação e liberdade da sua ação política. Esta temática encerra desde logo uma grande questão - considerando as marcas impostas e deixadas pela História, e em especial pelos 74 anos de regime soviético, como e de que forma se processará a integração e participação da sociedade civil russa na ordem política pós-soviética, assumida que está por aquela a evolução do funcionamento do regime em moldes democráticos. E, saliente-se, esta questão mais importância ainda possuirá na atual fase da política interna russa, em que é visível por parte do regime um crescente autoritarismo e controlo da sociedade civil.

O percecionamento da atual realidade social russa constitui um complexo e difícil exercício, considerando as mais de sete décadas de regime soviético, período em que a sociedade foi submetida a uma formatação efetuada por uma autêntica “misturadora de betão”²⁶, cuja dimensão e alcance deixaram marcas que perdurarão decerto por gerações. Deste modo, poder-se-á afirmar, de uma forma genérica, que devido a esse facto não existe no atual regime pós-soviético uma única entidade ou organização que não tivesse, e tenha, de proceder à redefinição da sua génese, objetivos ou funcionamento.

É também em resultado de um passado político socialmente castrador e da consequente formatação executada na era soviética, mas com profundas raízes na era czarista, que a sociedade russa iniciou um processo de autocriação praticamente a partir do “zero”, dado o total controlo a que se encontrava sujeita e não obstante a partir dos anos 90 se ter assistido a uma crescente diversidade ideológica no plano da cidadania. Contudo, apresenta ainda hoje características várias que pouco potenciam a emergência da chamada sociedade civil, sendo de destacar, entre outras:

- A elevada atomização em grupos de pequena dimensão, essencialmente apoiados em laços familiares e ligações de índole pessoal, e em que a solidariedade ocorre em idêntica direção, não constituindo assim um fenómeno social amplo;
- Uma significativa desconfiança entre os seus elementos, bem como destes relativamente à classe política e Organizações Não Governamentais²⁷;
- A manutenção de mecanismos informais da era soviética e a adoção das respetivas práticas como meio de obtenção dos serviços nos quais o Estado se revela ineficaz, materializando-se num elevado grau de resistência à mudança ou à implementação de reformas de génese estrutural;

²⁶ Richard Sakwa (2008).

²⁷ A adesão a estas é bastante reduzida, não obstante as 360 mil registadas em Janeiro de 2009, das quais apenas 136.000 mantinham alguma atividade. CIVICUS (World Alliance for Citizen Participation) (2011).

- Um reduzido ativismo político e social, que não constitui um hábito nem foi acompanhado pela emancipação política que entretanto ocorreu, mantendo-se a percepção de que não é através dos mecanismos da sociedade civil que os cidadãos obtêm acesso e controlam o poder político;
- A escolha prioritária da estabilidade, da segurança e da ordem social em detrimento dos valores democráticos²⁸, não significando contudo que se verifique um repúdio pela democracia. De salientar igualmente que as imensas expectativas nos benefícios da democracia foram substancialmente abaladas pela crise económica ocorrida após a implosão da URSS;
- Uma classe média incipiente, ainda que em rápida ascensão.

Ainda assim, e ressaltando alguma subjetividade que análises desta natureza possam encerrar, existe atualmente a percepção de que o grau de influência que os últimos 20 anos introduziram na cultura e prática e génese social russa poderá ser mesmo semelhante ao decorrente de sete décadas de comunismo²⁹, o que a concretizar-se em muito poderá alterar a atual dimensão do fenómeno de contestação ao regime e a sua relação com a sociedade civil. Porém, e como alguém terá afirmado, a sociedade russa apresenta uma particularidade difícil de encontrar noutras sociedades – o facto de “a democracia ter chegado antes da burguesia”, o que por si só é gerador de dinâmicas sociais e políticas complexas.

Saliente-se igualmente a recente sobreposição que se verificou do *homo economicus* perante o *homo sovieticus* na sociedade, o que evidencia a implantação de uma cultura de génese maioritariamente consumista, especialmente visível no seio das camadas mais jovens, em que o “ter” passou a possuir claramente bastante maior projeção social do que o “ser”, esta última uma característica marcante da era soviética.

Pelo atrás referido será assim de assumir que a transição social e política russa em direção a um regime marcada e plenamente democrático não deverá constituir um processo fácil, eventualmente rápido e ausente de avanços e recuos, dada a complexidade da génese estrutural da sociedade russa e das múltiplas consequências que o anterior regime ainda projeta no novo referencial. Com efeito, do atual “regime democrático, mas autoritário” russo, também ele em evolução, são gerados novos padrões de relações sociais, porém acentuadamente marcados por realidades anteriores, potenciadoras do clientelismo e da corrupção, do crime organizado, da prevalência de estruturas informais ou de uma pujante economia paralela. Gera-se também neste processo uma pseudo nova sociedade civil, que se rege não apenas pela lei, mas igualmente pelo seu desrespeito, este baseado em práticas sociais velhas de anos, e em que reside, entre outros, a génese da endémica corrupção ou das redes de crime organizado russo, ambas com substanciais ramificações no seio das elites dirigentes e um pouco por todo o aparelho do Estado.

28 A maioria dos cidadãos considera a liberdade política ou individual como fatores de menor importância quando comparados com a garantia de trabalho, cuidados de saúde, acesso ao sistema de educação ou um eficiente sistema de pensões. CIVICUS (World Alliance for Citizen Participation) (2011).

29 Samuel Greene (2011).

Quanto a estes fenómenos, nomeadamente a corrupção, dir-se-ia que no período pós-soviético mudou significativamente de roupagem ou tipologia, já que às suas principais causas, designadamente a necessidade de sobrevivência ou melhoria do nível de vida dos seus agentes, foi somado o enriquecimento ilícito. Existindo nesta temática uma maior consciência social e apelos para a erradicação do fenómeno, saliente-se contudo que a grande maioria da população possui sérias dúvidas quanto ao funcionamento e capacidade do sistema judicial no sentido de julgar e condenar elementos da classe dirigente acusados neste âmbito.

No que diz respeito ao crime organizado, este evoluiu de um fenómeno praticamente inexistente na era soviética para um de proporções e abrangência que no seu pico o Estado não conseguia controlar e em que elementos seus, atuais ou ex, se constituíram também como agentes do fenómeno. Muito embora seja visível um esforço no sentido de controlar e/ou eliminar estes fenómenos e em que foi efetivo algum sucesso nessa tarefa, em especial a partir da ascensão de Putin, os dados apontam para a sua continuação enquanto fenómenos incontornáveis da atual realidade sociopolítica russa, podendo mesmo assistir-se à sua transformação de génese algo conjuntural para uma consolidação mais vincadamente estrutural e difusa.

Quanto ao papel do Estado na sociedade, anteriormente global, releve-se, o histórico monopólio encontra-se ainda em processo de transformação, dada a inexistência de outras estruturas que o possam assegurar, pelo que entre a quase manutenção desse monopólio preconizada pelos sectores de esquerda, ou a total retirada do Estado nessa área exigida pelas correntes mais liberais, se enveredou por uma solução intermédia, baseada essencialmente no conceito de um nível de vida mínimo e digno, mas seguro. Todavia, ao conceito maoista de “um emprego para a vida, um salário para a vida, e uma posição social para a vida”, em que também a sociedade soviética assentava, na “nova Rússia”, agora crescentemente integrada no mercado global e dele retirando vantagens mas também alguma negatividade, poderá surgir no curto ou médio prazo maior inquietação e incerteza social. Com efeito, o referencial em que o Estado, essencialmente por via das suas empresas, não apenas assumia a responsabilidade da empregabilidade ou dos salários, mas igualmente dos custos parciais ou totais da educação, cuidados de saúde, assistência infantil ou mesmo da alimentação, deixou literalmente de existir, aproximando-se neste quadro de forma irreversível das sociedades ditas ocidentais e desenvolvidas. No entanto, saliente-se, disso as elites dirigentes russas possuem percepção, assim como que a transição plena para uma economia de mercado, se abrupta, poderá potenciar uma ruptura violenta do tecido social, pelo que o processo tem sido cauteloso, tendo em óbvia consideração que “mudança” é um termo e situação pela qual a sociedade russa nutre significativa desconfiança. Assim, ultrapassada que foi a era de total caos das presidências de Yeltsin, em que foram inúmeras e imprevidentes as queimas de etapas nesse âmbito, com a era Putin essa transição executa-se já de forma minimamente ponderada e planeada e tendo em consideração eventuais resultados não desejáveis. Esse planeamento serve contudo vários propósitos, quer no plano político e social interno, quer no objetivo primário da Federação Russa em (re)ascender ao

estatuto de potência de primeiro plano global, considerando-se que nele deverão ser contextualizadas a afirmação de Putin de que “quem desejaria regressar à era soviética não possui cérebro, mas quem não sente alguma saudade não possui coração”³⁰. A título de exemplo refira-se que enquanto no plano interno o recontrolo pelo Estado dos principais ativos estratégicos económicos permitiu que grande parte força laboral russa, que na realidade constitui uma ainda “não classe-média”, pudesse manter algum do seu nível e qualidade de vida, consequentemente não sendo geradora de insegurança ou instabilidade social e política, no plano externo permitiu à Federação ter voz audível e crescente, a qual havia literalmente desaparecido no período subsequente à implosão soviética. Adicionalmente, a lenta execução do programa de reformas estruturais, ainda que constitua fator potenciador da já significativa ineficiência do tecido económico e administração pública, por outro lado permite de certa forma controlar o desemprego, fenómeno social que, saliente-se, era praticamente desconhecido no anterior regime³¹ e ao qual a sociedade é particularmente sensível³².

Quanto ao atual relacionamento da sociedade civil com o regime, para além de alguma contestação se constituir como um facto inegável, por outro lado parece crescente a sua generalização, assim como a atenção que lhe é dedicada por parte de alguns meios de comunicação ocidentais. Com efeito, e não obstante essa crispação social mais não constituir do que a entrada numa fase mais consciente e madura da sociedade civil, permitida pela abertura democrática que o país tem experimentado, o facto é que grande parte dessa manifestação se tem circunscrito aos grandes aglomerados urbanos e respetivas classes médias, especialmente Moscovo e S. Petersburgo. Não se pretendendo com esta afirmação projetar a imagem de que a insatisfação não seja uma realidade ou inexistente noutras regiões da Federação, ou desvalorizar a génese autocrática do regime, deverá contudo ser igualmente encarada como se de algo normal se trate, que faz parte do jogo democrático, que constitui na realidade um exercício de cidadania, a exemplo do que sucede um pouco por toda a Europa ocidental, onde aliás a contestação aos respetivos governos é já, em crescendo, uma prática comum.

Também neste âmbito se julga relevante efetuar um breve apontamento relativo ao papel dos sindicatos, enquanto força social ignidora de eventuais transformações políticas. Estas organizações que durante a era soviética foram as administradoras, de facto, do orçamento destinado à segurança social e um elo de transmissão do Partido único³³, encontram-se atualmente também em processo de transformação. Porém, e à semelhança da sociedade na qual se encontram inseridos e da qual também derivam, são ainda

30 Entrevista a Vladimir Putin pelas televisões alemãs ARD e ZDF, disponível em http://archive.kremlin.ru/eng/speeches/2005/05/05/2355_type82912type82916_87597.shtml.

31 O sobre-emprego da era soviética, que constituía uma prática generalizada, é uma das grandes causas da ainda atual nível de burocracia e ineficiência da administração pública, porém em algumas das grandes empresas controladas pelo Estado são já visíveis instrumentos e níveis de gestão idênticos aos de empresas ocidentais.

32 Em Agosto de 2012 a taxa de desemprego situava-se nos 5,3%. World Bank (2012).

33 A sua total destatização ocorreu durante a primeira presidência de Yeltsin.

pensados e geridos de forma idêntica à que ocorria durante o período soviético, integrados numa super-estrutura herdada dessa era e encerrando atualmente na sua generalidade ligações a partidos políticos vários. Em consequência, são socialmente percebidos como estruturas sem grande credibilidade, com agendas que em muito se confundem com as dos partidos políticos, ou mesmo de alguns oligarcas, faltando assim materializar a sua evolução de uma entidade essencialmente burocrática para uma organização eficiente e regularizadora das relações laborais.

Quanto ao papel da comunicação social, incluindo a eletrónica, também nesta área se assistiu à reorientação para um novo referencial, de moldes ainda difusos porém com regras e objetivos diametralmente opostos ao anterior, transformando-se assim de meros disseminadores de propaganda para organizações orientadas essencialmente para e pelo lucro, em consequência do desaparecimento do Estado enquanto única ou principal fonte de financiamento. Após um breve período de indefinição, certo é que significativa percentagem de órgãos de comunicação social passaram, durante a era Yeltsin e especialmente os de maior projeção pública, a ser dominados pela oligarquia russa, numa era em que os interesses desta se revelavam opostos aos da elite dirigente, orientados por poderosas agendas pessoais e visando especialmente Vladimir Putin numa fase posterior. Efetivamente, durante a primeira presidência de Putin aqueles órgãos passaram mesmo a localizar-se no polo oposto ao do regime, constituindo-se como seus antagonistas e ameaçando a sua integridade, pelo que foram objetivamente visados e progressivamente eliminados ou controlados por este. De todas as atividades sociais que o regime atualmente controla, de forma direta e/ou indireta, os meios de comunicação social constituirão porventura uma das suas prioridades, havendo porém a preocupação da elite dirigente em não esvaziar totalmente o sector tornando-o inócuo, permitindo assim a existência de um espaço, ainda que marginal, destinado à oposição.

Relativamente à existência e funcionamento de Organizações Não Governamentais (ONG), saliente-se a profunda desconfiança que o regime tem vindo a possuir em relação a estas, especialmente decorrente das chamadas “Revoluções Coloridas” ou “Revoluções de Veludo” ocorridas na Sérvia, Ucrânia, Bielorrússia, Geórgia e Quirguistão.

Assumindo as ONG nestas últimas manifestações sociais e políticas uma mescla de genuínas aspirações sociais e políticas dos respetivos povos e tentativas de destabilização de regime por parte de atores externos, também por via de ONG, o regime russo assumiu crescentemente estas organizações como se de verdadeiras ameaças à sua segurança se tratassem. Em consequência, para além de ter focalizado a sua atenção em muitas das que operavam em seu território, foi progressivamente endurecendo a sua posição, sendo que a mais recente legislação tendente a regular o seu funcionamento mais não faz do que criar uma teia burocrática tal que na prática as impossibilita de exercerem a sua atividade normal. Neste quadro saliente-se o recente fecho dos escritórios e expulsão da United States Agency for International Development (USAID), com base na acusação de esta se imiscuir em assuntos políticos internos da Federação, independentemente dos mais de 1.000 milhões de USD em projetos que

esta terá financiado desde há duas décadas³⁴. Se a expulsão de uma ONG é já de si um ato político de alguma dureza, o facto de se tratar de uma agência estatal norte-americana evidencia claramente a forma resoluta como o regime pretende tratar este tipo de questões. Curiosamente, ou não, a reação norte-americana foi lacónica e suave, limitando-se a afirmar que os EUA se mantinham empenhados “no apoio à democracia, direitos humanos, e ao desenvolvimento de uma sociedade civil mais robusta na Rússia”, bem como em continuar a cooperar com ONG russas³⁵.

Quanto à identidade nacional russa, excetuando algumas regiões distintas da matriz cultural russa e consideradas geopoliticamente como centrífugas, de que o Cáucaso do Norte é exemplo, e não obstante a significativa diversificação que apresenta a sociedade russa, tal não se afigura passível de colocar em causa a sua génese identitária. Relativamente à questão, velha de séculos e a que não foi dada ainda resposta, quanto à sua verdadeira matriz civilizacional, se europeia, asiática ou euroasiática, julga-se pertinente e sensato adicionar uma quarta, a de “Rússia russa”, dadas as muitas especificidades que também conceptualmente a sustentam.

Em jeito de conclusão, poder-se-á afirmar que a sociedade russa para além de profundamente marcada pela experiência soviética e carregar ainda consigo alguns dos vícios do “homem-novo” que aquele regime pretendeu criar, foi-o também por via da situação de caos político, social e económico instalado no período imediatamente pós-soviético. Após a progressiva mas lenta abertura política, e não obstante se considerar provável uma crescente oposição ao regime e às respetivas disfunções que este encerra, não se afigura contudo credível a sua radicalização, especialmente a um nível passível de criar rupturas de génese e dimensão idêntica às que experienciou num passado recente. Contudo, a eventual degradação da situação económica russa, cenário que não é inteiramente de descartar, especialmente se o mercado global das *commodities* experimentar uma quebra acentuada, em muito poderá exponenciar a insatisfação social e política. Quanto ao resultar na queda do regime, este sim, considera-se um cenário de baixa probabilidade de concretização, não decorrente exclusivamente da sua génese musculada, mas sim da firme determinação em manter a sua sobrevivência. Todavia, a questão anteriormente referida relativamente à forma como se processará a integração da sociedade russa no quadro político emergente da implosão da URSS, processo ainda em curso, permanecerá porventura como uma das mais importantes variáveis dessa evolução.

3.3.2. Sistema de Ensino

Após um período de significativo abandono e quase total indefinição estratégica quando ao sistema de ensino, o qual genericamente vigorou desde a implosão da URSS e o início da primeira presidência de Putin, o Governo russo tem vindo a dar uma atenção crescente ao sector, sendo consensual no seio da classe dirigente o papel fulcral que o

34 BBC (2012).

35 Idem.

mesmo possui na modernização e competitividade do país à escala global³⁶. Neste plano, o investimento na educação aumentou substancialmente entre 2000 e 2009, acompanhando de forma proporcional o crescimento da economia, tendo duplicado nos níveis primário e secundário e triplicado no nível universitário, registando assim as maiores taxas entre os países da OCDE. Saliente-se que a recessão económica global iniciada em 2008 não teve efeitos no orçamento destinado à educação, o qual registou mesmo um aumento de 6% entre 2008 e 2009.

Não obstante a eventual falta de fiabilidade de algumas das fontes relativamente à situação do sistema de ensino, julga-se que os dados estatísticos apresentados pela OCDE poderão fornecer uma perspetiva minimamente fidedigna e realista do sector, sendo de realçar, entre outros³⁷:

Negativamente:

- O orçamento destinado ao sistema de ensino representa cerca de 5,5% do PIB, valor significativamente mais baixo do que a média da OCDE (6,3%)³⁸;
- 43% do orçamento é destinado ao níveis primário, secundário e pós-secundário (não universitário), representando a mais baixa taxa entre os países da OCDE e G-20;
- No que respeita ao gasto por estudante nos três níveis educacionais, o valor é cerca de 2/3 da média da OCDE³⁹;
- Possui o terceiro número mais baixo no seio da OCDE⁴⁰ no que respeita ao número de horas de ensino entre os 7-14 anos;

Positivamente:

Relativamente aos níveis de literacia e frequência dos vários níveis de ensino, a Federação encontra-se entre os primeiros dos países integrantes da OCDE, como se pode constatar pelo seguinte quadro:

Nível Secundário Completado (idade)	Federação Russa (%)	OCDE (% média)
25-64	88	74
25-34	91	82
55-64	71	62

36 A criação por Putin da Agência de Iniciativa Estratégica, com o objetivo de promoção de projetos de investigação e respetiva integração no sector empresarial, comunidade científica e sector da educação, é disso um bom exemplo.

37 OECD (2012).

38 Especialmente em razão do menor investimento nos níveis primário, secundário e pós-secundário (não universitário).

39 5.354 USD por estudante, contrastando com os 9.249 USD nos EUA.

40 5.835 e 6.862 horas de ensino, respetivamente.

Nível Terciário Completado (idade)	Federação Russa (%)	OCDE (% média)
25-64	54	31
25-34	55	38
55-64	44	23

Os níveis educacionais continuam a aumentar, sendo que 88% da população adulta possui, no mínimo, o nível secundário, e 54% possui o nível terciário, valores significativamente acima da média dos países da OCDE;

A federação Russa situa-se entre os quatro países com a maior taxa de jovens adultos com nível universitário, 54%, valor que nos países da OCDE representa 38%;

Possui o segundo menor número de alunos por sala de aula no ensino primário entre os países da OCDE⁴¹, e o menor número no ensino secundário⁴²;

No conjunto dos níveis primário, secundário e universitário, destaque para a maior taxa de horas de ensino dedicado às ciências exatas, 12%, o mais alto valor entre a OCDE e G-20.

De salientar igualmente que relativamente aos estudantes estrangeiros, na sua grande maioria com origem nos países vizinhos e especialmente no espaço pós-soviético, o seu número duplicou entre 2000 e 2010⁴³, sendo de realçar que cerca de 4% são de origem norte-americana, inglesa, australiana, alemã e francesa. Este facto, para além de evidenciar alguma qualidade do sistema de ensino russo, encerra em si um potencial geopolítico de médio e longo prazo, especialmente no espaço pós-soviético, já que cria fortes laços com as futuras elites dirigentes, a exemplo do que sucedeu no continente africano nas décadas de 60 e 70 e que perduraram até à atualidade.

Quanto às formas de financiamento, e porventura originando os dados alguma surpresa, os fundos públicos representam a maior fonte do financiamento global do sector, cerca de 85% do total e um valor idêntico à média da OCDE, sendo que no entanto o financiamento privado do sector universitário é maior do que a média da OCDE⁴⁴, valor que poderá representar uma crescente aproximação e ligação da universidade ao sector empresarial.

Constituindo um fator acrescido de preocupação, o *brain drain* no sector continua a registar taxas elevadas, e o facto é que os “melhores entre os melhores” se decidem frequentemente pelo abandono do país, a exemplo, entre muitos, de dois cientistas russos emigrados no Reino Unido, a quem foi atribuído o Prémio Nobel da Física em

41 17 e 21, respetivamente.

42 18 e 23, respetivamente.

43 Contrariamente ao sucedido na Alemanha e EUA, em que o número dos estudantes estrangeiros caiu 2% na última década.

44 OECD (2012).

2010⁴⁵. Uma possível medida tendente a minimizar esta realidade, especialmente visível no ensino universitário, poderá residir na recente criação de uma rede de centros de investigação, com uma maior ligação e coordenação estreita com o sector empresarial e orientado essencialmente para este⁴⁶. Uma outra causa direta do *brain drain* reside na génese associada aos doutoramentos. Com efeito, o seu número tem diminuído na última década, especialmente devido ao facto de não se encontrarem associados a projetos de investigação de dimensão considerável⁴⁷, bem como a atividades do sector empresarial e à economia real. Tal realidade é geradora de emigração tendo em vista a sua conclusão no exterior, em que em muitos dos casos se concretiza de imediato a entrada no mercado de trabalho após a sua finalização. Uma outra significativa limitação dos programas de doutoramento reside no facto de a sua maioria não ser compatível e reconhecida internacionalmente, especialmente no ocidente⁴⁸, pelo que significativo número de jovens cientistas optam por doutoramentos no exterior e grande parte já não regressa ao sistema de ensino e de investigação russo. Um outro obstáculo significativo decorre de um desajustado nacionalismo linguístico e reside no facto de grande parte dos projetos de investigação no âmbito dos programas de doutoramento não serem publicados em língua inglesa, sendo como tal simplesmente ignorados no ocidente, alimentadores de um divórcio crescente entre a comunidade científica russa e o exterior, e também uma das causas do próprio *brain drain*. Quanto aos programas de mestrado, é evidente a sua dificuldade em fazerem a ponte entre o sistema educativo e a atividade económica, sendo frequente um mestre encontrar-se tão impreparado para o mercado de trabalho quanto um bacharel. Por último, e também no que diz respeito ao ensino universitário, seria fundamental uma maior autonomia, qualitativa e quantitativa, dos estabelecimentos de ensino no plano dos conteúdos programáticos e a sua necessária orientação para o sector produtivo.

Do atrás referido poderá relevar-se que a qualidade e tipologia do sistema de ensino herdado da era soviética, cuja estrutura básica se mantém ainda em vigor, possui potencial de regeneração e adaptação a uma economia de mercado que tem vindo progressivamente a instalar-se no país. Tal transição, não obstante as dificuldades que encerra, é já visível, encontrando-se no entanto significativamente dependente da evolução de outros sectores, nomeadamente do sector económico, mas constituindo já um facto a conversão prática do potencial intelectual e de inovação que o país encerra.

3.3.3. O Problema Demográfico

Dos mais graves problemas que a Federação possui, e sem precedente na história russa⁴⁹, é a perda populacional anual em consequência da baixa taxa de fertilidade que

45 Konstantin Novoselov e Andrei Geim, investigadores da Universidade de Manchester.

46 Oleg Barabanov (2011).

47 Os quais, na generalidade, se encontram hipercentralizados na região de Moscovo.

48 Curiosamente, contrariamente ao que sucede com os mestrados.

49 Exceptuando a diminuição populacional decorrente de conflitualidade de génese violenta que na sua história experimentou.

ronda os 0,3%⁵⁰, fenómeno que em grande parte decorreu essencialmente da degradação das condições socioeconómicas em consequência das reformas económicas dos anos 90, bem como de uma maior tolerância e aceitação social do divórcio. A baixa esperança de vida na população masculina, cerca de 61 anos⁵¹, é em grande parte consequência de um outro grave problema da sociedade russa, o alcoolismo, bem como de outras disfunções, como por exemplo o relativo colapso do sistema de saúde nos anos 80 e 90, do qual ainda não recuperou.

Considerando o valor de 2,1 como referência para a taxa de fertilidade que permite a reposição demográfica, a Federação apresenta atualmente uma taxa de 1,5 sendo que em algumas regiões, como S. Petersburgo, esse valor atinge já uns preocupantes 1,3. Face a esta realidade, algumas projeções apontam para uma diminuição de 142 milhões de habitantes (dados de 2009) para 125 milhões em 2025, e mesmo para um número abaixo dos 100 milhões em 2050⁵².

Ainda que nos últimos anos a tendência negativa da perda populacional alegadamente possa ter diminuído⁵³, nomeadamente em 2009 quando se atingiu o pico da taxa de natalidade na geração entre os 20-29 anos, e que obviamente não será repetível, um outro dado iniludível reside no facto de 31,5% da população ter mais de 50 anos, o que conjugado com a baixa esperança de vida resulta numa séria ameaça populacional, independentemente das políticas demográficas que venham a ser adotadas para minimizar esta realidade, já que a sua inversão parece altamente improvável⁵⁴. Neste contexto, a lei de emigração aprovada em 2006 encorajou o regresso ao país da diáspora russa no exterior, especialmente no espaço pós-soviético, sendo que nesse ano cerca de 186.000 cidadãos optaram pelo regresso, número que em 2007 e 2008 cresceu para os 280.000. Contudo, em função da estagnação atual desse fenómeno, equaciona-se a possibilidade de ser (re)compensado pela emigração de génese islâmica da Ásia Central e Cáucaso, a qual já se cifra em cerca de 100.000/ano⁵⁵. Saliente-se contudo que tendo a taxa de emigração estabilizado atualmente nos 20.000/ano, a mesma tem no entanto origem na camada populacional com maior taxa de literacia, o que alimenta e potencia o fenómeno do *brain drain* anteriormente referido.

Relativamente ao Leste do país, releve-se que a região localizada a Leste do Lago Baikal apresenta uma população total de cerca de cinco milhões de habitantes, número que drasticamente contrasta com os cerca de 100 milhões de chineses que vivem na região fronteiriça. Desta realidade, que adiante será analisada, decorrem múltiplas e inevitáveis pressões, que aliás constituem uma profunda preocupação do regime, agravadas pelo crescente e elevado dinamismo da emergente China.

50 Que se cifra numa perda populacional de cerca de 500.000 habitantes/ano.

51 A esperança de vida feminina encontra-se nos 73,9 anos. Mikhail S. Blinnikov (2011).

52 Caspian Report (2011).

53 Muito embora dados dos últimos censos apontem para uma diminuição de 2,3 milhões de habitantes entre 2002 e 2010, tendo desaparecido cerca de 8.000 aldeias e vilas. Russia Today (2012).

54 Entre outras, a compensação financeira atribuída à natalidade tem produzido poucos resultados práticos, para além de ser bastante vulnerável a eventuais crises económicas que o país venha a experimentar.

55 Que tem no entanto alimentado os sentimentos ráticos e xenófobos.

Finalmente, a questão demográfica possui igualmente incidência direta no atual sistema de serviço militar assente na conscrição, como adiante se analisará, inviabilizando-o de forma clara no médio prazo, já que se torna inexequível a manutenção e necessária rotatividade dos efetivos previstos, cerca de um milhão de conscritos/ano.

3.3.4. O Papel da Igreja Ortodoxa

Muito embora o ateísmo imposto pelo regime soviético tivesse enfraquecido seriamente o papel da religião na sociedade, o facto é que a estrutura básica da Igreja Ortodoxa Russa (IOR) sempre se manteve em funcionamento, o que lhe permitiu no período pós-soviético um rápido rejuvenescimento e reconquista progressiva do papel social que já havia detido⁵⁶. Tal no entanto não se tem efetuado de forma linear, já que após o colapso da URSS a IOR se encontrou perante uma nova situação – após um período de supressão ou tolerância com margens de atuação algo restritas, pode novamente agir com uma substancial liberdade de ação, tendo contudo de encontrar o seu espaço de referência na nova estrutura social russa que entretanto emergiu, o que não se tem revelado uma tarefa fácil, dadas as profundas e poderosas dinâmicas de mudança que enformam a atual sociedade russa.

Quanto ao relacionamento com o regime, não obstante a IOR se assumir como a guardiã dos interesses do povo, tal não tem significado necessariamente uma atitude de oposição ao Governo, sendo inclusivamente visível uma quase ausência de criticismo relativamente à atuação governamental, e observável uma posição de algum antagonismo relativamente ao ideal democrático, em especial durante a era caótica que se instalou após o colapso da URSS. Quanto ao regime, e especialmente visível a partir da era Putin⁵⁷, tem vindo a enfatizar o papel do cristianismo ortodoxo como fator de união e distinção nacional, a exemplo do que sucede com os ideais de génese nacionalista, facto que tem sido potenciado pela Igreja para se impor e em simultâneo restringir, deliberadamente ou não, a implantação ou consolidação de outras práticas religiosas. Este quadro relacional possui assim vantagens mútuas para ambas as instituições – enquanto para a Igreja o Estado constitui atualmente um espaço em que possui um ampla liberdade de ação, já que, entre outras, lhe é permitido fundar novas congregações, edição livreira, construção de novos templos religiosos, trabalho missionário, etc., práticas que lhe eram negadas na URSS –, para o regime constitui um adicional e eficaz mecanismo de coesão social e política, sem que seja política e socialmente visível qualquer ação sua nesse sentido.

No plano regional, e necessariamente geopolítico, dada a intimidade que a IOR possui com as estruturas de poder da Federação Russa, também se faz igualmente sentir o papel da ortodoxia russa, já que decorrente da sua implantação e por nunca ter abandonado o seu papel ecuménico, a sua influência não distingue fronteiras e estende-se à ge-

56 Com efeito a IOR foi de facto a única instituição que sobreviveu ao colapso do império russo em 1917 e ao colapso da URSS em 1991.

57 Relembre-se que o Patriarca Kirill é presença obrigatória e de destaque nas tomadas de posse presidenciais e nas cerimónias religiosas que se lhes seguem.

neralidade da Europa de Leste, região que no plano religioso continua a sofrer a interação de três grandes centros – Roma, Constantinopla e a “Terceira Roma”, Moscovo. Neste quadro, um dos grandes objetivos da Igreja Ortodoxa Russa focaliza-se assim na tentativa de criação de uma grande entidade cultural e religiosa resultante, prioritariamente, da unificação com a Ucrânia, Bielorrússia e Moldova, desiderato que encontra obviamente no Kremlin um claro e inequívoco apoio, dada a similaridade dos objetivos que neste âmbito o regime e a Igreja russa perseguem. Ainda que tal objetivo encontre por certo obstáculos e resistências várias, saliente-se que na Ucrânia, especialmente na parte Leste de forte influência pró-russa, tal poderá revelar-se mais facilitado⁵⁸, relevando-se como exemplo o facto de o então presidente ucraniano Viktor Yanukovitch, originário do Leste ucraniano, ter convidado o Patriarca Kirill de Moscovo para o abençoar antes da tomada de posse.

Em suma, poderá afirmar-se que a comunhão de interesses no plano interno e externo entre a IOR e o atual regime é substancialmente coincidente, facto de que decorre naturalmente um claro apoio e entreajuda entre ambas as instituições. Contudo, num cenário interno em que a contestação popular ao regime atinja níveis considerados surpreendentes, não se descarta a hipótese de a Igreja inverter substancialmente a tradicional atitude de cooperação íntima que com ele tem mantido e nesse sentido poder tornar-se ela mesma um poderoso fator de oposição ao regime, quicá um dos seus principais desestabilizadores.

3.4. Enquadramento Geoeconómico

3.4.1. Caraterização Geral

Mais de 20 anos após a queda do anterior regime, a situação atual da economia russa é ainda profundamente marcada pelos mais de 70 anos de regime soviético, o qual, entre outros, deu continuidade ao tradicional estaticismo histórico da sociedade russa e impôs de forma inapelável a presença do Estado, implantando uma natureza coletivista no plano socioeconómico, bem como um elevado grau de militarização da atividade económica. Com efeito o legado soviético, e não apenas no plano económico, foi na sua generalidade devastador, sendo de destacar a ruína quase total da agricultura, uma infraestrutura social primitiva ou retardada, um ambiente devastado e uma população demograficamente ameaçada⁵⁹. Deste modo, e aquando da entrada do país numa nova fase existencial, em que no plano económico se inicia, do zero, a natural evolução de uma economia de planeamento estatal para uma economia de mercado, a Rússia com pouco mais podia contar do que as suas riquezas naturais, com especial destaque para o sector petrolífero e gasífero, imediatamente disponíveis, bem como a também disponibilidade da respetiva estrutura de transporte e distribuição. E saliente-se que não obstante o criticismo generalizado desta dependência estrutural, o facto é que na eventualidade de o país não possuir semelhantes recursos, as consequências não seriam apenas extremamente

58 Andrei Zolotov (2010).

59 Zbigniew, Brzezinski (2000).

gravosas, como inviabilizariam certamente o processo de recuperação que o país tem experimentado.

É assim que os sectores petrolífero e de gás natural, não renováveis e de sustentabilidade duvidosa⁶⁰ e de baixo valor acrescentado⁶¹, ascenderam e permanecem como os pilares da economia russa⁶², e precisamente como os que mais nefasta influência, direta e indireta, projetam na sua diversificação⁶³. A materialização deste facto é assim espelhada pela proporcionalidade direta entre o preço internacional do barril de petróleo e a performance económica do país, subjacente numa regra clara em que quando os preços baixam são diretamente acompanhados por uma baixa no PIB nacional⁶⁴. É assim geralmente aceite que na eventualidade de o valor de referência do preço internacional do barril de petróleo baixar da barreira dos 100 USD/barril, o PIB nacional sofrerá uma significativa contração, estimando-se que esta possa atingir os 2% caso aquele valor atinja os 90 USD⁶⁵. Estes dados não são contudo consensuais, e a este propósito outras fontes referem que um valor médio do preço do barril acima dos 80 USD é suficiente para provocar um crescimento do PIB de até 4% ao ano⁶⁶. Saliente-se contudo que existem significativas diferenças entre a dependência da economia russa destes dois sectores, e a que ocorre, por exemplo, em muitos dos países produtores do Médio Oriente e Golfo Pérsico. Com efeito, ao contrário do que sucede nestes últimos, em que a manufatura interna é incipiente ou economicamente desprezível, uma alta nos preços faz sentir o seu efeito no mercado e economia russa, estimulando-os, bem como à produção interna, funcionando assim também como sua alavanca. Todavia, desta forma porém funcionando em sentido oposto, o objetivo estratégico nacional russo de transformar o país numa superpotência energética, não apenas adiou ou tornou mais difícil a sua diversificação económica, como centrou esse vetor na sua principal arma de génese geopolítica, o que desde logo levanta no exterior sérios receios e suspeições.

Ainda assim, e decorrente dos ensinamentos da crise económica de 2008, em que a baixa de preços petrolífera teve um enorme impacto negativo na economia russa, o país parece dispor atualmente de um “plano B”, o qual é basicamente alicerçado nas terceiras maiores reservas mundiais de massa monetária, no Fundo de Reserva Nacional e no Fun-

60 Algumas fontes referem a possibilidade de a produção petrolífera poder estagnar durante os próximos 10 anos devido à atual situação da respetiva infraestrutura. Ben Judah (2011).

61 Neste quadro, a manufatura de produtos *high tech* representa apenas 0,7% do PIB, valor sete vezes menor do que na China e metade do Brasil. Margareta Hanouz (2011).

62 Representam cerca de 66% do total das exportações. Margareta Hanouz (2011).

63 Sendo mesmo considerado “mais uma maldição do que uma benesse”. Sergei Ivanov, (2012). Sergei Ivanov foi, entre outros, Ministro da Defesa da Federação, sendo atualmente Chefe da Administração Presidencial de Putin, e um integrante relevante do seu *inner circle*.

64 Para este efeito o sector gasífero, embora em menor escala, produz efeitos semelhantes. Saliente-se contudo que outras correntes afirmam que ainda que a dependência do petróleo não fosse tão acentuada e a economia estivesse mais diversificada, não é certo afirmar que a Rússia não seria tão duramente atingida, aliás a exemplo do sucedido em países não produtores de petróleo. Gaddy Glifford, *The Brookings Institution*, Fevereiro de 2009, disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=BLAAuTATc34>.

65 Andrew Barnes (2011).

66 Antonio Spilimbergo (2012).

do das Futuras Gerações, instrumentos essencialmente financiados pelas exportações de petróleo e gás⁶⁷. Não obstante esta confortável almofada financeira, as elites dirigentes possuem consciência de que o país não se encontra ainda assim preparado, dados os inúmeros fatores de incerteza e elevada complexidade que poderão resultar de uma eventual crise generalizada na eurozona, do aprofundamento da recessão nos EUA ou de uma desaceleração chinesa, e as naturais consequências que tais eventos poderiam ter nos mercados energéticos globais⁶⁸.

As limitações e vulnerabilidades da economia russa, quer de âmbito conjuntural, quer estrutural, são assim salientadas e valorizadas por diversas fontes, as quais, de uma forma genérica, são consensuais ao referirem que na sua tipologia estrutural reside a sua maior ameaça. E neste quadro apontam-se duas grandes vulnerabilidades: a corrupção e o carácter essencialmente monoexportador. A primeira, intimamente associada ao exagerado papel do Estado no sector económico, e ainda que Putin logo no início do atual mandato presidencial tenha assinado legislação vária tendente a atenuar ou erradicar o fenómeno, assim como o excesso de burocracia e transparência processual, certo é que não será apenas por decreto que se produzirão resultados, dado a sua magnitude e transversalidade. Quanto à desejada diversificação económica, será de muito baixa probabilidade uma solução exclusivamente interna, dada a dimensão e horizonte temporal que tal tarefa apresenta, e as necessidades de tecnologia e financiamento que requer⁶⁹, sendo assim essencial a promoção da criação de um clima favorável ao investimento externo e proceder à correspondente abertura da economia⁷⁰. Como agravante, e potenciador das debilidades económicas intrínsecas do país, a fraqueza das instituições, a personalização do Poder, a fusão entre este e a propriedade, uma cultura adversa ao risco, uma fraca sociedade civil, a ausência de um verdadeiro Estado de Direito ou o comportamento monopolístico e oligárquico das elites, em nada favorecem as reformas de que o país necessita, bem pelo contrário, ajudam à manutenção ou mesmo perpetuação da atual situação.

Relativamente à atual realidade e potencialidades do sector económico russo, especialmente efetivadas a partir do início da década de 2000⁷¹, o facto é que o país se transformou radicalmente, sendo hoje os principais indicadores incomparáveis com os de períodos anteriores da história russa. A título meramente exemplificativo⁷², entre 1999 e 2008, registou-se um aumento dos salários reais em cerca de 250%, um aumento exponencial das pensões de reforma⁷³, o desemprego diminuiu em mais de 50%, a taxa de

67 Na sua totalidade representam mais de um trilhão de USD. Sergei Ivanov (2012).

68 Idem.

69 Antonio Spilimbergo (2012).

70 Neste âmbito, saliente-se que o investimento externo no país pode mesmo ser potenciado pela duração e dimensão da atual crise económico-financeira ocidental, não sem que, nesse cenário, o regime salvaguarde a sua segurança e continuidade e os interesses nacionais russos.

71 A verdadeira alavanca residiu na forte alta de preços do petróleo, conjugada no entanto com a política de retoma dos grandes ativos energéticos e a reforma económica encetada por Putin.

72 Anders Aslund, Serguei Guriev e Andrew Kuchins (2010).

73 Muito embora para os atuais níveis se manterem sustentáveis haverá que proceder ao aumento de impostos

pobreza diminuiu de 29% para 13%, o país tornou-se no maior mercado automóvel da Europa, o mercado imobiliário aumentou 10 vezes, a taxa de crescimento tem-se constituído como a maior da Europa, tendo de uma forma geral mantido esse ímpeto⁷⁴, a dívida externa russa é atualmente cerca de 9% do PIB e o país possui potencial e vontade para se constituir um importante parceiro comercial do grande polo geoeconómico global, a região Ásia-Pacífico. Contudo, nunca foram resolvidas quatro grandes disfunções na sua economia – a elevada taxa de inflação, a corrupção, as desigualdades sociais e a diversificação económica, todas elas de génese marcadamente estrutural, às quais acresce a sua independência crescente do sistema económico mundial, sujeita como tal a variáveis sobre as quais pouco controlo possui.

Quanto à capacidade de gestão, uma área em que tem sido efetuado um significativo esforço mas persistindo claramente como uma limitação, a comunidade empresarial utiliza deficientemente, ou por vezes não utiliza mesmo, técnicas de *marketing* avançadas e, porventura mais importante, não controla a distribuição internacional das suas exportações. No que respeita ao profissionalismo e desempenho existente nos cargos de gestão e direção, muito embora a qualidade dos quadros tenha aumentado significativamente nos últimos anos, sendo mesmo frequente o seu recrutamento no exterior, muitos dos elementos a eles afetos são ainda em grande parte nomeados com base em relações familiares, de amizade ou de círculos de poder, muitas das vezes em detrimento de profissionais com maior qualificação.

Relativamente à caracterização num plano geoeconómico abrangente, realce-se a situação de bloqueio em que a Federação se encontra entre dois grandes polos: a Europa, economicamente a atravessar significativas dificuldades, ou mesmo em declínio, porém representando ainda a larga fatia das suas exportações⁷⁵, e um oriental, a região Ásia-Pacífico especialmente representada pela China, ator em clara ascensão e com necessidades crescentes em sectores que a Federação possui capacidade para satisfazer, mas que não obstante o significativo aumento que registou, representa para as exportações russas menos de metade do mercado europeu⁷⁶. Esta realidade dual constitui uma disfunção e uma limitação de peso da economia russa, cuja solução ou minimização, para além de se constituir como que uma decisão de carácter quase existencial, é de difícil exequibilidade no curto e mesmo no médio prazo.

Numa perspetiva mais específica, e no que concerne ao seu potencial, releve-se desde logo a autossuficiência energética e uma substancial capacidade de exportação para

sobre o rendimento em cerca de 30% até 2030, e 40% nos 20 anos seguintes, o que constituirá um grave problema e um sério desafio. A alternativa poderá passar por novas fontes de financiamento, o que não se afigura fácil, ou pelo aumento da idade da reforma, modalidade que encerra um elevado potencial de destabilização social. Antonio Spilimbergo (2012).

74 O FMI prevê uma taxa de crescimento média de 3,4% até 2014. Idem.

75 Apenas o mercado da UE representa atualmente cerca de 50% do comércio externo russo, totalizando cerca de 320 mil milhões de USD anuais. Artem Zagorodnov (2012).

76 A APEC é o destino atual de 23% do total das exportações russas, não obstante em 2006 esse número fosse apenas de 15%, o que representa um aumento de quase 50% em 6 anos.

satisfação dos grandes mercados energético-dependentes, especialmente a Europa e a China.

Por outro lado, a significativa autossuficiência, ou quase, em grande número de matérias-primas, associado ao facto de grande parte dos seus polos industriais se encontrarem junto das respetivas fontes, um legado da era soviética, garante-lhe um significativo potencial de atração de investimento externo no sector industrial, de que é exemplo o sucedido na indústria pesada. Neste quadro saliente-se algumas *joint-ventures* efetuadas no sector automóvel, decorrentes das quais as sul-coreanas KIA e Hyundai, a chinesa Volvo⁷⁷, as norte-americanas FORD e General Motors⁷⁸, a francesa Renault, a italiana FIAT, ou as alemãs Daimler-Chrysler, MAN⁷⁹, BMW ou Scania⁸⁰ já possuem linhas de produção na Federação, encontrando-se, entre outras, a alemã Volkswagen, a norte-americana DAF⁸¹ e as japonesas Toyota e Nissan também próximo de iniciarem a produção. Todavia, a salvaguarda dos interesses nacionais do sector foi devidamente acautelada, especialmente a partir de 2011, ano em que foi aprovada legislação que exige, em unidades com produção superior a 350.000 unidades/ano, a incorporação de um mínimo de 30% de motores ou caixas de velocidade russas nos modelos a produzir⁸².

Saliente-se igualmente o potencial que o sector agrícola encerra, possuindo a terceira maior área arável em termos globais, sem grandes restrições hídricas e grande parte ainda disponível para cultivo, em especial no que respeita à satisfação das necessidades agroalimentares, entre outras, da região Ásia-Pacífico ou do Médio Oriente.

Finalmente, no que respeita à estratégia económica da Federação, a mesma passa essencialmente por duas grandes linhas de ação: (1) a maximização dos ganhos no sector petrolífero e gasífero, através do estabelecimento prioritário de contratos de longo prazo com os países importadores, como forma de manter o excedente da balança comercial, e (2) com base nessa mais-valia apoiar a modernização, robustez e se possível a autossuficiência de outros sectores da atividade económica e do sector industrial. Quanto ao incremento da rentabilização do sector energético, e fundamentalmente em razão das potencialidades ainda por explorar, considerando a dimensão de tal objetivo e o enorme investimento requerido, torna-se necessário o recurso a capital externo ou proceder à sua privatização parcial, presumindo-se porém que neste caso o Estado garanta uma posição maioritária. Ainda assim refira-se a capacidade de investimento próprio gerada pelos lucros das grandes empresas do sector ou pelos sucessivos excedentes da balança comercial, retomando estes últimos, o cres-

77 Adquirida em 2010 pela chinesa Zhejiang Geely Holding Group.

78 A Chevrolet foi a marca que mais vendeu em 2011 no mercado russo, sendo as marcas estrangeiras responsáveis por 61% do total da produção nacional de viaturas ligeiras, cerca de 1.250.000 unidades. Ernst & Young (2013).

79 De que a VW é a maior accionista.

80 Adquirida em 2008 pelo grupo VW.

81 A Paccar americana passou a controlar o grupo holandês DAF em 1996.

82 Vladimir Tchikine (2011).

cimento após uma quebra decorrente do pico da crise económico-financeira global em 2008-2009, atingindo nos primeiros nove meses de 2012 um valor de cerca 60 mil milhões de Euros⁸³. Todavia, e constituindo porventura o reverso da medalha, o sector não petrolífero manteve e registou um significativo défice, traduzindo desse modo a vulnerabilidade e falta de competitividade da economia russa aos choques comerciais externos.

A modernização do tecido económico e industrial, tendo em consideração o *handicap* que a Federação apresenta em domínios vários especialmente no plano da alta-tecnologia, passa igualmente pelo estabelecimento de parcerias com atores externos nesses sectores, sendo já visível tal postura, entre outros, num plano prioritário, com a Alemanha, França, Itália ou mesmo os EUA e Reino Unido, e num plano secundário com o Brasil, a Índia ou Israel. Neste âmbito julga-se pertinente efetuar uma pequena referência relativamente à imagem instalada no exterior quanto à reduzida abertura da economia russa. Tal não corresponde inteiramente à realidade, sendo inúmeros os exemplos e diversificados os sectores em que sobressaem as parcerias efetuadas com grandes empresas multi e transnacionais, independentemente do seu país de origem. Com efeito, e para além do atrás salientado na indústria automóvel, outras *joint-ventures* ocorrem igualmente na indústria aeroespacial, ferroviária, farmacêutica, agroalimentar, energética, construção naval ou civil, entre outras. Assim, o principal obstáculo ao investimento estrangeiro na Federação reside, não na falta de abertura do mercado propriamente dita, mas sim quase exclusivamente na combinação do protecionismo, corrupção, falta de transparência e a burocracia que frequentemente envolve o processo, bem como a ameaça que pode constituir aos interesses instalados. Como agravante, as reformas necessárias tendentes à eliminação destes fatores limitadores da atividade e desenvolvimento económico, bem como à diversificação de uma economia excessiva centralizada no sector energético, são morosas, tardias e complexas, dado serem profundamente influenciadas por aquela realidade. Desse modo, em face da força e multiplicidade da inércia interna, assume-se que as variáveis externas e/ou a premência da inevitabilidade das reformas, poderão ser na realidade os seus verdadeiros motores e impulsionadores, o que, registe-se, por não planeado pode acrescentar maior imprevisibilidade e incerteza ao processo. Ainda assim, tal realidade não é impeditiva da instalação das grandes empresas multinacionais ou transnacionais no país, motivada, entre outras, pela existência de mão-de-obra qualificada, disponibilidade de matérias-primas, dimensão do mercado interno ou custos de produção menores do que nos países desenvolvidos, sendo que segundo o Banco Mundial a percepção de risco por parte de investidores externos tem vindo mesmo a diminuir⁸⁴. Neste âmbito, e segundo dados da KPMG⁸⁵, a Federação apresenta menores custos no índice de *doing business* do que os EUA, Canadá, Brasil e da generalidade dos países da União Europeia, embora sejam superiores aos da China, Índia e México, sendo líder entre os países de alto

83 World Bank (2012).

84 Idem.

85 KPMG (2012).

crescimento no que respeita à qualidade da infraestrutura de comunicações e tecnologias de informação.

Saliente-se igualmente, no plano da estratégia económica, a assunção explícita por parte da Federação de riscos e obstáculos significativos relativamente à sua execução, especialmente os decorrentes da sua integração na economia global e na Organização Mundial de Comércio, claramente expostos no Conceito de Política Externa da Federação Russa, aprovado em Fevereiro de 2013⁸⁶. Neste, a diplomacia económica assume também particular importância, dado que se constitui como um dos mecanismos básicos para apoio à internacionalização das empresas russas, da modernização e diversificação da economia interna, ou de atração de tecnologia, conhecimento e investimento externo.

Quanto a projeções económicas de curto prazo, e salvaguardando o crescente risco de imprevisibilidades neste quadro, o Banco Mundial aponta para uma taxa de crescimento económico de 3,6% em 2013, a qual - embora menor do que a dos países em desenvolvimento, que poderão atingir os 5,9% -, está no entanto claramente acima da dos países desenvolvidos, cerca de 1,5%.

3.4.2. Sistema Financeiro

O sistema financeiro russo passou por um período de grande transformação, encerrando fundamentalmente duas grandes fases – durante a transição do país para uma economia de mercado, na qual ocorreu a primeira etapa do processo de privatizações, e após a crise de 2008-2009, tendo depois desta última sido acentuado o papel de supervisão, levando à sua estabilização.

No que respeita à sua eficiência, para a qual também contribui negativamente um quadro legal desajustado, o sistema financeiro russo encontra-se atrás do dos restantes BRICS, sendo esse diferencial ainda maior se comparado com o dos países da OCDE. Relativamente ao grau de privatização do sector bancário, cerca de 37% da banca encontra-se sob controlo estatal, sendo no entanto esse valor menor do que nos restantes BRICS⁸⁷. Se tal facto por um lado pode concorrer em grande parte para a estabilidade do sistema financeiro, por outro limita a sua eficiência e competitividade, residindo no acesso ao crédito um dos mais problemáticos fatores relativamente à facilidade do *doing business* no país, o que tem aumentado substancialmente a exposição ao crédito externo.

Releve-se finalmente a profunda influência negativa que a fuga de capitais tem gerado no sector financeiro e naturalmente na economia interna. Motivado essencialmente pela procura de segurança por parte das elites políticas e económicas, tem atingido elevados valores, sendo de registar o recorde de 2008, com 133 mil milhões de USD, seguindo-se em 2010 cerca de 35 mil milhões de USD, estimando-se em 2011 possa ter atingido os 70 mil milhões de USD. O pico registado em 2008 e o aumento ocorrido em 2011 terão tido a sua génese na percepção de instabilidade e incerteza da evolução

86 Embaixada da Federação da Rússia em Portugal (2012).

87 Margareta Hanouz (2011).

da situação política e social decorrente das eleições presidenciais, que no entanto se revelou infundada. Tal situação, se por um lado poderá sofrer uma significativa inversão na eventualidade de se concretizarem as recentes medidas propostas por Putin relativamente aos constrangimentos e proibições a impor a servidores do Estado quanto a contas bancárias no exterior, por outro aumentará de forma exponencial os receios das elites quanto à (in)segurança dos seus bens e investimentos. Tal proposta de Putin não possui no entanto a sua génese exclusivamente em questões de índole económica, tendo igualmente claros propósitos políticos, nomeadamente projetar um sinal claro para a opinião pública, e neste quadro visando sobretudo a classe média crescentemente crítica do regime, de que este está, de facto, a impor políticas no sentido da eliminação do fenómeno da corrupção e do enriquecimento ilícito, uma das principais bandeiras da oposição. Neste âmbito, não se descarta igualmente o cenário de que tais medidas se possam constituir como fator ignidor de uma vasta e seletiva operação de limpeza a efetuar por Putin e pelo seu *inner circle*, por forma a afastar elementos politicamente indesejáveis e naturalmente referenciados pela opinião pública, bem como os mais diretos opositores.

3.4.3. Sector Industrial

No que respeita ao sector industrial, o país apresenta, de uma forma geral, uma razoável produção industrial, que regista uma procura significativa pelos mercados dos países em desenvolvimento ou em vias de desenvolvimento, o que potencia a consolidação das relações de âmbito bi e multilateral. Contudo, a longevidade e mesmo obsolescência de significativa parte das unidades de produção, bem como o emergir da concorrência por parte dos próprios países em desenvolvimento, introduz um fator adicional de preocupação quanto à vulnerabilidade do sector. Como agravante, a integração da Federação Russa na Organização Mundial de Comércio, impedindo também a atribuição de subsídios à indústria, terá reflexos diretos na diminuição da competitividade que ainda patenteia em alguns subsectores.

Ainda assim são de relevar algumas particularidades, sendo de apontar no plano da alta tecnologia, a intenção de a Federação Russa (também) pretender que o sector se transforme na principal alavanca do crescimento económico, possuindo neste âmbito importantes mais-valias herdadas da era soviética, em que destaca, entre outras, a qualidade e quantidade dos quadros de investigação, um sistema nacional laboratorial e de centros de investigação, ou empresas produtoras e competitivas globalmente em determinados nichos de mercado.

Dos nove subsectores considerados pela OCDE como representativos da inovação tecnológica⁸⁸, a Federação é considerada como competitiva, ou potencialmente competitiva, no plano global em cinco deles – *software*, nanotecnologia, tecnologia nu-

88 Aeroespacial, computação, eletrónica e telecomunicações, farmacêutica, instrumentação científica, maquinaria eletrónica, indústria química, maquinaria não-elétrica e armamento. Anders Aslund, Serguei Guriev e Andrew Kuchins (2010).

clear, indústria aeroespacial e indústria de armamento. No entanto haverá que introduzir nesta realidade a erosão provocada pelo abandono a que a generalidade dos sectores tecnológicos foi votada após o final da URSS, duramente afetados e que ainda não recuperaram⁸⁹, sendo no entanto de destacar a indústria de *software* como a única que emergiu desde esse marco histórico e se constitui como um caso de sucesso inegável⁹⁰. De relevar igualmente a prioridade que tem sido atribuída à área da nanotecnologia, que enferma no entanto do facto de apresentar debilidades no plano da inovação e comercialização, muito embora apresente claras potencialidades no plano da investigação de âmbito teórico.

Um dos maiores entraves à efetivação do potencial que a Federação apresenta no domínio da alta tecnologia, reside, uma vez mais, nas muitas barreiras que se colocam à cooperação e investimento externo, especialmente representadas pelos elevados níveis de corrupção e burocracia existentes, que desincentivam e afastam muitas das iniciativas passíveis de concretização neste âmbito. Por outro lado, a adoção do modelo de reorganização da generalidade das indústrias de alta tecnologia em grandes conglomerados, os chamados “campeões nacionais”, especialmente visíveis na indústria de defesa, nuclear e aeroespacial, acompanhada por substancial injeção de capital por parte do Estado, parece não ter tido os resultados esperados. Com efeito, não obstante a maior massa crítica lhes permitir maior investimento no desenvolvimento de novos produtos e tornarem-se assim internacionalmente mais competitivas, recorrendo por vezes a parcerias externas, o facto é que, com exceção da indústria de *software*, lhes faltará ainda dar o salto qualitativo que lhes permita uma entrada plena no mercado mundial daqueles sectores e nele competir em termos de qualidade. Como agravante, o impulso que se pensava que este sector industrial pudesse vir a dar à economia nacional revelou-se até à presente data igualmente insuficiente, sendo modesto o atual desempenho.

Quanto à indústria nuclear de carácter civil, herdeira natural do programa nuclear militar da era soviética, a Federação compete à escala global, sendo o maior exportador e construtor de centrais⁹¹, possuindo a maior capacidade de enriquecimento de urânio, o que realiza com eficiente tecnologia de centrifugação e os menores custos em termos globais, o principal fator de competitividade no mercado⁹². Adicionalmente, encontra-se numa posição privilegiada na construção de nova geração de reatores, de bastante maior eficiência e passíveis de utilizar o tório como combustível, mais abundante na natureza do que o urânio, e que poderá vir de forma pioneira a exportar para a China.

89 A título meramente informativo, saliente-se a redução do número de efetivos que integravam o sector da investigação e desenvolvimento, o qual passou de 1.940.000 em 1990, para 793.000 em 2008. Anders Aslund, Serguei Guriev e Andrew Kuchins (2010).

90 Ainda que, por exemplo, seja inferior à congénere indiana, uma potência global em clara ascensão neste domínio.

91 Das 68 centrais nucleares atualmente em construção, 28 são da Rosatom, 9 na Federação e 19 no exterior. Ver Carbonnel (2013).

92 A empresa TENEX é responsável pela satisfação de 1/3 das necessidades de combustível nuclear da Europa. European Commission (2012).

Saliente-se que também no sector do nuclear se começam a fazer sentir críticas quanto à atual postura da Federação, sendo acusada de os seus projetos no exterior se centrarem mais no plano político do que plano económico, já que o *template* utilizado – *Build, Own and Operate*⁹³ - cria elevadíssimas dependências passíveis de serem utilizadas como arma geopolítica.

Quanto à estrutura da indústria nuclear russa, refira-se que foi igualmente com Putin que se precedeu à sua verticalização e integração dos ramos civil e militar, atualmente reunidos num grande conglomerado sob a dependência da Rosatom.

Na indústria aeroespacial a grande mais-valia da Federação Russa reside na capacidade que possui na área dos lançadores, potenciada pela saída de serviço do *shuttle* norte-americano e em que o sistema russo Proton se constitui já como o único com capacidade de colocação de cargas pesadas no espaço. Pelo contrário, na área das comunicações por satélite, o sistema Glonass para além de apresentar maiores custos de utilização, revela menor qualidade que os congéneres ocidentais e não se mostra, por enquanto, internacionalmente competitivo. Quanto à indústria aeronáutica civil, encontrando-se igualmente a recuperar do significativo abandono a que foi sujeita⁹⁴, será bastante improvável poder vir a concorrer com os gigantes mundiais do sector, a Boeing e a Airbus, não obstante a Sukhoi ter vindo a recuperar e a tentar penetrar no mercado mundial da aviação regional⁹⁵, sendo no entanto certamente difícil quebrar as barreiras existentes e penetrar nesse mercado marcadamente monopolista. Como agravante, o atraso neste sector é substancial, especialmente nos sistemas de *avionics*, limitação apenas passível de ultrapassar através do incremento de parcerias com o exterior. Já no que respeita à indústria de componentes aeronáuticos a Rússia revela algum potencial, tendo já parcerias com empresas ocidentais⁹⁶. Relativamente à indústria de defesa, tendo acompanhado a degradação que se fez sentir noutros sectores, encontra-se atualmente numa fase de recuperação⁹⁷, depois de passar por um processo de reestruturação e privatização, em que cerca de 60% das empresas pertencem ao sector privado, sendo os restantes 40% totalmente estatais. Contudo, e ainda que a Federação lidere alguns nichos de excelência, a gestão nem sempre eficiente, a relativa pequena dimensão das empresas do sector, os constrangimentos financeiros e tecnológicos, ou a elevada idade da generalidade da sua força laboral que apresentam em muito poderão ditar a continuação da secundarização em relação a gigantes internacionais do sector.

93 A Federação também se responsabiliza pela recepção do lixo nuclear tóxico, uma contrapartida que nenhum outro ator oferece.

94 Saliente-se que parte significativa da produção da Antonov se encontra na Ucrânia.

95 Em cooperação com a Finmeccanica italiana e a SNECMA francesa.

96 Nomeadamente com as norte-americanas Pratt and Whitney e Boeing (que possui um gabinete de desenho em Moscovo) e a europeia EADS.

97 Entre outros, o grande mercado que a Europa de Leste constituía, desapareceu por completo.

3.4.4. Sector Agrícola

Possuindo a Federação uma das mais vastas áreas de terra arável⁹⁸, estimando-se um total de 23 milhões de hectares (ha)⁹⁹, tal realidade confere-lhe um potencial no sector que por analogia à riqueza representada pelo “ouro negro” petrolífero se denomina frequentemente de “terra negra”. Contudo, e de forma semelhante ao sucedido noutros sectores e atividades económicas, também o sector agrícola sofreu um enorme abandono na sequência do processo de implosão da URSS, tendo estado mesmo perto do colapso, e não obstante ter registado um significativo desenvolvimento tecnológico e de gestão nos últimos anos¹⁰⁰, o facto é que a Federação continua a ser um importador de produtos agroalimentares. De relevar também o desenvolvimento que o sector tem vindo a experimentar no plano da distribuição, sendo que enquanto nos anos 90 a Rússia chegava a ter perdas próximas dos 80%, essencialmente devido a erros de gestão, atualmente é já gerido com substancial profissionalismo, começando mesmo a rivalizar em diversas áreas com sectores congêneres ocidentais. Quanto à dimensão do sector na economia nacional, saliente-se o facto de contribuir com cerca de 5% para o PIB nacional, atraindo 8% da força laboral do país¹⁰¹, e registando um défice na balança comercial agroalimentar de cerca de 20.000 milhões de USD¹⁰², valor em crescendo devido ao aumento no nível de vida da generalidade da população, o qual se projeta diretamente no aumento das importações.

Quanto ao apoio estatal ao sector, em crescendo desde o final dos anos 90, tem visado sobretudo atingir alguma auto-suficiência em determinados subsectores, especialmente na criação de gado e desse modo diminuir as importações. Contudo, com a entrada da Federação na Organização Mundial de Comércio, também estes apoios terão de cessar progressivamente¹⁰³, pelo que se considera provável alguma perda de competitividade, a qual poderá ser no entanto minimizada pelo investimento no sector, quer externo, quer interno, dada a crescente apetência que tem gerado também nas grandes fortunas russas¹⁰⁴.

98 Com o final da URSS a Rússia perdeu cerca de metade da área de produção agrícola localizada na Ucrânia, Cazaquistão, Geórgia e Uzbequistão, assim como importantes áreas de mineração, como as de crómio e urânio no Cazaquistão, ou de manganês na Geórgia.

99 <http://www.investinrussia.biz/industry/agriculture/agriculture-industry-russia>. Este número é exposto nas estatísticas das Nações Unidas, que referem 121 milhões de hectares de terra arável. <http://faostat.fao.org/site/377/DesktopDefault.aspx?PageID=377#ancor>. Acedido em janeiro 2013.

100 Entre 2005 e 2008 o investimento externo neste sector aumentou 450%, de 156 milhões de USD para perto de 900 milhões de USD, havendo ainda um enorme potencial de crescimento. Michael T. Klare (2012).

101 Registando-se no entanto uma significativa falta de mão-de-obra agrícola e envelhecimento rápido da existente.

102 OECD (2011).

103 Atualmente os instrumentos financeiros de apoio ao sector advêm dos impostos sobre os produtos importados, o principal, intervenções nos preços do mercado, especialmente nos cereais, e alguns subsídios às exportações.

104 Como é o caso do consórcio agroalimentar Kuban Agro Holding, pertencente a Oleg Deripaska, o “rei do alumínio”. http://deripaska.com/business/?SECTION_ID=44. Acedido em janeiro de 2013.

Relativamente à efetivação do enorme potencial agroalimentar, e a par do que igualmente sucede noutros sectores económicos, estima-se que no investimento externo poderá residir o grande fator ignidor da mesma¹⁰⁵, o qual, servindo também de inversor do abandono das zonas rurais que se tem feito sentir nos últimos anos, poderá estimular a recuperação socioeconómica das grandes regiões agrícolas em relação a outras regiões da Federação.

Neste âmbito, e entre outras, firmas britânicas¹⁰⁶, suecas¹⁰⁷, dinamarquesas¹⁰⁸, alemãs e holandesas, constituem-se como as pioneiras do investimento externo, ao qual foi porém imposta uma tipologia significativamente diferente do acordado nos anos 90, o qual em muito pouco contribuiu para o desenvolvimento e sustentabilidade do sector, dado o objetivo quase exclusivo de obtenção de lucros rápidos por parte dos investidores¹⁰⁹. Saliente-se um fenómeno que acompanha frequentemente o investimento externo no sector agrícola um pouco por todo o globo, apelidado de *land grab*¹¹⁰, provavelmente decorrente do *stress* agroalimentar que em termos globais se poderá/deverá verificar no médio prazo, em grande parte motivado pelas alterações nos padrões alimentares que estão a ocorrer nos países emergentes. Aquele consiste, de uma forma genérica, na aquisição e/ou aluguer de longa-duração de solos aráveis por parte de grandes empresas multinacionais do sector ou de países grandes produtores de hidrocarbonetos, especialmente do Médio Oriente e Golfo Pérsico¹¹¹, ao qual, de uma forma ou outra naturalmente a Federação terá também dificuldade em resistir.

Finalmente, e antecipando de forma resumida o que adiante será explicitado, refira-se a percepção, aliás materializada em projeto mas por operacionalizar, que as autoridades russas possuem relativamente à capacidade que o país tem em se afirmar como o grande armazém agroalimentar do mercado asiático, dadas as enormes necessidades deste último e o potencial que a Federação apresenta no sector.

3.4.5. Recursos Naturais

De uma forma genérica, e constituindo caso pouco comum, porventura a maior problemática da Federação Russa relativamente aos seus recursos naturais e matérias-primas

105 Em 2010 o investimento externo na área do processamento alimentar totalizou cerca de 2,8 mil milhões de USD. Halliwell (2011).

106 A empresa inglesa Black Earth Farming, sendo proprietária de cerca de 260.000 há de terra arável na Rússia central, controlando no entanto, direta e/ou indiretamente, um total 318.000 há de exploração agrícola na Federação. *Black Earth Farming*, disponível em <http://www.blackearthfarming.com/where.html>. Acedido em janeiro de 2013.

107 Alpcot Agro controla cerca de 161.000 ha, também na Rússia central. <http://www.alpcotagro.com/land%20in%20control.aspx>. Consultado em 2012.

108 A Trigon Agri controla diretamente cerca 160.000 ha na Federação e na Ucrânia, podendo o controlo por via indireta atingir os 250.000 ha. Michael T. Klare (2012).

109 *Agrobusiness Opportunities in Russia*, 7th annual Russia Practical Solutions Conference. London, Novembro 2011; disponível em <http://www.albionoverseas.com/>. Consultado em 2012.

110 “Apropriação de terra”, em sentido literal.

111 Como recentemente aconteceu com os Emiratos Árabes Unidos que adquiriram 250.000 ha de solos aráveis na Ucrânia. Michael T. Klare (2012).

em geral não reside na quantidade ou qualidade das suas reservas, mas sim na existência da capacidade necessária, técnica e financeira, para superar as limitações de ordem geológica e climática que se colocam à sua extração. A título de exemplo, a região subsariana é uma importante fonte de bauxite para alimentação da sua indústria de produção de alumínio, em que é segundo produtor mundial, não obstante as substanciais reservas de que dispõe, as quais no entanto são de difícil e onerosa extração, tornando-se assim financeiramente mais vantajoso a sua obtenção no exterior, a qual é complementada por via da América Latina e Austrália.

Ainda assim a Federação está entre os países detentores das maiores reservas de minerais e maiores produtores, sendo de salientar o potencial que encerra no grupo de metais de platina, de elevado valor de mercado, e obviamente enquanto produtor de petróleo (2.º mundial, apenas superado pela Arábia Saudita) e gás natural (maiores reservas e maior produtor mundial)¹¹². Releve-se contudo que, considerando que o esgotamento das reservas iniciais de petróleo atingiu já valores próximos dos 50%, e que tal dado representa 65% na parte europeia da Federação e 70% nas regiões dos Urais e Volga¹¹³, torna-se assim vital o desenvolvimento do sector noutras regiões, em especial a Sibéria oriental, Leste russo e Ártico, as quais poderão representar cerca de 14 mil milhões de barris de petróleo e 16 triliões de m³ de gás natural adicionais.

Relativamente a outros constrangimentos, assinala-se sobretudo a elevada vulnerabilidade da Federação decorrente da importação entre 95% e 100% de metais “terras raras”, especialmente com origem na China, país que detém o monopólio global destes elementos¹¹⁴, bem como da perda de capacidade de processamento de berílio ocorrida com o final da URSS, já que a única unidade que detinha se encontrava localizada no Cazaquistão¹¹⁵. Adicionalmente, não obstante a Federação se constituir como um dos grandes atores mundiais no sector extrativo, releve-se a sua reduzida capacidade de influência sobre o mercado global de *commodities*, não apenas de petróleo e gás natural, mas também de outras matérias-primas, encontrando-se assim exposta a flutuações de mercado, de génese especulativa ou não.

No que concerne aos principais importadores do sector extrativo russo (excetuando petróleo e gás natural), registre-se a liderança da Holanda (12,1%), seguindo-se a China (6,8%), Alemanha (6,6%), Itália (6,3%), Ucrânia (5,9%), Turquia (4,9%), Bielorrússia (4,8%), Polónia (4,1%) e EUA (3,2%)¹¹⁶.

112 Entre outros releve-se igualmente a produção de níquel (1.º produtor mundial), aço (4.º), ouro (6.º, possuindo eventualmente as maiores reservas), alumínio (6.º), paládio (1.º), prata (maiores reservas), diamantes (1.º produtor em volume), urânio (5.º produtor) ou carvão (segundas maiores reservas). Pitfield (2010).

113 Ministry of Energy of the Russian Federation (2010).

114 United States Geological Survey (2013). *2011 Minerals Yearbook – Russia*, US Department of Interior / US Geological Survey.

115 O berílio tem como principais aplicações práticas, entre outras, a indústria nuclear, aviação e aeroespacial, telecomunicações ou nanotecnológica.

116 United States Geological Survey (2013).

Quanto à estratégia governamental para o sector extrativo em geral, assiste-se uma política agressiva de expansão das grandes empresas de mineração russas, interna e externamente¹¹⁷, afigurando-se de forma crescente o seu carácter global, sendo que no plano interno o governo se encontra a proceder à elaboração e revisão de legislação do sector no sentido de estimular a produção, especialmente dos minerais considerados como estratégicos, incluindo “terras raras”. A concretizar-se, tal poderá tornar o país menos vulnerável à crescente volatilidade do mercado mundial do sector, e consequentemente reduzir o impacto da génese cíclica da sua economia em consequência do seu carácter monoexportador. Neste desiderato, o sector extrativo russo encontra-se assim em fase de abertura progressiva, incluindo a parceiros externos, de que são exemplo as cerca de 400 empresas de mineração detidas por atores externos, entre os quais se contam por exemplo, na extração de ouro, empresas canadianas, britânicas ou holandesas.

3.5. Enquadramento Geopolítico e Geoestratégico

Dado que ao longo deste trabalho se efetua, direta e/ou indiretamente, a caracterização específica da geopolítica e estratégias várias da Federação Russa, optou-se neste capítulo pela sua caracterização genérica, tentando-se, deste modo, relevar neste quadro as grandes linhas associadas a tais temáticas.

3.5.1. Caracterização Geral

Como anteriormente referido, a conjugação na Federação Russa da não coincidência do seu centro geográfico e dos seus restantes polos, incluindo o polo político decisório, com o facto de se encontrar geoeconómica e geopoliticamente comprimida entre dois grandes polos de poder, um a Oeste, de génese essencialmente económica e numa crise crescentemente sistémica, a União Europeia, e um ator crescentemente global a Leste, aspirante a superpotência, a China, constituem duas das mais marcantes realidades na geopolítica e geoestratégia russa da atualidade.

Relativamente ao continente europeu, a conjugação do facto de as preocupações de segurança ou ameaças militares diretas que daquele espaço poderão advir para a Federação serem reduzidas¹¹⁸, com a crescente interdependência económica entre os dois espaços, bem como com a alavancagem de génese energética que a Federação ostenta, em muito poderão contribuir para consolidar as bases de um crescente clima de cooperação. Adicionalmente, o elevado nível do relacionamento da Federação com as principais potências europeias, especialmente a Alemanha, França e Itália, se conjugado com o montante dos investimentos mútuos já realizados e/ou a realizar, não são indicadores de que tal possa ser circunstancial ou reveladores de um entendimento de curto prazo, pelo contrário, visando sim o médio e longo prazo e significando uma

117 Entre outros, o sector possui interesses em projetos localizados na Jamaica, Guiana, Camarões, Serra Leoa, Noruega, Austrália, Roménia, Botswana, Finlândia, República da África do Sul, Casaquistão, Tanzânia, Ucrânia, Canadá ou EUA.

118 Não obstante a perda do *buffer* ucraniano e da totalidade do *buffer* do Leste europeu, ou o anúncio, entretanto convenientemente adiado, da eventual instalação do sistema anti-míssil promovido pelos EUA.

harmonização crescente entre aqueles atores. Não se pretende contudo afirmar com este conceito que da posterior evolução natural desta realidade resulte uma integração euro-russa, quer num quadro idêntico ou aproximado ao da União Europeia, quer num outro quadro geopolítico, já que o resultado de tal processo não serviria decerto os interesses nacionais de qualquer daqueles atores. Apenas se pretende valorizar a possibilidade de ocorrência de uma cooperação crescentemente íntima e alargada entre o continente europeu e a Federação Russa, num quadro de respeito, equilíbrio e interdependência mútua.

Neste referencial, e tentando evitar exercícios de prospectiva estratégica demasiado arriscados ou de difícil sustentação, não se parecem assim vislumbrar desde já cenários que possam encerrar ou indiciar a ruptura de tal equilíbrio.

Com efeito, tais cenários poderiam advir de duas grandes alterações ou linhas de ação. Uma, de génese e vontade essencialmente russa, em que Federação readquiriria rapidamente o anterior estatuto de superpotência, e decorrente do qual surgiriam naturalmente aspirações de outro âmbito e dimensão relativamente ao continente europeu, sendo no entanto de salientar que face à atual realidade russa não se afigura provável, no mínimo, a sua concretização no curto ou médio prazo. Outra, tendo por base uma crescente desagregação do projeto europeu, que determinaria a ruptura de equilíbrios gerados no seu seio e poderia forçar um realinhamento entre e dos seus principais atores. Será neste cenário que se insere a visão do Embaixador Franco Nogueira, para quem um realinhamento germano-russo não constitui, de todo, um fenómeno contra-natura. E não será demais atentarmos nas suas palavras quando afirmou em 1992 que “... a Nova Alemanha, fortemente industrializada, grande exportadora, científica e tecnologicamente avançada, é de tudo isto que a Rússia atual necessita durante décadas – constituem então os Eslavos o mercado natural de que a Alemanha dispõe, estando assim encontrada uma base sólida para uma boa relação de âmbito bilateral e até a um entendimento germano-russo, aliás de velhas tradições históricas entre ambos...”¹¹⁹. Ainda assim, e considerando, quer a dinâmica que poderá possuir a projeção geopolítica da história, quer as inúmeras e complexas variáveis passíveis de modelarem o futuro dessa relação, consideraremos como pressuposto que a mais provável evolução do quadro de relacionamento russo-europeu se deverá efetuar no sentido de uma maior harmonia entre aqueles dois espaços geopolíticos, sem que no entanto tal signifique a eliminação total dos diferendos existentes ou se impeça o surgimento de novos.

Quanto ao relacionamento da Federação com o vizinho a Leste, a China, aspirante credível a superpotência, o mesmo encerra substancialmente maior potencial de tensão do que o relacionamento do quadro russo-europeu. Tal tensão advém não apenas da crescente capacidade política, económica ou militar chinesa, mas também, por um lado, das debilidades e vulnerabilidades estruturais do Leste russo, e por outro do grau de penetração chinês no espaço que a Federação considera como seu e de elevada importância para a execução de várias das suas estratégias particulares – a Ásia Central.

119 Franco Nogueira (1992).

Todavia, existem igualmente oportunidades e cenários que sustentam uma crescente cooperação sino-russa. Neste quadro releve-se os decorrentes da (ainda) existência de uma superpotência americana, eventualmente recentrada na Ásia-Pacífico, e cuja estratégia global, geradora de receios sino-russos, é por vezes castradora e/ou impeditiva da consecução dos interesses nacionais destes últimos atores. Por outro lado, a evolução do quadro geopolítico interno afegão no cenário pós-2014, em que se considera substancialmente provável o crescimento da conflitualidade interna, bem como o extravasar regional de um islamismo de génese radical, em muito poderá constituir a base de uma cooperação sino-russa, dada a convergência de interesses que se verifica no que respeita à estabilidade regional.

Com influência direta no quadro de relacionamento sino-russo, não é de descartar igualmente a concretização do (pior) cenário para a Federação, ainda que eventualmente de baixa probabilidade de concretização – uma íntima ou seletiva cooperação sino-americana, no fundo materializada pelo já apelidado de “G2”, que colocaria a Federação numa posição de crescente marginalização, quer regional, quer global.

Quanto à sua fronteira Norte, a ártica, um domínio geográfico que a Federação igualmente considera como seu, e analisado adiante com maior detalhe, releve-se o potencial que, de facto, a Rússia possui naquele amplo espaço, assumindo-se como um ator incontornável da geopolítica e geoestratégia do mesmo e porventura o seu maior beneficiário.

No que concerne à sua fronteira Sul, a ação estratégica da Federação orienta-se segundo duas grandes direções ou linhas de atuação – a Ásia Central e o Cáucaso, ambas consideradas numa perspetiva securitária por Moscovo como uma zona tampão e último reduto defensivo de contenção de ameaças várias.

Quanto à Ásia Central, no que concerne às ex-repúblicas e antecedendo alguma da análise adiante explicitada, para além de se constituírem como parte integrante da estratégia energética russa, e como tal dela não podendo ser dissociadas ou alienadas, dado que em muito a influenciariam e/ou inviabilizariam, a Federação possui várias e sérias preocupações, todas substancialmente interligadas. Em primeiro lugar, relativamente à evolução do quadro político das ex-repúblicas e a questão da sucessão dos atuais regimes, fenómeno que poderá também sofrer significativa influência da forma como a evolução do quadro de segurança interno afegão se processar. Em segundo, a limitação ou impedimento da penetração de atores externos na região, havendo nesse âmbito uma evidente comunhão de interesses sino-russos. Finalmente, e em simultâneo, contendo a expansão política e económica chinesa na região, assim como a turca, este um ator com profundas raízes históricas na região, que pretenderá reavivar. Como facilmente se poderá constatar não se afigura fácil, nem simples, nem porventura equilibrada a consecução deste objetivo estratégico russo para a região.

Quanto ao Cáucaso, e especialmente o Cáucaso do Norte, a maior ameaça que impende sobre a Federação é a constituída pela emergência de forças islâmicas de génese radical, especialmente sunitas, que poderia colocar em causa a sua integridade territorial e posteriormente alastrar às regiões do sudoeste russo do Mar Negro, ou potenciar outras forças centrífugas. Neste contexto, a erupção e instabilidade política e social resultante

das chamadas “Primaveras Árabes”, um caótico e incerto Iraque, um Irão internacionalmente renegado, um Afeganistão pós-2014 instável e radical, ou o encapotado mas ativo papel da Arábia Saudita e do Qatar na promoção do radicalismo islâmico sunita, em muito contribuem para o avolumar das preocupações de segurança de Moscovo no seu flanco sudoeste.

Por último, uma breve referência aos interesses de génese global que a Federação Russa possui e persegue, e nos quais é provável encontrar substanciais apoios externos, quer no plano bilateral, quer no plano multilateral. Neste quadro são merecedoras de especial relevância e prioridade dois grandes objetivos estratégicos - (1) a valorização das Nações Unidas e de outras organizações e mecanismos que promovam a emergência, consolidação e gestão de um mundo de génese multipolar, e (2) a reestruturação do sistema financeiro mundial, que, segundo a Federação, para além de concorrer igualmente para uma ordem de génese multipolar, garante um maior equilíbrio ao sistema internacional.

3.6. A Geopolítica e Estratégia Energética da Federação Russa

3.6.1. Introdução

Antecedendo a análise da temática em questão, julga-se desde já essencial a referência a uma realidade que recentemente tem vindo a ganhar contornos e que encerra potencialidades passíveis de alterar significativa ou profundamente a geopolítica energética global – o desenvolvimento de novas tecnologias associadas à extração de petróleo e gás natural, as quais permitem o acesso a fontes de energia não convencionais até aqui de difícil acesso ou inacessíveis, e a sua (eventual) rentabilização a preços concorrenciais.

Tal não significa que o Médio Oriente e Golfo Pérsico percam rápida ou marcadamente a sua importância e estatuto enquanto principal produtor; no entanto, e por via da dispersão geográfica e dimensão de grandeza das novas fontes de energia, poderão alterar-se de forma significativa as relações energéticas entre produtores e consumidores, o que naturalmente terá projeção no funcionamento e configuração do próprio sistema internacional. Este novo referencial energético eventualmente em emergência, em grande parte possível também devido à alta de preços que tem vigorado nos últimos anos e que genericamente passou a tornar rentável a aposta e o investimento em novas fontes, poderá igualmente produzir consequências no plano do transporte energético, antevendo-se nesse cenário um claro crescimento do transporte por via marítima, diminuindo assim a importância do sistema de *pipelines* e gasodutos.

Esta eventual nova realidade energética assenta sobretudo nas potencialidades decorrentes das reservas petrolíferas existentes nas areias betuminosas (Canadá, Venezuela, Cazaquistão e Federação Russa) e formações xistosas (EUA, China, Federação Russa, Congo, Brasil, Itália, Marrocos, Jordânia, Austrália, Estónia e Canadá), e das reservas ga-

síferas em formações xistosas¹²⁰, dispersas um pouco por todo o globo, mas que a China, EUA, México, Argentina, República da África do Sul, Austrália, Canadá, Líbia, Argélia, Brasil, Polónia ou França poderão possuir as maiores reservas¹²¹. Algumas consequências desta nova realidade fazem-se já sentir, nomeadamente garantindo a autossuficiência de gás natural aos EUA ou contribuindo para o facto de o Canadá se ter tornado o primeiro abastecedor petrolífero daquele país, suplantando a Arábia Saudita e a Nigéria.

Em consequência do atrás referido, a Federação Russa, que por via da exploração convencional é o segundo maior produtor petrolífero mundial e maior produtor e exportador de gás natural¹²², poderá vir a experimentar alguns reveses, especialmente no mercado de gás natural, dada a diversificação que este poderá vir a experimentar, não obstante a firme estratégia de consolidação que a Federação tem vindo a prosseguir no sector, em especial na última dúzia de anos. A este dado não será decerto estranho o longo diferendo que a China mantém com a Federação quanto ao preço do gás natural russo que importa¹²³, parecendo apostar no ganhar tempo, dado que a médio prazo também a China poderá minimizar substancialmente a sua dependência externa através da exploração das potenciais reservas de *shale gas* que possui. Não cabendo no âmbito deste trabalho o estudo da alteração ou transformação dos mercados globais de petróleo e gás natural por via desta nova realidade, certo é que os referenciais dessas relações económicas e energéticas, tal como atualmente concebidos, são passíveis de experimentar significativas alterações, por sua vez geradoras de vastas implicações de génese geopolítica.

3.6.2. O Papel da Gazprom e Rosneft

Perante a realidade de grande parte dos seus ativos energéticos se encontrarem em mãos de privados, o processo de retoma do seu controlo por parte do Estado iniciado na era Putin encerrou genericamente três grandes fases: uma primeira que passou pela (re) nacionalização dos ativos energéticos e de outros recursos naturais, seguindo-se a sua utilização em apoio (quase exclusivo) da recuperação da economia nacional e equilíbrio das finanças públicas e, numa terceira e atual fase, a sua internacionalização e consolidação enquanto principal testa de ferro na ação estratégica¹²⁴.

É na sequência deste processo que a Gazprom, a operar no sector do gás natural mas atuando igualmente (direta e/ou indiretamente) como alavanca de outros vetores estratégicos, se torna no ator fundamental da geopolítica e estratégia energética da Federação Russa¹²⁵. Tal postura, se analisada numa perspetiva imparcial no quadro da

120 Essencialmente o *shale gas*.

121 Center for Security Studies (2012).

122 Posição que em grande parte a reduzida dimensão do mercado interno lhe permite, aumentando assim o potencial de exportação.

123 O qual a Federação pretende fixar num acordo de longo prazo.

124 Putin terá mesmo sido o grande responsável pela fusão/integração da política externa com a política energética da Federação Russa. John Lough (2011).

125 A par da Rosneft, a operar no sector petrolífero e do gás natural, que rivaliza já com a Gazprom e cuja

estratégia nacional russa, encerra um elevado racionalismo e pragmatismo, não obstante a sua execução, aliás a exemplo do que sucede com outras estratégias nacionais, colocar limitações, riscos e podendo mesmo apresentar-se como uma ameaça à implementação e exequibilidade destas últimas. Através do desenvolvimento de projetos nos sectores do *upstream*, *midstream* e *downstream* (quer no mercado interno, quer no externo), desenvolvendo tecnologia de gás natural líquido (LNG) e respetiva comercialização, e diversificando a exportação, a Federação Russa tem consolidado a sua posição de ator de âmbito global no mercado de gás natural, no qual o mercado europeu tem particular importância. Por outro lado, e atendendo ao grau de influência e peso que o Estado possui nas suas decisões, bem como a capacidade que a empresa detém no controlo da quase totalidade do ciclo gasífero¹²⁶, tal permitiu a sua transformação numa versão especialmente musculada de uma National Oil and Gas Company (NOC ou NOGC), de integração vertical e de âmbito global, e um incontornável ator na estratégia nacional russa. Finalmente, a conjugação do atrás referido com o estabelecimento de *joint ventures* e alianças de grande dimensão com as principais empresas mundiais do sector, incluindo europeias, confere-lhe igualmente uma génese idêntica à de uma qualquer grande International Oil Company (IOC), potenciando assim o carácter de *dual-use* por parte do Estado. Refira-se que são vários os exemplos de idêntica situação em que as NOC se constituem como o principal testa-de-ferro de interesses nacionais e agentes do já apelidado “nacionalismo dos recursos”, sendo no entanto de relevar que em regimes autoritários ou “democraticamente musculados” essa génese é mais visível, tendo a sua importância neste âmbito aumentado significativamente nos últimos anos¹²⁷. Desse modo, a fronteira ténue, e por vezes mesmo ausente, entre a geopolítica e estratégia energética da Federação Russa e a motivação de génese económica que a Gazprom tem prosseguido, enquanto entidade empresarial, é assim explicada pela (ainda) ausência de alternativas nacionais para a (re)afirmação do país como potência de primeira ordem no sistema internacional, facto de que, conjugado com a mais-valia estratégica que o sector representa num plano global, decerto decorrerá uma muito baixa probabilidade de uma significativa inversão da atual situação.

Quanto à importância da Rosneft, como atrás se afirmou, é crescente o seu papel na estratégia energética russa, quer no sector petrolífero, quer no sector do gás natural, constituindo atualmente a maior National Oil Company (NOC) mundial. Saliente-se no entanto o seu elevado grau de endividamento, em grande parte pela política de aquisições que tem prosseguido, especialmente, pela aquisição da TNK¹²⁸, num negócio que envolverá 60 mil milhões de USD e em que o financiamento foi efetuado recorrendo a um

coexistência adiante se analisará.

126 Nomeadamente, nas atividades de produção, transporte, distribuição e comercialização.

127 Atualmente as NOC detêm 73% das reservas petrolíferas e 61% da produção global, sendo estes valores no sector do gás natural de 68% e 52%, respetivamente. David Victor, David Hultz e Mark Thurber (2012).

128 Que adquiriu à britânica BP (que entretanto mantém 20% da Rosneft) e ao consórcio russo Alfa, Access, Renova. Releve-se que o Vice-Ministro encarregue do sector energético, o liberal Arkady Dvorkovitch, manifestou a sua oposição à aquisição de mais ativos no sector por parte da Rosneft.

consórcio internacional. Ainda assim, a Rosneft é um ator fundamental quer na economia interna, já que é (também) um indispensável contribuinte fiscal, bem como no apoio e execução da estratégia energética russa, em que contribui de forma substancial para a atração de investimento e tecnologia externa, tão necessários ao desenvolvimento dos grandes projetos do Leste Siberiano e Ártico, tendo vindo a acelerar substancialmente a sua internacionalização. Por outro lado, refira-se, a aquisição da TNK à BP/AAR permitiu desde logo à Rosneft a penetração direta no *upstream* internacional, designadamente no sector petrolífero e gasífero vietnamita, venezuelano e brasileiro, por via da presença que a TNK aí possuía.

Quanto ao grau de complementaridade e cooperação existente entre a Rosneft e a Gazprom, como anteriormente referido, o facto de as duas empresas se constituírem como os principais fatores de poder dos dois grandes grupos de interesses do regime poderá também produzir choques entre estes, dado os interesses económicos em jogo. Com efeito, não obstante a Rosneft, atualmente, parecer respeitar a posição dominante da Gazprom no sector do gás natural¹²⁹, o facto é que os recentes acordos e aquisições internacionais que efetuou lhe garantem um potencial adicional a que será económica e politicamente difícil de resistir. Nesse cenário, para além das tensões que tal introduzirá na execução de uma estratégia energética nacional russa, as mesmas, como agravante, provavelmente encontrarão eco no plano interno das relações de poder intra-regime, pouco contribuindo para a estabilidade deste último.

Relativamente à atual geopolítica energética da Federação Russa, importa relevar que o vetor energia constitui-se e mantém-se como o mais importante, fiável e eficaz instrumento de apoio ao desenvolvimento económico do país e dos poucos mecanismos que o país possui para a execução do objetivo de reafirmação como ator de primeiro plano no sistema internacional¹³⁰. Com efeito, e disso terão decerto as elites dirigentes conhecimento, não obstante o potencial tecnológico e de inovação que o país encerra em variados sectores ou nichos de mercado, a diversidade ainda por explorar de muitos outros ativos ou recursos naturais, a necessidade de diversificação da sua economia ou a premência da intensificação da cooperação internacional aos mais variados níveis, na realidade o ativo estratégico energético mantém-se como o principal “kit de sobrevivência” e gerador da capacidade negocial e coerciva que o país dispõe. E é em torno desta realidade que gravita a quase totalidade da estratégia geral e respetivas estratégias particulares, cuja exequibilidade direta e/ou indiretamente se encontra dependente do sucesso alavancado pelo vetor energético. Se por um lado a Federação pouco controlo possui sobre os mercados petrolífero e gasífero mundiais e respetivos preços neles praticados¹³¹, por outro, o

129 Segundo a própria Rosneft, o seu potencial de crescimento na produção de gás natural apenas é limitado pela necessidade de acesso ao sistema de transporte da Gazprom e pela capacidade que esta última possui no mercado interno. Disponível em <http://www.rosneft.com/Upstream/GasStrategy/>. Acedido em janeiro de 2013.

130 V. Putin terá afirmado em público que “... o papel do país nos mercados internacionais de energia determina, em muitos aspectos, a sua influência geopolítica”. Robert Ebel (2009).

131 A Federação, literalmente, “cavalga os preços impostos pela Arábia Saudita”, dado que este é o único ator

facto de os integrar na qualidade de grande produtor global confere-lhe uma substancial capacidade, mau grado esta não responder de forma proporcional à intenção estratégica a ela associada. Contudo, no mercado de gás natural, o simples facto de as transações tenderem para um preço previamente fixado entre vendedor e comprador, normalmente de âmbito bilateral e compreendendo acordos de longo prazo, salvaguarda substancialmente a Federação de movimentos especulativos, a exemplo do que mais frequentemente sucede nas transações petrolíferas, situação vantajosa que Moscovo pretenderá manter.

Quanto à identificação das grandes linhas de ação subjacentes à geopolítica e estratégia energética da Federação Russa, se como produtor petrolífero o país não apresenta especificidades que o distingam particularmente dos restantes grandes produtores, já no sector do gás natural são duas as suas principais particularidades: (1) a prioridade que confere à negociação de âmbito bilateral de contratos de longo termo com os atores interessados, quer por via governamental, quer por via empresarial, nesta em que a *Gazprom* se constitui como um verdadeiro testa-de-ferro e se substitui ao próprio Governo; e (2) a utilização do abastecimento de gás natural como fator de coação e pressão política, não obstante a sua disrupção nunca ter ocorrido em moldes e em dimensão que possam ser considerados estritamente como tal.

No que concerne ao relacionamento energético da Federação Russa com o continente europeu, a sua tipologia é fundamentalmente marcada pela crónica necessidade e dependência energética europeia e pelo carácter essencialmente nacional das políticas energéticas da generalidade dos Estados-Membros da União Europeia. Estas últimas, também consequência de interesses nacionais de difícil conciliação, são assim refletidas em contratos preferenciais e concorrenciais resultantes de quadros de negociação de âmbito bilateral com o principal fornecedor. Sem menosprezo pelo trabalho desenvolvido pela União Europeia no que respeita à implementação de uma política energética comum, o facto é que os seus Estados-Membros de maior peso específico, nomeadamente a Alemanha, França, Itália ou Holanda¹³², têm optado, tácita e/ou explicitamente, por negociações bi e multilaterais fora do quadro comunitário, das quais resulta um claro retrocesso numa qualquer eventual solução comunitária. Como anteriormente referido, a nova realidade emergente associada à exploração de fontes de energia não convencionais em muito poderá contribuir para a alteração desta realidade, mantendo-se no entanto de uma forma geral a estruturalidade de algumas das vulnerabilidades da União Europeia neste âmbito. Como agravante, o mercado europeu de gás natural estará a avançar mais rapidamente do que a legislação comunitária tendente à sua regulação, coordenação e integração, num processo em que o mercado se tenta sobrepor e de certa forma efetuar um *bypass* a questões de génese geopolítica localizadas a montante. Contudo, a manterem-se estas dinâmicas, eventualmente opostas, tal poderá significar,

que de forma individual possui poder para elevar ou baixar o preço do petróleo no mercado global. Fonte: James A. Baker III Institute for Public Policy, consultado em Janeiro de 2013.

132 E provavelmente num futuro próximo o Reino Unido, caso se concretize o seu abastecimento com gás natural russo a partir do sistema Nord Stream.

não o avanço pretendido em direção a uma política energética europeia comum, mas sim a sua continuada fragmentação, agora já não substancialmente determinada por interesses nacionais, mas também significativamente controlada por interesses puramente comerciais e privados¹³³.

Quanto à realidade do relacionamento energético euro-russo, possuindo cerca de 27% do total das reservas mundiais de gás natural, a Federação Russa é responsável por 20% do total da produção e exportações globais, sendo que, destas últimas¹³⁴, 30% se destinam aos países da CIS e 70% à Europa, especialmente a União Europeia (UE)¹³⁵. Releve-se que sendo os preços praticados para o mercado europeu cerca de cinco vezes superiores aos praticados com os países da CIS, tal facto traduz-se para a Federação Russa numa dimensão verdadeiramente estratégica do mesmo.

Representando a estatal russa do gás natural, Gazprom, cerca de 30% do total das importações do mercado europeu, tem neste como maiores clientes a Alemanha (25%), a Itália (14%), a França (7%) e o Reino Unido (7%), sendo no entanto de relevar a Turquia como terceiro maior cliente da empresa em termos de volume de vendas. Releve-se que, não sendo certamente uma coincidência, face às necessidades de gás natural por parte destes cinco maiores mercados, todos integram parcerias energéticas de grande dimensão promovidas pela Federação Russa, ou possuem com esta acordos energéticos bilaterais de longo prazo, nos quais conseguem reduções de preços que podem variar entre os 10% e 30%. Constituindo-se com o mais importante parceiro energético da União Europeia, a Federação procura assim por todos os meios manter esse *status*, dadas as vantagens que no plano económico daí advêm e a alavancagem geopolítica que o mesmo lhe confere, porventura a mais eficiente entre todas. Neste sentido tem prosseguido uma estratégia de não comprometimento com a legislação europeia do sector¹³⁶, e de minar uma política energética comum europeia, no que até agora tem sido bem-sucedida, quicá mesmo potenciada pelos interesses diversos e divergentes no seio da UE neste âmbito¹³⁷.

Uma outra linha de ação desenvolvida pela Federação Russa em relação ao mercado energético europeu, especialmente o de gás natural, tem consistido na progressiva eliminação da dependência dos países de trânsito, visando assim prioritariamente a Ucrânia, por onde transita entre 70% a 80% do gás russo com destino à Europa, a Bielorrússia, cerca de 20%, e também a Polónia. Os projetos Nord Stream, já finalizado, e South Stream, que ultrapassou a fase de estudos e se afigura que se possa iniciar em breve, constituem os principais mecanismos tendentes à consecução desse objetivo.

133 Este processo é materializado pela existência de *Title Transfer Facility* (TTF), que mais não são do que um *hub* num mercado virtual, em que os operadores oferecem ao mercado a oportunidade de transferir/comercializar gás já presente no sistema de Gas Transport Services (GTS) para um qualquer cliente, privado ou estatal. Santiago Katz, Catrinus Jepma (2012).

134 A capacidade exportadora é cerca de 45% da produção, já que o mercado interno consome os restantes 55%.

135 Rafael Fernandez (2011).

136 Relembre-se que a Federação Russa nunca ratificou o Energy Charter Treaty.

137 Keith Smith (2008).

Quanto ao Nord Stream, o respetivo consórcio, Nord Stream AG, possuindo na sua estrutura acionista a Gazprom (51%), as alemãs Wintershall¹³⁸ e E.ON RUHRGAS (ambas com 15,5%), a GASUNIE holandesa (9%) e a francesa GDF SUEZ (9%), encontra-se baseado na Suíça. Acabada que foi em 2012 a segunda fase do projeto, atualmente possui uma capacidade de escoamento de 55 bilhões de metros cúbicos (bcm) anuais. Com cerca de 1200 quilômetros de extensão, inicia-se em Vikborg, Rússia, estende-se ao longo do leito do Mar Báltico e tem como ponto de entrada continental europeu a cidade alemã de Greifswald, de onde será distribuído em duas grandes direções¹³⁹ – uma para território alemão e para a República Checa, e uma outra tendo como destinos finais a Bélgica, Dinamarca, França, Holanda e Reino Unido. Independentemente do papel e eventuais benefícios que o projeto possa ter no abastecimento europeu de gás natural com origem na Federação Russa, tudo aponta para que o projeto seja passível de encerrar um redesenho da configuração energética europeia e se constituir como uma das principais bases do fortalecimento relacional entre a Alemanha e a Federação, claramente potenciador da “parceria de modernização” já existente entre ambos. Com efeito, para além de marcar o fim do monopólio de trânsito bielorrusso e ucraniano do gás russo em direção à Europa, é um ativo de elevadíssima importância na estratégia energética russa e aumenta significativamente a influência germano-russa na Europa Central e de Leste. No plano internacional foram diversas as críticas ao projeto, embora por diferentes razões – enquanto para os EUA o Nord Stream possui potencial para projetar influências negativas no relacionamento euro-atlântico e incremento da capacidade de influência russa na Europa, para a Polónia o projeto significa perder o estatuto de importante país trânsito do gás natural russo e consequente diminuição da sua capacidade negocial com a Federação. Já para os países bálticos, Bielorrússia e Ucrânia, significa continuarem totalmente dependentes do gás natural russo, restando-lhes atualmente uma capacidade negocial residual. Releve-se que a Suécia foi o único país que levantou reservas de ordem securitária ao projeto¹⁴⁰, afirmando que o provável incremento da presença militar russa no Báltico seria inevitavelmente acompanhada pelas atividades de *Intelligence* a elas normalmente associadas, o que a Federação comentou como tratando-se de “pura paranóia securitária”¹⁴¹. Numa visão mais abrangente, as críticas são ainda mais incisivas, afirmando-se que o Nord Stream, para além de abrir uma caixa de Pandora geopolítica, irá acentuar a fratura económica europeia ao longo da linha Norte-Sul, bem como provocar uma fratura energética ao longo da linha Leste-Oeste, passando a “divisão” neste âmbito a efetuar-se entre “os que possuem e os que não possuem gás”¹⁴².

Independentemente do “ruído mediático” produzido quanto ao impulso adicional que o Nord Stream possa conferir às relações germano-russas, e em que o projeto foi

138 Detida pelo grupo BASF.

139 Operacionalizadas pelos sistemas OPAL e NEL.

140 A Finlândia apenas manifestou preocupações de carácter ambiental.

141 Ainda assim a Suécia não apresentou grandes entraves ao projeto, posição em grande parte resultante da sua não dependência energética da Federação.

142 Mathew Hulbert. (s. d.)

mesmo comparado pelo MNE polaco, e ex-MoD, Radek Sikorski, a uma reedição do Pacto Ribentrop, certo é que, por um lado, (1) poderá possuir potencial efetivo de redesenho de algumas dinâmicas geopolíticas europeias, constituindo-se por isso mais do que um mero gasoduto¹⁴³, e por outro, (2) a Alemanha e a Federação Russa saíram como os principais ganhadores e grandes beneficiados.

Para a Alemanha, país cuja factura energética depende já da importação da Federação Russa de 36% e 32% de gás natural e petróleo, respetivamente, o Nord Stream possui igualmente uma dimensão estratégica, por variadas razões. Em primeiro lugar, no plano da satisfação das suas necessidades energéticas, decorrente da decisão de desnuclearizar o país e do consequente aumento das importações de gás natural que tal irá acarretar¹⁴⁴; em segundo lugar, garante-lhe o abastecimento seguro e ininterrupto de gás natural, sem qualquer possibilidade de intervenção de outros países; em terceiro lugar, constitui-se como um importante *hub* europeu de recepção e distribuição de gás russo; em quarto lugar, permite-lhe a aquisição de gás russo a preços mais baixos, facto que potencia a competitividade da sua indústria, sector que se constitui como o principal e grande destino final desse gás¹⁴⁵; e, por último, permitiu a entrada da BASF e E.ON, com uma posição de 50%, na estrutura acionista dos campos gasíferos russos de Yuzhno-Russkoye, precisamente a principal origem do gás natural que alimenta o projeto.

Para a Federação são também múltiplas as dimensões das vantagens resultantes, dado que se por um lado lhe permite o alavancar da sua posição face à Bielorrússia e Ucrânia¹⁴⁶, por outro, o estreitamento firme das relações bilaterais com a maior potência económica europeia poderá revelar-se essencial para obtenção de apoios à sua estratégia energética a Sul e na Bacia do Cáspio, nomeadamente à execução do projeto South Stream, de que empresas alemãs, francesas e italianas são já apoiantes.

Finalmente, e decorrente de eventuais contrapartidas concedidas pela Alemanha à Federação Russa, a “cereja em cima do bolo” ou o “fechar do ciclo energético”, poderá passar pela continuação de aquisição de ativos importantes no sector do *downstream* europeu¹⁴⁷, objetivo que a Administração norte-americana tem procurado impedir e em que tem tido especial apoio polaco e báltico.

Relativamente a outros atores, são várias as consequências diretas e/ou indiretas que advêm da entrada em funcionamento do projeto Nord Stream.

No que à Ucrânia diz respeito, os cenários de alavancagem geopolítica russa sobre o país, em face desta nova realidade, poderão tomar várias formas e incidir noutros sec-

143 A Alemanha classifica o interesse do projeto como “pan-europeu”.

144 Para fazer face à perda gradual, até 2022, de todo ou parte dos 38% de energia produzida por via do nuclear.

145 Depois da Suécia, a Alemanha possui os preços mais elevados de gás destinado à indústria. European Commission (2011a).

146 Neste âmbito uma futura interrupção de gás natural a estes países já não terá consequências em muitos Estados-Membros da UE como sucedia no passado.

147 Em que, entre outras, a alemã RWE poderá ser eleita como parceira (que nesse cenário poderá cessar o apoio ao projeto Nabucco, de que é accionista), já que é conhecida a apetência da Gazprom pelo *downstream* germânico.

tores, que não apenas o energético, porém nele centrados. Entre outras, salientam-se pressões para uma fusão total ou parcial da estatal Naftogaz com a Gazprom, ou para a entrada do país numa união alfandegária¹⁴⁸, mediante a contrapartida da baixa de preços do gás natural, decerto desejada por Kiev, aliás a exemplo do que terá já sucedido com a extensão da permanência e utilização pela frota russa do porto ucraniano de Sebastopol no Mar Negro¹⁴⁹.

Saliente-se que não obstante esta vulnerabilidade, existe um cenário em que a Ucrânia se poderá manter como importante país de trânsito, sendo contudo de reduzida probabilidade de concretização no curto prazo – a eventual necessidade futura de gás natural da Europa ser superior à atualmente estimada. Com efeito, apesar da entrada em funcionamento do Nord Stream, e na eventualidade de o South Stream se tornar uma realidade, o sistema de gasodutos ucraniano, com a sua capacidade de escoamento anual de cerca de 120 bcm/ano, poderá preencher essa necessidade adicional, bastando para tal que a produção de gás natural russo e com origem na Ásia Central seja suficiente para o alimentar.

Quanto à própria UE e Estados do Sudeste europeu, não serão de descartar cenários de entrada ou de concessões à Gazprom no sector do *downstream*, uma vez mais utilizando como principal contrapartida a baixa de preço ou a garantia de fornecimento que, se conjugados com a execução do projeto South Stream, poderão contribuir decisivamente para a consecução do objetivo russo de substancial monopolização do abastecimento de gás natural à Europa.

Se o gasoduto Nord Stream representa o principal mecanismo operacional da estratégia energética russa para o Norte europeu, o projeto South Stream (PSS) assume idêntica função, porém para o Centro-Sul e Leste da Europa. Iniciando-se em 2007 através de um acordo entre a Federação Russa e a Itália em que foi criada a *joint-venture* South Stream AG¹⁵⁰, o projeto sempre teve a direção da Federação¹⁵¹, estabelecendo esta posteriormente acordos intergovernamentais com a Áustria, Bulgária, Hungria, Grécia, Eslovénia, Croácia, Macedónia e Sérvia. Em Julho de 2010 a francesa EDF alia-se ao projeto, em Março de 2011 foi a vez da Wintershal alemã, em Setembro de 2011 é assinado um acordo de acionistas entre a GAZPROM (50%), a ENI (20%), a EDF e Wintershal (ambas com 15% na secção offshore), em novembro de 2011 é assinado o acordo com a Sérvia para a construção de um depósito¹⁵² e em Dezembro de 2011 a Turquia autoriza a passagem do South Stream pelas suas águas territoriais,

148 A exemplo do que já sucede com a Bielorrússia em ambos os casos. Neste país a Gazprom adquiriu recentemente a totalidade da Beltransgaz, a operadora gasífera local. The European Geopolitical Forum (2011).

149 Mediante uma redução de 30% no preço de gás natural fornecido.

150 Romano Prodi, embora tendo recusado, foi convidado por Putin para Chairman do SS AG, num processo com contornos semelhantes ao da nomeação de Gerhard Schroder como CEO do Nord Stream. Moscow Times (2008).

151 Em Março de 2010, a ENI italiana propôs a junção do Nabucco e South Stream, alegando redução do investimento, de custos operacionais e potenciação de lucros, o que foi recusado pela FR, afirmando esta que o SS é mais rentável e competitivo do que o Nabucco.

152 Com capacidade de armazenagem de 3,2 bcm, será um dos maiores do sudeste europeu.

materializando assim o *bypass* da secção *offshore* a águas ucranianas¹⁵³. Finalmente, e numa tentativa de iniciar a construção um ano antes do planeado, em novembro de 2012 foi tomada a decisão quanto ao financiamento, tendo-se entretanto iniciado a sua construção.

Não obstante o custo total estimado do projeto ser superior ao do Nabucco, um rival “ocidental”, certo é que a sua dinâmica geopolítica e financeira parece estar a ultrapassar a deste último, sendo várias as razões subjacentes a esta aparente vitória. Entre outras, saliente-se (I) a ausência de uma efetiva política energética comunitária e consequente falta de empenho político e financeiro da UE face ao Nabucco, (II) o abastecimento europeu evitar países com quem a Federação Russa mantém alguma tensão decorrente de questões energéticas, designadamente a Ucrânia¹⁵⁴, ou (III) a garantia da disponibilidade do gás natural da Ásia Central (especialmente de origem azeri e turcomana) para alimentação do South Stream.

3.6.3.O Papel da Turquia

Sob o ponto de vista geoenergético a Turquia constitui-se como um ator *pivot* e fundamental no que respeita ao abastecimento de petróleo e gás natural à Europa, com origem no Médio Oriente, Cáucaso e na Bacia do Cáspio. Neste quadro, Ankara possui várias alternativas, sendo contudo de salientar duas grandes modalidades – (1) incrementar o relacionamento energético com a Rússia, nomeadamente através da participação no projeto South Stream, e em que a posição da Geórgia e do Azerbaijão são enfraquecidas e a viabilidade do projeto Nabucco colocada em causa; (2) optar por uma colaboração com os EUA e participar no projeto Nabucco, enfraquecendo a posição da Federação Russa no Cáucaso e permitindo uma alternativa ao gás russo com destino à Europa. A Turquia parece ter optado por uma aproximação à Federação através da participação no projeto South Stream, não obstante contar já com gás natural russo fluindo pelo gasoduto Blue Stream, um projeto bilateral turco-russo, não ficando o país dependente exclusivamente de um único gasoduto. Com efeito, após um intenso e longo processo negocial, a Federação e a Turquia parecem ter chegado a acordo relativamente à questão energética entre ambos e que claramente se traduz numa relação *win-win*. Se para a Turquia constitui uma forma de se assumir claramente como o mais importante *hub* energético (a Sul) de distribuição de energia à Europa, para a Rússia o acordo garante a sua continuidade como principal fornecedor energético do continente, não deixando espaço para muitas alternativas. Refira-se que a totalidade das importações energéticas turcas da Federação Russa se cifra atualmente em 60%, valor que muito provavelmente aumentará com a operacionalização do presente acordo. Entre outras contrapartidas, destaque-se o apoio russo na construção de uma

153 A Ucrânia receberá anualmente da Federação Russa cerca de 3.000 milhões de USD em taxas de trânsito.

154 Existem contudo notícias referindo ainda a possibilidade de o South Stream correr por águas ucranianas, em troca da eventual construção de um gasoduto Geórgia-Ucrânia (White Stream), o que conferiria alguma independência energética do país face ao abastecimento de gás natural russo.

central nuclear na Turquia, com quatro reatores e uma potência de 4,8 Gigawatt¹⁵⁵, num projeto que orçará cerca de 25 Bi USD. A Federação deverá possuir 51% do projeto, sendo expectável que empresas turcas detenham os restantes 49%, e tendo a garantia do financiamento por base um acordo de compra de eletricidade à Federação durante 15 anos, ficando a manutenção também a cargo desta.

Esta eventual opção turca nada tem de anacrónico ou ilógico, e poderá ser explicada pela conjugação das (reduzidas ou difíceis) perspetivas de integração na União Europeia, da vitalidade crescente da sua economia ou das suas aspirações a potência regional, sendo que neste último quadro poderá existir uma forte comunhão de interesses turco-russos no sentido de manter atores externos afastados do Mar Negro¹⁵⁶.

Para Moscovo a concretização do Nord e South Stream constitui assim um verdadeiro *jackpot* geopolítico, reforçando claramente a sua posição enquanto principal fornecedor de gás natural à Europa, cenário igualmente alavancado com a concretização dos restantes objetivos da Gazprom no mercado europeu de gás natural atrás referido.

Quanto à probabilidade de execução de ambos os projetos Nabucco e South Stream, julga-se que o atual empenho da alemã Wintershall e da EDF francesa, se considerados também os interesses efetivos de ambos os países no Nord Stream, este já uma realidade, em muito poderá indiciar a sua opção final pelo South Stream, e nesse cenário a quase inviabilidade do Nabucco, dado que um apoio a este último seria naturalmente interpretado por Moscovo como uma atitude hostil.

A execução destes dois grandes projetos estruturantes da estratégia energética russa para o continente europeu provocaram por sua vez reações de outros atores, nomeadamente o equacionar de projetos a eles alternativos, especialmente ao South Stream, tendo em vista dificultar e/ou impedir a sua concretização. Não obstante a sua validade e viabilidade, são significativos os obstáculos que se colocam à sua concretização, relevando-se (1) os substanciais meios financeiros necessários ao investimento, difíceis de reunir na atual crise económica europeia, (2) o carácter marcadamente nacional das políticas energéticas dos Estados-Membros da União Europeia, já anteriormente abordada, ou (3) a necessidade de recorrerem a gás natural dos produtores da bacia do Mar Cáspio. Entre outros projetos, são de salientar os seguintes:

- O Trans-Caspian-Gas-Pipeline (TCGP), uma variante inicial e eventual “alimentador” do Nabucco, estruturalmente assente na construção de um gasoduto através do Mar Cáspio, entre o Turquemenistão e o Azerbaijão, posteriormente ligado à Turquia via Geórgia;
- O Trans-Anatolian-Gas-Pipeline (TAGP), uma outra variante inicial e eventual “alimentador” do Nabucco, anunciado em Novembro de 2011 pelas autoridades turcas e azeris, que ligará o campo azeri de Shah Deniz no Azerbaijão, à Geórgia

155 Potência que nem a própria Federação Russa possui e que será uma das maiores do mundo.

156 O que, também, poderá explicar a (pelo menos atual) opção turca pelo South Stream. Refira-se igualmente a “resistência” turca à tentativa da NATO em estender ao Mar Negro a Operação Active Endeavour.

e à Turquia. O Turquemenistão poderá também fornecer 40 bcm/ano¹⁵⁷, embora parte possa vir a alimentar o projeto White Stream;

- O Trans-Adriatic-Pipeline (TAP), uma “variante final” do Nabucco, alimentado por gás azeri, possui a vantagem de integrar na sua estrutura acionista a norueguesa Statoil¹⁵⁸, também acionista do campo azeri de Shah Deniz;
- O Interconnector Turkey-Greece-Italy (ITGI), também uma “variante final” do Nabucco, alimentado por gás natural azeri, ligando a Grécia e a Itália através do Adriático e prevendo uma variante da Itália para o Sudeste europeu, visando especialmente o abastecimento dos Balcãs. Para além da origem do gás natural que o poderá alimentar, uma outra importante questão prende-se com o seu financiamento, dada a situação económica da Grécia. Contudo, o facto de a eventual privatização da estatal grega do gás (DEPA), um dos parceiros, poder pender a favor da GAZPROM ou uma sua subsidiária¹⁵⁹, por um lado (I) potenciará claramente o South Stream, (II) facilitará uma fusão entre TAP e ITGI ou (III) mesmo provocará o anúncio de um novo projeto pela Statoil.
- O South-East European Pipeline (SEEP), financiado pela BP e prevendo a utilização da rede de gasodutos existentes e a construção de outros, que ligará a região fronteiriça turco-búlgara ao *hub* austríaco de Baumgarten¹⁶⁰. Constituindo uma verdadeira alternativa ao Nabucco, tem um custo bastante mais reduzido que este último, e o facto de ter a BP como principal financiador poderá constituir o seu atributo mais forte. Contudo em muito dependerá da decisão turca e búlgara, países entretanto já envolvidos no Nabucco e no South Stream.

Relativamente à importância do mercado energético asiático, esta temática havia sido previamente analisada e espelhada pela Federação no documento de 2009 intitulado *Energy Blueprint for 2030*, em que é preconizado um maior empenhamento no desenvolvimento dos campos gasíferos e petrolíferos do leste siberiano, tendo em consideração estimativas que apontam para que as exportações para os mercados asiáticos passem dos atuais 8% do total para 25% nos próximos anos.

Neste âmbito, a entrada em funcionamento em finais de 2009 do oleoduto East Siberian-Pacific Ocean (ESPO), que permite a exportação de petróleo russo com origem nos campos do Leste siberiano para a China, bem como posteriormente para o Japão e Coreia do Sul, constitui para a Federação um importante marco na diversificação de mercados e na aposta inequívoca no Leste Asiático.

Com mais de 4.800 Km, e presentemente com uma capacidade de 600.000 barris/dia (bpd), estima-se que em 2016 possa alcançar um milhão de bpd. Neste quadro foi igualmente acordada com a China a construção de uma via secundária que efetuará o trans-

157 Presume-se que este valor coincida com os 40 bcm/anuais que o país anunciou para alimentação do Nabucco.

158 A estrutura acionista é composta pela suíça EGL, a norueguesa Statoil (ambas com 42,5%) e a alemã E.ON Ruhrgas (15%).

159 A estatal russa já terá manifestado o seu interesse na DEPA.

160 Recorde-se que 50% é já pertença da Gazprom.

porte para a região chinesa de Daqing, o centro energético e petroquímico do país, bem como o berço do seu maior campo petrolífero. Saliente-se que a rápida execução deste projeto foi apenas possível através da concessão de um empréstimo de 25 Bi USD¹⁶¹ da China à Federação, tendo como principal contrapartida o fornecimento de petróleo e gás natural durante as próximas duas décadas. O empréstimo, concedido a uma taxa de 6% e considerando um preço médio de barril de 22 USD, constituindo um excelente negócio para a China foi no entanto para a Federação igualmente um acordo positivo, já que o destino final do total de crude transportado pelo ESPO não se resume à China, mas também ao mercado asiático (de maior vitalidade e potencial de crescimento do que o europeu), especialmente o Japão e a Coreia do Sul, países com os quais poderá já praticar preços de mercado considerados “normais”.

Quanto à exportação de gás natural para os mercados asiáticos, pouco tempo após a compleição do oleoduto ESPO, a Federação iniciou as primeiras entregas de LNG com origem no campo Sakhalin II e tendo como o destino o Japão, país cujas empresas Mitsui e Mitsubishi se encontram em parceria com a GAZPROM nesse projeto.

Quanto às parcerias energéticas que a China tem desenvolvido com países da Ásia Central¹⁶², não obstante o seu desenvolvimento futuro poder constituir uma ameaça aos interesses nacionais da Federação, tais iniciativas poderão no entanto fortalecer a coesão e cooperação no seio da SCO, sendo que adicionalmente, por um lado, impede que significativo gás turquemeniano possa vir a alimentar o projeto Nabucco, e por outro mantém convenientemente afastados atores externos da região.

Em conclusão, a geopolítica e estratégia energética da Federação Russa para com a Europa parece ter adquirido uma dinâmica de difícil inversão, por variadas razões. Considerando as estimativas de crescimento do consumo de gás natural do mercado europeu, o declínio das reservas do continente e a recente entrada em funcionamento do Nord Stream, é significativa, pelo menos no curto/médio prazo, a probabilidade do aumento da dependência energética da União Europeia em relação à Federação Russa, em virtude das reduzidas alternativas e o respetivo *timing* necessário à sua concretização. Como agravante, a ausência de uma posição consensual no seio da União Europeia quanto a uma política energética comum, a qual passará também forçosamente pelo reequacionar do relacionamento energético com a Federação, bem como as competências que os Estados-Membros (ainda) possuem em matéria de política energética e a difícil alienação desse fator de soberania, pouco potenciam a procura de alternativas. Existem contudo riscos na manutenção e/ou aumento da dependência energética europeia em relação à Federação Russa, sendo porventura a situação mais preocupante no plano técnico do que no plano geopolítico. Entre outros, e não obstante algum investimento entretanto efetuado, são de salientar a falta de manutenção da rede de gasodutos russa, a dificuldade crescente que a

161 Que para além de financiarem a construção do ESPO, irão também apoiar a modernização da Rosneft e Transeft e o desenvolvimento de novos campos.

162 Nomeadamente a efetuada com o Turquemenistão para construção de um *pipeline*, Central Asia China Pipeline ou Turquemenistan-China Gas Pipeline.

Federação tem experimentado em garantir gás natural com origem na Bacia do Cáspio ou Ásia Central, ou as dificuldades várias subjacentes ao desenvolvimento de novos campos gasíferos. Como consequência, não serão de descartar cenários em que a Federação Russa se depare com dificuldades em garantir o fornecimento a partir de 2020.

Quanto à temática da segurança energética, importa desde já salientar a importância de que se reveste a mesma, sendo de relevar o ponto de vista do consumidor, para o qual significa o acesso aos recursos energéticos a preços razoáveis e isentos de riscos de interrupção, do produtor, interessado em garantir o mercado e as rotas de abastecimento, por forma a honrar os compromissos, e, finalmente, os países de trânsito, os quais, para além da perspectiva de consumidores, procuram adicionalmente obter vantagens.

4. A Era Putin

Por uma questão de mero pragmatismo considera-se no presente trabalho como “Era Putin” o período de tempo compreendido desde a eleição de Vladimir Putin para a presidência da Federação Russa, em 2000, até à atualidade. Ainda que durante esse período Vladimir Putin tenha igualmente desempenhado durante quatro anos as funções de Primeiro-Ministro, sob a presidência de Dmitri Medvedev, contudo, e não obstante o desejo da generalidade das lideranças externas, em especial de círculos políticos europeus e norte-americanos, em ver Medvedev assumir os poderes presidenciais de facto e em pleno, e em que por diversas vezes este último o pareceu pretender, o facto é que Putin e o seu *inner circle*, mesmo enquanto no cargo de Primeiro-Ministro, sempre lideraram e mantiveram o controlo do regime, absorvendo ou neutralizando o círculo de apoiantes ou entusiastas de Medvedev.

4.1. Política Interna: Relações e Dinâmicas de Poder

O quadro relacional vigente na política interna russa, bem como as relações de poder que lhe estão naturalmente associadas, ao contrário do que normalmente sucede nas democracias ocidentais, projeta-se com maior incidência não apenas no plano interno, mas também no plano externo. Com efeito, desaparecida a ideologia que constituía em grande parte o sustentáculo do anterior regime, e após um período pós-implosão de relativa indefinição e turbulência, atualmente verifica-se genericamente a existência de duas correntes distintas – uma de génese liberal, essencialmente integrada por uma nova geração de elites, conceptualmente pró-ocidentais, e uma outra de génese mais conservadora, integrada por elementos com origem nas anteriores estruturas de poder e/ou simpatizantes das mesmas. Atente-se que esta distinção não é puramente de carácter ideológico, longe disso, já que quer uma corrente, quer outra possuem fortíssimas agendas corporativas, não sendo anormal, nem raro, que os seus interesses se sobreponham por vezes, porventura não premeditadamente, ao próprio interesse nacional russo.

A atual dinâmica da política interna russa é natural e profundamente marcada, quer pela génese da era soviética, quer pelo autoritarismo ou totalitarismo que genérica e his-

toricamente sempre marcou a vida política do país. Mais recentemente, com a implosão da URSS, à abertura do regime iniciada por Gorbatchov, seguiu-se-lhe a política errática e caótica de Yeltsin, cuja consequência mais visível se projetou de forma clara no enfraquecimento do poder do Estado em todas as suas dimensões, fenómeno esse também em grande parte decorrente da transição por si imposta, essencialmente em função da sua própria sobrevivência política, de um Estado unitário altamente centralizado para uma descentralização também excessiva. Ainda que se admita atualmente a quase inexistência de alternativas funcionais e credíveis ao modelo federal russo, dadas as inúmeras particularidades que o país encerra, certo é que desde o início da primeira presidência de Putin as elites russas assumiram claramente que o modelo de Yeltsin se revelou anárquico e impraticável, colocando em causa a própria integridade do Estado, havendo como tal a necessidade de ser revertido.

A grande linha de ação estratégica seguida, claramente visível a partir de 2000 com a assunção presidencial de Putin e respetiva equipa governativa, focalizou-se assim significativamente na recuperação do poder institucional e da autoridade do Estado, objetivo que passava, entre outros, no plano político, pela recentralização das estruturas de poder¹⁶³, e no plano económico pela recuperação dos ativos considerados vitais para a economia nacional. Estes últimos, objeto de um programa de privatizações claramente ruinoso para o Estado executado na era Yeltsin¹⁶⁴ e geradores da oligarquia russa, representando para a Federação o mais importante, e porventura único, mecanismo de recuperação económica e geopolítica imediatamente disponível, constituíram prioridade máxima durante a primeira presidência de Putin, mantendo-se ainda atualmente o propósito de o Estado garantir o seu efetivo controlo.

Para asseverar a exequibilidade desta linha de ação, Putin, por um lado, afastou a quase totalidade dos elementos integrantes da equipa de Yeltsin, não sem antes garantir ao antigo líder, família e colaboradores mais próximos a isenção pública de qualquer responsabilidade a apurar durante o respetivo período governativo, e por outro, fez-se rodear de um conjunto de elementos que genericamente partilhavam ou reuniam quatro características básicas – lealdade ao novo líder, um ideal nacionalista promotor da recuperação interna e externa da Rússia, autoridade e competência funcional. Surge assim durante a primeira presidência de Putin um grupo de dirigentes normalmente apelidado de *Siloviki*¹⁶⁵, na sua generalidade recrutados nas estruturas securitárias e grande parte deles com origem nos Serviços de Informações, com a responsabilidade de operacionalizar os objetivos presidenciais¹⁶⁶. Existe a percepção de que Vladimir Putin, ele próprio um antigo elemento da KGB¹⁶⁷, transformou o aparelho de Estado numa imensa rede de

163 No fundo a operacionalização da chamada “vertical de poder”.

164 E apoiado tácita e/ou explicitamente também por interesses ocidentais, representados entre outros por um número significativo de economistas, apelidados de “Chicago Boys” dada a sua origem na escola económica de Chicago.

165 Derivado do termo “silovye struktury”, o qual tem como significado literal “estrutura de poder” ou “estrutura de força”. www.globalsecurity.org. Consultado em janeiro de 2013.

166 Que na realidade já haviam começado a penetrar novamente nas estruturas de poder durante a era Yeltsin.

167 Dresden foi um dos seus últimos postos, na ex-Alemanha Democrática (RDA). Charles Shields (2007).

elementos oriundos dos Serviços de Informações, com o propósito implícito de apoiar o regresso da Rússia a um Estado policial ou policiado de génese idêntica à da antiga União Soviética. Julga-se enformar de significativa incorreção esta concepção, especialmente pelo facto de, na época, aqueles Serviços constituírem, de facto, a elite intelectual russa, dada a extrema exigência que colocavam no recrutamento dos seus elementos, os quais, recorde-se, eram na sua grande maioria os melhores oriundos das mais reputadas Universidades do país, a sua formação abrangia a quase totalidade das áreas do conhecimento e serem profundos conhecedores da realidade do país. Deste modo julga-se que aquela opção de Putin e do seu *inner circle*, para além de garantir a sua sobrevivência política, consistiu na escolha de elementos que desejavelmente possuísem em simultâneo as quatro características anteriormente referidas, constituindo naturalmente o fator lealdade uma condição preferencial.

Uma outra percepção incorreta, mas que também ganhou algumas raízes, reside no conceito de que o grupo constituído pelos Siloviki encerra grande homogeneidade e comunhão de interesses e ideologia, tendo como objetivo único e último o regresso da Rússia à posição que outrora deteve no sistema internacional. Tal parece não coincidir com a realidade, já que fortes e múltiplos indícios apontam para que, por variadíssimas razões e de forma natural, se foram posteriormente formando estruturas de génese quase clânica, de liderança difusa, por vezes interdependentes e eventualmente sobrepondo-se, unidos por poderosas agendas pessoais e/ou corporativas, frequentemente conflituantes e/ou convergentes, e cujo fator de poder assenta essencialmente no controlo que possuem sobre determinados sectores ou ativos económicos, incluindo os considerados estratégicos. O consequencialismo desta realidade projeta-se diretamente nas relações de poder intra-regime, introduzindo-lhe uma particular dinâmica e fluidez, difíceis de identificar noutras unidades políticas, resultando deste facto uma elevada dificuldade em qualquer processo de análise das mesmas. Se para caracterizar a era soviética Winston Churchill afirmou num discurso radiofónico em 1939 que a Rússia se constituía como “uma charada, enrolada num mistério, dentro de um enigma”, atualmente a frase parece manter toda a validade, com a agravante da complexidade que lhe pode ter sido introduzida em consequência da adição de múltiplas e novas variáveis, quer no plano interno, quer no plano externo. Porém, e como também afirmou Churchill, a chave para tornar minimamente clara a complexidade do sistema de relações de poder do regime russo e eventuais decisões que dele decorram ou possam decorrer, poderá residir no interesse nacional russo, ou melhor dizendo, num sentimento comum das várias elites na defesa dos valores e interesses russos. Estes, independentemente da estrutura, funcionamento, personalidades, agendas, circunstancialismos vários ou juízos de valor que se efetuem sobre a sua razoabilidade e até exequibilidade, mantêm-se como uma força motriz da política interna russa, que naturalmente se projeta na sua ação externa, ainda que, como adiante se analisará, possam estar a ocorrer significativas alterações na sua génese. Com efeito, aprecie-se ou não o estilo musculado de Putin e do regime, admitindo-se ou não as tensões várias que dele são geradas, ou o grau de eficiência na concretização dos objetivos nacionais previamente traçados, assim como

a linha de ação decidida para a sua consecução, o interesse nacional russo encontra-se claramente presente na geopolítica e geoestratégia russa atual, independentemente das inúmeras disfunções ou potencial de conflitualidade que o regime possa encerrar. No entanto, releve-se novamente, o processo de decisão baseia-se e é influenciado fortemente por numerosas agendas pessoais e corporativas, por vezes conflitantes ou nem sempre convergentes.

A manutenção e gestão dinâmica dos equilíbrios entre os vários clãs ou grupos de interesse é assim um mecanismo fundamental para a estabilidade do regime, o que até agora Putin tem conseguido com habilidade gerir, impedido o domínio de um deles, sendo que neste quadro, e sem se pretender ignorar alguma tensão existente no seio do regime, a maior ameaça que poderá impender sobre este reside no crescente apelo social para a sua total abertura – política, económica, social e cultural. A emergência, de raiz, de uma classe média nunca existente na história russa, a sua crescente politização e perda de referências do anterior regime, a rapidez e facilidade de acesso aos fluxos informacionais, o crescente envelhecimento de uma significativa parte da população quase exclusivamente dependente do apoio social do Estado, as acentuadas assimetrias políticas, económicas, sociais e culturais da realidade russa, uma economia interna em grande parte dependente de fatores externos, cuja capacidade de controlo e influência está para além do poder do regime, constituem atualmente as variáveis que mais influência poderão projetar na manutenção e estabilidade do regime. Do sucesso, ou não, do regime em lidar com estas variáveis, dependerá em muito a manutenção do equilíbrio dinâmico intra/entre clãs e polos decisórios, sem o qual será certamente difícil a sua sobrevivência, pelo menos no atual referencial. Para além destes fatores potenciadores de instabilidade, restará saber se o pragmatismo e clareza da visão de Putin, evidentes e eficazes que têm sido no plano externo, continuarão a funcionar de igual modo no plano político interno de modo a minimizar ou eliminar a insatisfação social crescente, bem como potenciar a execução das reformas prementes que o estado terá que efetuar em variadíssimos sectores da sua atividade, sem as quais não se afigura fácil a sua consolidação económica e reafirmação no plano internacional.

A atuação política de Putin, contrariamente à imagem de líder supremo ou de Czar implantada no ocidente, mas não menosprezando a ascendência que naturalmente possui no quadro de relações de poder do regime, tem assim incidido essencialmente na arbitragem e gestão dos conflitos de interesses intra/entre clãs, dinâmica em que até agora tem obtido um inegável êxito. Este sucesso tem passado fundamentalmente pela distribuição entre os principais polos de poder dos principais ativos económicos nacionais e pela adequada gestão dos equilíbrios necessários à sua manutenção.

Durante os primeiros anos da presidência de Vladimir Putin eram significativas e marcantes as distinções entre Siloviki e Civiliki (ou “Liberais”), dado que o recém-eleito presidente teve necessidade de se rodear dos primeiros para garantir a sua sobrevivência e segurança política, e dos segundos, de uma forma genérica afetos a Medvedev, para introduzir dinamismo e eficácia na ação governativa. De acordo com algumas fontes, em 2003 os elementos identificados como integrantes dos Siloviki constituíam cerca de

30% dos funcionários governamentais, 60% do *inner circle* de Putin e 70% dos *staffs* dos enviados presidenciais para as regiões¹⁶⁸.

A nomeação dos quadros superiores das grandes empresas estatais para lugares-chave no aparelho federal constituiu-se assim o principal mecanismo de gestão e obtenção de equilíbrios entre os vários grupos de interesses, no qual o poder de arbitragem de Putin sempre procurou, e aparentemente terá conseguido, que nenhum deles tivesse clara dominância sobre os outros. Tal verificou-se inclusivamente durante o mandato presidencial de Dmitri Medvedev, muito embora o grupo de liberais que este integrava tivesse tentado, de forma tímida, dada a supervisão apertada do então Primeiro-Ministro Putin, por diversas vezes o afastamento de algumas figuras sonantes de elementos claramente identificados como integrantes dos Siloviki. Quanto à tipologia dos equilíbrios anteriormente referidos, assenta essencialmente no princípio da coexistência de elementos integrantes dos vários grupos de interesse na mesma estrutura, que através do controlo mútuo são seus geradores¹⁶⁹.

Um breve apontamento relativo a uma área que praticamente nunca se constituiu como palco privilegiado da luta de interesses de grupos concorrenciais ou antagónicos, e que por isso mesmo é reveladora da génese consensual que a tem rodeado – a política externa russa. Liderada por Ivan Ivanov durante o primeiro mandato de Putin até 2004¹⁷⁰, altura em Sergei Lavrov assume funções, o ainda Ministro dos Negócios Estrangeiros russo, a política externa russa foi sempre uma área estável e da exclusiva competência de Vladimir Putin, incluindo durante a presidência de Medvedev, não obstante esta área se encontrar sob responsabilidade presidencial por imperativo constitucional¹⁷¹. Este facto é revelador, em primeiro lugar, da elevadíssima prioridade de tal área enquanto mecanismo fundamental de reconstituição do *status* da Rússia no exterior, e em segundo, da tipologia que rege os principais grupos de interesses, centrada quase exclusivamente no controlo dos ativos económicos do país. Contudo, como adiante se explanará, existem atualmente factos que poderão indiciar uma certa alteração nestas duas últimas constantes.

Com efeito, com o controlo da Gazprom e da Rosneft por parte de elementos preponderantes dos mais poderosos grupos de interesses¹⁷², e considerando a atual dimensão global da área de atuação destes dois “national champions”, o emprego destas empresas funciona como que em “circuito fechado”. Sendo certo que se por um lado têm vindo a ser utilizadas de forma concertada com os negócios estrangeiros, assumindo-se em varia-

168 Andrei Constantin (2013).

169 Será o exemplo da Gazprom, em que pontificam Viktor Zubkov, Chairman do Conselho de Administração e íntimo de Putin e Alexey Miller, seu adjunto e considerado como simpatizante do grupo de “liberais”.

170 Ivanov havia sido nomeado Ministro dos Negócios Estrangeiros em 1998.

171 Constituição da Federação Russa, artigo 86.º a). Disponível em <http://www.government.ru/eng/gov/base/54.html>.

172 Embora de menor dimensão é igualmente importante o papel do complexo militar industrial russo ou do sector de mineração.

díssimos exemplos como verdadeiros testas-de-ferro da política externa russa¹⁷³, por outro tal é fator potenciador da sua capacidade de influência no plano político e económico interno, a qual é, literalmente, alavancada de forma exponencial. É em razão desta realidade que qualquer destas empresas atua também como se de um agente da política externa se tratasse, contudo não sem que, por via da Administração Presidencial ou do próprio Putin e/ou respetivo *inner circle*, seja definido o âmbito, limite e objetivos na sua atuação.

Julga-se importante no quadro deste capítulo efetuar igualmente uma breve referência relativamente à tipologia das relações de poder durante o mandato presidencial de Dmitri Medvedev. Em primeiro lugar, e no que respeita ao seu processo de candidatura presidencial, eram na altura conhecidas as vozes dos que, em especial a linha mais dura do regime, pretendiam uma alteração constitucional no sentido de permitir ao Presidente em exercício, Vladimir Putin, mais um termo presidencial. Este porém nunca foi um entusiasta da modalidade, já que, sendo necessário forçar uma alteração constitucional, tal pulverizaria a imagem que tentou projetar interna e externamente, e simultaneamente abalaria significativamente a imagem da Federação no plano internacional, enquanto país em processo de consolidação democrático.

Quanto a Medvedev, inicialmente considerado no Ocidente como um *proxy* de Putin e dos círculos decisórios a estes afetos, mas posteriormente considerado como encerrando potencial suficiente para se libertar daquelas amarras, teve no entanto uma reduzidíssima liberdade de ação no exercício do seu mandato. Como anteriormente explicitado, Putin enquanto Primeiro-Ministro manteve sempre o efetivo controlo sobre a política externa e o aparelho securitário (Serviços de Informações, Forças Armadas e Forças de Segurança), cabendo essencialmente a Medvedev responsabilidades no plano económico, na área da educação, ciência e tecnologia, ou na reforma da estrutura e funcionamento da administração federal. A situação ocorrida na cimeira de Seul em que o Presidente Obama afirma a Medvedev que relativamente à questão da defesa antimíssil possuirá maior flexibilidade no seu segundo mandato, e em que o então Presidente russo responde que irá transmitir a informação a “Vladimir”, é suficientemente esclarecedora quanto às reais competências de Medvedev¹⁷⁴.

No que concerne à harmonia e concertação do tandem “Medvedev Presidente – Putin Primeiro-Ministro”, são variadas as análises, alternando entre as que defendem ter existido uma substancial autonomização de Medvedev¹⁷⁵, às que referem o controlo total de Putin no processo. Considerando especialmente o facto de Medvedev ter sido novamente escolhido por Putin no seu terceiro mandato presidencial para Primeiro-Ministro, este facto poderá significar que houve na realidade uma atuação concertada entre ambos, dado que se tivesse efetivamente ocorrido uma tentativa de autonomização por parte de Medvedev, tal decerto dificultaria essa nomeação. Saliente-se no entanto a ocorrência de

173 Entre outros, veja-se o papel da Gazprom na política externa russa com a União Europeia.

174 Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=TA_0YS7tK04. Consultado em Janeiro de 2013.

175 Neste quadro de análise foi notório o apoio que Medvedev teve nos meios de comunicação social e *think tank* ocidentais.

alguns episódios que projetaram uma predisposição de Medvedev nesse sentido, como por exemplo a sua “quase disponibilidade” para uma recandidatura¹⁷⁶, a manifestação de uma posição contrária à de Putin quanto à intervenção na Líbia¹⁷⁷, ou às suas frequentes afirmações relativas à necessidade premente de abertura política do regime.

Julga-se que, especialmente na segunda parte do seu mandato presidencial e em consequência dos apoios que granjeou na classe média russa e no plano internacional, Medvedev poderá ter percepcionado que um projeto político de génese mais liberal do que o preconizado por Putin poderia reunir apoios suficientes, e em face dessa possibilidade manifestou opiniões claramente contrárias às de Putin em certas questões. Contudo, o futuro demonstrou, por um lado, que o sector mais liberal do Kremlin representava, de facto, o elo mais fraco no quadro das relações de poder, e por outro que a grande base de apoio Putin se encontrava no grande número de cidadãos direta e/ou indiretamente dependentes do Estado, no essencial uma larguíssima faixa da população, quiçá a sua maioria.

Relativamente às atuais dinâmicas dos principais polos de poder, parece estar em curso uma dinâmica de reforço do sector petrolífero enquanto grupo de pressão, fortemente personalizado na figura de Igor Sechin, presidente e CEO da Rosneft¹⁷⁸, com fortíssimas ligações a Putin e uma personalidade-chave no quadro das relações poder do regime, sendo por isso apelidado de “Richelieu russo”¹⁷⁹. Interessante o facto de Sechin antes de ocupar o atual cargo ter sido Vice Primeiro-Ministro encarregue do *portfolio* energético, em que foi substituído por Arkady Dvorkovitch, um “jovem turco” liberal, num regime de rotatividade governamental claramente representativo do equilíbrio pretendido por Putin¹⁸⁰. Até há relativamente pouco tempo operando quase exclusivamente no sector petrolífero, a Rosneft tem no entanto vindo a estender a sua atuação ao sector gasífero nacional¹⁸¹, um monopólio natural da Gazprom, e assinado acordos de cooperação um pouco por todo o mundo, sendo de destacar a sua presença nos grandes projetos do sector petrolífero venezuelano ou brasileiro¹⁸². Adicionalmente, e fruto da crescente focalização estratégica no Ártico russo, a Rosneft já garantiu acordos para a exploração de petróleo e gás natural com a britânica BP e a norte-americana EXXONMOBIL, tendo igualmente assinado acordos de cooperação neste âmbito com a China, Japão e Coreia do Sul. Em consequência desta dinâmica, imposta em grande parte por Sechin e aprovei-

176 Na altura alguns meios de comunicação social referiram mesmo a possibilidade de Medvedev nesse sentido constituir o seu próprio partido político. Alexander Rahr (2011).

177 Que enquanto Medvedev manifestou inicialmente o seu apoio, Putin criticou severamente.

178 Empresa em que foi integrada a Yukos de Mikhail Khodorkovsky.

179 Ver Clover (2010).

180 Sechin demitiu-se do cargo de Vice-Primeiro Ministro na presidência Medvedev, quando este determinou que todos os responsáveis por cargos governamentais deveriam abandonar os cargos que em simultâneo mantinham na direcção das empresas estatais.

181 Atualmente o gás natural representa já 10% da sua produção total de hidrocarbonetos, estando a substituir a NOVATEK enquanto principal fornecedor doméstico. Disponível em <http://www.rosneft.com/Upstream/GasStrategy/> e Ahmed Mehdi e Shamil Yenikeeff (2013). Consultado em janeiro de 2013.

182 A qual, como explicitado adiante, em muito dependerá da continuidade de Hugo Chavez à frente dos destinos do país.

tando alguma debilidade financeira atual da Gazprom, é expectável que, no curto prazo a Rosneft a suplante, tornando-se assim a mais valiosa empresa russa¹⁸³. A concretizar-se este cenário, poderá visualizar-se uma ruptura no equilíbrio entre os grupos de pressão afetos aos liberais, que tradicionalmente têm controlado a Gazprom, e os de linha dura, que têm no controlo da Rosneft o seu mais importante fator de poder. Adicionalmente, com a internacionalização e afirmação global efetiva da Rosneft é assim quebrado o monopólio da Gazprom enquanto principal interlocutor económico e estratégico-energético entre o Ocidente o Kremlin, no que sairá naturalmente reforçada a linha dura do regime.

Não obstante a alavancagem da Rosneft enquanto uma verdadeira e efetiva National Oil Company (NOC) ter tido sempre o apoio de Vladimir Putin, o facto é que a sua crescente afirmação como um *global player* no sector poderá garantir-lhe alguma independência ou ascendência sobre o próprio Kremlin, o que nesse cenário introduzirá uma adicional complexidade e desequilíbrio às atuais relações de poder intra-regime. Uma das formas possíveis de regularização desta assimetria poderá residir na sua privatização, ainda que parcial, um objetivo que a linha liberal tem defendido e que poderá manter, dado também servir os seus propósitos corporativos.

Saliente-se que, como anteriormente referido, atualmente será muito provavelmente incorreta uma distinção restrita entre os vários grupos de interesse, já que tem sido significativa a sua interpenetração e transição entre os seus elementos, introduzindo uma elevada difusão nesse referencial. A distinção entre silovikis e liberais parece assim continuar a diluir-se, não obstante ser evidente os sectores em que a sua influência mais se projeta e as lealdades no seio destes dois grandes polos de poder, algumas velhas de dezenas de anos, permanecerem um dado de elevada importância. Ainda assim, na estrutura governamental é crescentemente menor o número de elementos claramente identificados como tendo a sua origem nas estruturas de segurança do anterior regime, dado que se verificou a sua disseminação pelas grandes empresas estatais e privadas e/ou a privatizar. Por outro lado, e especialmente no plano dos ministérios federais sob a responsabilidade de Medvedev e restante elenco primo-ministerial, é por demais evidente o rejuvenescimento dos quadros, muitos com memórias já distantes do anterior regime e com formação académica no exterior. Contudo, é evidente a colocação de homens de mão de Putin em áreas ou sectores-chave, quer liberais, quer da linha mais dura do regime, de que são exemplos, entre outros e integrando o grupo dos “liberais”, o único primeiro Vice Primeiro-Ministro, Igor Shuvalov, o Chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro e Vice-Primeiro-Ministro¹⁸⁴, Vladislav Surkov, considerado o ideólogo do regime¹⁸⁵, ou os Vice Primeiro-Ministros Dmitry Rogozin¹⁸⁶ e Dmitry Kozak¹⁸⁷.

183 A linha “liberal”, que pretendia a sua total privatização, foi claramente contrariada pela “linha dura” que tem conseguido adiar sucessivamente a decisão nesse sentido.

184 O coordenador da ação ministerial e cujo poder rivalizará com o de Medvedev. Ver Bennetts (2012).

185 “Pai” da organização juvenil pró-Kremlin “Nashi” e entretanto exonerado daquele cargo.

186 Encarregue das indústrias de defesa e ex-representante de Moscovo junto da NATO.

187 Responsável pelas infraestruturas e nessa qualidade supervisor dos Jogos Olímpicos de Inverno de Sochi de 2014.

Pelo contrário, nos Ministérios e serviços sob tutela presidencial é clara a maioria de elementos oriundos das estruturas securitárias do anterior regime e indefetíveis de Putin, como é o caso do Ministro do Interior, Vladimir Kolokoltsev, do Ministro da Defesa, Sergei Choigu, do diretor dos Serviços de Informações Externas (SVR), Mikhail Fradkov, do diretor do Serviço de Informações Internas (FSB), Alexander Bortnikov, do diretor do Serviço Federal de Luta Anti-Droga, Viktor Ivanov, do Chefe da Administração Presidencial, Sergei Ivanov, ou do Secretário do Conselho de Segurança, Nikolai Patrushev.

Neste âmbito, e muito embora possa ser algo extemporânea a elaboração de cenários alternativos à liderança de Putin, o facto é que têm sido diversas as notícias relativas à questão, podendo indiciar que porventura se poderão encontrar em risco equilíbrios instalados e dessa forma estar em causa a capacidade de arbitragem e de liderança de Putin¹⁸⁸. Entre outros, tem surgido o nome do atual Ministro da Defesa, Sergei Shoigu, um equidistante e conceituado personagem do regime¹⁸⁹, ou o de Sergei Sobyenin, atual presidente da câmara de Moscovo e ex-Chefe da Administração Presidencial, como candidatos à sucessão de Putin, ambos no entanto com fortes ligações a este último. Consensual parece ser no entanto a ideia de que o eventual sucessor de Putin deverá ter para com ele uma atitude semelhante à deste último quando garantiu a imunidade e segurança de Yeltsin e do seu *inner circle*, aquando da sua escolha como candidato presidencial. Releva-se que esta elevadíssima interdependência entre os vários grupos de interesses, aliada à corrupção que grassa na generalidade dos sectores por eles controlados, é porventura a maior garantia de manutenção do regime, sendo assim de grande dificuldade a aplicação de medidas de justiça tendentes à total eliminação das suas disfunções. Entre outras, uma consequência que esta realidade desde logo induz projeta-se na manutenção de obstáculos à modernização e abertura política substancial do regime, cenário que a elite política e económica de facto teme.

A análise do quadro relacional entre os vários grupos de interesse do regime não estaria minimamente completa sem uma referência, ainda que breve, ao papel da Administração Presidencial, constitucionalmente um órgão de apoio às funções presidenciais, função na realidade potenciada e excedida de forma exponencial. Com efeito, a atual Administração Presidencial constitui, de facto, um Governo paralelo, com uma estrutura em muito semelhante à que Medvedev dirige, sendo que, de uma forma genérica, os ministros que integraram a equipa de Putin o acompanham agora na presidência como assessores com responsabilidades semelhantes às das suas anteriores pastas ministeriais.

188 Coincidentemente, ou não, uma recente sondagem efetuada pelo Russian Public Opinion Study Center (VTsIOM), com claras ligações ao regime, refere o nome de Putin com uma intenção de voto de cerca de 50%, caso as eleições presidenciais se efetuassem atualmente, dado que, desejavelmente, projeta uma imagem positiva do Presidente na opinião pública russa mesmo quando a contestação popular sobe de tom. Interfax (2013).

189 General do Exército. É notável a sua longevidade enquanto Ministro da Defesa Civil, Emergências e Eliminação das Consequências de Desastres Naturais, cujas funções assumiu em 1994, integrando também desde essa data o Conselho de Segurança.

Estas transições do Governo para a Administração Presidencial deverão igualmente ser encaradas no quadro das relações de poder intra-regime, possibilitando por um lado o rejuvenescimento do quadro governativo, dado que permitem a ascensão dos seus substitutos, e por outro são geradoras de equilíbrios intra-clãs ou grupos de interesse. É o caso dos assessores presidenciais Tatiana Golikova, Andrei Fursenko, tido como um importante polo de poder, Igor Shegolev, ou Yuri Trutnev¹⁹⁰, devidamente coordenados pelo aliado e amigo de longa data de Putin, Sergei Ivanov, Chefe da Administração Presidencial.

Relativamente ao controlo do Kremlin sobre a imensidão administrativa e territorial russa, o instrumento mais eficaz que possui para esse efeito tem sido materializado pela figura dos enviados presidenciais plenipotenciários para os distritos federais¹⁹¹. A ascensão do poder regional foi especialmente visível durante a era Yelstin, dado que, considerando a debilidade política da figura presidencial, em grande parte se constituía como a sua principal base de poder. Contudo o relacionamento entre o poder central e as regiões foi súbita e profundamente alterado por Putin em 2000, quando foi decretada a divisão política do território em sete distritos federais¹⁹², para os quais nomeou os respetivos enviados presidenciais. Quanto às responsabilidades que na realidade estes possuíam, não obstante se assumirem como representantes da Administração presidencial no plano regional, por vezes a sua nomeação poderia também decorrer de condutas políticas ou sociais reprováveis que levavam ao seu afastamento através de uma “exoneração honrosa”¹⁹³. Ainda assim, tal representou de uma forma geral a reasunção por parte do Kremlin do controlo das regiões e dos respetivos Governadores, entidades que haviam entrado em regime de quase completa autonomia durante a era Yeltsin¹⁹⁴, verificando-se mesmo tentativas de secessão¹⁹⁵. No plano financeiro foi desde logo evidente um substancial aumento da receita fiscal por parte do Governo federal, enquanto no plano político foi efetuado o *downgrade* do quadro legislativo regional, e em 2004 foi determinado que os líderes regionais fossem nomeados pelo Presidente, sendo assim abolida a sua eleição local. Esta última medida foi no entanto revogada em Maio de 2012 por Medvedev¹⁹⁶, em grande parte motivada pela intenção de parar ou minimizar a dinâmica dos protestos maciços que se verificaram em Moscovo e S. Petersburgo a partir dos finais de 2011. No entanto, o facto de o processo de candidatura ser agora substancialmente mais complicado do que anteriormente, garante ao regime,

190 Antigos Ministros da Saúde, Educação e Ciência e Tecnologia, Telecomunicações e Recursos Naturais, respetivamente.

191 Possuem a designação oficial de “Representantes Plenipotenciários”.

192 Não se encontrando consignados na Constituição russa, são compostos pelos distritos Central, Sul, Noroeste, Extremo Leste, Leste Siberiano, Siberiano, Urais, Volga, tendo em 2010 sido adicionado o Cáucaso do Norte.

193 Vadim Kononenko e Arkady Moshes (2011).

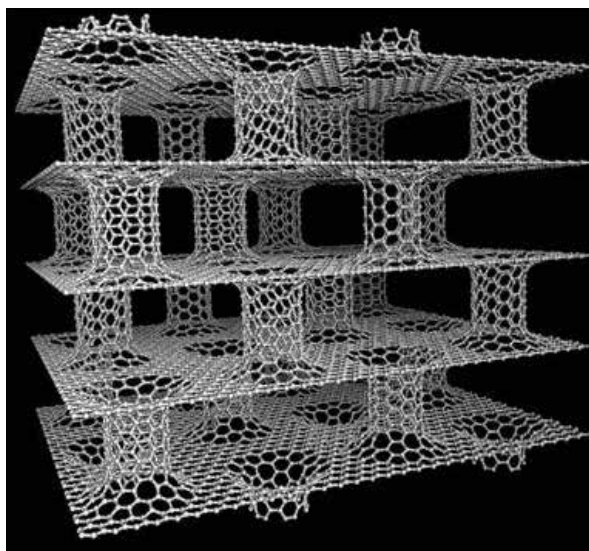
194 Ficaram célebres as palavras de Yeltsin quando afirmou em 1990 que as regiões deveriam possuir tanta soberania quanto a que pudessem engolir. James Hughes (2007).

195 Especialmente no instável Cáucaso do Norte.

196 Imediatamente antes de Putin tomar posse do seu terceiro mandato presidencial.

por via do partido maioritário e das estruturas de administração locais, um significativo controlo na eleição dos líderes regionais¹⁹⁷. Por outro lado, foi introduzida uma nova forma de exoneração dos Governadores, que poderá ser executada através dos poderes presidenciais, ou através de um mínimo de 25% da população local que vote nesse sentido. Atualmente, os representantes plenipotenciários encontram-se algo esvaziados do papel que anteriormente detinham, e atuam fundamentalmente no plano político através da filtragem e seleção dos candidatos.

Julga-se relevante efetuar um pequeno aditamento relativamente às relações de poder entre os grandes grupos de interesse e elementos a elas associadas atrás mencionadas. Neste quadro torna-se fundamental esclarecer que o efetivo controlo político e económico da Federação não se reduz aos elementos que compõem as equipas presidenciais e primo-ministeriais. Pelo contrário, e como a figura pretende representar¹⁹⁸, o conceito que porventura melhor poderá visualizar o seu funcionamento será o de uma complexa rede de génese multidimensional, composta por várias camadas sectoriais (da esfera política, partidária, empre-



sarial, social, académica, administrativa, securitária, etc), as quais no entanto se seccionam, interconectam e interagem entre si, quer através de redes/camadas de interesses convergentes, quer de interesses divergentes ou mesmo antagónicos, num ambiente de contínuo dinamismo e evolução. A complexidade dessa estrutura poderá ser de tal ordem que tem levantado frequentemente a questão sobre a real possibilidade da existência de mecanismos efetivos do seu controlo, bem como

da existência de um polo que a lidere de forma evidente, havendo opiniões quanto à possibilidade do seu funcionamento ser pontual ou parcialmente caótico, possibilitando mesmo a fuga ao controlo do Kremlin. Maior consenso parece no entanto existir relativamente à altura de maior turbulência da era Yeltsin, em que esta rede poderia ser representada por uma imagem atomizada, consequência do facto de na época o Estado se encontrar, literalmente, impedido de estender a sua autoridade a todo o território e a todos os domínios da

197 Atualmente um candidato, individual ou nomeado por partidos políticos (dependendo da legislação local), terá de possuir o apoio de 5-10 deputados locais (consoante a legislação local), ou no mínimo o apoio de 75% dos chefes da administração locais. Esta metodologia foi já utilizada nas eleições de Outubro de 2012.

198 Dimitrakakis (2009). Arranjo do autor.

sua atividade¹⁹⁹. Por muito criticado que Putin seja relativamente à autocracia que possa ter introduzido no regime, bem como aos métodos e mecanismos utilizados nesse processo, terá no entanto certamente a virtude de ter conseguido impor um mínimo de ordem ao sistema político, económico e social da Federação, invertendo assim substancialmente a paralisia e disfuncionalidade que se projetava em todos os domínios do Estado.

Quanto ao atual momento da política interna russa, são significativas e claras as alterações das condições políticas, sociais e económicas em relação à época em que Putin assumiu a primeira presidência, em 2000, sendo crescentes as vozes que preconizam uma maior liberdade e diversidade política e individual em detrimento da estabilidade, não obstante entenderem ter sido esta última uma absoluta necessidade durante os seus dois primeiros mandatos. Como agravante, a atual crise económica e financeira global constitui um sério fator limitativo do desenvolvimento da economia russa, profundamente alicerçada na exportação das *commodities*, o que tem reflexos diretos no agravamento das condições socioeconómicas e na estabilidade da política interna. Neste quadro não é de descartar um cenário de abertura progressiva do regime, quer no plano político, quer no plano económico, esta última considerada como inevitável para a diversificação do sector e efetivo desenvolvimento do país. Contudo, o regime deverá tentar garantir a todo o custo a escolha do *timing* e abrangência de tal abertura, motivado essencialmente, por um lado, pela memória ainda recente das convulsões ocorridas na era Yeltsin e do caos que se lhe seguiu, e por outro, pelo receio das elites quanto à sua própria sobrevivência. Neste âmbito atente-se nas declarações de Sergei Ivanov, atual Chefe da Administração Presidencial, afirmando que “...a democracia russa está a desenvolver-se num quadro evolutivo natural e não de uma forma revolucionária e as recentes alterações legislativas relativas à forma de os cidadãos se manifestarem publicamente é baseada nas congéneres das democracias ocidentais, como no Reino Unido ou nos EUA. Quanto ao impacto que as manifestações anti-governamentais alegadamente têm tido no exterior, ocorre essencialmente em países interessados na sua divulgação...”²⁰⁰. Vindas de um dos principais integrantes do círculo decisório, estas palavras parecem, por um lado, ser suficientemente esclarecedoras quanto à intransigência do regime em lidar com eventuais processos político-sociais que se revelem tumultuosos, ou que apresentem potencial para tal, e por outro, reveladoras dos receios de influências externas que os mesmos possam encerrar. A expulsão do país da USAID em finais de 2012 anteriormente explicitada é, entre outros, um claro exemplo de como neste âmbito o regime lidou parcialmente com a oposição política que se fazia sentir na rua. Independentemente da razoabilidade de tal medida, em que também sobressai a tibieza da reação norte-americana, não são igualmente de desprezar cenários em que o regime recorra à virtualização de um inimigo interno ou externo, desde que tal sirva de fator legitimador das suas ações.

199 A título de exemplo, na altura o Estado não conseguia cobrar impostos aos distritos federais, receitas a que os Governadores davam o destino que entendiam.

200 Sergei Ivanov (2012).

Poder-se-á assim afirmar que o sistema de relacionamento entre os vários grupos de interesses do regime personalizado por Putin desde o seu primeiro mandato presidencial tem, de uma forma genérica, funcionado e sido gerador dos equilíbrios fundamentais à estabilidade e acomodação dos interesses daqueles polos de poder. Não obstante o criticismo que pode ser apontado quanto à metodologia e modalidades utilizadas na sua gestão, tal revelou-se extremamente útil e eficaz na inversão da situação de caos político, social e económico que a era Yeltsin produziu. A conjugação deste facto com a situação economicamente favorável do preço do petróleo e gás natural durante os primeiros anos da década de 2000, permitiu e apoiou claramente a recuperação da autoridade do regime, da imagem e *status* do país no plano internacional, bem como a sua integração na economia mundial.

Contudo são várias as razões, quer de âmbito interno, quer de âmbito externo, que poderão levar à sua progressiva degeneração, sendo de destacar:

- A harmonia política, social e económica que é conseguida essencialmente com base nas receitas provenientes da exportação de *commodities*, e também geradora de equilíbrios entre os vários grupos de interesse, poderá ser seriamente afetada por uma baixa de preços internacional, variável sobre a qual a Federação não possui qualquer controlo;
- Um eventual desvio, premeditado ou não, na até agora eficaz ação de arbitragem de Putin, ou dos elementos constituintes do principal núcleo decisório do regime, poderá levar a uma ruptura de equilíbrios, que terá decerto expressão, numa primeira fase, no rápido acumular e expressar de tensões no plano político;
- O crescente grau de democraticidade exigida por uma classe média em ascensão, com memórias cada vez mais distantes do anterior regime, com um pleno acesso à informação, e, porventura determinante, com uma perda crescente de medo em relação à reação do regime;
- A crescente crítica externa e interna, à corrupção existente e de que o sistema é gerador e potenciador;
- A génese mais de curto prazo do que estratégica da gestão de equilíbrios, gera incertezas quanto à probabilidade da sua sustentabilidade no médio/longo prazo;
- A subalternização dos interesses regionais em favor dos dominantes nos centros políticos e económicos, especialmente Moscovo e S. Petersburgo;
- A inexistência de mecanismos formais que representem os interesses dos vários polos de poder no sentido de providenciar soluções de compromisso, e que proporciona o privilegiar de relacionamentos pontuais ou circunstanciais em detrimento de estruturantes, sendo por isso passível de produzir menor consenso;
- A manutenção do atual sistema, para além de apresentar significativas dificuldades no médio/longo prazo, é porventura um dos principais fatores que mais entraves coloca à modernização e diversificação económicas que o país necessita, por reear a abertura do sistema político e económico que delas decorreria²⁰¹;

201 Situação que, entre outras, terá sido responsável por nos últimos anos nenhuma grande reforma ter sido efetuada em áreas ou sectores em que os interesses dos grandes polos de poder se intersejam e/ou conflituam. Fonte: Nikolai Petrov (2012).

Da dimensão do atrás referido, e sobretudo do potencial de instabilidade de génese estrutural que o atual sistema encerra, bem como da percepção da sua finitude, as recentes notícias relativas à eventual identificação da personalidade melhor posicionada para suceder a Putin, ainda que atualmente não passem disso, notícias, deverão e poderão ser assim perspectivadas no quadro de análise atrás enunciado. A concretizar-se este cenário, a razão penderá naturalmente para o lado das análises que identificam o término do segundo mandato presidencial como o pico da eficiência do atual sistema, o qual terá entrado em decadência desde então. O tempo encarregar-se-á da sua confirmação ou infirmação, esperando-se nesse caso que contribua para que seja finalmente solucionado o “puzzle, enrolado num mistério, dentro de um enigma”.

Quanto à influência e consequências que o quadro de relacionamento dinâmico intra-regime anteriormente analisado poderá projetar na política externa e respetiva ação estratégica, releve-se o facto de que, não constituindo as elites dirigentes um corpo homogêneo, assim como não encerrando um carácter ideológico, e não contribuindo assim para a estabilidade estrutural ao regime, as tensões daí decorrentes poderão ter, direta e/ou indiretamente, reflexos na política externa russa, especialmente no plano das suas prioridades, não se descartando mesmo um cenário em que a possam marcar de forma significativa. Trata-se de uma situação substancialmente diferente da era soviética, em que o facto de ser inexistente a propriedade privada, especialmente importante no sector energético, contribuía decisivamente para uma elevadíssima homogeneidade da política externa de então. Quanto à situação atual, a conjugação das realidades anteriormente descritas com a Ordem Presidencial, de Maio de 2012, analisada no capítulo seguinte e documento antecedente do Conceito da Política Externa da Federação Russa, proporciona de certa forma orientações claras quanto ao conceptualismo dominante que a irá enformar. Não será estranho o facto de a linha de força dominante presente no binómio eurasianismo-ocidentalismo, uma constante e clivagem histórica na Rússia, estar atualmente a pender para a primeira linha de ação²⁰², essencialmente decorrente do facto de encontrar maior apoio no seio das elites tradicionais e na linha mais dura do regime. Haverá neste âmbito uma comunhão entre interesses nacionais e corporativos, já que a emergência asiática e o potencial de investimento, interno e externo, que representa claramente os beneficia.

Tal refocalização naturalmente não significa uma alienação da Europa ou do Ocidente, mas é no entanto indicador, por um lado, da orientação do esforço a desenvolver, e por outro, da assunção de um caminho civilizacional próprio da Federação, enquanto ator de génese euroasiática. Por outro lado, e com o objetivo primário de garantir a auto-sobrevivência do atual sistema que deriva daquela dinâmica relacional, na eventualidade de o mesmo apresentar sintomas de ruptura ou desequilíbrios que possam potencial para tal, não se afigura improvável um endurecimento da política externa alicerçado na sobreavaliação de riscos ou ameaças externas, para assim legitimar e apoiar a sua manutenção.

202 Depois dos objetivos no âmbito global e multilateral, a Comunidade de Estados Independente é assumida como a primeira das prioridades regionais.

Quanto ao nível que o fenómeno de corrupção tem associado a esta dinâmica relacional, a sua génese reside na era soviética, sendo que a conjugação da mentalidade por ele gerada com o subsequente período de caos que se lhe seguiu, e com a abertura à propriedade privada do sector económico, em muito potenciaram a sua expansão, horizontal e vertical, assumindo atualmente quase um carácter institucional. O nexo que se instalou derivou essencialmente do facto de na Federação se verificar a substancialmente sobreposição entre a gestão e a posse do Estado, possibilitando assim o carácter abrangente do fenómeno e a sua extensão a todas as áreas governativas, quer no plano regional, quer no plano federal. Saliente-se que, neste âmbito, o objetivo concretizado por Putin no que respeita à reconquista do controlo da autoridade do Estado em todos os sectores da vida política, económica e social russa, em muito contribuiu, ainda que não de forma premeditada, para a decisiva consolidação do atual sistema e para potenciar o fenómeno corruptivo. Atualmente, a alegada existência de autênticas “tabelas de preços” a praticar relativamente à obtenção de uma autorização de aumento de quotas de exportação, uma transferência adicional de verbas do orçamento federal para uma região, a aprovação de legislação fiscal aduaneira específica, o influenciar ou introduzir uma legislação a aprovar pela DUMA (ou a sua alteração ou obtenção de um voto favorável), a obtenção de uma ordem da Procuradoria-Geral de congelamento de uma conta bancária²⁰³, são reveladores da dimensão e do carácter institucional que o fenómeno da corrupção atingiu.

Do anteriormente referido parece assim evidente que uma ruptura brusca neste quadro de relacionamento ou a inversão rápida dos fenómenos que o mesmo potenciou e/ou ajudou a criar, constituiria, por um lado, uma tarefa de dimensão gigantesca de difícil consecução, e poderia levar, literalmente, a uma total desestruturação política, económica e social do regime, com consequências imprevisíveis. Será porventura em função desta realidade que a evolução do regime se efetuará de acordo com princípios, tempos e modalidades próprios, não sendo por isso provável que atores, organizações ou opiniões públicas e pressões externas possuam capacidade de influência para tal. Neste sentido, a famosa frase de que a “a Rússia não é europeia, nem é asiática. A Rússia é a Rússia” terá certamente toda a validade e será em função e em torno desta realidade que uma eventual evolução do regime se efetuará.

4.1.1. O Cáucaso do Norte

Em virtude do elevado potencial de destabilização e de conflitualidade de génese violenta que a região encerra, bem como das consequentes preocupações que projeta na política interna, incluindo de segurança, optou-se por abordar neste capítulo a situação no Cáucaso do Norte.

Considerada a região como “os Balcãs asiáticos”, derivado da sua diversidade e complexidade política, étnico-social, religiosa e cultural, o Cáucaso do Norte encerra por esse facto um enormíssimo potencial de conflitualidade, quer de génese intra-regional, quer inter-regional, pelo que é assim considerada como a região que maior génese centrífuga e ameaça apresenta no quadro securitário de toda a Federação Russa.

203 Vadim Kononenko e Arkady Moshes (2011).

Em razão dessa diversidade e consequente complexidade, pode afirmar-se que historicamente a região nunca se integrou de forma efetiva e plena na Federação Russa, em que será, literalmente, “um mundo à parte”, e não obstante a percepção de alguma pacificação circunstancial que nos últimos anos parece ter vigorado, o facto é que as inúmeras disfunções da região permanecem, não se afigurando provável a sua mitigação ou resolução. Neste âmbito, a política de desagregação e emigração forçada que o regime soviético promoveu, mais não fez do que acentuar as históricas assimetrias existentes, gerando assim ressentimentos de difícil ultrapassagem.

Consolidadas que estão as raízes de tensões interétnicas e nacionalismos vários a elas associadas, disputas fronteiriças ou por terras aráveis, e acrescentadas a corrupção generalizada, influência islâmica de génese radical²⁰⁴, indígena ou promovida pelo exterior e alimentando-se da tensão interétnica, ou um regime social e de justiça significativamente baseados em clãs²⁰⁵, a região vive em pressão contínua, apenas esporádica e circunstancialmente atravessada por períodos de aparente acalmia. Como agravante, as deficientes condições socioeconómicas constituem claramente um fator potenciador da tensão e conflitualidade intra e inter-regional acima referida, sendo de destacar os elevados níveis de desemprego no Daguestão (11,3%), Chechénia (33,5%) e Inguchétia (47,5%), claramente acima da média nacional, esta situada em 5,3%²⁰⁶.

A resposta pós-soviética ao potencial de conflitualidade da região, baseada prioritária e inicialmente na utilização do vetor militar como forma de a resolver, não se revelou eficaz, não obstante ter sido ultimamente acompanhada de avultados investimentos efetuados em projetos de génese infraestrutural, dado o claro *handicap* que este território apresenta em relação aos restantes. Das várias repúblicas que compõem a região, a Chechénia e o Daguestão constituem as que apresentam maior complexidade²⁰⁷, bem como elevado potencial de intra-conflitualidade de carácter violento. Efetuando um breve apontamento da situação chechena, já que estendo-o à totalidade da região, necessariamente extravasaria o âmbito deste trabalho, saliente-se que na Chechénia, assim como de uma forma geral em toda a região, a política encetada por Moscovo após a finalização do conflito que manteve com o movimento separatista local²⁰⁸, normalmente apelidada de “chechenização”, resumiu-se, na prática, essencialmente à delegação quase ilimitada de poder à liderança regional pró-russa entretanto instalada, atualmente centrado exclusivamente no seu presidente checheno Ramzan Kadyrov²⁰⁹. Este, um ex-guerrilheiro, circunstancial ou alegadamente reconvertido e rendido ao regime, é especialmente tolerado por Moscovo, devido à ligação especial e

204 Entre outros, é conhecido o apoio saudita a movimentos islâmicos da região.

205 Assumido por Moscovo, a Justiça é administrada através de três formas: a lei federal, a lei local (Adat) e a Sharia. International Crisis Group (2012).

206 World Bank (2012).

207 Embora em 1992 tenha ocorrido um conflito armado entre a Inguchétia e a Ossétia, a génese da conflitualidade não deriva nem é potenciada por fatores religiosos.

208 Saliente-se que a república foi, de facto, independente da Federação entre 1991 e 1994.

209 Cujo pai, o falecido Akhmad Kadyrov, ex-presidente checheno, dá nome à maior mesquita da Europa, construída em Grozny.

admiração que denota por Putin. Todavia, releve-se, Kadyrov tem-se constituído como o principal facilitador da penetração islâmica na República, personalizando na prática uma ideologia islâmico-nacionalista baseada no Sufismo, encorajando a poligamia e a segregação feminina, sendo que existem atualmente vinte madrassas, duas universidades islâmicas, três escolas de interpretação do Corão e mais de 700 mesquitas no território²¹⁰.

A principal razão da tolerância do regime russo para com as práticas políticas, sociais e religiosas instaladas no Cáucaso do Norte, mais do que significar a assunção e promoção da diversidade que a Federação retoricamente promove, demonstra sobretudo da parte de Moscovo a inexistência de alternativas credíveis às atuais lideranças regionais, pelo que entre a latência conflitual e a sua alteração/efetivação, o regime optou clara e pragmaticamente pela primeira, não permitindo no entanto, a exemplo da história recente, que os nacionalismos regionais se transformem em aventuras secessionistas ou independentistas. Deste modo, e não existindo atualmente uma solução fácil, nem rápida para a eliminação dos fatores de instabilidade e conflitualidade do Cáucaso do Norte, apenas o fator tempo se poderá encarregar de a encontrar, sendo contudo de admitir cenários de rápida alteração e deterioração da situação de segurança.

4.2. Política Externa

4.2.1. Constantes e Circunstancialismos

Com o final da URSS e durante o conturbado período que imediatamente se lhe seguiu, uma nova tipologia surgiu na política externa russa, sendo que a pró-atividade, antecipação e iniciativa estratégica que em grande parte marcou o período soviético, rapidamente se transformou com a sua implosão rápida numa tipologia iminentemente reativa, limitando-se assim genericamente a gerir a debilidade estratégica em que o país apresentava e a controlar os danos dela resultantes.

Com Putin, alavancado pela recuperação gradual da economia do país e estabilização política do regime, retomou-se de forma progressiva a tradicional assertividade e alguma capacidade de antecipação estratégica, porém com a Federação sempre colocada numa posição subalternizada, não obstante o especial estatuto de potência nuclear que manteve ou o veto que possui no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Atualmente, e independentemente da volatilidade do preço das matérias-primas, da manutenção da atual posição de relativa irrelevância da Europa enquanto unidade geopolítica, da eventual deterioração do sector económico norte-americano e a sua anunciada reorientação estratégica, ou da manutenção do crescimento do protagonismo chinês, afigura-se credível que o terceiro mandato presidencial de Putin, no que diz respeito à política externa e exercício da ação estratégica, possa vir a ser marcado por um aumento de assertividade e dureza de posições. Esta assertividade é aliás claramente assumida em entrevista²¹¹ de Sergei

210 International Crisis Group (2012).

211 Foreign Policy (2013). Nesta entrevista Lavrov afirma ainda que a reciprocidade, positiva ou negativa, é a chave e lei nas relações internacionais, permitindo à Federação Russa, entre outras, a prossecução de uma política externa independente.

Lavrov, atual Ministro dos Negócios Estrangeiros, onde afirma que no plano da política externa a “Rússia se sente mais assertiva, não agressiva, mas assertiva”, consequência de ter saído de uma situação (após a implosão da URSS) em que “... não possuía fronteiras, orçamento, dinheiro (...) com grandes problemas (...) sendo atualmente um país muito diferente (...) podendo dar mais atenção aos seus legítimos interesses em áreas onde esteve ausente durante algum tempo (...) possuindo uma agenda muito mais alargada porque tem maior capacidade, especialmente económica”.

Tal atitude, se por um lado é já visível nos discursos oficiais ou nos documentos orientadores da política externa russa, na prática, e especialmente nas problemáticas em que é notório o desacordo russo, tem sido acompanhada por posições de clara oposição e crescente intransigência, especialmente visíveis nas críticas efetuadas à arquitetura e funcionamento do sistema internacional e do respetivo no quadro de segurança e defesa global e regional, à atual ordem económico-financeira, ou ao quadro geoenergético global.

Considerando que ao longo do capítulo se efetuará progressivamente a análise sectorial e pormenorizada da política externa russa, optou-se assim por abordar nesta fase as grandes linhas de ação e prioridades da política externa russa, as quais são essencialmente enquadradas por dois documentos oficiais: a *Ordem Presidencial* de Maio de 2012²¹², e o *Conceito da Política Externa da Federação Russa*²¹³, aprovado em Fevereiro de 2013. Da análise de ambos são de relevar os seguintes aspectos:

Relativamente à arquitetura e funcionamento do sistema internacional e respetivo quadro de segurança e defesa global (e regional):

- É acentuado o papel central da Nações Unidas enquanto principal centro regulador das relações internacionais, não sem que seja preconizada a necessidade do aumento da eficiência do Conselho de Segurança das Nações Unidas, tornando-o mais representativo do atual sistema internacional, porém mantendo o estatuto dos membros permanentes;
- É acentuada a necessidade de emergência da multipolaridade e policentrismo do sistema internacional, assumindo-se contudo que tal processo encerre uma elevada complexidade, seja gerador de tensões e eventualmente acompanhado de conflitualidade. Neste quadro, é considerado que os modelos de governação e formas de cooperação económica regionais em emergência constituem a base do futuro modelo policêntrico;
- A diplomacia de rede deverá substituir a abordagem centrada em blocos político-militares, por forma a evitar o carácter unilateral que tem marcado algumas das recentes intervenções no sistema internacional;
- No que respeita à emergência de novos polos de poder, sendo considerado que o domínio ocidental continua a decrescer, é evidente a sua deslocalização para a Ásia, especialmente para a região da Ásia-Pacífico;

212 President of Russia Official Web Portal (2012).

213 Disponível em http://www.mid.ru/bdcomp/brp_4.nsf/e78a48070f128a7b43256999005bcb3/76389fec168189ed44257b2e0039b16d!OpenDocument. Consultado em janeiro 2013.

- Relativamente ao relacionamento com a NATO, organização que Lavrov considera ter “perdido a razão da sua existência com o desaparecimento da URSS”²¹⁴, a dificuldade do mesmo não se coloca com a organização em si, mas sim com a pretensão desta em assumir um carácter e alcance global. Ainda assim, são assumidas áreas de cooperação comuns, das quais resultam inclusivamente objetivos e interesses estratégicos também comuns. Quanto a qualquer expansão ou aproximação daquela organização às fronteiras da Federação, tal cenário é encarado e considerado como um “perigo”, e consequentemente um ato hostil;
- No que respeita à contenção das novas ameaças, é preconizado no quadro multilateral a utilização ativa dos BRICS, G20, G8 e SCO nesse sentido, bem como para a promoção da política externa russa.

No que respeita ao sistema económico-financeiro:

- Considerando-se que os problemas financeiros de génese estrutural do Ocidente não foram resolvidos, é preconizada a criação de uma nova e mais democrática arquitetura financeira, comercial, monetária e económica equilibrada e democrática, sendo indispensável a necessidade de maior equilíbrio no sistema de comércio e financeiro global;
- Será fundamental o apoio da política externa na criação de condições para a promoção do crescimento económico interno, modernização da sua economia e integração da Federação no sistema económico global em situação de paridade, considerando-se necessária a minimização dos riscos associados à sua integração na economia global, incluindo os decorrentes da sua integração na Organização Mundial de Comércio;
- Estabelece-se como objetivo a consolidação da posição de Federação enquanto país de trânsito comercial e *link* económico entre a Europa e a região da Ásia Pacífico.

No que se refere ao quadro geoenergético global:

- É preconizado o estabelecimento/fortalecimento de parcerias com os principais produtores energéticos, acompanhadas de um diálogo com os países consumidores e de trânsito por forma a garantir a segurança do abastecimento;
- É considerado fundamental o desenvolvimento e recurso a novas tecnologias na exploração de fontes de energia não convencionais, até agora inacessíveis ou economicamente não rentáveis.

Finalmente, no que concerne ao espaço pós-soviético, os processos de integração múltipla em curso representam prioridade máxima da política externa russa, designadamente, no plano económico, a União Euro-asiática, e no quadro da segurança e defesa a CSTO. Nesta última, é considerado fundamental o seu fortalecimento, nomeadamente através do incremento da eficiência dos seus mecanismos de resposta, do seu potencial de *peacekeeping*, bem como de uma maior coordenação da política externa entre os respetivos Estados-Membros. Quanto aos conflitos pendentes ou “congelados”, é preconizada a resolução da questão da Transdnieístria e de Nagorno-Karabakh, sendo de relevar que

214 Foreign Policy (2013).

a Federação relativamente às Repúblicas da Abcázia e da Ossétia do Sul “promoverá o apoio ao seu desenvolvimento”, enquanto Estados independentes, o que indicia por parte da Federação a intenção de tais territórios manterem o seu atual estatuto e não serem reintegrados na Geórgia.

Em suma, poder-se-ão identificar três grandes objetivos da atual política externa russa, encerrando uma grande interpenetração e interdependência entre si e em que se destacam:

- O favorecimento e apoio à emergência progressiva da multipolaridade estratégica no sistema internacional, dado que tal resultará inevitavelmente na diminuição do atual unilateralismo norte-americano, constituindo-se as Nações Unidas, bem como todos os *fora* de génese multilateral, em que os BRIC parecem ter crescente importância para a Rússia, como os principais mecanismos de promoção e consecução deste objetivo; por outro lado, a dimensão bilateral que este encerra, constituindo como que a outra face da moeda, é tida como complementar, sendo que neste quadro a China, comungando idêntico interesse, surge como parceiro privilegiado, embora circunstancial;
- O fortalecimento da situação económica interna, tida como fundamental no apoio à crescente afirmação externa do país, alavancando assim a sua contínua recuperação e constituindo-se o vetor energético como instrumento prioritário nesse desiderato, havendo no entanto que promover um balanceamento adequado com a diversificação económica interna, uma equação complexa e de difícil concretização;
- A prioridade à reintegração do espaço pós-soviético na esfera de influência e dependência estratégica russa, constituindo-se a conjugação dos vetores económico e energético com o respetivo processo de integração como o seu principal mecanismo de alavancagem.

4.2.2. Realidade e Prospetiva de Curto/Médio Prazo

Ir-se-á em seguida proceder à identificação e análise dos principais aspectos da génese relacional que a Federação Russa mantém com os principais atores, regiões e organizações do sistema internacional, bem como das respetivas linhas de atuação, prioridades e limitações.

4.2.2.1. Europa

4.2.2.1.1. União Europeia

Constituindo a Federação Russa uma poderosa “força periférica” europeia²¹⁵, e a Europa um espaço geopolítico que a Federação não integra política, económica e militarmente, embora com ele possua profundos e variados laços, é inevitável o exercício de influência mútua entre ambos, sendo assim natural admitir, em simultâneo ou não, ambas as tipologias nesse quadro relacional – cooperação e/ou competição.

215 Franco Nogueira (1992).

A estratégia russa para com a União Europeia, espaço geopolítico que claramente deixou de representar uma ameaça militar direta para a Federação, passa por uma modalidade de ação clara e bem definida, não obstante os eventuais e esporádicos desvios que nela possam ocorrer – a procura da minimização e/ou evitar um diálogo *vis-à-vis* com a União Europeia, priorizando assim as relações bilaterais com os Estados diretores ou de maior peso específico no seio da organização.

Tal conduta é facilitada por seu lado pela particularidade de a política externa destes Estados apresentar, de uma forma genérica, duas grandes linhas de ação: uma enquadrada na/pela União Europeia, e uma outra marcada pelo relacionamento multivetorial de âmbito bi e multilateral que mantêm com outros Estados ou organizações várias. Sendo em grande parte inexistentes os casos em que é observável a sua total sobreposição, já que ainda que possa ocorrer alguma complementaridade e harmonização entre si, a natural emergência de interesses nacionais assim o determina, a simples existência desta dualidade serve claramente os propósitos da Federação, facilitando-lhe assim a opção por um relacionamento prioritário no plano bilateral.

Neste quadro prioritário de relacionamento bilateral da Federação com os principais Estados da União Europeia, o crónico *deficit* energético desta última e as necessidades dele decorrentes representam um papel fundamental e um significativo fator de poder da Federação, constituindo-se assim o vetor energético como que o polo gravítico relacional euro-russo. Neste quadro atente-se que constituindo a atual dependência energética europeia da Federação Russa em cerca de 30% do total das suas importações²¹⁶, muito embora menor do que os 40% observáveis na década de 2000, não se afigura fácil, nem porventura exequível, uma adicional e substancial redução, sendo mesmo de admitir, em alguns países da União Europeia, o aumento desta dependência²¹⁷.

Por outro lado, a atual crise económica de génese crescentemente estrutural que a Europa experimenta, se por um lado projeta graves repercussões negativas na economia russa, por outro, sendo geradora, potenciadora ou mesmo passível de provocar a (re) emergência de fraturas no seio da União Europeia, a conjugação de tal desarmonia com a prossecução dos respetivos interesses nacionais por via do relacionamento bilateral com a Federação poderá servir de fator parcial de compensação ou de controlo dos danos causados pela crise europeia. Adicionalmente, a contração económica da zona euro tornou mais apelativo e rentável o investimento europeu na Federação e vice-versa, o qual, obviamente, se efetua quase natural e exclusivamente no quadro do relacionamento bilateral dos Estados-Membros com a Federação.

Contudo, releve-se, um cenário de desagregação da União Europeia ou, especialmente, do fim do Euro, constituir-se-ia como trágico para a Federação Russa, dado que, como afirma Sergei Ivanov²¹⁸, “a Rússia tem todo o interesse na estabilidade económica

216 European Commission (2011).

217 Nomeadamente por parte da Alemanha, decorrente da execução do plano de encerramento das suas centrais nucleares em 2020.

218 Sergei Ivanov (2012).

da Zona Euro, já que 40% do total das exportações tem como destino final essa região, o que é significativamente alavancado pelo facto de 40% do total das reservas monetárias russas serem em moeda Euro”.

4.2.2.1.2. Europa Central e de Leste

A integração na União Europeia e na NATO da quase generalidade dos países da Europa Central e de Leste, anteriormente integrantes da órbita soviética e entretanto projetados para um vácuo de poder após a implosão da URSS, reorientou naturalmente toda a sua geopolítica e geoeconomia para o espaço europeu, afastando-se assim a região progressiva e significativamente da influência russa. Esta evolução teve como consequências imediatas e visíveis o enfraquecimento da capacidade de influência política, económica, militar, cultural e até linguística da Federação nesses países, considerando esta ter sido minada pela política da União Europeia para a região e impeditiva ou obstaculizante do seu relacionamento com a mesma²¹⁹.

Contudo, a conjugação da ultrapassagem progressiva dos sentimentos de clara rejeição e antagonismo da região para com a Federação Russa, com a atual crise política e económica da União Europeia, bem como com a relativa resiliência russa a esta e o poder de atração da sua estratégia energética, provocou a emergência de uma postura realista e pragmática para com a Federação em significativo número de países. Com efeito, o modelo relacional que permite a relativa harmonização da desconfiança histórica com uma soberania musculadamente democrática e iminentemente pragmática tem tido significativa aceitação na Europa Central e de Leste, de que são exemplo claro as parcerias, e não apenas no sector energético mas em grande parte ditadas ou influenciadas por este²²⁰, que os países da região têm acordado com a Federação, anteriormente analisadas no quadro da geopolítica energética russa.

No que à região diz respeito relativamente aos interesses russos, a Ucrânia constituiu-se como um ator considerado prioritário, pelo que qualquer tentativa de integração do país em estruturas políticas, económicas ou militares consideradas como hostis ou contrárias aos interesses da Federação, nomeadamente a União Europeia e/ou a NATO, terá certamente a sua oposição. Neste quadro, e para além da abordagem que posteriormente se efetuará da temática, dir-se-á por enquanto que no que respeita à integração da Ucrânia na NATO, Moscovo tem tido o apoio da Alemanha e da França, conjuntural ou não, mas ainda assim claro, o que desde logo se projetou no adiamento ou na subalternização da questão. Quanto à eventual aproximação e integração na União Europeia, muito embora tenham sido dados passos nesse sentido, o atual momento europeu não parece, de todo, propício à inclusão de (mais) um Estado-Membro com uma democracia em estado quase embrionário e encerrando graves problemas políticos internos, e com uma economia débil, incapaz de integração no curto ou médio prazo nas estruturas comunitárias.

219 Nomeadamente a Eastern Partnership. Andrei Zagorski (2011).

220 Entre outras, saliente-se a recente notícia que refere o interesse sérvio na aquisição de Mig-29 à Federação, encontrando-se já os pilotos em formação na Rússia. Strategic Culture Foundation (2013).

4.2.2.1.3. Alemanha

A recente “nova Alemanha”, cuja reunificação também apenas foi possível em grande parte devido às profundas mudanças ocorridas na ex-URSS, tem, de forma crescente e não obstante alguns episódios esporádicos resultantes das personalidades da sua liderança, alicerçado e consolidado o seu relacionamento com a Federação Russa, considerando esta última ser o seu mais importante parceiro europeu. Não sendo nova esta parceria, considerando os ciclos relacionais históricos que sempre oscilaram entre a cooperação e a confrontação, atualmente assiste-se a uma clara fase de substancial comunhão de interesses geradora de um novo ciclo cooperativo. Para além da Federação se constituir como o maior mercado europeu, a Alemanha industrial e tecnológica é passível de satisfazer as necessidades atuais e de médio prazo da Rússia²²¹, especialmente no apoio à modernização desta última, pelo que tal facto se assume como o mais importante pressuposto para um bom relacionamento bilateral entre ambos os países, e mesmo a um entendimento germano-russo, a que a história não é estranha. Esta cenarização, de transformação do relacionamento germano-russo numa relação de excelência ou eventualmente a caminho disso, aliada à posição geopolítica central alemã na Europa²²², tem provocado apreensões e receios no continente e no eixo euro-atlântico. Como agravante, encerrando a grave crise económica que a Europa experimenta um significativo potencial centrífugo no que respeita à continuidade e aprofundamento do projeto europeu, tal poderá constituir-se como fator ignidor de um distanciamento alemão e potenciar uma reaproximação germano-russa de génese mais abrangente. O projeto Nord Stream anteriormente abordado, com maioria de capitais privados alemães e públicos russos, iniciado na chancelaria Schroeder, é porventura o principal marco da consolidação do relacionamento bilateral entre ambos os países²²³. Com efeito, e ainda que a Alemanha afirme repetidamente que se trata de um projeto pan-europeu, e como tal de importância transversal a todo o continente, o facto é que os principais e diretos beneficiados são a Federação e a Alemanha²²⁴, de que decorrem necessariamente consequências geopolíticas e às quais não será casual a associação da França ao projeto. Para a Alemanha representa a obtenção de energia segura a preços concorrenciais tão necessária à sua base industrial e a entrada de privados seus no sector energético russo, apesar de particularmente protegido pelo regime, registe-se. Para a Federação Russa significa, por um lado, o fim gradual da dependência

221 O que aliás é também de certa forma extensível à antiga “Europa soviética”.

222 E às potencialidades decorrentes da sua reunificação.

223 Curiosamente, Matthias Warnig, um cidadão alemão ex-elemento da STASI (Serviços de Informações da antiga República Democrática Alemã, RDA) que operava em Dresden, a cidade onde Putin esteve colocado quando ao serviço do KGB, tendo sido administrador da Gazprom, integra atualmente a Comissão Executiva do Nord Stream AG e o Conselho de Administração da Rosneft. <http://www.nord-stream.com/about-us/our-management/>; <http://www.rosneft.com/about/board/>; Crawford (2005). (originalmente a notícia saiu no *Wall Street Journal*).

224 Entre outros, registe-se a “isenção” de que o Nord Stream foi alvo relativamente ao preconizado no Terceiro Pacote Energético da União Europeia, que visa separar as atividades de produção e transmissão/distribuição de energia. Judah (2011).

de países de trânsito, nomeadamente a Polónia, a Bielorrússia e a Ucrânia²²⁵, por outro a consolidação do relacionamento bilateral com o mais importante polo geopolítico e geoeconómico europeu, alicerçado pela elevada dependência energética alemã e pelo facto de a Alemanha se transformar no mais importante *hub* energético russo na Europa. Com a eventual construção de uma terceira via no Nord Stream, inicialmente rejeitada por Merkel mas em equação, tal representará para a Alemanha a quase completa autonomização em termos de gás natural²²⁶, uma fonte de energia vital após a execução do programa de encerramento das centrais nucleares alemãs previsto para 2022, e a sua consolidação enquanto parceiro da Federação neste âmbito.

Releve-se neste quadro que se adicionadas às atuais duas vias do Nord Stream, com uma capacidade máxima anual de 55 bmc/ano, uma terceira com uma capacidade adicional de 27,5 bmc/ano, tal significará que a Federação Russa poderá vir a ser responsável pelo fornecimento de mais de 75% do total das necessidades de gás natural alemãs, as quais atingiram em 2010 os 97 mil milhões de metros cúbicos²²⁷. Considerando a União Europeia que a atual dependência europeia de gás natural russo é demasiado elevada (cerca de 32%), e que por tal se deverá proceder à diversificação das origens, a Alemanha parece assim, pelo menos fora do plano da retórica, não encarar que uma sua dependência futura de gás natural russo em torno dos 75%²²⁸ possa encerrar um fator de risco ou mesmo uma ameaça aos seus interesses nacionais, bem como aos interesses europeus.

Contudo, subsistem ainda dúvidas e entraves relativamente à evolução e tipologia do relacionamento germano-russo²²⁹, como prova a posição negocial de grande dureza da Alemanha quanto à adesão da Federação à Organização Mundial de Comércio, ao que parece motivada pela resistência russa na abertura da sua indústria automóvel e pesada.

Atualmente, se no plano político nem sempre o relacionamento bilateral entre ambos os países foi o mais harmónico, em especial na era Merkel, no plano económico a reaproximação alemã à Federação constitui uma realidade evidente e em crescendo, não sendo decerto estranha à mesma a pressão e desenvolvimentos que nesse sentido o chamado “*lobby* industrialista” alemão tem desenvolvido nesse sentido²³⁰. No plano político-económico alemão, existem essencialmente duas grandes correntes quanto ao relacionamento germano-russo, antagónicas e praticamente sem diálogo entre elas: uma, assente essencialmente em valores e que tem voz nas organizações de génese humanista, tendo ganho influência durante a chancelaria Merkel, e uma outra, essencialmente de-

225 O que igualmente favorece a Alemanha.

226 Mas também a elevadíssima ou quase total dependência alemã do gás natural russo.

227 International Energy Agency (2012).

228 A Alemanha importa cerca de 84% do gás natural que consome. US Energy Information Administration (2011).

229 “Atualmente somos parceiros, mas não amigos” afirmou o Embaixador russo na Alemanha em Abril de 2012.

230 Que de uma forma genérica representa o sector industrial alemão.

corrente de uma visão essencialmente economicista, com origem no SPD²³¹, com fortes apoios no sector industrial, que advoga uma maior cooperação e preconiza uma parceria estratégica com a Federação²³². Neste quadro, no plano político interno alemão, parece começar a ser visível o conceito de que o incremento no relacionamento germano-russo é crescentemente encarado como uma questão na qual se está claramente em oposição ou, pelo contrário, se efetua pressão nesse sentido. Neste quadro de análise, a eleição de Medvedev em 2008 criou elevadas expectativas nas elites alemãs, especialmente no que respeita à abertura e reformas do regime russo, as quais no entanto terão momentaneamente esquecido ou ignorado a realidade das relações de poder na Federação, nomeadamente o facto de a concentração de poder se manter nos mesmos círculos e em redor de Putin, não obstante a mudança da figura presidencial.

Por outro lado, nas elites alemãs, enquanto se mantém substancial consenso relativamente à importância da dinamização do relacionamento bilateral com a Federação, também enquanto chave da segurança europeia, parece ter vindo a instalar-se a ideia de que ao país faltam mecanismos passíveis de influenciar o processo de reformas várias na Federação, levando a um certo desinteresse que se poderá repercutir no relacionamento bilateral. Como exemplo registre-se o facto de que nos últimos 20 anos desapareceram nas principais Universidade alemãs muitas cadeiras de História ou Ciência Política focalizadas na Europa de Leste e Rússia, assim como se tem vindo a assistir à diminuição do número de especialistas da Federação Russa em muitos Institutos e *think tank's* alemães²³³.

Atualmente, e não obstante haver a percepção de que decorrente de um endurecimento do regime russo, essencialmente em resultado do regresso de Putin à presidência, o relacionamento bilateral poder ser negativamente afetado, os fortes laços económicos entretanto criados podem atuar como âncora ou contrapeso, e constituem a principal fonte de alimentação dessa dinâmica relacional, a qual pode ser mesmo potenciada pela atual crise económica europeia. Porém, na eventualidade de o cenário contrário se concretizar, a erosão progressiva do relacionamento bilateral entre ambos, que o pragmatismo de Putin naturalmente tentará evitar, a Federação Russa tenderá a perder o seu principal aliado nas questões de âmbito multilateral que mantém com a União Europeia, o que naturalmente introduzirá maior complexidade e dificuldade nestas últimas. Independentemente dos cenários concretizados, certo parece ser o conceito de que a Alemanha é o parceiro líder da União Europeia que mais influência poderá ter diretamente na integração ou harmonização da Federação com a Europa, o que indiretamente apoiará a transformação do próprio regime desta, pelo que sem o seu apoio se tenderá a manter alguma marginalização da Rússia, com inconvenientes e consequências não desejadas a todos os níveis.

Quanto à ação que atores externos possam ter no relacionamento germano-russo, a Polónia constitui-se como um dos principais fatores inibidores do mesmo, pelo que

231 Também influenciado, entre outros, pelo Committee on Eastern European Economic Relations, um dos principais apoiantes da abolição de vistos para os cidadãos russos que pretendam visitar a União Europeia.

232 Stefan Meister (2012).

233 Idem.

um entendimento no plano trilateral, desejado pela Alemanha mas encontrando alguns obstáculos pelo lado russo e polaco, será fundamental nesse âmbito.

A aproximação política e económica da Alemanha ao espaço pós-soviético da Ásia Central, integrada ou não na “Eastern Partnership” da União Europeia e muito embora esta tenha perdido significativo dinamismo devido à atual crise económica, terá que ser necessariamente enquadrada por um acordo de cooperação tácito com a Federação, dada a desejabilidade de uma maior aproximação deste espaço ao Ocidente, pelo que sem o beneplácito russo tal se afigurará como um objetivo de difícil exequibilidade. Neste âmbito refira-se o Berlin Eurasian Club, um *fora* com assinatura alemã que reúne anualmente em Berlim, Bruxelas e Astana, que não efetuou convite de qualquer espécie à Federação, aquando da sua primeira reunião em Berlim, em Fevereiro de 2012, demonstrando assim a intenção de ser tentado um *bypass* à Rússia no relacionamento com atores do espaço pós-soviético considerados no entanto atualmente como integrantes plenos da área de influência russa.

Finalmente, uma referência à cooperação militar germano-russa, uma temática que, ao contrário do que sucede com a imprensa francesa, que a publicita profusamente, é tratada com grande parcimónia e sensibilidade nos meios de comunicação sociais alemães²³⁴. No mesmo dia em que foi anunciada a aquisição por parte da Federação de dois navios da Classe Mistral à França²³⁵, a Rheinmetall alemã assinou com a Rússia um acordo para a construção de um moderno centro de treino em Mulino, no distrito de Moscovo. Este campo de treino, onde já funciona o maior centro de instrução e treino europeu, integrará futuramente sistemas de simulação alemães²³⁶, terá capacidade para exercícios reais com duas Brigadas em simultâneo, equacionando-se a sua utilização também pela Bunderwehr, estando estimado o seu custo final em 280 milhões de USD. Para além desta iniciativa, foram entretanto estabelecidos acordos na área da formação de Oficiais e Sargentos de ambas as Forças Armadas.

4.2.2.1.4. França

O relacionamento de âmbito bilateral franco-russo, longo de séculos, tem sofrido nos últimos anos no plano das trocas comerciais um claro dinamismo, não apenas em consequência das vantagens económicas advindas para ambos os países, a face mais visível da temática, mas também decorrente do objetivo francês de tentar “gerir” e contrabalançar o potencial decorrente de uma Alemanha reunificada e líder europeia²³⁷, bem como monitorizar e controlar em certa medida o relacionamento germano-russo²³⁸.

Este dinamismo, por vezes entrecortado por divergências assumidas publicamente, foi essencialmente decorrente de uma (re)abordagem mais pragmática por parte da

234 Como aconteceu com a colocação em órbita de satélites militares alemães utilizando lançadores russos.

235 17 de Junho de 2011. Fonte: National Centre for Strategic Studies (2011).

236 Tecnologia que constitui uma clara limitação das Forças Armadas russas.

237 Que naturalmente tem vindo a preencher o vácuo estratégico entretanto criado no Leste e centro europeu devido à implosão da URSS.

238 Historicamente a França tem sido um aliado russo contra a Alemanha e um aliado alemão contra a Rússia.

França da relação bilateral, aliás naturalmente correspondida por parte da Federação, e focalizada e estruturada sobretudo no desenvolvimento de laços comerciais e na cooperação económica²³⁹, considerando atualmente os dois países como “estratégicos” os respetivos mercados. Como tal, a França não se limita a ser um mero monitorizador do relacionamento germano-russo, tendo assim ascendido ao estatuto de ator privilegiado no relacionamento com a Federação, sendo que muito poucos dos grandes grupos económicos franceses não se encontram já implantados no mercado russo, em projetos que dada a sua dimensão nada possuem de circunstancialismo ou simples oportunidade.

Com efeito, à assertividade e violência retórica da presidência francesa quanto à modalidade prosseguida pela Federação na resolução no conflito checheno, que penalizou fortemente o desenvolvimento do relacionamento bilateral, ou o criticismo da intervenção russa na Geórgia, aligeirado no entanto pela posterior mediação francesa e implícita aceitação do separatismo da Abcázia e Ossétia do Sul, seguiu-se-lhe uma comunhão de interesses na intervenção no Iraque, não sem que atualmente novas divergências tenham surgido relativamente à questão da deposição de Khadafi ou da deposição do regime sírio, neste último caso de forma mais acentuada. Porém, estes diferendos públicos e distintas posturas não têm tido significativa projeção negativa no relacionamento bilateral, em especial decorrente do carácter eminentemente pragmático dessa relação. Adicionalmente, a França é uma clara apoiante, a par da Alemanha, da abolição do regime de vistos que a União Europeia impõe aos cidadãos russos que pretendam viajar para o seu espaço, e mantém um cuidadoso e oportuno *low profile* quanto às questões de política interna russa que derivam da “democracia musculada” ou autoritarismo do regime.

No plano da cooperação energética franco-russa, e para além da entrada de interesses franceses nos gasodutos Nord e South Stream, os dois países encontram-se numa dinâmica em crescendo, iniciada com a entrada da TOTAL no sector energético russo em 1995, especialmente potenciada pela tecnologia que consigo transportou. Para além dos 40% que detém na exploração do campo petrolífero de Kharyaga²⁴⁰, a TOTAL conseguiu recentemente uma quota de 25% no campo de gás natural de Shtokman²⁴¹, um gigante global, localizado no Mar de Barents. Este campo, previsto inicialmente para alimentar o mercado de gás natural norte-americano e cuja produção se estima iniciar-se em 2015, destinar-se-á provavelmente ao abastecimento do sistema Nord Stream, o que, a confirmar-se, poderá constituir um forte indício no sentido da construção de uma terceira via no sistema, a juntar às duas em operação. Releve-se ainda os 15% da TOTAL na NOVATEK, a terceira maior produtora de gás natural na Federação e a primeira privada no sector.

239 Neste âmbito realce-se o aumento de 34% do volume das trocas comerciais entre ambos os países no final do terceiro trimestre de 2011. Lobiakas (2012).

240 E em que tem como parceiros a norueguesa Statoil e a Zarubezhneft, subsidiária da Gazprom.

241 Também aqui acompanhada pela norueguesa Statoil, um ator externo com crescente peso no sector energético russo.

Este estreito relacionamento franco-russo no sector, tem na sua génese a necessidade de tecnologia de exploração petrolífera em águas profundas e ultra-profundas que a Federação Russa apresenta, imprescindíveis à futura exploração do Ártico russo, e que apenas poderá colmatar recorrendo a parcerias com atores externos que a dominem. Como contrapartida, a TOTAL deverá permitir à Gazprom, ou a outras empresas russas do sector, a sua associação em projetos de águas profundas e ultra-profundas que lidera, sendo expectável que a apetência russa possa incidir na penetração dos sectores petrolíferos angolano, venezuelano, nigeriano ou congolês.

Da cooperação económica evoluiu-se recentemente para a de génese securitária²⁴², em que é de realçar o acordo de 2010 para a venda de dois porta-helicópteros/navios de assalto anfíbio da classe Mistral, um múltiplo sistema de armas de características marcadamente ofensivas e de projeção de poder²⁴³, com a opção de mais dois sistemas, porém estes a serem já construídos na Rússia sob licença²⁴⁴. Ainda que as verbas envolvidas possam não ser marcantes no plano do relacionamento económico franco-russo, tal representou no entanto o elevar da cooperação para um outro patamar, de bastante maior complexidade e sensibilidade²⁴⁵, possivelmente devido à percepção francesa da Rússia como parceiro fiável. De relevar igualmente a assinatura em Junho de 2012 de uma parceria com o consórcio franco-coreano STX, relativo à montagem nos estaleiros de S. Petersburgo de uma linha naval a utilizar na construção de navios de combate de larga dimensão, provavelmente de onde sairá o novo porta-aviões russo, atualmente em fase de projeto.

4.2.2.1.5. Reino Unido

O atual relacionamento bilateral anglo-russo é ainda marcado significativamente pela histórica rivalidade estratégica entre os dois atores gerada no século XIX pelo domínio da Ásia Central, continuada pela Revolução russa de 1917 e, mais recentemente, em resultado do clima estratégico que vigorou durante o período da Guerra Fria.

Após a implosão da URSS, e não obstante se ter verificado algum decréscimo na tensão estratégica entre ambos os países, a característica que porventura melhor define esse relacionamento reside na génese sinusoidal do mesmo, em que a um desanuviar circunstancial se segue um novo período de tensão, decorrente de uma qualquer ocorrência crítica emergente entre ambos. Tal alternância foi claramente visível, entre outras, durante o governo de Tony Blair, em que o relacionamento sofreu um substancial incremento, a que se lhe seguiu um novo período de conturbação, aparentemente minimizado pela

242 Mas também para a área cultural, com o lançamento recíproco em 2012 do “Ano da França na Rússia” e “Ano da Rússia em França”.

243 Cada navio da Classe Mistral poderá transportar 40 viaturas blindadas de transporte de pessoal (VBTP), um Batalhão a 450 efetivos e 16 helicópteros pesados.

244 Os dois sistemas a construir em França possuirão uma comparticipação naval russa de 20% no primeiro e 40% no segundo.

245 A Federação estará particularmente interessada na tecnologia dos sistemas de Comando e Controlo dos referidos sistemas de armas.

visita de David Cameron a Moscovo em Setembro de 2011, finalizando assim um longo período de treze anos de ausências. Não obstante esta visita poder ter apoiado um novo período de desanuviamento anglo-russo, em consequência do qual a Federação passou a integrar o Reino Unido entre os potenciais parceiros de apoio à sua modernização, o facto é que a génese estrutural da problemática entre ambos se mantém. Neste quadro, saliente-se, entre outros, o antagonismo anglo-russo quanto às “Primaveras Árabes”, o sistema antimísil a instalar na Europa, o “*dossier* Irão”, a intervenção no Iraque ou Afeganistão, a competição energética que por via das suas empresas do sector se instalou entre ambos, e as duras críticas britânicas relativas à génese pouco democrática e transparência do regime russo, temáticas cuja complexidade e sensibilidade não potenciam ou apoiam o desanuviamento entre ambos os países.

Por outro lado, a posição muito peculiar de *in and out* do Reino Unido face à União Europeia²⁴⁶, a complexidade do relacionamento germano-franco-inglês, por vezes circunstancial, mas real, bem como a própria rivalidade franco-alemã e o contínuo e vital alinhamento britânico com os EUA, para além de marcarem profundamente o relacionamento externo do Reino Unido, serão decerto parcialmente responsáveis pelo facto de as suas elites não atribuírem elevada prioridade ao relacionamento com a Federação Russa. Contudo, e por paradoxal que possa parecer, o Reino Unido tem sido um dos grandes investidores externos na Federação, advindo-lhe no entanto tal posição essencialmente do investimento efetuado no sector energético, precisamente o mais visado pelas autoridades russas no sentido da sua renacionalização e consequente total controlo por parte do Estado. Neste âmbito, também os interesses britânicos não escaparam a esta conduta, tendo recentemente a BP alienado 50% da participação que mantinha na TNK-BP à Rosneft russa²⁴⁷, num processo não muito transparente mas publicamente anunciado como vantajoso para ambas as partes²⁴⁸, porém constituindo um novo episódio passível de prefigurar a entrada num novo ciclo negativo no relacionamento anglo-russo.

Adicionalmente, e como fator agravante do clima de relacionamento bilateral, o Reino Unido tem-se constituído como destino privilegiado de grande número de dissidentes políticos russos, quer do regime soviético, quer do que se lhe seguiu, bem como de grande parte da oligarquia russa exilada na sequência dos ilícitos por si praticados durante o período de privatizações da era Yeltsin.

Quanto às relações comerciais anglo-russas, representando um total de 3% para a Federação, valor modesto, comparável ao da Finlândia, desenvolvem-se sobretudo no sector energético.

Finalmente, no que diz respeito à cooperação no quadro securitário, embora tenha sofrido um incremento pós 11 de Setembro, atualmente a troca de informação na área

246 Que direta e/ou indiretamente favorece a posição negocial da Federação com a União Europeia.

247 Releve-se que na eventualidade de a Rosneft adquirir a parte correspondente do terceiro acionista, a AAR, de capitais russos, passará a controlar quase metade da produção de gás natural russo, em regime de co-liderança com a Gazprom, e ultrapassará a Exxon Mobil, a líder mundial, em termos de volume de vendas conjunto de petróleo e gás natural.

248 Em troca a BP terá recebido garantias de exploração do Ártico russo.

de segurança e defesa é praticamente inexistente, assim como ao nível dos respetivos Serviços de Informações, um sector de cíclica tensão entre os dois países.

4.2.2.1.6. Itália

A Itália tem vindo a consolidar progressivamente o seu relacionamento com a Federação, constituindo atualmente um dos mais importantes parceiros europeus de Moscovo, considerado assim como “estratégico” e apenas ultrapassado pela Alemanha, tendo sido para o efeito constituídos mecanismos vários, sendo de relevar a realização de cimeiras anuais de alto nível desde 2002. A esta realidade não será estranha a amizade pessoal desenvolvida entre Vladimir Putin e Silvio Berlusconi, não se afigurando contudo provável que a saída deste último da liderança política italiana possa afetar o relacionamento bilateral, dada a dimensão dos laços económicos e políticos entretanto criados. Com efeito são já superiores a 500 as empresas italianas a operar da Federação, sobretudo na região de Moscovo, especialmente na área da alta-tecnologia, telecomunicações, indústria automóvel, construção civil e indústria aeronáutica.

Após uma ligeira recessão no relacionamento económico bilateral ocorrido em 2009, em 2010 e 2011 o mesmo regressou aos níveis de pré- crise, e atualmente qualquer dos países se encontra nos cinco primeiros parceiros económicos do outro²⁴⁹.

É contudo no plano energético que essencialmente se faz sentir o relacionamento ítalo-russo, importância obviamente projetada também no plano político, sendo que a Federação é responsável pela satisfação de 30% do consumo de gás natural do mercado italiano²⁵⁰ e 13% das importações petrolíferas²⁵¹, para além de a Gazprom e a ENI possuírem importantes parcerias no plano da exploração e distribuição de gás natural²⁵², de que são exemplo a construção dos gasodutos Blue Stream²⁵³ e a parceria que mantêm no South Stream, projeto no qual a Itália tem uma importância decisiva. A entrada da Itália neste último projeto representa de forma inequívoca o privilegiar do relacionamento energético com a Rússia, dada a inviabilidade que a concretização do South Stream diretamente projeta no Nabucco, este último claramente apoiado por interesses ocidentais.

Relativamente a outras questões do relacionamento bilateral, releve-se, entre outras, o claro apoio italiano à entrada da Federação na Organização Mundial de Comércio, bem como na questão da abolição de vistos a cidadãos russos que pretendam viajar para o espaço comunitário europeu, a proposta de maximizar a integração russa no programa Eastern Partnership da União Europeia, e a quase ausência de qualquer criticismo italiano quanto à política interna russa.

249 A Itália é o terceiro maior destino das exportações russas, atrás da Alemanha e da Holanda, e o 7.º importador da Federação.

250 Fruto de um contrato de longo prazo assinado em 2007 pela ENI, que durará até 2035.

251 Não obstante a Itália se constituir como um dos países europeus com maior diversificação no seu *portfolio* energético. Lobiakas (2012).

252 A Severenergia, uma *joint venture* entre a ENI e a a Gazprom, explora já gás natural na Sibéria.

253 Iniciando-se na Rússia, termina na Turquia, possuindo ramificações para o Sul europeu.

No plano securitário assiste-se igualmente a um incremento no relacionamento ítalo-russo, sendo de destacar a execução em 2011 de um exercício combinado em solo russo e a intenção de manter a sua regularidade, bem como o anúncio do interesse russo na aquisição de carros de combate ou viaturas blindadas de transporte de pessoal italianas.

4.2.2.1.7. Espanha

Embora apresentando dados qualitativa e quantitativamente menores do que os de outros Estados europeus, o relacionamento bilateral hispano-russo tem vindo igualmente a sofrer um dinamismo e incremento crescentes²⁵⁴, sendo que durante 2011 foram mais de 400 os eventos conjuntos efetuados nesse âmbito enquadrados no programa “O ano da Rússia em Espanha” e “O ano da Espanha na Rússia”. Todavia, e contrariamente ao que sucede com muitos dos Estados europeus significativamente dependentes energeticamente da Federação, a Espanha encontra-se neste quadro numa posição de significativo conforto, pelo que será decerto maior o interesse da Federação no incremento da relação bilateral do que da parte espanhola. Será também parcialmente em resultado desta realidade que a Espanha tem vindo a prosseguir uma política significativamente independente das reações que a mesma possa projetar, quer com a Federação, quer nas organizações de que é membro. Entre outros, são exemplo o seu apoio à questão da abolição dos vistos de cidadãos russos, a sua oposição ao alargamento da NATO, às reticências que coloca na Eastern Partnership da União Europeia, ou o apoio tácito à arquitetura europeia de segurança e defesa proposta pela Federação, mas também a diferente postura que adotou na questão da queda do regime líbio ou sírio, ou a decisão de integrar o sistema antimíssil proposto pelos EUA.

No plano económico, muito embora a Espanha ocupe um modesto 18.º lugar na lista dos principais parceiros comerciais da Federação²⁵⁵, é de realçar a *joint venture* da Repsol com a Russian Alliance Oil Company, para exploração petrolífera na região do Volga e dos Urais, e em que a empresa espanhola detém 49%, e o potencial que a Federação encerra no sector da construção de infraestruturas, especialmente rodoviárias.

Em jeito de conclusão, e sem minimizar alguns aspectos da realidade cooperativa económica hispano-russa, não se afigura contudo provável um significativo incremento relacional entre ambos os países, em especial devido a agendas estratégicas não coincidentes no plano geopolítico²⁵⁶, à relativa dispensabilidade de qualquer dos atores por parte do outro, e ao facto de a Espanha se localizar numa região de certa forma marginal em relação às principais prioridades russas da sua ação externa.

4.2.2.1.8. Turquia

A Turquia constitui-se atualmente como um dos mais importantes parceiros no relacionamento bilateral russo, quer em função das vantagens económicas que daí decorrem,

254 Ainda que se verifique um claro diferencial entre as intenções publicamente anunciadas e a sua operacionalização.

255 Ainda que as trocas comerciais tenham atingido em 2011 os 10 mil milhões de USD, registando um crescimento de 40% em relação a 2009. Lobiakas (2012).

256 Mas não necessariamente antagónicas e/ou conflituais.

quer da alavancagem geopolítica que um harmónico relacionamento turco-russo pode gerar, minimizando tal harmonia eventuais e históricos receios mútuos. Com efeito, é especialmente importante para a Federação Russa - dada a rápida e crescente afirmação da Turquia como ator líder na região, e a natural projeção que tal estatuto lhe poderá garantir no Cáucaso do Norte e Ásia Central – evitar uma ação estratégica turca hostil no Cáucaso por forma a afetar a segurança e mesmo a integridade territorial do flanco Sul russo, enquanto na Ásia Central poderia colocar em causa a tradicional influência que a Federação aí possui.

Ao contrário da atual relação anglo-russa, em que o longo período de antagonismo histórico é ainda um dos principais fatores limitativos do avanço da mesma, a Federação Russa e a Turquia têm vindo rapidamente e de forma sustentada a ultrapassar os diferentes vários que mantiveram historicamente, assumindo atualmente ambos os atores uma relação de gênese verdadeiramente estratégica. A este facto não foi estranho o pragmatismo, quer de Erdogan, quer de Putin, pelo que, identicamente ao que sucede com outros quadros de relacionamento bilateral da Federação Russa, foi também em consequência da cooperação energética entre ambos os países, em que o ganho mútuo é regra, que em grande parte se tem vindo a desbloquear a crónica desconfiança existente entre ambos.

Sob o ponto de vista geoenergético a Turquia constitui-se como um ator *pivot* fundamental no que respeita ao abastecimento de petróleo e gás natural à Europa, com origem no Médio Oriente, Ásia Central, Cáucaso e na Bacia do Cáspio, facto a que se deverá adicionar a ambiciosa política energética junto do Iraque, da qual poderá no entanto resultar no médio prazo uma redução da importância da Federação enquanto principal fornecedor energético turco. Contudo, é atualmente visível uma clara comunhão de interesses no quadro de cooperação energética bilateral, sustentada por parcerias e projetos comuns de significativa dimensão, incluindo no plano do investimento económico, pelo que estarão encontradas as bases de apoio a um relacionamento harmónico bilateral. A provável opção pela Turquia do projeto South Stream é clara indiciadora da direção estratégica a seguir por Ancara, ainda que tal decisão possa chocar com interesses europeus, norte-americanos ou mesmo com o preconizado pela NATO em matéria de segurança energética.

Para além do atrás mencionado relativamente à importância da Turquia no quadro da implementação da estratégia energética russa europeia, a mesma não se resume ao petróleo e gás natural, mas também ao domínio da energia nuclear. Estará já pré-acordado o apoio russo na construção de uma central nuclear na Turquia, com quatro reatores que gerarão uma potência de 4,8 Gigawatt²⁵⁷, num projeto que orçará custos até 25 mil milhões de USD. A Federação Russa deverá controlar 51% do projeto, sendo expectável que os restantes 49% sejam cedidos a interesses turcos. A garantia do financiamento reside num acordo de compra de eletricidade da Turquia à Federação durante 15 anos, sendo que a manutenção ficará a cargo também desta última.

Mantêm-se contudo alguns diferendos passíveis de afetar negativamente o relacionamento turco-russo, os quais são especialmente visíveis na diferente abordagem e postura dos dois países relativamente à conflitualidade no mundo árabe, ou à conflitualidade

257 Potência que nem a própria Federação Russa possui e que será uma das maiores do mundo.

russo-georgiana. Saliente-se nesta última, o apoio do Crescente Vermelho Turco, organização que no plano do auxílio humanitário conta com o claro apoio governamental, ao seu congénere georgiano, aquando do conflito militar da Geórgia com a Rússia, ou outras acções que atualmente mantém ou realizou, entre outros, em Gaza, no Líbano, na Síria, na Ásia Central, no Paquistão, na Indonésia ou na Somália.

Como agravante, a crescente assertividade da política externa turca, especialmente alavancada pela saudável economia do país, poderá igualmente constituir-se como fator ignidor de tensões com a Rússia, nomeadamente na Ásia Central, uma região considerada pela Turquia como sua área de influência histórica, ainda que não se afigure que possa vir a afetar significativamente as importantes parcerias que atualmente possuem, ou impeça uma maior cooperação circunstancial em áreas passíveis de encerrarem interesses convergentes.

4.2.2.2. EUA

O relacionamento russo-americano marcou de forma indelével o sistema internacional em todas as áreas funcionais e sectores a ele associados nos últimos 70 anos, sendo de tal ordem e dimensão a capacidade deste dois atores em o bipolarizarem de forma efetiva em torno de si que pouco ou nenhum espaço restou para outros posicionamentos.

Com a implosão do império soviético e o consequente fim da Guerra Fria, a força geopolítica de génese centrípeta responsável pela atração dos atores integrantes dos dois grandes blocos, uma verdadeira força gravitacional a que pouco escapava, experimentou um claro enfraquecimento, num processo especialmente rápido e tumultuoso nos espaços anteriormente controlados pela União Soviética, criando vazios estratégicos um pouco por todo o sistema. Por outro lado, o declínio deste grande ator estratégico, pelo menos nos moldes em que exercia a sua ação neste âmbito, permitiu a manutenção do polo de poder seu antagonista, transformando-o no único polo de poder de escala e alcance global, introduzindo assim um carácter de unipolaridade ao sistema internacional.

Porém, a descompartimentação que o sistema tem vindo a sofrer desde então, a característica porventura mais marcante do processo de mundialização, permitiu, por um lado, alguma independência de atores anteriormente aglutinados num dos dois polos, por outro lado a (re)emergência de novos atores com significativo peso específico regional, e finalmente, a emergência de um grande polo geoeconómico global, a China, que naturalmente tenderá a projetar essa capacidade no plano geopolítico.

A emergência da China enquanto ator global, com potencial passível de vir a rivalizar com o polo global por excelência, os EUA, constitui-se como a mais importante razão que levou ao assumido redirecionamento destes últimos para o subsistema da Ásia Pacífico. E uma das mais diretas consequências que esta focalização norte-americana no Leste encerrou residiu no *downsizing* da Federação Russa na lista de prioridades da política externa norte-americana²⁵⁸. Esta nova realidade tem consequências diretas para

258 A título de curiosidade, não será decerto uma mera coincidência, ou lapso, o facto de o discurso de Hillary Clinton sobre o América's Pacific Century não mencionar a Rússia uma única vez. European Council on Foreign Relations (ECFR) (2011). Judah (2011).

a Federação, dado que se por um lado lhe poderá garantir maior liberdade de ação no seu relacionamento com a Europa²⁵⁹, por exemplo, por outro obrigá-la-á também a um maior empenhamento no eixo asiático da sua política externa, objetivo cuja concretização as vulnerabilidades e limitações várias que apresenta na sua região Leste pouco apoiarão.

A situação política e económica interna russa poderá em grande parte constituir-se como um dos principais catalisadores da sua política externa, dado que, confirmando-se o cenário de uma maior oposição interna e descontentamento para com o regime, e/ou surgindo dificuldades económicas derivadas da elevadíssima dependência da economia russa das *commodities*, Putin poderá ter que lidar com o fator externo, pela primeira vez, sem possuir o conforto garantido pela confiança política interna que em mandatos anteriores detinha. Neste cenário, e no sentido de mitigar as fragilidades decorrentes da deterioração da situação política ou económica interna, a Federação poderá ser tentada a reeleger novamente um ator externo como principal causa das suas debilidades, sendo que será decerto de elevada probabilidade, ou lógica, que a escolha recaia nos EUA. Por outro lado, no plano externo esta modalidade servirá igualmente o interesse estratégico russo em atenuar ou dismantelar o unipolarismo restante que ainda permanece, não significando contudo que esta eventual opção venha a destruir de forma irreversível as bases do relacionamento bilateral com os EUA entretanto criadas.

No atual contexto do relacionamento bilateral americano-russo, apesar de durante a era Obama-Medvedev ter experimentado uma significativa normalização²⁶⁰, são várias as questões passíveis de gerar tensão entre ambos, sendo porém as resultantes de diferentes perspetivas e abordagens de temáticas que não envolvem exclusiva e diretamente os dois atores as que mais potencial de tensão encerram. Com efeito, a atual conflitualidade política e social em alguns atores e regiões do mundo árabe, o projeto de instalação do sistema antimíssil na Europa, o alargamento da NATO, a intenção norte-americana de liderar o sub-sistema Ásia Pacífico, o programa nuclear iraniano, ou a situação securitária e estabilidade na Ásia Central²⁶¹, a qual meios oficiosos norte-americanos consideram ser a que mais potencial de tensão bilateral encerra²⁶², constituem-se como pontos de fricção de difícil resolução, encerrando assim elevada probabilidade de deterioração no relacionamento entre ambos. Como agravante, a crescente e circunstancial comunhão de interesses comuns no relacionamento sino-russo, em especial em questões como as atrás referidas, poderá projetar-se e constituir-se como um fator adicional de tensão america-

259 O sistema antimíssil a instalar no continente europeu poderá igualmente servir o propósito de os EUA manterem a sua “impressão digital” no continente e deste modo limitarem a liberdade de ação que a Rússia teria num cenário de significativa retração americana.

260 Obviamente com a concordância de Putin, já que mesmo enquanto Primeiro-Ministro este detinha total controlo sobre a política externa russa.

261 Não apenas a decorrente de uma retirada total ou parcial do Afeganistão, mas também a derivada das tensões provocadas pela entrada de atores externos na região.

262 Steven Pifer (2012).

no-russa, permanecendo a dúvida quanto à forma e mecanismos de gestão e acomodação que os três atores venham a encontrar.

De salientar igualmente alguns aspectos da política interna russa que poderão interferir no relacionamento entre ambos os países, nomeadamente a promoção da democracia, a restrição de direitos, liberdades e garantias, bem como a limitação à operação de organizações não-governamentais (ONG) no país, especialmente as de origem externa²⁶³, ou a questão da liberdade de expressão dos meios de comunicação social, questões a que as administrações norte-americanas dão normalmente grande relevo e colocam em agenda no plano internacional.

No plano económico, o relacionamento bilateral americano-russo é francamente modesto, especialmente entre economias cujo PIB ultrapassou a faixa do trilhão de USD²⁶⁴, encontrando-se a Federação em 14.º lugar enquanto exportador para os EUA, e não ocupando sequer um lugar nos primeiros trinta como receptor das exportações norte-americanas²⁶⁵. Contudo, existem perspectivas de que o mesmo possa sofrer um significativo incremento, incluindo no protegido sector energético russo²⁶⁶, dado o pragmatismo que também neste âmbito o regime russo e especialmente Putin possuem. Recorde-se neste quadro o claro apoio que os EUA sempre manifestaram à entrada da Federação na Organização Mundial de Comércio, ou as crescentes iniciativas de ambos os atores na realização de eventos promotores de uma maior cooperação económica. Uma particularidade, que penalizava especialmente a Federação, decorrente da Emenda Jackson-Vanik aprovada pelo Congresso norte-americano em 1974, recentemente abolida, segundo a qual foi retirado à Rússia o estatuto de parceiro comercial privilegiado em virtude das proibições e dificuldades impostas à emigração de judeus russos, sendo assim aplicadas taxas adicionais às suas exportações para os EUA.

Relativamente ao quadro securitário decorrente da tensão e rivalidade estratégica americano-russa, registre-se que é precisamente neste plano que a Federação Russa mantém a única situação de relativa paridade estratégica com os EUA, resultante da bipolaridade decorrente da dimensão dos respetivos arsenais nucleares. A manutenção futura deste relativo equilíbrio é um claro objetivo estratégico russo, atualmente focalizado fortemente nos sistemas de mísseis balísticos submarinos (SLBM) e mísseis balísticos intercontinentais (ICBM), cujo processo de *upgrade* e modernização, embora com substanciais atrasos, se encontra já em desenvolvimento, em grande parte como resposta ao sistema de defesa antimíssil norte-americano e respetiva componente europeia. No entanto, a

263 De que a expulsão recente da USAID é exemplo.

264 Muito embora o largo diferencial existente entre ambas, dado que o PIB norte-americano é cerca de sete vezes maior. CIA (2012).

265 *International Trade Administration*, Department of Commerce, disponível em http://www.trade.gov/mas/ian/build/groups/public/@tg_ian/documents/webcontent/tg_ian_003364.pdf

266 A título de exemplo, enquanto a Exxon Mobil foi permitida a entrada, em parceria com a Rosneft russa, na exploração do Mar de Karas localizado no Ártico russo, como contrapartida, a esta última foi concedida a entrada minoritária em dois campos de shale oil no Texas e em mais de uma dúzia de campos petrolíferos no Golfo do México, operados pela petrolífera norte-americana. Krauss (2012).

concretização do sistema antimíssil norte-americano poderá em grande parte tornar irrelevante ou introduzir algum fator de obsolescência nesse programa de *upgrade* russo, decerto uma preocupação adicional para a Federação.

4.2.2.3. China

Atualmente, e porventura mais do que nunca, o relacionamento sino-russo poder-se-á caracterizar como baseado na “pura conveniência”, e como tal encerrando um elevado circunstancialismo, tendo a Federação Russa plena consciência da necessidade chinesa dos seus recursos naturais, porém assumindo igualmente que o vigor chinês representa uma múltipla ameaça a médio e longo prazo para o Leste russo, especialmente demográfica e económica, com a consequente influência geopolítica que projeta. Como agravante, e decerto um dos grandes dilemas da Federação, a modernização da Sibéria e do Leste russo não parece ser exequível sem recurso à cooperação com atores da região Ásia-Pacífico ou a outros atores externos enquanto fonte de desenvolvimento, sendo deste modo inevitável a diversificação e abertura das relações económicas para assim evitar uma demasiada dependência chinesa.

Por seu lado, a China encara a Federação Russa não como um parceiro de primeira ordem ou paritário, mas prioritariamente como um fornecedor de recursos²⁶⁷, especialmente energéticos, e de tecnologia militar²⁶⁸, ainda que, na atual fase, uma aliança circunstancial no sector de segurança e defesa seja encarada com pragmatismo, especialmente na Ásia Central, de que é exemplo o empenho conjunto no rápido reforço e ampliação das responsabilidades da SCO. Todavia, encontrando-se o relacionamento bilateral apoiado no pragmatismo com que ambos os atores o encaram, esse facto introduz necessariamente um carácter circunstancial ao mesmo, pelo que “utilitarismo” ou “parceria de âmbito limitado” melhor poderá definir o seu relacionamento²⁶⁹, limitando ou adiando desta forma o seu incremento e a criação efetiva de uma verdadeira parceria estratégica, aliás de genuinidade e exequibilidade duvidosa. Não obstante, esse circunstancialismo relacional manifesta-se atualmente em preocupações comuns, destacando-se entre outras, a estabilidade das respetivas áreas de influência e fronteira comum, a negação de um sistema internacional de génese unipolar de liderança norte-americana e consequente promoção da multipolaridade do sistema internacional, bem como a prevenção de fenómenos potenciadores de conflitualidade, em especial na Ásia Central. Porém, também nestas últimas temáticas uma significativa ou total comunhão de interesses não será igualmente de fácil obtenção. Com efeito, se por um lado se verificou a total ausência de crítica chinesa ou russa relativamente ao conflito checheno ou da questão tibetana ou do controlo das minorias uigures chinesas, respetivamente, ou se foi claro o apoio chinês à Federação no diferendo russo-japonês das Ilhas Curilhas,

267 As exportações russas de matérias-primas perfazem 48,5% do total do comércio bilateral. Teja Yenamandra (2011).

268 Apesar do diferencial de alta tecnologia neste âmbito ter vindo a diminuir e a China se apoiar crescentemente na produção própria.

269 Bobo Lo (2008).

por outro lado foi também clara a não aceitação por parte da China da independência da Abcázia ou da Ossétia do Sul, dados os precedentes que tal poderia criar com Taiwan, Tibete ou Xinjiang.

Ainda assim, se por um lado a eleição de um “inimigo comum”, os EUA, poderá ser ignidor da reaproximação sino-russa e porventura um dos principais fatores de complementaridade estratégica²⁷⁰, ainda que limitada e circunstancial na sua extensão e âmbito, por outro lado, a consolidação crescente da China na Ásia Central, conjugada ou não com uma eventual aproximação de génese utilitária entre a China e os EUA sob a forma de um G2 tácito ou também circunstancial, constituem porventura o cenário mais pessimista e que mais riscos acarreta para a Federação Russa.

Com o regresso presidencial de Putin em 2012 parece ter sido assumida e tomada a decisão de eleição da China enquanto parceiro de cooperação de primeira prioridade, eventualmente acompanhada por alguma subvalorização do relacionamento com a Europa, de que é exemplo o objetivo comum de evoluir dos atuais 83 mil milhões de USD anuais da balança comercial²⁷¹ para os 100 e 200 mil milhões em 2015 e 2020, respetivamente.

Porém, e como anteriormente referido, este desejo russo de viragem estratégica ao Leste asiático, que coincidentemente acompanha idêntica reorientação norte-americana, se por um lado representa um objetivo de grande realismo e lógica, por outro, o processo da sua concretização encerrará elevadas dificuldades e complexidades, dada a clara e maioritária orientação europeia que a economia russa e respetiva infraestrutura apresentam.

No plano da cooperação energética, registre-se o difícil relacionamento energético entre as empresas estatais chinesas e russas, não apenas pelo potencial que a China já possui nesse sector e adicional que também poderá vir a efetivar, mas essencialmente pela força negocial que este ator possui. Não obstante a abertura em 2011 do primeiro oleoduto sino-russo, logo emergiu o desacordo quanto aos preços propostos pela Federação Russa²⁷², o mesmo tendo acontecido quanto ao acordo de venda de gás natural russo. Para esta postura chinesa em muito terá concorrido a diversificação dos abastecimentos ou o fim do monopólio russo no sistema de distribuição energética da Ásia Central, materializado pela construção do oleoduto sino-casaque e do gasoduto que liga o Turquemenistão à China, com trânsito pelo Cazaquistão e Uzbequistão.

No quadro de relacionamento securitário, uma eventual opção russa centrada no conceito de uma partilha de responsabilidades, e na qual é desejada pela Federação Russa a focalização no sector de segurança e defesa, enquanto a China se centraria no plano económico, terá reduzidas hipóteses de perdurar já que é uma relação de tipologia significativamente assimétrica, na qual a rápida evolução do vetor militar chinês, com a conse-

270 Entre outras, a reforma do sistema financeiro mundial, ou o aumento das respetivas quotas para o Fundo Monetário Internacional ou para o Banco Mundial, são também aspirações comuns.

271 Ainda assim a Federação encontra-se apenas em 10.º lugar no quadro dos parceiros comerciais da China. Linda Jakobson, Paul Holtom, Dean Knox, e Peng Jingchao (2011).

272 Que de uma forma genérica os pretende indexar aos acordados com o mercado europeu.

quente capacidade de projeção externa, é claramente potenciada pelo vetor económico. A esta realidade não será estranho o facto de a China ter já demonstrado interesse no reforço dos mecanismos da SCO no quadro da segurança e defesa, especialmente decorrente das preocupações que possui no plano da segurança das infraestruturas energéticas e dos seus investimentos na Ásia Central, bem como das consequências que no plano regional poderão advir do cenário afegão pós-2014.

Quanto à cooperação no plano militar saliente-se que, apesar de entre 1999 e 2010 as aquisições chinesas de armamento e equipamento militar à Federação Russa totalizarem cerca de 90% do seu total de importações, desde 2005 a China não efetuou qualquer grande aquisição à Federação neste domínio, sendo variadas as causas subjacentes a esta situação. A que porventura mais importância terá residirá na progressiva independência e nível tecnológico da indústria militar chinesa, a qual possui capacidade crescente de satisfação de grande parte das necessidades internas das suas Forças Armadas, explicando assim o facto de a China se encontrar atualmente atrás da Índia ou da Argélia enquanto importador de material militar russo. Ainda assim, existem ainda significativas limitações no plano tecnológico militar por parte da China²⁷³, estando por isso equacionadas aquisições de sistemas de defesa aérea e transporte aéreo estratégico à Federação, duas áreas consideradas como prioritárias por parte das autoridades chinesas, assim como o apoio russo na construção de submarinos e navios de grande porte.

4.2.2.4. Índia

No plano geopolítico a Índia tem sido tradicionalmente encarada pela Federação Russa como um ator com potencial passível de limitar e contrabalançar a crescente influência chinesa, sendo também por isso considerada uma prioridade no plano do relacionamento bilateral. Este, historicamente baseado na confiança mútua, não recuperou ainda totalmente da degradação ocorrida durante a era Yeltsin, assistindo-se no entanto à sua progressiva normalização, ainda que não se afigure fácil que, sob o ponto de vista prático, atinja o nível de parceria estratégica da era soviética.

Relativamente à comunhão de interesses russo-índianos, relevam-se, entre outros, o apoio russo à Índia no sentido de esta adquirir o estatuto de membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o apoio à sua adesão como membro de pleno direito da SCO, a reforma do processo decisório no Fundo Monetário Internacional e no Banco Mundial, ou o interesse que a Índia implicitamente tem demonstrado na União Aduaneira entre a Federação, a Bielorrússia e o Cazaquistão.

No plano da satisfação das suas necessidades energéticas, uma crítica vulnerabilidade da Índia, o país encontra-se numa posição de expectativa estratégica, decorrente especialmente das dificuldades que enfrenta no acesso às reservas energéticas da Ásia Central, bem como

273 Analistas chineses são peremptórios ao afirmar que a Rússia tem privilegiado a Índia no que respeita ao fornecimento de equipamento tecnologicamente mais avançado, facto que integra o objetivo permanente da Federação Russa em manter superioridade tecnológica sobre a China. Linda Jakobson, Paul Holtom, Dean Knox, e Peng Jingchao (2011).

do próprio Médio Oriente, dependendo substancialmente do Irão enquanto principal fornecedor. Relativamente à Ásia Central, o geobloqueio imposto pelo Paquistão, seu antagonista securitário, e pelo Afeganistão, com uma elevada insegurança interna, constitui a razão principal para a (ainda) não concretização do projeto TAPI, um oleoduto que prevê ligar o Turquemenistão-Afeganistão-Paquistão-Índia. Como agravante, encontra-se uma vez mais geobloqueada pelo Paquistão relativamente ao acesso ao petróleo iraniano, que apenas recebe via marítima²⁷⁴, dado o impasse existente quanto ao projeto IPI, um oleoduto a ligar o Irão-Paquistão-Índia, cuja concretização é também influenciada pela questão nuclear iraniana e pelas sanções internacionais de que este país é alvo. Releve-se que a Federação Russa é um claro apoiante destes dois projetos, contrastando com a posição dos EUA²⁷⁵, cuja execução poderá receber um significativo impulso no quadro da concertação que sobre eles possa ser obtida na SCO, organização onde a Índia, a par do Paquistão, possui já estatuto de observador, e em que a Federação é igualmente um forte apoiante à sua entrada como membro de pleno direito. Relativamente à evolução destas temáticas, parece ser crescentemente evidente que a evolução da situação no Afeganistão poderá constituir o seu mais importante fator desbloqueador ou, pelo contrário, de manutenção do atual impasse.

Quanto ao relacionamento indo-americano, os EUA têm-no promovido de forma algo assertiva com o objetivo, entre outros, de enfraquecer o quadro relacional indo-russo ou, prioritariamente, por forma a servir como contrapeso à influência crescente da China. Releve-se no entanto o silêncio e a prudência com que o governo indiano tem gerido o anúncio da administração norte-americana de que o país se assume como fulcral para a estratégia americana para a região Ásia-Pacífico²⁷⁶, distanciando-se assim do conceito norte-americano de eleição da China como principal alvo na região, e por outro lado não hostilizando esta última, com quem tem experienciado alguma aproximação e normalização no relacionamento bilateral.

No que respeita ao relacionamento económico bilateral, saliente-se a sua génese quase exclusivamente comercial, e onde se encontram ausentes importantes fatores de ordem geopolítica, sendo por isso relativamente frágil, pouco diversificado e especialmente focalizado no sector da defesa. Neste último a Federação permanece ainda como o principal parceiro, em que cerca de 70% do equipamento e sistemas de armas indianos são de origem russa, posição no entanto crescentemente ameaçada pela política de diversificação e de autonomia que a Índia tem vindo a prosseguir, e em que Israel, a França, o Reino Unido e os EUA têm vindo a consolidar a sua presença, especialmente por via da maior fiabilidade, disponibilidade, competitividade e qualidade que os seus equipamentos e sistemas de armas apresentam. Ainda assim são de realçar iniciativas conjuntas no sec-

274 O bom relacionamento com o Irão tem sido objecto da ação norte-americana no sentido de a enfraquecer, através, entre outras, da promoção de um eventual acordo energético indiano com a Arábia Saudita. Adicionalmente, existe ainda um projeto de um oleoduto submarino ligando Oman à Índia.

275 Que terão vindo a pressionar a Arábia Saudita no sentido de este ator poder vir a diminuir a dependência da Índia de petróleo e gás natural iraniano.

276 A qual passa, genericamente, por dois grandes eixos: uma “tetra aliança democrática” EUA-Japão-Austrália-Índia e uma parceria estratégica EUA-Japão-Índia.

tor, especialmente no âmbito do desenho e desenvolvimento de equipamentos e sistemas de armas, bem como em programas conjuntos multi-anuais.

No plano comercial foi já manifestada a intenção por ambos os países na sua diversificação e de ultrapassar os atuais 9 mil milhões de USD da balança comercial, para os 20 mil milhões em 2015, o que facilmente poderá ser concretizado através do incremento da cooperação no domínio da produção energética por via do nuclear, uma prioridade indiana face à também elevada vulnerabilidade que apresenta no sector da produção de energia eléctrica. Como contrapartida, entre outras, a Federação Russa acordou a entrada da Índia no seu sector energético, em que privados indianos operam já na área da exploração petrolífera, bem como a entrada da indústria farmacêutica indiana na Federação²⁷⁷, sector significativamente deficitário após a implosão que registou do período imediato ao final da URSS.

4.2.2.5. Ásia Central

A evolução geopolítica que a Ásia Central atualmente experimenta, em grande parte um espaço pós-soviético, e a adiante analisar complementarmente no quadro dos projetos de integração regionais, está profundamente dependente das dinâmicas intra e inter-regionais, estas nem sempre de fácil acomodação ou harmonização, encerrando por isso um substancial e complexo potencial de conflitualidade.

A privilegiada localização geográfica da Federação Russa relativamente à generalidade do continente asiático e especialmente em relação à Ásia Central, bem como o potencial e capacidade que apresenta face aos Estados da região, permite-lhe um menor esforço para projetar a sua influência geopolítica do que outros atores com interesses na região, emergindo assim o conceito de que “a Rússia não necessita de ir para lado nenhum”, bastando-lhe permanecer onde está, isto é, na Eurásia, o seu *habitat* natural. Contudo, e no que diz respeito aos Estados da Ásia Central, não obstante as fortes ligações de génese vária que a Federação possui com a generalidade dos mesmos, foi claro um processo de enfraquecimento decorrente da implosão soviética, restando a dúvida quanto ao seu carácter circunstancial e capacidade de recuperação por parte da Federação, se pelo contrário, são consequência de novas e irreversíveis dinâmicas, ou se a sua evolução será assente num modelo conjugado destes últimos cenários, porventura a hipótese mais viável. Entre outros, são de salientar nos Estados da região a emergência de posturas mais independentes gravitando em torno dos respetivos interesses nacionais, a crescente perda de ligação e laços com a Federação que as novas gerações de líderes já experimentam²⁷⁸, ou a entrada de atores externos à região, significativamente ditada pelo potencial de recursos naturais que esta encerra. Ainda assim, e constituindo um dado generalizado nestes atores do espaço pós-soviético, é elevado o receio dos respetivos regimes face à ocorrência na re-

277 Onde a comunidade de cerca de 40 mil indianos é maioritariamente composta por estudantes na área da saúde.

278 O simples facto de ter terminado a obrigatoriedade do ensino da língua russa em muitos dos Estados do espaço pós-soviético criou dinâmicas nesse sentido.

gião de fenómenos idênticos aos ocorridos ou a ocorrer em alguns países árabes. Estes, passíveis de serem iniciados e/ou potenciados pelos processos sucessórios que a região experimentará no curto e médio prazo, eventualmente influenciados por atores externos com interesses na região, ou até mesmo pela forma como se processará a transição no Afeganistão, poderão levar os atuais regimes a procurarem apoios em aliados tradicionais e/ou históricos, cenário em que a Federação Russa poderá capitalizar.

Relativamente à atual postura dos atores outrora pertencentes à URSS, releve-se, especialmente pela sua resiliência a projetos de integração propostos pela Federação, o Uzbequistão e o Turquemenistão. Quanto ao Uzbequistão, ator que mais obstáculos e imprevisibilidade encerra, e sem desvalorizar algum recente desanuiamento ocorrido no relacionamento com a Federação²⁷⁹, o facto é que não se afigura simples que o abraçar das propostas russas possa ser efetuado em detrimento do seu relacionamento com a China ou os EUA²⁸⁰. Adicionalmente, o grau de integração do país nos vários quadros de cooperação multilateral que abrangem a região em muito dependerá da postura que venha a adoptar no cenário afegão pós-2014, dada a previsibilidade do aumento de protagonismo que pretenderá neste âmbito derivado das aspirações de afirmação regional que possui. Como agravante, não é igualmente passível de ignorar a problemática de génese conflitual que a sobreposição étnica, a questão dos recursos aquíferos ou o Vale de Fergana encerram e introduzem no relacionamento trilateral uzbeque-quirguiz-tajique, dada a sua importância e latência.

Quanto ao Turquemenistão, embora a sua postura se revele menos afirmativa do que a uzbeque, o potencial que o país encerra em termos de recursos naturais e o vigor do seu atual relacionamento com a China poderão ser fatores limitativos da aproximação do país a propostas de integração efetuadas e lideradas pela Federação Russa.

Saliente-se igualmente neste âmbito o Quirguistão, país que não obstante o significado da cedência que efetuou aos EUA autorizando a utilização da base aérea de Manas no quadro do apoio logístico à ISAF, parece ter sido (re)cooptado para a esfera de influência russa, realidade sustentada pelos acordos económicos e militares entretanto assinados²⁸¹ ou pela significativa influência que o regime russo (ainda) possui nas lideranças locais.

Quanto ao Cazaquistão, um adepto e impulsionador da União Euroasiática, parece ter (re)eleito a Federação Russa como parceiro estratégico de cooperação, não obstante possuir espaço de diversificação no seu relacionamento bilateral, nomeadamente com a China, um parceiro também de especial importância.

Relativamente ao Tajiquistão e não obstante o recente acordo russo-tajique quanto à permanência no país da 201.^a Divisão Motorizada russa durante mais trinta anos²⁸², resol-

279 Nomeadamente a assinatura de um memorando visando a entrada do país na área de comércio livre da Comunidade de Estados Independentes (CEI).

280 Releve-se contudo que o país aprovou recentemente legislação que proíbe a instalação de bases militares estrangeiras no seu território, o que o isenta de se constituir como alternativa à base aérea de Manas, localizada no Quirguistão.

281 Nomeadamente o estabelecimento de uma base militar russa no país em 2017, com permanência inicial de 15 anos.

282 BBC (2012a).

vendo uma questão que se arrastava há longos anos, é intensa a movimentação americana no país tendendo à sua cooptação, o que levanta algumas dúvidas quanto à manutenção futura do seu realinhamento com a Federação.

No que diz respeito a outros atores que operam na região, embora não a integrem geograficamente, a China e os EUA merecem particular relevo, embora o facto de a China partilhar claramente com Moscovo o objetivo de impedir ou limitar o acesso de atores à região a coloque noutro referencial geopolítico. Neste quadro saliente-se mesmo o papel facilitador que Pequim pode desempenhar, embora limitado no seu âmbito e obviamente acompanhado das necessárias contrapartidas, na reaproximação energética entre os dois principais competidores neste quadro, a Federação Russa e o Turquemenistão, dado o bom relacionamento que possui com este último país²⁸³. Quanto aos EUA, o outro dos grandes atores externos com interesses na região, julga-se estar atualmente numa posição de alguma fragilidade, a qual pode ser agravada por uma eventualmente retirada total e/ou parcial do Afeganistão em 2014, processo que embora anunciado começa entretanto a ser alvo de crescentes dúvidas.

Para além da postura dos atores da região atrás mencionados, que na sua generalidade são alvo da competição sino-americano-russa na região, julga-se fundamental relevar a importância de outros, a qual não advém unicamente da sua postura própria face à região, mas também de quadros mais abrangentes de análise, e em que o Paquistão assume especial importância. A Federação Russa encontra-se fortemente empenhada no restabelecimento e consolidação relacional com o Paquistão, decorrendo esse interesse não apenas do cenário afegão pós-2014, em que este país terá certamente uma importância decisiva na estabilidade afegã e consequentemente na segurança regional, mas também pelo facto de o país se constituir como um valioso interlocutor com os movimentos independentistas e extremistas do Cáucaso do Norte russo. A génese e base desse futuro relacionamento terão como grande pilar a necessidade energética premente do Paquistão, sem a qual estará colocada em causa a sua autonomia e resiliência estratégica, e a consequente satisfação que a Federação poderá garantir nesse quadro. Deste modo, a Federação apoia claramente, desde há alguns anos²⁸⁴, a construção de um oleoduto ligando o Irão, a Índia e o Paquistão (IPI), bem como de um outro unindo o Turquemenistão, Afeganistão, Paquistão e Índia (TAPI), projetos que no entanto se resumem ainda a um mero processo de intenções, fundamentalmente devido à competição energética entre os produtores energéticos da Ásia Central. No entanto, a eventual concretização destes projetos, e consequentemente a verificação da coincidência de interesses entre os produtores energéticos e os dos respetivos consumidores, constitui um dos principais fatores limitativos da concretização da estratégia norte-americana para a região. Deste modo não se descartam cenários tendentes à sua inviabilização através do minar das eventuais iniciativas

283 Que convidou para a Cimeira da SCO em 2012, tendo este aceite, muito embora não integre a organização.

284 Putin manifestou pela primeira vez essa disponibilidade em 2006 na Cimeira de Shangai da SCO, onde também propôs a criação de um “Clube Energético” no seio da organização, dando prioridade uma vez mais a negociações diretas inter-governamentais.

que possam ser desenvolvidas nesse quadro, nomeadamente os sistemas de distribuição energética propostos pela Federação e tacitamente apoiados pela China, país que assim veria diversificado seu *portfolio* de importação energética e diminuiria a sua elevada dependência das rotas de trânsito através do Estreito de Malaca. A resposta norte-americana à aproximação russo-paquistanesa tem sido marcadamente de génese dual, em que a uma posição de força de Washington com o Paquistão se segue uma flexibilização quando a mesma sofre algum revés ou quando este país demonstra renitência no seu avanço. Contudo, determinados círculos do tradicional e mais forte apoiante da ligação paquistanesa ao Ocidente, a instituição militar paquistanesa, têm evoluído precisamente em sentido contrário, quiçá seguindo o “pulsar da rua”²⁸⁵, não sendo de descartar que futuramente esta dinâmica se venha a acentuar, especialmente no cenário afegão pós-2014, e introduza um enorme fator de complexidade no relacionamento americano-paquistanês. Ainda assim, uma eventual saída do Paquistão da órbita norte-americana constituirá decerto um enorme revés na estratégia de Washington para a região, pelo que, não obstante o recente degradar do relacionamento bilateral, será decisivo o esforço no sentido da sua recuperação e estabilização.

No que concerne ao referencial geopolítico em torno da questão afegã, enquanto por um lado a Federação Russa tem apoiado de forma clara a missão internacional da ISAF, nomeadamente através da autorização do trânsito de material e equipamento não-letal pelo seu território²⁸⁶, por outro garantiu recentemente no quadro da CSTO que os respetivos Estados-Membros apenas autorizassem a instalação de bases militares no seu território por decisão consensual. Tal desiderato insere-se claramente num objetivo mais amplo – o de manter afastados da região atores externos, nomeadamente os EUA e em especial após a anunciada retirada destes do teatro afegão. Neste âmbito o Quirguistão, país onde os EUA possuem a base aérea de Manas²⁸⁷, poderá revelar-se o elo mais vulnerável nesse desiderato, dado que não possuindo recursos naturais em quantidade idêntica aos dos outros Estados da região, Moscovo será forçada a compensar o eventual fecho ou *downgrading* daquela instalação militar num cenário afegão pós-2014, por forma a garantir a inclusão do Quirguistão na consecução daquele objetivo. Neste âmbito a Federação poderá ter igualmente de iniciar o pagamento de uma renda anual²⁸⁸ pela utilização da base aérea de Kant que mantém no país, a maior de Moscovo na região, atualmente isenta por (alegadamente) se enquadrar no quadro da CSTO. Finalmente, no contexto securitário afegão haverá que contar igualmente com um ator cuja influência na região é já incontornável, a China, e que por tal razão tenderá apenas a integrar mecanismos de âmbito

285 Uma sondagem de meados de 2011 da Pew Global Attitudes Project revela que 74% da população paquistanesa “odeia” os EUA, tendo igualmente em muito baixa estima o presidente Obama. <http://www.pewglobal.org/>

286 Efetuado através da Northern Distribution Network (NDN). Saliente-se que os EUA pagam atualmente 60 milhões de USD à Federação, valor renegociado em 2009, altura em que se cifrava em 17 milhões de USD. Richard Weitz (2012).

287 Onde funciona o Manas Transit Center, de apoio à ISAF.

288 A exemplo do que sucede com os EUA pela utilização da base de Manas.

multilateral quando não lhe for possível o privilegiar da tipologia bilateral. Assim também sucede no Afeganistão, onde a China se constitui como o maior investidor e beneficiário da riqueza dos recursos do país, sem que contudo possua um único militar no terreno ou tenha apoiado financeiramente a sua estabilização securitária.

4.2.2.6. Ásia-Pacífico

A integração económica da Rússia com a região Ásia-Pacífico iniciou-se nos anos 90, altura em que o país se empenhou na adesão e integração na APEC, o que veio a acontecer em 1998, não sem um anterior veto do Japão motivado pela disputa territorial que os dois países mantêm entre si. Foi no entanto durante a primeira presidência de Putin que o país começou a delinear uma estratégia para a região, especialmente a partir de 2007²⁸⁹, ano em que é elaborado o programa de desenvolvimento socioeconómico do Leste e da região Trans-Baikal, fundamentalmente como reação ao acentuado declínio demográfico e económico que essa grande região apresentava e cujo *handicap* com as vizinhas economias mais desenvolvidas ainda hoje se mantém.

A região Ásia-Pacífico possui assim uma elevadíssima importância para a Federação Russa, dir-se-ia mesmo vital, por variadíssimas razões, das quais, entre muitas, se podem apontar como mais relevantes:

- O facto de a Federação Russa se constituir como um ator geográfica e geopoliticamente integrante da região;
- A região representa já o polo geoeconómico mundial, facto que naturalmente alavancará o seu futuro estatuto de polo geopolítico global;
- O facto de que esta transição se efetuará provavelmente, por um lado, num processo acompanhado por um significativo aumento de tensões securitárias, e por outro, em detrimento do polo geograficamente oposto ao asiático, o europeu, atualmente o maior parceiro económico da Federação;
- A existência de um fortíssimo polo securitário regional, e globalmente também em rápida ascensão, a República Popular da China, bem como, evidentemente, as respetivas capacidades e intenções;
- As potenciais e efetivas ameaças e riscos que representam para a região siberiana e Leste russo (desindustrializadas, despovoadas, economicamente débeis e como tal representando um autêntico vácuo estratégico), as três grandes vizinhas e dinâmicas economias com representatividade e alcance global²⁹⁰;
- As oportunidades decorrentes das necessidades apresentadas pelas economias desenvolvidas e em desenvolvimento da região, especialmente no sector agrícola²⁹¹ e energético;
- O facto de a região se ter vindo a transformar progressivamente de tradicional e histórico foco de conflitualidade no polo de apoio de maior potencial ao desenvol-

289 Data em que a Rússia demonstra a intenção de acolher uma Cimeira da APEC, o que veio a ocorrer em 2012.

290 Nomeadamente a China, Japão e Coreia do Sul.

291 Não foi decerto um acaso a segurança alimentar ter sido priorizada pela Rússia na recente cimeira da APEC.

vimento russo, não obstante permanecerem latentes rivalidades históricas de difícil esquecimento ou ultrapassagem.

- A desvantagem russa relativamente ao facto de o seu centro geopolítico se encontrar localizado no polo oposto ao da região Ásia-Pacífico²⁹².

Do antecedente ressalta que não é assim confortável a atual posição da Rússia, especialmente no referencial económico, a qual se poderá caracterizar essencialmente como que bloqueada entre dois grandes polos geoeconómicos – um europeu ocidental, em declínio, mas que representa a larga fatia das suas exportações e para o qual se encontra orientada a sua estrutura política e económica, e um oriental, em clara ascensão e com necessidades crescentes em sectores que a Federação possui capacidade para satisfazer, mas que não obstante o significativo aumento que registou, representa para as exportações russas menos de metade do mercado europeu. Como agravante, o Leste asiático russo, que integra 2/3 do território, apesar de imenso e possuidor de vastíssimos recursos, encontra-se subpovoado, com uma infraestrutura inexistente ou obsoleta e uma economia débil e parcialmente não integrada no plano nacional. A resolução ou mitigação desta realidade disfuncional parece ter sido já interiorizada e decidida pela classe dirigente russa, e nesse sentido por diversas vezes publicitada por Putin²⁹³, não sem que seja acompanhada por palavras de reconforto à Europa, como as do Ministro da Economia russo, proferidas na cimeira da APEC²⁹⁴, salientando que a priorização da região Ásia-Pacífico não será materializada em detrimento do relacionamento com o continente europeu. Não se pretende contudo afirmar que o eventual *downgrade* no relacionamento da Federação com a Europa será profundo e transversal, já que se mantém de elevada importância para a Federação a sua integração e cooperação com os nichos de desenvolvimento e tecnologia europeus, especialmente representados pela Alemanha²⁹⁵. Com efeito, a reorientação e diversificação parcial das exportações para o Oriente é um processo de difícil execução e que poderá encerrar alguma morosidade e elevadas necessidades de investimento. Porém, e algumas evidências apontam nesse sentido, será na região Ásia-Pacífico que a Rússia encontrará o verdadeiro apoio e o potencial de crescimento que necessita para o seu próprio desenvolvimento, não sem que do diferencial entre o Leste russo e aquela região possam decorrer sérios riscos. Contudo, e como parece ser já assumido pela classe dirigente russa, da não integração, ou manutenção do atual estado de integração com a região Ásia-Pacífico, decorrerão mais riscos para a Rússia do que os resultantes do forçar esse processo integrador, a

292 Neste âmbito há mesmo correntes na Federação que preconizam uma “segunda capital” do país no Leste, ou, no mínimo, pela transferência de parte das funções e órgãos estatais para a região.

293 Que na recente cimeira da APEC afirmou que “A Rússia encara a região Ásia-Pacífico como o mais importante fator no desenvolvimento do nosso país, bem como o desenvolvimento da região siberiana e do Leste russo”. Vladimir Putin (2012).

294 A qual, releve-se, foi realizada em Vladivostok, quando S. Petersburgo ou Moscovo se constituíam alternativas de maior lógica. Putin cancelou a sua presença na reunião do G8 em Maio, poucos dias após ter sido anunciada a ausência de Obama na cimeira da APEC.

295 Sergei Karaganov (2011).

começar primariamente pela oportunidade que a China teria em aumentar progressivamente a sua influência a Leste dos Urais. A este propósito relembrem-se as palavras de Igor Shuvalov²⁹⁶, igualmente proferidas na cimeira da APEC, que afirmou que nos próximos cinco anos as trocas comerciais russas deverão orientar-se prioritariamente para a região asiática, o que deverá permitir elevados índices de crescimento no Leste russo, pretendendo-se que dentro de 10 anos sejam superiores às atuais com a UE. Mais do que uma opção e/ou modalidade estratégica, é o focalizar russo no inevitável “where the action is” da Ásia-Pacífico, contudo num empenhamento que terá de ser altamente seletivo e planeado, dadas as limitações que o país encerra e que naturalmente se projetam nesta modalidade de ação.

Deste modo, e ainda que seja observável alguma falta de clareza na génese do relacionamento multilateral da Federação Russa com a região, a grande linha estratégica da integração russa nesse espaço poderá passar²⁹⁷:

- por um lado, o país constituir-se como o principal *hub* de transporte e logístico entre a Europa e a Ásia²⁹⁸, publicitado por Putin mas constituindo por enquanto mais um desejo russo do que um objetivo quantificável e exequível;
- a APEC ser também capitalizada como a principal alavanca do desenvolvimento do leste siberiano e leste russo, dada a incapacidade de *per si* a Federação o conseguir concretizar;
- em simultaneidade com os anteriores, evitando e/ou minimizando a influência que a sua região Leste possa sofrer em consequência de tal processo.

Esta linha geral de orientação, especialmente a constituição do território russo como plataforma de transporte e logística, poderá revelar-se um objetivo demasiado ambicioso e quiçá pouco realista²⁹⁹, aliás tal como a blindagem do Leste russo à influência do processo integrador, sendo revelador de alguma falta de clareza e ambiguidade da estratégia e política externa russa de âmbito multilateral para a região. Porém, e certamente disso a elite dirigente russa terá percepção, será em grande parte na satisfação das necessidades agrícolas e energéticas da generalidade dos países da região Ásia-Pacífico que poderá residir para a Federação Russa a grande janela de oportunidade, sendo precisamente nestes dois sectores que o investimento interno tem estado a ser priorizado e orientado. E será para a consecução desta intenção que está já previsto um significativo investimento nesses sectores na região siberiana e no Leste russo, bem como na respetiva infraestrutura de transporte, logística e aeroportuária dessas regiões, e em que Vladivostok se assumirá como um dos principais polos³⁰⁰. Quanto ao sector energético, será onde a

296 Atualmente o único Vice Primeiro-Ministro da Federação.

297 Christoffersen Gaye (2012).

298 Muito embora Putin tenha afirmado que tais rotas de transporte são economicamente competitivas com as efetuadas por via marítima pelo Estreito de Malaca e pelo Canal do Suez. Vladimir Putin (2012).

299 Neste quadro, os projetos da União Económica Euro-asiática e a União Aduaneira entre a Federação, a Bielorrússia e o Cazaquistão lançados por iniciativa de Putin, poderiam constituir a base estrutural da “ponte euroasiática”.

300 De salientar que a cidade se encontra entre 60 a 90 minutos de voo de Pequim, Tóquio ou Seul.

Federação mais necessitará de investimento e *know-how* externo, o qual poderá ter origem diversa não se circunscrevendo aos atores regionais, cenário que, uma vez mais, forçará inapelavelmente a sua abertura ao exterior. Esta diversificação do investimento externo no sector, de que o recente acordo com o Japão para a construção de uma unidade de LNG é um exemplo, permitirá, por um lado, a diversificação das exportações e a redução da dependência das importações chinesas, essencialmente nas quais até aqui o sector se encontrava focalizado³⁰¹, por outro, alavancará a integração russa na região, e, finalmente, apoiará o desenvolvimento siberiano e do Leste russo.

Quanto ao sector agrícola, as oportunidades geradas ou a gerar pelas necessidades agro-alimentares da região Ásia-Pacífico estão igual e devidamente identificadas, podendo a Federação aumentar de forma relativamente fácil em 10 milhões de hectares os atuais 120 milhões de terra arável que possui, e as colheitas em cerca de 250%³⁰². Neste quadro, o designado “Projeto Sibéria”³⁰³, ao que se apurou por enquanto apenas um processo de intenções, pretenderá transformar a generalidade do Leste russo numa das regiões privilegiadas de satisfação das necessidades agro-alimentares, bem como de recursos naturais, da região Ásia-Pacífico, isto é, no seu celeiro e armazém natural, prevendo-se o investimento externo para o efeito, porém detendo sempre Moscovo o seu efetivo controlo. Encerrando este projeto porventura tanto potencial quanto o do sector energético ou mineral, poderá ser concretizado se for salvaguardada e conciliada a soberania nacional com a entrada de investimento/capital estrangeiro. Este último terá que ser desejável e/ou obrigatoriamente diversificado³⁰⁴ por forma a impedir um investimento maioritário chinês³⁰⁵, o que alavancaria exponencialmente a influência do país no Leste russo, cenário claramente indesejável e inaceitável pela elite dirigente russa. Quanto à mão-de-obra necessária a um projeto desta dimensão, limitação que a Federação não poderá de *per si* resolver, para além de o projeto encerrar um elevado potencial no crescimento económico e demográfico russo³⁰⁶, poderão ser satisfeitas essas necessidades através do recurso a mão-de-obra externa, a qual se encontra largamente disponível na Ásia Central, Índia, Paquistão, Bangladesh ou na China. Considerando o *stress* alimentar que já se anuncia, e que a ocorrer poderá ser especialmente visível e gravoso no leste asiático, julga-se que um projeto desta natureza e dimensão poderá representar uma imensa mais-valia global, e, porventura não menos importante, uma solução em que os vários desfechos *win-win* serão claramente maioritários.

301 Um dos grandes passos desta diversificação deu-se durante o segundo mandato de Putin (2004-08) através da elaboração da “Nova Política Energética”, plano em que um dos objetivos preconizava o desenvolvimento da relação energética com o continente Asiático, nomeadamente através do aumento das exportações energéticas para a região, de 3% para 30%.

302 Sergei Karaganov (2012).

303 Idem.

304 Não apenas com origem na China, mas também nos EUA, UE, Japão, Coreia do Sul e outros países da região.

305 Na região Leste russa, a China tem vindo a propor investimento em moldes idênticos ao que efetua em África – oferta de desenvolvimento com financiamento e mão-de-obra chinesa.

306 Especialmente a médio e longo prazo.

A exequibilidade da estratégia russa para a região Ásia-Pacífico não está, obviamente, isenta de obstáculos ou constrangimentos, já que o dinamismo e vigor económico da região e consequente capitalização geopolítica que daí emerge, especialmente por parte da China, a colocaram já como futuro polo geopolítico global. Contudo, um maior envolvimento da Federação Russa na região Ásia-Pacífico, não tem necessariamente de ser encarado pela China como uma intrusão no seu espaço de influência, dado que, prioritariamente, tal facilitará o propósito de ambos de contenção do ator norte-americano na região. Um exemplo indiciador desta eventual postura chinesa poderá ser demonstrado pelo recente acordo russo-vietnamita de cooperação energética, bem como o equacionar da utilização da base naval vietnamita da baía de Cam Ranh pela marinha de guerra russa, que não motivaram por parte da China qualquer reação crítica. Por outro lado, uma eventual aproximação da Índia aos EUA poderá ser igualmente encarada por parte da China como um risco mitigado através de uma maior cooperação sino-russa na região.

Também neste âmbito, e essencialmente em consequência de alguma debilidade resultante da génese essencialmente geográfica na base da criação da APEC, parecem estar a emergir eventuais blocos no seu seio, quiçá alternativos, encerrando encapotadamente ou não de algum cariz estratégico-ideológico, e que os EUA têm intenção em liderar, como forma de consolidação da respetiva estratégia para a região. Neste quadro surgiu a Trans-Pacific Partnership (TPP), uma iniciativa liderada pelos EUA³⁰⁷, não se excluindo contudo a sua criação ter decorrido essencialmente do gorar parcial das expectativas geradas no âmbito da iniciativa Área de Comércio Livre da Ásia-Pacífico³⁰⁸. Porém, para além de colidir com os interesses nacionais chineses e como tal alienar a sua participação, bem como com os da Federação Russa, é encarada por esta última como um meio confortável e indireto de contrabalanço da influência chinesa, dado que prevê a criação de um regime de trocas comerciais na região sem a sua presença³⁰⁹. A Federação, enquanto partilha publicamente as preocupações da China, tendo o respetivo Ministro da Economia prontamente afirmado que o país também não integraria a TPP, na prática, constituindo um meio de contenção chinesa, serve em certa medida os seus interesses, já que de *per se* não possui nenhum outro mecanismo com semelhante eficácia. Independentemente da evolução que esta temática fraturante possa ter, certo é que se poderá constituir como um dos espelhos do antagonismo crescente entre os principais atores na região – a China e os EUA.

Quanto aos aspectos de carácter securitário, e pelas várias razões já referidas anteriormente, a região está crescente e rapidamente a afirmar-se como uma zona de elevada tensão estratégica, e a Federação Russa, pese embora não ser um protagonista de primeira ordem, não é alheia à situação. Em síntese, pretenderá posicionar-se prioritariamente, e não necessariamente apenas no plano securitário, por um lado, por forma a não antagonizar qualquer dos dois principais atores estratégicos, e por outro, eventualmente em

307 E que integra também Singapura, Nova Zelandia, Austrália, Peru, Chile, Brunei, Vietname, Malásia, México, Canadá, Japão, Coreia do Sul, Filipinas e Taiwan.

308 Free Trade Area of the Asia Pacific (FTAAP).

309 Hillary Clinton afirmou na cimeira da APEC que a TTP representava um “meio para a criação de uma comunidade comercial no Pacífico”.

simultâneo, aliando-se tática e/ou circunstancialmente com um deles como forma de contrabalançar o potencial do outro.

Saliente-se igualmente no quadro de segurança e defesa da região, a relutância da postura chinesa, que como anfitriã da Cimeira de 2011 recusou a inclusão desta temática na respetiva agenda, atitude que manteve na mais recente cimeira, e a que não será estranha decerto a sensibilidade que a questão encerra, incluindo pelo facto de os EUA terem já concedido prioridade estratégica à região.

4.2.2.7. África Subsariana

O processo de abandono do relacionamento com o continente africano, ocorrido logo após a implosão da URSS, apenas recentemente, com Putin e Medvedev, teve desenvolvimentos tendentes à reversão parcial dessa situação, sendo contudo ainda ténues e frágeis os resultados por enquanto alcançados. Neste processo de reatamento do relacionamento com a região subsariana, a recuperação económica da Federação Russa constitui-se como o grande fator ignidor do mesmo, da qual resultou igualmente um importante passo nesse sentido – o perdão da dívida de cerca de 20 mil milhões de USD a países africanos, cujo pagamento integral havido sido exigido na era Yeltsin.

Nos últimos anos consideram-se genericamente como marcos do reatamento relacional com África, e especialmente a região subsariana, a nomeação em 1996 de Yevgeny Primakov como Ministro dos Negócios Estrangeiros, considerado um especialista do chamado “Terceiro Mundo”, e a visita de Medvedev em 2010 à Nigéria, Angola e Namíbia, a segunda que um chefe de Estado russo efetuou à África subsariana, após a breve passagem de Putin em 2006 pela República da África do Sul.

Todavia, o modelo de relacionamento herdado da era soviética, marcado por uma base ideológica e genericamente caracterizado pela ajuda material como contrapartida ao acesso a recursos do subcontinente, embora lhe tenha sido retirado o pendor ideológico continua a constituir a sua base, tendo contudo vindo a perder alguma validade. Para este facto em muito tem concorrido o processo de mundialização, no qual o subcontinente foi relativamente integrado embora continue substancialmente marginalizado, a profunda evolução política que a região experimentou, a entrada e preenchimento do vácuo entretanto criado por parte de novos atores ou mesmo o regresso de algumas antigas potências coloniais. Será em razão destas novas realidades que se poderá afirmar que a importância que a Rússia possuía no relacionamento com a região subsariana dificilmente poderá ser restabelecida, dado que o referencial em torno do qual gravitava se transformou substancialmente, e a projeção de poder que poderá concretizar nesse sentido encerra limitações várias, especialmente se comparado com o de outros atores concorrenciais.

Ainda assim, a Federação possui algumas mais-valias, sendo porventura uma das mais importantes o facto de que os cerca de 50.000 africanos que passaram pelas universidades russas durante os últimos anos do período soviético³¹⁰, e que hoje de uma

310 Atualmente serão cerca de 4.500 os estudantes do continente a estudar no ensino superior russo. Vladimir Shubin (2010).

forma ou outra constituem as lideranças de grande número de países africanos, poderão assumir-se, em conjugação com o legado da era soviética, como as mais sólidas bases do relançamento da política externa russa para o continente. No entanto, releve-se, essa geração encontra-se em final de ciclo político, sendo que as suas sucessoras poucas afinidades e memórias possuem relativamente à cooperação russa.

Quanto à tipologia da cooperação a desenvolver, em muito deverá aproveitar a congénere chinesa, essencialmente orientada por interesses económicos, a qual, de forma realista e pragmática, tem como um dos principais princípios orientadores a não interferência na política e assuntos internos dos países alvo. Adicionalmente, o apoio russo a vários processos de integração regional no continente, quer já efetivados, quer planeados, poderá revelar-se igualmente um importante instrumento em que a Federação poderá apostar, dada a autonomia que daí advém para os respetivos países em relação aos principais atores externos concorrenciais da Rússia, a China, os EUA, as ex-potências coloniais europeias, e, embora num nível inferior, a Índia.

No plano político, a Federação releva atualmente sobretudo a importância que o continente possui, especialmente no quadro nas Nações Unidas, quanto ao impedir ou minimizar unilateralismos e apoiar o relançamento do mundo multipolar por si desejado, o que algum sentimento não muito favorável aos EUA observável no subcontinente poderá potenciar. Com efeito, a conjugação de cerca de um quarto do total de Estados com assento nas Nações Unidas representados pelo continente africano, com o facto de a Rússia ser um dos cinco membros permanentes do respetivo Conselho de Segurança, são decerto duas realidades passíveis de ser capitalizadas neste âmbito. No quadro relacional gerado no seio dos BRIC, a relação da Federação com a República da África do Sul deverá assim ser encarada também neste âmbito, dado que reflete por enquanto mais uma concertação política entre ambos em questões de génese global ou situações de crise circunstancial, do que um meio para o relançamento da política externa russa para o continente africano³¹¹. Adicionalmente, a atual situação económica favorável que a Federação apresenta e a retoma do pragmatismo decorrente do regresso de Putin à presidência poderão ser fatores potenciadores do relançamento da cooperação com o continente.

No plano económico, embora se verifique um incremento no respetivo relacionamento desde o início do milénio³¹², a Federação tem uma importância quase marginal se comparada com as trocas comerciais que a União Europeia ou qualquer dos seus maiores Estados-Membros, EUA, China, Índia ou Brasil possuem com o subcontinente, mantendo contudo a balança comercial claramente a seu favor. Neste quadro, e ao contrário do que sucede com a Índia, China ou outros atores possuidores de vulnerabilidades no que respeita à escassez de recursos naturais, e que por isso elegem também o

311 Não obstante ter algum potencial para apoiar o relançamento do relacionamento com a região subsariana, dada a dimensão política e económica da República da África do Sul no subcontinente.

312 O qual atingiu um pico de 7,3 mil milhões de USD em 2008, tendo depois sofrido uma ligeira diminuição devido à crise económica e financeira global. Habiba Ben Barka (2011).

continente africano como alvo preferencial para a satisfação dessas necessidades, a Federação Russa encontra-se numa cómoda posição, dada a abundância de recursos que detém, não assumindo por isso o continente a importância que nesse âmbito possui para aqueles atores. Contudo, a Federação tem igualmente um substancial interesse na exploração dos recursos naturais africanos³¹³, decorrente porém de diferentes realidades – por um lado o facto de que significativas reservas que possui se encontrarem na Sibéria ou no Leste russo, regiões com condições climáticas adversas, que penalizam ou obstaculizam seriamente a sua exploração comercial³¹⁴, e por outro o facto de a exploração de algumas das suas reservas ter atingido o seu pico. Como resultado, os maiores investimentos russos efetuados na região subsariana focalizam-se no sector extrativo, no fundo o verdadeiro motor do relacionamento que a Federação mantém com a região, em que sobressai o petróleo, gás natural, níquel, diamantes³¹⁵, cobre, alumínio, urânio ou minério de ferro. Neste quadro, destaque para a particularidade do investimento russo em Angola, onde para além da exploração diamantífera a Federação investiu no sector hidro-eléctrico e procedeu à abertura do primeiro banco com maioria de capitais estrangeiros³¹⁶, e na Nigéria, onde concorre para a construção de uma central nuclear.

Saliente-se igualmente o facto de que apenas em 2010 se efetuou o primeiro grande *fora* de cooperação e diálogo russo-africano, o *Russia-Africa Forum – Horizons of Cooperation*, um mecanismo que permite o substancial alavancar do relacionamento com o continente, muito embora neste quadro a Federação se encontre numa posição de clara desvantagem em relação a atores seus concorrentes, os quais consolidaram a cooperação política e económica com a região através de semelhantes mecanismos há bastante mais tempo.

Por outro lado, no sector exportador russo, em que o mercado africano representa para a Federação apenas 1% do total³¹⁷, a principal vulnerabilidade da Federação reside na génese das suas exportações, a qual não permite que possam competir com as congéneres chinesas ou indianas direccionadas para o continente africano, dado o baixo custo destas últimas e o facto de muitas serem, ainda, essencialmente compostas por produtos de primeira necessidade, de que a região se encontra carente. Desta realidade decorre uma outra, porventura um dos principais fatores limitadores do relacionamento russo com o continente africano - a de que a Federação tem mais interesse no relacionamento económico com África do que o inverso, tendendo esta disfunção a aprofundar-se.

No que diz respeito à cooperação militar, a região subsariana continua a constituir-se como um mercado de elevada apetência por parte da Federação, sendo que durante

313 Saliente-se que na era soviética foram efetuados vastos estudos geológicos um pouco por toda a região subsariana, pelo que a Rússia será uma profunda conhecedora das suas potencialidades ainda não efetivadas. Hakan Fidam e Bulent Aras (2010).

314 Localizadas no chamado *permafrost* russo, acrónimo que significa *permanent frost* ou gelo permanente do solo, devido às severas condições climáticas.

315 A Alrosa russa controla cerca de 60% da exploração diamantífera mundial.

316 O Banco Vneshtorgbank (VTB).

317 Neste dado está incluído o Norte de África. Habiba Ben Barka (2011).

a era soviética se constituiu como o principal fornecedor de armamento e equipamento militar. Atualmente, e muito embora tenham penetrado novos atores no sector, o facto é que a grande maioria do material é de origem russa, pelo que o seu *upgrade* ou manutenção continuará a constituir-se como uma mais-valia para a indústria de defesa russa³¹⁸.

Como conclusão dir-se-ia que às grandes linhas de ação do relacionamento russo com a região subsariana, não obstante o omnipresente pragmatismo e atenção crescente que encerram, falta alguma coerência política e solidez relacional, havendo igualmente que contar com as capacidades de outros atores externos que operam na região claramente como seus concorrentes, encarando a Federação esta zona como se de um amplo armazém se tratasse, aliás uma visão na realidade idêntica à de muitos outros atores aí a operar.

4.2.2.8. Médio Oriente e Norte de África

Se na era soviética o relacionamento com os países árabes do Médio Oriente e Norte de África (MENA) se poderia caracterizar genericamente por alguma proximidade política e ideológica geradora de uma significativa estabilidade, atualmente, ainda que desaparecido o fator ideológico, é ainda visível um bom relacionamento de âmbito bi e multilateral com a generalidade dos regimes do Médio Oriente, independentemente de os mesmos possuírem uma atitude pró ou anti-americana e não obstante o atual *momentum* geopolítico que a região experimenta. Neste âmbito saliente-se desde já a posição de relativo *outsider* em que a Federação se encontra relativamente ao fenómeno das chamadas “Primaveras Árabes”, dado que na generalidade dos casos se encontra como apoiante dos regimes alvo das mudanças, as quais em muito poderão redesenhar a geopolítica regional e o respetivo quadro de relacionamento.

Ainda assim, e não obstante a atividade da atual política externa russa para com a região, esta é caracterizada por objetivos de âmbito limitado, em grande parte pelo facto de o principal ator externo, os EUA, ter a sua presença consolidada na área³¹⁹, dos quais se destacam (I) a tentativa de que o Cáucaso do Norte islâmico não se transforme numa causa anti-russa apoiada pelos regimes locais, a exemplo do sucedido com o Afeganistão nos anos 80; (II) prevenir ou impedir a ascensão de forças políticas e/ou religiosas de génese radical passíveis de se tornarem hostis para a Federação; e (III) garantir a manutenção dos interesses económicos da Federação na região.

A consecução destes objetivos será apenas exequível através da criação e manutenção de um equilíbrio relacional com os regimes locais, processo necessariamente instável e complexo, já que, paradoxalmente, tal desígnio encerra em si mesmo as contradições passíveis de o afetar ou deteriorar de forma significativa. Resultante deste quadro, são assim múltiplos e variados os empenhamentos da Federação na região,

318 E, acrescente-se, também para a Bielorrússia e Ucrânia, países que possuem unidades de produção de idêntico material.

319 Especialmente materializada nos laços económicos e de segurança com a Arábia Saudita e Qatar, que, entre outros, em grande parte impede uma concertação energética da Federação com estes últimos.

sendo de destacar que enquanto por um lado mantém um bom relacionamento com o Hamas, a Fatah, o Hezbollah, o regime sírio, iraquiano ou iraniano, por outro também o consegue com a Turquia ou Israel, adquirindo a este último armamento ou incorporando a sua tecnologia em sistemas de armas que depois disponibiliza à Índia³²⁰. Em simultâneo, apoia o regime iraniano mas consegue igualmente um bom relacionamento com a Arábia Saudita, a quem poderá vir a fornecer sistemas de armas, ou com os Emiratos Árabes Unidos (EAU), um importante mercado para a indústria armamentista russa, não obstante estes manterem uma longa disputa territorial com o Irão. Por outro lado, tendo-se manifestado frontalmente contra a intervenção no Iraque, possui boas relações com o regime pós-Saddam, de quem obteve um lucrativo contrato de exploração petrolífera³²¹, enquanto as suas empresas operam também no Curdistão independentista através de acordos assinados com o regime iraquiano³²². Pelo atrás referido, e excetuando o caso líbio em que, pelo menos por enquanto, foi um claro perdedor, a manutenção desta situação de equilíbrio instável por parte da Federação Russa apenas tem sido possível devido à intensa rivalidade regional, permanecendo a dúvida se o desfecho da situação na Síria, Irão, Iraque ou Egito poderá servir de ignidor a uma deterioração no relacionamento russo com a região. Adicionalmente, e por paradoxal que possa parecer, o facto de a Federação possuir um bom relacionamento com atores conflituantes da zona, embora desagrade a qualquer um deles, tem igualmente como consequência a emergência de receios de que a degradação do seu relacionamento com a Federação possa vir a beneficiar qualquer outro, sendo esta porventura uma das bases do equilíbrio instável anteriormente referido.

Adicionalmente, e não obstante a posição consolidada que os EUA mantêm na região, potenciadora e garante da estabilidade regional, o facto é que a animosidade latente ou real que grande parte desses povos possuem para como estes, geradora de alguma ambiguidade no respetivo relacionamento, constitui por assim dizer uma reserva adicional para a política externa russa para a região.

Ainda assim, e não obstante o pragmatismo russo e o facto de este poder ser adicionalmente potenciado pelo regresso de Putin à presidência, consideram-se de elevada complexidade as variáveis e fatores que sustentam o referencial do atual relacionamento russo para com a região, de que decorre naturalmente a probabilidade da sua rápida transformação e deterioração.

Como agravante, a instável situação política e social no Cáucaso do Norte russo, islâmico e permeável à ação de forças islâmicas radicais externas³²³, bem como à eventual ação desestabilizadora desencadeada por outros atores, constitui um poderoso fator

320 O crescente relacionamento com Israel tem sido em grande parte potenciado pela diáspora russo-judaica a viver no país, estimada em cerca de um milhão de pessoas.

321 Trata-se da Lukoil. Ver Russia Today (2012a). Recentemente, e já depois de publicitado um lucrativo acordo de venda de armamento a Bagdad, foi subitamente anunciado o seu cancelamento.

322 Contrariamente à TOTAL francesa e às norte-americanas ExxonMobil e Chevron, que negociam diretamente com as autoridades regionais, efetuando deste modo um *bypass* completo a Bagdad.

323 Neste quadro de análise não será igualmente de excluir algum do espaço pós-soviético.

influenciador e limitador da política externa russa com o Médio Oriente e Norte de África. Com efeito, a reduzida capacidade de influência que a Federação Russa possui relativamente ao impedir a emergência de forças sunitas radicais nesta região retira-lhe significativa liberdade de ação, o que a poderá remeter para um estatuto de observador passivo cujo objetivo primário se centrará no controlo de danos e manutenção das condições mínimas para um reatamento relacional futuro. Neste quadro, a preferência da Federação Russa quanto à evolução da situação na região poderá pender para regimes autoritários moderados, eventualmente apontando uma direção religiosa e sem uma clara orientação pró-ocidental.

4.2.2.9. América Latina

Tradicionalmente o relacionamento da ex-URSS com a América Latina foi alicerçado em torno de dois grandes eixos orientadores, o geopolítico e o económico, sendo duvidoso que o carácter ideológico tenha alguma vez constituído, de facto, o seu verdadeiro motor. Com efeito, se na América Central e Caraíbas, nomeadamente na Nicarágua e Cuba, a geopolítica decorrente do clima de Guerra Fria marcava de forma significativa esse relacionamento³²⁴, na restante América Latina o pragmatismo das relações económicas constituiu de facto a sua base³²⁵. Após a retração quase total da região na sequência do processo de implosão da URSS, e reconceptualizado o relacionamento nos finais da década de 90 com Yevgeni Primakov, é na presidência de Medvedev que se materializa o seu relançamento. Atualmente é atribuída uma elevada importância à região latino-americana³²⁶, perseguindo a Federação dois grandes objetivos, interdependentes e que se alavancam mutuamente: (I) a conquista de novos mercados para as suas exportações, constituindo-se assim como alternativa tecnológica a outros atores externos, e procurando na região a satisfação de algumas das suas necessidades, especialmente as agroalimentares, e (II) a obtenção de apoios políticos que concorram para a emergência e instalação progressiva de uma nova ordem mundial de génese multipolar, em que a Federação possui aspirações de se constituir como um dos polos. Neste último quadro é significativo o facto de muitas das referências à região efetuadas por Vladimir Putin, Dmitri Medvedev ou Sergei Lavrov, abordarem invariavelmente a importância que a emergência económica e política do polo latino-americano³²⁷ poderá possuir na reconfiguração do sistema internacional, nomeadamente na consecução de uma nova ordem baseada na multipolaridade. É assim em razão desta realidade emergente que a Federação mantém relações diplomáticas com todos os 33 Estados da re-

324 O apoio ao regime sandinista constituiu porventura a ação mais assertiva da política externa da ex-URSS na região, em grande parte como resposta ao apoio norte-americano aos mujahedin afegãos na década de 80.

325 Como é o caso da Argentina (que teve papel fundamental enquanto minimizador do embargo cerealífero imposto à ex-URSS pelos EUA), Brasil e Uruguai, que durante a era soviética se constituíram como os principais fornecedores de produtos agroalimentares, situação que atualmente ainda prevalece. Edmé Domínguez e Asa Stenman (2009).

326 Nos próximos quatro anos estão previstos cerca de 60 encontros de alto nível.

327 Entre outros, saliente-se a entrada do Brasil e da Argentina no G-20 e do México e Chile na OCDE.

gião, possui acordos de cooperação com 18³²⁸, tendo sido entre 2000 e 2011 efetuadas seis visitas presidenciais à região, mais de dez pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, e recebidos em Moscovo os presidentes da Bolívia, Brasil³²⁹, Venezuela (nove vezes), Cuba, Chile (duas vezes), Argentina e Equador.

Ainda no plano do relacionamento político, para o seu sucesso e/ou relançamento em muito contribui algum sentimento de crítica e hostilidade quanto à política externa norte-americana para a região patente em vários regimes, ou mesmo a recusa da sua liderança. Contudo, um relacionamento bilateral assente numa excessiva politização de sentimentos anti-americanos, uma constante no caso da Venezuela e conjuntural por parte da Federação, muito embora possa encerrar alguma utilidade momentânea no plano da retórica política, na realidade poderá revelar-se prejudicial no quadro do relacionamento russo com a região, já que é passível de introdução de significativos níveis de tensão no relacionamento americano, cenário indesejado no quadro regional.

Quanto ao relacionamento de génese multilateral, o mesmo é significativamente limitado pelo reduzido nível de integração política e económica intrarregional e pelo excessivo e pouco eficaz número de organizações existentes nesse quadro. Contudo, uma das consequências diretas desta realidade, o facto de os maiores parceiros económicos dos países da zona serem atores externos, poderá facilitar a progressiva consolidação da penetração russa, quer por via bilateral, quer por via multilateral, por via da APEC, do Mercosul, através da concertação no seio dos BRICS, da Aliança do Pacífico³³⁰ ou da Comunidade Andina³³¹. Ainda assim, será decerto através da aposta no relacionamento de âmbito bilateral em que a Federação fará refletir a elevada prioridade da sua política externa para essa área, dadas as vantagens e potencialidades que o mesmo tem apresentando e apresenta em relação a mecanismos de cooperação mais abrangentes.

No plano económico, o vetor prioritário do relacionamento russo com a região, e não obstante o fator potenciador representado por alguma complementaridade entre as economias regionais e a Federação, o facto é que muito dificilmente poderá competir com outros atores externos, designadamente os EUA, União Europeia, Índia ou China³³², sendo de destacar a importância deste último ator enquanto um dos principais fatores orientadores da atual reestruturação da economia brasileira. Como agravante, e não obstante a retórica ou os múltiplos acordos assinados entre a Federação Russa e os países da região, o facto é que tal realidade ainda não se consubstanciou numa verdadeira parceria estratégica, ainda que seja evidente o crescendo em que o relacionamento atualmente se encontra, em grande parte permitido pela atual crise económico-financeira. Quanto à cooperação no domínio da defesa, e na sequência da recuperação que a indústria de defesa russa tem vindo a experimentar, a Venezuela surge como a sua principal âncora,

328 Os quais totalizam mais de 200 acordos.

329 Dilma Rousseff visitou novamente a Federação em Dezembro de 2012.

330 Integrada pelo Peru, Chile, Colômbia e México.

331 Integrada pelo Peru, Bolívia, Colômbia e Equador.

332 As trocas comerciais da China com a região, atingindo 178 mil milhões de USD em 2010, representam mais de onze vezes as da Federação, importando a China matérias-primas, essencialmente minerais metálicos.

sendo de salientar a sua progressiva consolidação na generalidade da região, sendo disso exemplo o nível que atualmente já mantém com o Brasil ou a Argentina.

O vetor energético, onnipresente na política externa russa, encontra-se igualmente presente, quer como fator facilitador e potenciador das relações económicas, quer como alavanca do relacionamento político, quer como apoio à consolidação da Federação enquanto líder mundial do sector. Também neste âmbito a Gazprom e a Rosneft³³³ constituem as principais testas-de-ferro da Federação como forma de penetração no mercado regional e fatores potenciadores do restante relacionamento, sendo de destacar o papel importante que Igor Sechin, Presidente da Rosneft e um integrante do *inner circle* de Putin, tem tido no estabelecimento de parcerias várias com países da região, nomeadamente na Venezuela.

No quadro do relacionamento bilateral que a Federação mantém com os países da região, o Brasil assume particular importância e prioridade³³⁴, potenciado igualmente por via do diálogo e concertação entre os dois atores no seio dos BRICS. Iniciadas as relações diplomáticas em 1828, o facto é que apenas no início da década de 2000 começaram a ganhar algum dinamismo, quando se reúne pela primeira vez uma comissão de alto nível entre ambos os países³³⁵, tendo-se registado nove visitas presidenciais desde 2002 e atingidas apreciáveis taxas de crescimento no plano das trocas comerciais.

No plano político é clara a comunhão de interesses entre os dois países, em muitas das questões de segurança e defesa de âmbito global, na eliminação do unilateralismo e promoção da multipolaridade do sistema internacional, no papel central que as Nações Unidas deverão desempenhar na gestão deste último³³⁶, ou na reconfiguração dos mecanismos de controlo do sistema financeiro global. Adicionalmente, a crescente individualização económica e geopolítica do Brasil face aos EUA, bem como a consolidação do estatuto de potência regional, conjugada com a multipolaridade do sistema internacional perseguida pela Federação, em muito se complementam e contribuem para várias posições comuns entre ambos. A profundidade e abrangência das temáticas em que tal concordância é manifesta, servem por um lado muitas das aspirações de ambos os países, bem como os seus interesses e ação estratégica, e por outro constitui um importante fator ignidor e de consolidação do relacionamento bilateral. Saliente-se contudo que num dos mais recentes documentos orientadores da política externa russa³³⁷, a referência à região latino-americana é, literalmente, telegráfica, objetivando apenas o aprofundamento das relações, contrariamente ao Conceito de 2008³³⁸, no qual era referida a necessidade de estabelecer com o Brasil uma “parceria estratégica”. Embora tal possa ser explicado pela

333 E, embora em menor dimensão, a Lukoil.

334 Eventualmente em paridade com o relacionamento com a Venezuela, embora este assente em referenciais substancialmente diferentes.

335 Ocorrida em 2000, apenas havia acontecido com a França, Itália, EUA e Ucrânia. Yuri Paniev (2012).

336 A Federação é um claro apoiante da integração do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, embora sem direito de veto.

337 President of Russia Official Web Portal (2012).

338 President of Russia Official Web Portal (2008).

assunção de outras prioridades, nomeadamente o projeto de integração do *near abroad* russo, a União Euro-asiática, não se afigura provável que o relacionamento com o Brasil possa vir a sofrer um *downgrade* na política externa russa. A recente visita da presidente Dilma Rousseff a Moscovo³³⁹ parece claramente sustentar este cenário, considerando a ênfase colocada na cooperação, no incremento do relacionamento económico e no investimento mútuo, na elaboração de um plano de reestruturação dos mecanismos das consultas políticas entre ambos os países e na utilização crescente do real e do rublo nas trocas comerciais.

No plano económico o Brasil constitui-se como o principal parceiro regional da Federação, contribuindo com perto de metade do total das trocas comerciais, embora o relacionamento comercial seja significativamente prejudicado pelo facto de ser efetuado em grande parte por intermediários. Adicionalmente, quer a Federação, quer o Brasil, possuem laços comerciais muitíssimo mais fortes com a China e a Índia do que entre si, facto que é revelador da ainda reduzida dimensão desse relacionamento. Destaque para as exportações russas no sector dos componentes da indústria aeronáutica brasileira, bem como de fertilizantes³⁴⁰, e das importações de produtos agrícolas, representando o mercado russo 41% das exportações brasileiras de carne e 84% do total das importações da Federação³⁴¹. No plano do investimento mútuo os dados são insignificantes, ainda que pareça haver a intenção russa em estabelecer uma parceria tecnológica com o Brasil, especialmente no sector aeronáutico e da energia nuclear, para a qual em muito contribuirão decerto os vários acordos assinados entre ambos. Adicionalmente, a partilha da experiência e tecnologia brasileira na exploração de hidrocarbonetos em águas profundas e ultra-profundas será decerto bastante apetecível pela Federação, já que, entre outros, o sucesso da exploração do Ártico russo em muito dependerá do domínio dessa tecnologia, a qual atualmente a Federação claramente não domina.

No que respeita à cooperação no domínio da segurança e defesa, a recente visita da presidente Dilma a Moscovo, a que se seguiu em Janeiro de 2013 a do Chefe de Estado-maior General brasileiro (CEMGFA) poderá ter injetado uma nova dinâmica, dada a importância e extensão dos acordos assinados. Neste quadro releve-se a aquisição pelo Brasil de sistemas de defesa antiaérea russos, nomeadamente três baterias dos sistemas Pantsir-S1 e Iгла, acompanhada de transferência de tecnologia e montagem no Brasil de uma linha de produção desses sistemas. Todavia, e não obstante algumas vendas significativas de armamento que a Federação efetuou ao Brasil, o facto é que a diversificação de origens em que a política de defesa brasileira parece assentar, bem como alguma debilidade da génese do relacionamento bilateral, não tem permitido potenciar a cooperação nos moldes em que a Federação pretenderia, como parece evidenciar a provável aquisição de caças franceses Rafale ou suecos Saab em detrimento do SU-29 russo. Ainda assim julga-

339 Ocorrida em Dezembro de 2012. Saliente-se que a Rússia não fez parte das visitas de Dilma Rousseff no primeiro ano do seu mandato, que visitou, entre outros, a China, logo no início, EUA, França, Portugal e Angola.

340 Que constituem 65% do total das exportações russas para o país, apenas secundarizadas pela Índia. Alexandra Koval (2011).

341 A Argentina e o Uruguai são os outros grandes parceiros neste domínio.

-se existir significativo potencial de crescimento no âmbito da cooperação aeronáutica³⁴², militar e civil, aeroespacial, tecnologias de informação e outros domínios, o que aliás é atestado pelos acordos assinados aquando da visita da presidente Dilma a Moscovo, em Dezembro de 2012.

Relativamente ao relacionamento russo-venezuelano, denominado como “parceria estratégica”, o mesmo tem sido potenciado sobretudo desde a eleição de Hugo Chavez, que essencialmente decorrente do seu discurso anti-americano e se tem revelado como o principal aliado político de Moscovo na região, facilitador de interesses russos na Bolívia, Nicarágua e Peru³⁴³. Não obstante a fragilidade democrática do regime venezuelano, os propósitos nem sempre claros ou justificáveis de algumas das recentes intervenções militares internacionais em regimes autocráticos ou ditatoriais, aliada à manifesta hostilidade mútua com Washington, tal tem constituído a principal alavanca da aproximação do país à Federação e a outros atores externos, especialmente a China³⁴⁴. A este dado acresce o facto de a Venezuela porventura encerrar as maiores reservas petrolíferas mundiais³⁴⁵, entretanto nacionalizadas durante a era Chavez e em cuja exploração significativo número das grandes petrolíferas ocidentais que (ainda) operam no país se encontram sobre pressão do regime ou foram preteridas em favor, entre outras, das petrolíferas russas. Neste quadro são várias as fontes que apontam para o elevado risco financeiro que envolvem as *joint ventures* russo-venezuelanas entretanto criadas no sector petrolífero e de gás natural³⁴⁶, em que a Rosneft de Igor Sechin tem particular destaque. Com efeito, assentando basicamente a sua génese no relacionamento pessoal entre Putin e Chavez, com o desaparecimento deste último poderá ser colocada em causa a sua manutenção nos atuais moldes. Como agravante, mesmo num eventual cenário de manutenção do atual *status quo*, para além dos bónus já pagos à petrolífera nacional venezuelana PdVSA, as energéticas russas suportarão igualmente os custos de exploração e desenvolvimento, bem como os resultantes do necessário *upgrade* do petróleo viscoso e extra-pesado venezuelano, num processo cujas estimativas totais facilmente poderão ultrapassar os 25-30 mil milhões de USD. Por seu lado, é previsível que a PdVSA (a principal fonte de receita do Estado e de financiamento do sistema social venezuelano), apenas possa cumprir cabalmente os seus compromissos na eventualidade de os preços internacionais do barril se mantiverem em alta, facto que introduz ainda mais incerteza quanto à viabilidade dos projetos.

342 As aeronaves de médio alcance Embraer E-190 e E-195 foram recentemente certificadas para voar no espaço aéreo russo, o que poderá abrir as portas de um novo mercado para a construtora brasileira.

343 A Venezuela e a Nicarágua foram, a par da Rússia, dos poucos Estados a reconhecer a independência da Abcázia e Ossétia do Norte.

344 País que em termos de empréstimos e investimento na Venezuela suplanta claramente a Federação Russa.

345 As quais foram recentemente atestadas pela BP como superiores às da Arábia Saudita. Ver Rupert Rowling (2012).

346 O consórcio russo era inicialmente formado pela Rosneft, Lukoil, Gazprom, TNK-BP e Surgutneftegas, tendo-se esta última retirado do projeto (vendendo a sua participação à Rosneft que substituiu a Gazprom como líder do projeto), e havendo notícias de que a TNK-BP estaria interessada na venda da sua posição à Lukoil.

Quanto à cooperação russo-venezuelana no domínio da defesa, a de maior dinamismo que a Federação mantém na região, é uma vez mais resultante do anti-americanismo do regime venezuelano e mais destinada à sua proteção do que para fazer face a qualquer ameaça regional, não obstante a tensão que o país mantém com a Colômbia devido ao alegado apoio que fornece às FARC. Refira-se no entanto que a procura de equipamento militar na Federação ou na China, pelo menos numa fase inicial, aquando do embargo imposto pelos EUA em 2006, foi mais uma necessidade lógica para manter níveis de operacionalidade do que uma retaliação à atitude norte-americana.

Em conclusão, dir-se-ia que os atuais níveis do relacionamento russo-venezuelano, assente que estava na proximidade e relação pessoal entre Putin e Chavez, poderá ser seriamente danificado na sequência do falecimento deste último, podendo assim inclusivamente equacionar-se o cenário de que a sua deterioração residirá no “quando” e não no “se”.

Quanto ao relacionamento bilateral da Federação com a Argentina, não obstante ter registado no plano económico um crescendo ao longo dos últimos anos, a crise económica do país tem constituído o maior entrave para que o mesmo possa projetar-se para outros patamares, nomeadamente idênticos aos que o Brasil e a Venezuela registam. No plano político é visível a comunhão de interesses no que respeita à necessidade de reforma do sistema financeiro internacional, bem como à implementação de uma nova ordem de génese multipolar.

Por último uma referência à cooperação bilateral com a Bolívia, em que a Venezuela de Chavez desempenhou um importante papel ignidor e facilitador, e com quem a Gazprom possui acordos no desenvolvimento e exploração de gás natural, possuindo o país as segundas maiores reservas de região, depois da Venezuela. Saliente-se que este acordo foi assinado em 2009, sendo percecionado como uma eventual reação russa à tentativa de alargamento da NATO à Ucrânia e à Geórgia, sendo que por sua vez os EUA responderam com a colocação da Bolívia na lista de narco-estados, lista que curiosamente na altura não contemplava o México, o Afeganistão ou a Colômbia³⁴⁷.

4.2.2.10. A Região Ártica

Em resultado das alterações climáticas a região Ártica tem emergido recentemente como uma área de elevadíssimo valor estratégico, encontrando-se atualmente a Federação fortemente empenhada na sua promoção estratégica integrada, facto especialmente decorrente das reservas de hidrocarbonetos que apresenta, bem como do incremento da sua navegabilidade, podendo neste último âmbito vir a provocar enormes alterações no sistema de transportes global, especialmente no transporte marítimo entre a região euro-atlântica e o continente asiático.

³⁴⁷ Em 2011 foi retificada a lista, que atualmente inclui o Afeganistão, Bahamas, Belize, Bolívia, Burma, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Índia, Jamaica, Laos, México, Nicarágua, Paquistão, Panamá, Peru e Venezuela como países produtores ou de trânsito. US Department of State (2011).

Decorrente deste potencial estratégico, e considerando os vários atores regionais e externos com múltiplos e variados interesses na região, foi em Setembro de 1996 criado o Conselho do Ártico. Este *fora* internacional integra, como membros permanentes, o Canadá, a Dinamarca, a Finlândia, a Islândia, a Noruega, a Federação Russa, a Suécia e os EUA, e como membros com estatuto de observador a França, Alemanha, Holanda, Polónia, Espanha, Reino Unido e, mais recentemente, a China, o Japão e Itália³⁴⁸. O objetivo primário do Conselho consiste na promoção da cooperação, coordenação e interação entre os Estados-Membros, no que respeita ao desenvolvimento sustentável da região e protecção ambiental da mesma³⁴⁹. Independentemente do grau ou verosimilhança da retórica associada ao interesse que o potencial da região suscita, o facto é que a quantidade e valor dos recursos existentes, que poderão significar cerca de 25% do total das reservas globais de hidrocarbonetos³⁵⁰, são geradores de novas dinâmicas geoestratégicas, as quais encerram no entanto um significativo potencial de conflitualidade e de destabilização internacional³⁵¹.

4.2.2.10.1. O Ártico Russo

Permanecendo de uma forma geral como um espaço fechado durante a era soviética, a região Ártica russa ganhou recentemente uma nova atenção por parte das elites dirigentes, especialmente a partir do segundo mandato de Vladimir Putin, constituindo atualmente um elevado empenho geoestratégico por parte da Federação Russa. Deste modo, e para além de ser claramente assumido por Moscovo que a região deverá constituir no futuro uma enorme mais-valia no plano económico para a Federação, esta possui igualmente a intenção de se assumir como um ator central na geopolítica que a envolve. Com efeito, possuindo o Ártico russo cerca de três milhões de km², que torna a Federação no maior Estado ribeirinho da região, encerrando cerca de 20.000 km das suas fronteiras e contendo eventualmente cerca de 80% das reservas nacionais de gás natural, 60% de petróleo e outros recursos minerais³⁵², fácil é constatar a enorme importância da região para a Federação. Nesse sentido foi em 2008 aprovado durante a presidência de Medvedev, o documento orientador da estratégia nacional russa para a região, *The Foundations of the Russian Federation's State Policy in the Arctic until 2020 and Beyond*³⁵³, o qual prevê na sua terceira fase, o período compreendido entre 2016 e 2020³⁵⁴,

348 Refira-se que a Índia e a Coreia do Sul, embora não integrem o Conselho do Ártico, já efetuaram expedições científicas à região.

349 Disponível em <http://www.arctic-council.org/index.php/en/about-us/arctic-council/about-arctic-council>

350 Charles Ebinger e Evie Zambetakis (2009).

351 No entanto, releve-se, para que a exploração, produção e comercialização daqueles recursos seja rentável, será indispensável, ou a manutenção da alta de preço do petróleo e gás natural, bem como a necessária e eficiente tecnologia, incluindo do ponto de vista ambiental, ou a significativa diminuição dos custos tecnológicos.

352 Nomeadamente ouro, diamantes, platina, níquel e outros minerais de elevada procura e valor comercial. Roger Howard (2009).

353 A tradução em inglês encontra-se disponível em Philip Burgess (2010).

354 Na primeira fase, 2008-2010, foram efetuados estudos vários, lançados programas de desenvolvimento económico e levantadas as respetivas necessidades de investimento, enquanto na segunda fase, 2010-2015,

a afirmação da Federação como nação líder da região e a sua transformação no polo de excelência da Federação Russa no que respeita aos recursos estratégicos, objetivo último da política ártica russa. Focalizado essencialmente em questões de ordem económica e geoeconómica, contrariamente ao documento que o precedeu, datado de 2001 e que encerrava um forte pendor securitário, aborda com especial ênfase as questões de âmbito legal que envolvem a Rota de Trânsito do Norte (NSR), considerada como um “interesse nacional russo”, passíveis de, no mínimo, se constituírem geradoras de tensões entre os Estados da região. Com efeito, sendo esta passagem considerada pela Federação como “uma rota integrada de transporte e comunicações nacional” sob jurisdição russa, a sua navegação inter-arquipelágica, bem como através dos seus estreitos, será efetuada como se em águas territoriais russas se tratasse, reclamando assim a Federação junto das Nações Unidas tal estatuto³⁵⁵. Se aprovado, o trânsito e guiamento³⁵⁶ de qualquer navio na região deverão ser antecedidos de pedido de autorização à Federação Russa, havendo igualmente lugar ao pagamento de uma taxa de utilização, o que se estima que poderá tornar-se na sua terceira maior fonte de receita, depois do petróleo e gás natural. Do atrás referido, e conjugado com a difícil conciliação com os interesses de outros atores, quer ribeirinhos, quer mesmo externos à região ártica³⁵⁷, afigura-se de elevada complexidade e morosidade a tarefa de ordenamento do seu quadro legal, configurando assim um cenário com significativo potencial de tensão e conflitualidade, agravado pelo facto de no curto prazo vir a ser possível a navegação ao longo de todo o ano. Releve-se que os EUA embora tenham assinado a Convenção da Nações Unidas sobre os Direitos do Mar de 1982 não a ratificaram, tendo já afirmado que consideram a NSR uma linha de comunicação internacional³⁵⁸, sendo por esse facto passível de ser utilizada livremente sem necessidade de qualquer autorização nesse sentido. A Federação reagiu, afirmando que qualquer tentativa de alterar o quadro legal daquela rota entrará diretamente em conflito com os seus interesses nacionais.

Quanto à transitabilidade da rota Norte, cuja importância atual se poderá sobrepor ao acesso e exploração dos recursos naturais da região, releve-se o carácter essencial dos navios quebra-gelo enquanto navios de apoio à navegação, dos quais a Federação possui

se irá proceder à formalização das fronteiras nacionais, à exploração e comercialização dos recursos da região, bem como ao desenvolvimento de uma infraestrutura de comunicações e gestão da rota marítima do Norte (NSR, Northern Sea Route).

355 A exemplo do que sucede com o Canadá (relativamente ao estatuto da Rota Noroeste) e com a Dinamarca, ambos com pretensões de alargamento das respetivas plataformas continentais à região ártica. A Federação Russa entregou em 2001 na Comissão para a Limitação da Plataforma Continental das Nações Unidas um primeiro pedido para a sua extensão, tendo no entanto sido considerada insuficiente a argumentação e solicitados mais dados. O Canadá e a Dinamarca deverão apresentar as suas propostas em 2013 e 2014, respetivamente. Disponível em Radio Voz da Rússia (2011).

356 Com o necessário recurso à utilização de navios quebra-gelo.

357 Releve-se no entanto o acordo assinado em 2011 entre a Federação e a Noruega, em que foi estabelecida a partição igualitária da plataforma do Mar de Barents entre ambos os países, gerador de um clima de confiança de nível histórico.

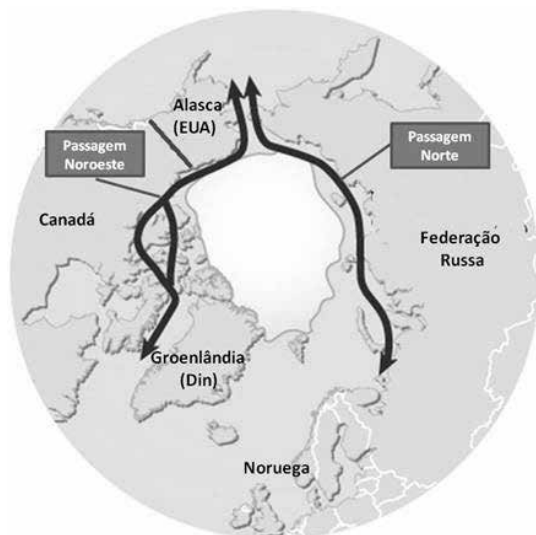
358 Tendo idêntica posição relativamente à passagem noroeste “canadiana”.

um número claramente superior ao dos outros Estados Árticos, muito embora apresentem alguma longevidade e problemas vários de operacionalidade. Ainda assim, e para além de na Federação se encontrarem já em fase de estudo e construção de outros navios desta tipologia, o país encontra-se numa situação de quase-monopólio de difícil inversão por parte de outros atores, dado o elevado custo³⁵⁹, tempo e tecnologia que envolve a construção destes meios. Saliente-se igualmente a sua importância na operacionalidade e facilitação de projetos de exploração dos recursos naturais da região, dado que constituem o único meio que permite o acesso a áreas remotas para o efeito. Adicionalmente, e numa atitude de antecipação, a Federação pretende estabelecer até 2015 uma infraestrutura de comunicações e respetivo sistema de gestão, para assim assegurar a operacionalidade e controlo pleno das rotas árticas euro-asiáticas.

Quanto às consequências diretas da abertura à navegação das passagens do Norte do Ártico, refira-se que a distância marítima entre a região euro-atlântica e o continente asiático

será encurtada substancialmente³⁶⁰.

Tal irá ter enormes reflexos, entre outros, nos custos e duração do transporte, na diminuição da importância de significativo número de portos da fachada euro-atlântica e da rota do Cabo, ou na diminuição do *stress* marítimo de alguns *choke-points*, como o canal do Suez, o estreito de Malaca ou o Canal do Panamá. Refira-se que em Agosto de 2011 se efetuou o primeiro transporte marítimo de gás natural através da “passagem do Norte”, partindo do Cabo Dezhnev, zona russa do Estreito de Bering, com destino à Tailândia.



Relativamente ao potencial de exploração do Ártico russo, um objetivo ignorado na era soviética mas cada vez mais urgente em face do declínio da produção *onshore*³⁶¹, estima-se que as reservas de hidrocarbonetos que a região encerra possam duplicar as reservas nacionais russas, porém limitações de ordem vária forçarão muito provavelmente a Federação a recorrer à tecnologia e financiamento externo para a viabilizar. Nesse sentido, a Rosneft assinou já diversos acordos com algumas das grandes petrolíferas mundiais, sendo neste âmbito de salientar a britânica BP, porventura uma contrapartida pela cedência, sobre

359 Estima-se em cerca de mil milhões de USD o custo unitário de um navio quebra-gelo nuclear. Katarzyna Zysk (2011).

360 De uma forma genérica traduzir-se-á sempre num ganho de 25% ou superior, dependendo naturalmente do porto de saída.

361 Embora não consensual, algumas fontes referem-no.

pressão, à Rosneft russa da participação que detinha na TNK-BP, a norueguesa Statoil, a norte-americana ExxonMobil, ou a italiana ENI. No plano económico, e como referido anteriormente, a estratégia nacional russa para a região é clara quando explicita que o Ártico se deverá constituir como a base estratégica de recursos necessários ao desenvolvimento socioeconómico do país. Assim, tem sido prosseguida uma coerente política de apoio a essa linha de ação, que, entre outras, passa pela construção de meios de apoio à exploração da região, nomeadamente de navios quebra-gelo³⁶² e centrais nucleares flutuantes³⁶³, o *upgrade* de alguns portos de apoio³⁶⁴, bem como garantir a sua segurança e liberdade de ação através de um adequado dispositivo militar e respetivos meios. Neste âmbito, e refletindo a importância da região para a Federação Russa, não será decerto por acaso que a responsabilidade da guarda costeira ficará a cargo de unidades do Serviço de Informações externo (FSB), porventura a estrutura de maior fiabilidade e confiança do regime.

Saliente-se contudo que a exploração economicamente viável dos recursos árticos em muito dependerá de fatores externos, sobre os quais a Federação pouco controlo possui, projetando-se neste cenário o preço mundial de petróleo, que para tal desejavelmente se deverá situar acima dos 90/100 USD/barril, bem como a exploração crescente de hidrocarbonetos com recurso a fontes não convencionais, realidade que poderá gerar importantes alterações na geopolítica energética global.

Salientem-se igualmente os elevadíssimos riscos ambientais associados à exploração de hidrocarbonetos na região Ártica. Considerando que no recente derrame da BP em 2010 no Golfo do México foram necessários três meses para que as fugas fossem convenientemente seladas, e precisamente numa região de elevadíssima concentração de tecnologia necessária para tal³⁶⁵, torna-se fácil constatar o elevado risco decorrente da vastidão da região Ártica. O isolamento físico dos projetos, as dificuldades do apoio oportuno e atempado decorrente da navegação em condições climáticas extremas e o facto da dissipação do crude ser bastante mais lenta em águas frias³⁶⁶, entre outras, são condições passíveis de inviabilizarem quaisquer operações de socorro.

Relativamente a questões de segurança associadas à exploração e navegabilidade do Ártico e antevendo os inevitáveis choques e tensões que poderão vir a ocorrer entre os atores com interesses na região, a opção pela sua ainda que relativa militarização parece estar a integrar crescentemente a estratégia dos mesmos. Para a Federação, a Frota do Norte, sediada no porto de Murmansk, constitui o polo securitário na região, sendo a maior das quatro existentes, integrando cerca de 2/3 do seu potencial nuclear e o seu úni-

362 Numa *joint-venture* russo-finlandesa é esperada a finalização de três quebra-gelos nucleares em 2015, acrescido de um outro em 2017, o maior do género à escala mundial.

363 A primeira, pioneira mundial, entrará ao serviço em 2017 e terá capacidade equivalente de produção de energia eléctrica a uma cidade de 200.000 habitantes. Disponível em World Nuclear News (2012).

364 Nomeadamente o de Murmansk.

365 Para além das dezenas de milhares de pessoas envolvidas nas operações de limpeza no Estado do Mississippi e Estados vizinhos.

366 Entre três a quatro vezes mais lenta, pelo que aos cinco anos necessários à estabilização do ecossistema no Golfo do México, poderiam corresponder entre 15 a 20 anos no Ártico.

co porta-aviões, encontrando-se no entanto como que geobloqueada ao Atlântico pela Noruega. Por seu lado, a NATO, quer por via da estratégia de alguns dos seus membros para a região, quer por reação ao potencial russo existente na mesma, tem aí focalizado a sua atenção de forma crescente. Neste âmbito relevem-se, entre outros, os vários exercícios da série “Cold Response”, efetuados anualmente na Noruega, a deslocalização do Comando Conjunto das Forças Armadas deste país para Norte, já perto do Ártico³⁶⁷, ou a criação pela Dinamarca de um Comando Militar Ártico, com forças atribuídas e operacional em 2014. Quanto aos EUA é suficientemente claro o exposto na Diretiva Presidencial de 2009³⁶⁸ quanto à estratégia para o Ártico: sendo uma “nação Ártica” é assim necessária “uma presença mais ativa e influente na região para proteção dos seus interesses e para projeção do seu poder marítimo”.

Em conclusão, encerrando a região Ártica para a Federação Russa um elevadíssimo potencial, ditado quer pelos recursos naturais aí localizados, quer pela abertura de novas rotas marítimas decorrentes das alterações climáticas, é como tal considerada um ativo estratégico vital. Contudo, a debilidade e complexidade do quadro legal regional e o potencial de tensão/conflitualidade dele resultante, a dificuldade de acomodação de interesses dos respetivos atores, as vulnerabilidades de âmbito tecnológico e financeiro tendentes à sua exploração que a Federação apresenta, e a previsível evolução favorável da exploração de novas fontes de energia não convencionais poderão constituir-se como fatores limitativos ou mesmo impeditivos da plena rentabilização geopolítica e económica dos recursos que a Rússia possui na região. Deste modo, e na eventual concretização do cenário mais pessimista, restará à Federação o estatuto de maior nação Ártica e a que mais potencial encerra na região.

4.2.2.11. NATO

O atual relacionamento da Federação Russa com a NATO é profundamente marcado e condicionado pelo clima de desconfiança e antagonismo que vigorou entre esta organização e o Pacto de Varsóvia durante décadas, diretamente causa e efeito do quadro relacional americano-russo, e em que de certo modo a existência de cada uma das organizações constituía motivo necessário e suficiente para justificar a existência da outra.

Com a implosão da URSS e o fim daquele pacto defensivo, e decorrente da necessidade de a NATO garantir a sua própria segurança, dada a emergência de novas ameaças e riscos, incluindo por via do vazio estratégico entretanto criado na anterior *buffer zone* soviética, esta organização não apenas manteve intacta a sua estrutura, como também alargou a sua esfera de influência e ação.

Deste modo, numa primeira fase, e contando com o apoio inequívoco da generalidade dos Estados-Membros, a NATO iniciou e concluiu o processo de alargamento para o Norte, Centro e Leste europeu, integrando assim um número significativo de países da região outrora pertencentes ao Pacto de Varsóvia, procurando numa segunda fase a

367 Fonte: Norwegian American Weekly (2009).

368 White House (2009).

sua extensão à Geórgia e Ucrânia. Adicionalmente, saliente-se, e em simultâneo, embora em moldes e com objetivos diferentes, também a União Europeia através do lançamento de várias iniciativas havia começado o respetivo processo de alargamento, encerrando ambos os processos uma complementaridade que provocou um clima de grande desconfiança e apreensão em Moscovo.

Se o primeiro passo daquele processo de integração gerou pouca reação por parte da Federação, dada a situação de grande debilidade estratégica em que se encontrava, o *timing* e a tentativa de alargamento à Geórgia e Ucrânia provocou reações significativamente diferentes. Por um lado, na própria Europa, em que a Alemanha, França e Holanda manifestaram claramente as suas reservas à iniciativa, por outro, por parte dos EUA, os principais apoiantes e dinamizadores dessa integração, e por último uma clara rejeição por parte da própria Federação Russa, na altura já em processo de evidente recuperação económica e estabilização política. Quanto aos eventuais novos Estados-Membros, a Geórgia e a Ucrânia manifestaram na altura uma clara vontade nesse sentido, ainda que por via da evolução da respetiva política interna de ambos os países tenham ocorrido significativas alterações desde então, assumindo atualmente, especialmente a Ucrânia, uma atitude de cautela e expectativa, dada a situação de dependência estratégica que apresenta de Moscovo e sensibilidade que a temática representa para a Federação. Adicionalmente, no plano político interno ucraniano são também visíveis claras clivagens, quer no seio dos principais partidos políticos, quer no seio da própria opinião pública, já que é uma evidência a divisão entre os que pretendem uma aproximação às estruturas político-militares ocidentais, nomeadamente a NATO ou União Europeia, e os que desejam a manutenção ou recriação de uma relação privilegiada com a Federação Russa.

Refira-se que o eventual *downgrade* da importância da Ucrânia por parte da Federação, resultante especialmente da concretização dos projetos Nord e South Stream anteriormente analisados, não significa, de todo, o desinteresse ou a alienação de Moscovo, já que o país continua a ser percebido pela Federação como um ator pivotal cujo controlo direto ou indireto se mantém como um objetivo nacional russo. Ainda assim, e também como referido anteriormente, julga-se que a direção do esforço estratégico russo se focalizará, no quadro de alargamento da influência da NATO, na manutenção e/ou aumento da influência da Federação na Ásia Central, já que, se por um lado a perda da quase totalidade da anterior *buffer zone* europeia está consolidada, por outro é vital para a estratégia energética russa a Federação continuar a garantir o acesso às fontes energéticas daquela região.

A par deste processo, um outro teve início em 2002, logo após a Cimeira de Praga da NATO, relativo à instalação de um escudo de defesa antimíssil no Mediterrâneo e países europeus da Aliança, fortemente apoiado pelos EUA. Independentemente da razoabilidade técnica e justificação estratégica que a Aliança apresenta para a sua implementação, ou de outras retóricas institucionais, o facto é que para Moscovo tal é gerador de uma elevada apreensão, dado que esse sistema é passível, do ponto de vista da Federação, de anular ou limitar significativamente a capacidade estratégica nuclear russa, considerada porventura a única credível e fiável e como tal encarada como vital para a sua defesa. A

este propósito, e relembrando o diálogo mantido entre Medvedev, então Presidente da Federação, e o Presidente Obama aquando da Cimeira de Seul, anteriormente referido³⁶⁹, o segundo mandato presidencial de Obama, por via da maior liberdade de ação decorrente da sua reeleição, bem como as restrições financeiras impostas ao sector de defesa norte-americano, poderão de certa forma suavizar as pretensões norte-americanas e potenciar o desanuviamento americano-russo neste âmbito.

Numa análise do quadro relacional da Federação Russa com a NATO, será fundamental entender igualmente a perspetivação que a primeira possui da segunda, imagem essa que se por um lado é claramente enformada pelos interesses nacionais russos, por outro resulta de uma real percepção que existe no país, e especialmente no seio das suas elites, relativamente à ameaça que a NATO representa para a segurança e interesses da Federação. Deste modo, o racional dominante no atual regime russo reside no argumento de que uma vez desaparecido o Pacto de Varsóvia, a Aliança Atlântica perdeu a razão da sua existência³⁷⁰, pelo que, segundo Moscovo, a organização se deveria dissolver. Em segundo lugar que a NATO constitui um instrumento norte-americano para a consecução dos seus interesses nacionais, de que decorre, dada a dimensão militar norte-americana na organização, a subordinação desta última aos EUA. Em terceiro lugar que a NATO se constitui atualmente como um polícia global com liderança norte-americana, e finalmente que a Aliança tem uma estratégia de intrusão no que é considerada a esfera de influência russa, sendo especialmente sensível e preocupante a sua penetração no espaço pós-soviético da Ásia Central.

Com Putin o relacionamento com a Aliança tem alternado entre a cooperação e a hostilidade, não se afigurando credível uma provável inversão significativa da postura da Federação neste quadro. Para além da incompatibilidade da agenda estratégica da Aliança com os interesses nacionais russos, pelo menos assim encarado por Moscovo, o facto é que a existência de um potencial inimigo como a NATO, convenientemente sempre disponível, refira-se, possui uma significativa importância no plano da política interna russa, já que a sua periódica ou conjuntural sobrevalorização constitui uma eficaz forma de diversão da opinião pública, prática aliás utilizada igualmente por outros atores. Com efeito, em tempos de crescente indignação popular para com o regime, a utilização da NATO enquanto ameaça direta à Federação e aos seus interesses nacionais poderá servir de catalisador e mecanismo de diversão tendente à sua acalmia, o que conjugado com alguma percepção popular de que o “Ocidente” é de uma forma ou outra hostil à Federação poderá em certa medida produzir os efeitos políticos desejados.

Quanto a estratégias de contenção e/ou inversão dos objetivos estratégicos da NATO passíveis de utilização por parte da Federação, os vetores económico e energético, especialmente este último, poderão constituir-se como a principal mais-valia que Moscovo possui nesse quadro, bem como os mais eficazes. No que respeita ao vetor energético, e para além da dependência da Rússia que neste âmbito a Europa possui, a Ucrânia,

369 Disponível em The Young Turks (2012). Consultado em Janeiro de 2013.

370 Foreign Policy (2003).

igualmente dependente e importante país de trânsito de significativa quantidade de gás natural russo com destino ao continente europeu, encontra-se numa situação de elevada fragilidade, cuja inversão, se concretizada, apenas poderá ser possível no médio ou longo prazo e mediante avultados investimentos e investidores externos dispostos a tal. Por outro lado, no plano político e constituindo uma substancial vantagem para a Federação, não será igualmente de descartar o cenário de exploração e capitalização das significativas clivagens internas ucranianas atrás enunciadas por parte de Moscovo.

Quanto à eventual integração da Geórgia na NATO, e essencialmente devido à reduzida importância que o país representa na geopolítica e estratégia energética russa³⁷¹, Moscovo terá grandes dificuldades na utilização do vetor energético enquanto mecanismo passível de a contrariar. Contudo, e neste quadro existe algum paralelismo com a realidade ucraniana, ainda que em menor dimensão, a exploração das divergências existentes na política interna georgiana poderá constituir-se como o principal meio de contenção a utilizar por Moscovo visando o impedimento da integração do país na NATO. Por outro lado, o garantir da segurança e estabilidade do Cáucaso do Norte russo, a região de maior conflitualidade no seio da Federação, poderá ser significativamente afetado, quer pela ação de atores externos, quer por regimes da região hostis ou não cooperantes com o regime russo, bem como pela conjugação destas modalidades, de que a Geórgia é um exemplo, dado o apoio que forneceu aos rebeldes chechenos durante os conflitos que estes mantiveram com Moscovo.

Relativamente à recuperação pela Federação Russa de parte da influência que mantém nos países do Centro e Leste europeu entretanto integrados na NATO, julga-se que a conjugação da sua dependência energética da Federação com as eventuais contrapartidas geradas pelo projeto South Stream, bem como por todas as envolventes que este encerra, poderá constituir o principal mecanismo para o efeito, de que os exemplos recentes de adesão parecem evidenciar algum sucesso.

No que respeita ao quadro formal de cooperação entre a Federação e a NATO, e para além da sua interconectividade e interdependência com o relacionamento de génese bilateral com os EUA, o mesmo teve início formal em 1997, aquando da assinatura do “Founding Act on Mutual Relations, Cooperation and Security Between Nato and the Russian Federation”³⁷². Releve-se que a assinatura deste ato, independentemente da retórica do mesmo, se realizou numa fase de significativa debilidade estratégica da Federação, pelo que, por parte desta, tal representou essencialmente, por um lado, uma tentativa de controlo de danos decorrentes da perda da sua influência nos países europeus anteriormente integrados na sua órbita, e por outro, como consequência direta, a percepção de que os interesses da Federação foram significativamente prejudicados, percepção que aliás perdurou e se mantém atualmente.

Saliente-se igualmente o facto de que no documento formal de institucionalização do quadro cooperativo entre a Federação, a NATO e a OSCE, constituía o “*principal instrumento*

371 Relembre-se que a Geórgia, Azerbaijão e Turquia são parceiros na alternativa de escoamento de gás natural com origem na Ásia Central ao Ocidente através do sistema BTC (Baku-Tiblisi-Ceyhan).

372 Disponível em Nato-Russia Council (1997).

na diplomacia preventiva, prevenção de conflitos, gestão de crises, reabilitação pós-conflito e cooperação de segurança regional”, o que na realidade no entanto nunca se concretizou. Por outro lado, ainda que no mesmo documento nada se encontre explícito quanto a um eventual processo do alargamento da NATO, o facto é que o teor geral do mesmo aponta, embora implicitamente, para a inexistência de processos de alargamento ou expansão da sua área de influência, quer para a Federação quer para a NATO, do qual resultaria obviamente a não integração de novos membros por parte desta última. Deste modo, e independentemente da necessidade ou razoabilidade do processo de transformação da NATO ou o seu alargamento a Estados outrora integrantes da esfera de influência russa, o facto é que a Federação Russa mantém a percepção de que a Aliança é um dos principais mecanismos que condicionam ou inviabilizam a consecução de vários dos seus objetivos estratégicos.

Atualmente, e não obstante significativos desenvolvimentos no quadro de cooperação NATO-Rússia que se têm registado nos últimos anos, de que é exemplo o apoio russo ao empenhamento da Aliança no Teatro de Operações afgão³⁷³, a principal base de partida da melhoria do respetivo quadro cooperativo continuará a residir em aspectos que a Federação partilha com a organização, já que, como afirma Sergei Lavrov, a Federação Russa e a NATO partilham apreensões e idênticas ameaças e desafios no quadro de segurança e defesa global³⁷⁴.

Porém, como afirma igualmente Lavrov, a grande divergência com a NATO neste quadro não reside na ameaça direta que a execução da doutrina militar da organização coloca à Federação, mas sim na globalização do seu papel enquanto organização político-militar e na tentativa de universalizar a sua postura, pelo que, perante tal quadro argumentativo, não se afigura nem fácil nem simples uma convergência de interesses tendentes a uma maior cooperação. Tal afirmação de Lavrov julga-se merecer uma referência particular, já que parece estar em aparente contradição com o preconizado na Doutrina Militar russa de 2010, a qual, de forma clara, encara o *deployment* das forças NATO para junto das fronteiras da Federação ou do seu alargamento para leste como uma ameaça à Federação³⁷⁵. Com efeito, esta contradição reflete essencialmente, em primeiro lugar, o carácter pragmático do atual Ministro dos Negócios Estrangeiros russo, que naturalmente influencia a respetiva política externa, e em segundo lugar que esse mesmo pragmatismo é projetado na subalternização do processo de alargamento da Aliança ao Leste europeu, região quase totalmente integrada quer nas estruturas NATO, quer nas da União Europeia, e desse modo a priorizar a eventual génese global da NATO como a maior ameaça aos interesses russos. Estes, como anteriormente referido, para além de especialmente visíveis e relevantes na Ásia Central, uma prioridade da sua política externa, são igualmente relevantes no Norte de África, Médio Oriente ou Golfo Pérsico, regiões a que, segundo a perspetiva russa, a Aliança estendeu e/ou poderá estender a sua área de influência e atuação.

373 Uma listagem exaustiva poderá ser consultada em Nato-Russia Council (2012).

374 Foreign Policy (2003).

375 Fonte: http://news.kremlin.ru/ref_notes/461, tradução em inglês disponível em http://carnegieendowment.org/files/2010russia_military_doctrine.pdf

Por último, e ainda relativamente ao quadro de relacionamento e cooperação da Federação com a NATO, a própria personalidade de Putin, a sua assunção da política externa e de segurança e defesa russa, bem como a assertividade que tem evidenciado na crítica quanto aos objetivos e intervenções que a NATO tem efetuado³⁷⁶, algumas das quais, saliente-se, têm ferido substancialmente interesses nacionais russos³⁷⁷, constituem um fator adicional de complexidade e dificuldade no quadro relacional e de cooperação com a organização.

4.2.2.12. Organização Mundial de Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM)

Sendo a nona economia mundial, a Rússia era a única grande economia que se mantinha fora do mercado global³⁷⁸, tendo assim, após 18 anos de conversações³⁷⁹, finalmente integrado a Organização Mundial de Comércio (OMC). As principais dificuldades subjacentes a este longo processo negocial derivaram essencialmente da forte subsidiarização agrícola e industrial, em especial nos sectores energético e automóvel, da omnipresente burocracia, da deficiente organização do sistema alfandegário e da protecção dos direitos de autor, e de uma inadequada ou deficiente supervisão da indústria alimentar russa. Igualmente importante, e para além da oposição sistemática da Geórgia à adesão russa³⁸⁰, a relativa alta dos preços das *commodities* e a crença no modelo económico russo, constituíram razão suficiente para que variadas vezes a Rússia pouco interesse demonstrasse na sua adesão, sendo que a crise de 2008 terá constituído um ponto de inversão e um dos grandes fatores impulsionadores nesse sentido.

Relativamente à motivação que impulsionou o acesso à Organização Mundial de Comércio, e muito embora o carácter marcadamente comercial que a organização encerra, não é simples avaliar as razões subjacentes, nem as consequências que daí derivam, sendo no entanto de admitir que estas últimas se projetam no plano geopolítico e da política e economia interna, forçando a interpenetração destes dois últimos. No plano geopolítico a Rússia passa atualmente a possuir voz na mais importante organização reguladora das relações comerciais à escala mundial, que naturalmente se projetará igualmente na capacidade de influência em questões de âmbito global que extravasam o âmbito económico³⁸¹, podendo neste plano, ser adicionalmente potenciada através de uma eventual atuação minimamente concertada no seio dos BRICS. Relativamente à utilidade da Organização

376 Crítica que aliás é comungada pelas elites dirigentes russas, especialmente no seio dos chamados *eurasianistas*.

377 Entre outras, saliente-se as intervenções no Iraque ou na Líbia, em que interesses económicos russos foram substancialmente afetados.

378 De facto era o único membro permanente do CSNU, do G8, do G20 e das 30 maiores economias do mundo que não integrava a Organização Mundial de Comércio.

379 Entre outros, a Federação teve de negociar acordos bilaterais, cobrindo múltiplos aspectos, com mais de 50 membros da Organização Mundial de Comércio, tendo no entanto os aspectos políticos sido preponderantes. Dominic Fean, (2012).

380 Saliente-se o direito de veto que qualquer membro possui no processo de adesão de outros candidatos.

381 No fundo assumindo claramente que “...enquanto durante o século XX o exercício da Soberania era sinónimo da capacidade de decisão autónoma, no século XXI a Soberania é em grande parte exercida através da participação em fóruns internacionais de decisão”.

Mundial de Comércio enquanto mecanismo de projeção de influência política e económica, atente-se nas declarações de Putin em 2002, em que afirmou que “...a adesão não é um mal absoluto, nem um bem absoluto. E não é um prémio por bom comportamento, a Organização Mundial de Comércio é um instrumento. E aqueles que o souberem utilizar ficarão mais fortes...”³⁸². Nesta perspetiva, a adesão constitui assim um claro instrumento e mecanismo de apoio à estratégia nacional, funcionando como fator potenciador da mesma. Contudo, os imperativos de ordem legal que derivam da adesão são em grande parte limitadores desse multiplicador, dado que impõem um carácter não discriminatório entre os seus membros, limitando assim a capacidade unilateral de projeção de Poder da Federação, surgindo como tal a necessidade de encontrar e produzir equilíbrios entre estes dois vetores. Uma outra consequência, de dimensão complexa e igualmente de difícil prospetivação, reside nas consequências que se irão projetar no plano político interno em resultado das transformações que a adesão irá introduzir no plano económico. Constituindo a última grande economia que se encontrava fora da Organização Mundial de Comércio, a adesão da Federação marca, por um lado, a universalização desta organização³⁸³, e por outro, a assunção e consolidação da transição russa para uma livre economia de mercado, e no fundo a aceitação plena do (neo)liberalismo económico que a Federação inúmeras vezes tem criticado e rejeitado. Esta transição, sendo geradora de uma abertura da economia, nomeadamente através de processos de privatização e eliminação progressiva da subsidiarização e protecção de sectores económicos, refletir-se-á naturalmente no plano político interno, dado que irá diminuindo natural e gradualmente o papel do Estado na generalidade dos sectores da sociedade russa. Neste quadro, afigura-se assim mais natural esta evolução ser geradora de uma destabilização no atual mecanismo relacional intra-elites dirigentes, reforçando eventualmente o sector liberal, do que contribuir para o seu equilíbrio e compensação mútua entre os seus principais polos de poder, funcionando então como um importante fator desagregador. A este propósito não será estranho o facto de as elites russas, especialmente as integrantes da linha dura³⁸⁴, poucas vantagens visualizarem na adesão do país à Organização, atitude decorrente em significativa parte da percepção dos riscos e ameaças ao *status* que tal poderá projetar. Releve-se

382 Discurso perante a Assembleia Federal em 18 de Abril de 2002. Ver President of Russia Official Web Portal (2002). Releve-se contudo, quanto à adesão do país à OMC, o contraste entre a intermitência entusiasta de Putin, em grande parte motivada por fatores de política interna, e o constante entusiasmo de Medvedev, consequência da sua visão mais liberal da Rússia.

383 Recorde-se que a “Ronda do Uruguai” (1986-94) consistiu essencialmente numa concertação entre os EUA, Europa Ocidental, Canadá e Japão, numa era em que estes atores possuíam um claro domínio da economia mundial. Atualmente, decorrente da deslocalização económica e industrial e emergência de países em desenvolvimento, é visível na Organização Mundial de Comércio o aumento das tensões entre estes e os países economicamente desenvolvidos, materializadas na complexidade negocial da atual “Ronda de Doha”, assistindo-se assim a uma tentativa de transição de poder no seu seio em favor das economias emergentes.

384 A então Ministra do Desenvolvimento Económico, Elvira Nabiulina, e o então Ministro das Finanças, Alexey Kudrin, integrando a ala liberal, foram apoiantes entusiastas da adesão russa, encontrando-se no entanto em minoria.

contudo que o facto de as indústrias ligadas ao sector de exploração e produção de hidrocarbonetos, bem como das exportações no sector da defesa, duas das principais áreas económicas geradoras daquele equilíbrio relacional, se encontrarem substancialmente a coberto do quadro legislativo da Organização Mundial de Comércio³⁸⁵, poderá constituir um fator limitador da conflitualidade e tensão entre aqueles grupos de interesse.

No plano económico, para além da liberalização geral do sector e eliminação progressiva de várias políticas proteccionistas³⁸⁶, forçando esta última a abertura do mercado a produtos estrangeiros, é porém previsível que o regime pretenda manter, e mantenha, o controlo sobre os sectores considerados estratégicos - recursos naturais (especialmente petróleo, gás e minerais), fertilizantes (de que é líder mundial) e indústria aeronáutica, sectores nos quais, como anteriormente explicitado, será admissível e provável uma participação minoritária de investidores externos. Contudo, a desmonopolização do sector das telecomunicações, a melhoria dos quadros legislativos enquadrantes do sector económico, o reforço dos direitos da propriedade intelectual e direitos de autor, constituem áreas nas quais a adesão à Organização Mundial de Comércio obrigatoriamente impõe alterações.

Relativamente à diminuição das tarifas aduaneiras, a sua liberalização na Federação trará para a UE, o seu maior parceiro comercial, importantes oportunidades de investimento no mercado russo, nomeadamente no sector automóvel, em que a Alemanha, a França, a Itália, ou mesmo os EUA, poderão ser os maiores beneficiários. Saliente-se igualmente que a sujeição às regras da OMC por parte da Federação, cujo total cumprimento levanta aliás sérias dúvidas, criará inevitavelmente uma maior confiança nos eventuais investidores externos, em resultado da qual se afigura previsível um aumento significativo do investimento externo.

De acordo com projeções do Banco Mundial, a entrada da Rússia na OMC poderá ter como consequência direta o aumento do PIB em cerca de 3,3% nos próximos três anos, sendo mesmo provável o seu aumento posterior³⁸⁷, não sem que se preveja uma perda 6 mil milhões de USD em 2013 e 8,2 mil milhões de USD em 2014, por diminuição da receita das taxas aduaneiras³⁸⁸, e mesmo um aumento do desemprego³⁸⁹. Quanto ao sector industrial, no qual a Federação necessita de proceder à modernização do respetivo parque, poderá constituir-se como um dos maiores beneficiários com a adesão, especialmente devido à diminuição das taxas de importação de equipamento dela decorrente, estimando-se que idêntico benefício possa ocorrer no sector exportador dos metais ferrosos, não-ferrosos e indústria exportadora química, decorrente da baixa de tarifas por parte dos países importadores.

385 As exportações de equipamento de defesa não se encontram abrangidas, e não existe obrigação de abertura dos sectores petrolífero, gasífero e de recursos minerais a atores externos. Ver Gabrielle Marceau (2010).

386 Atualmente a Federação já terá abolido o subsídio de 80% nos empréstimos para compra de maquinaria agrícola nacional.

387 Não obstante alguns dados apontarem para aumentos de até 11% no longo prazo. Dominic Fean (2012).

388 De acordo com o Ministro do Desenvolvimento Económico. Filipp Sterkin (2012).

389 Entre outras, as “monocidades” russas, em que a economia local assenta essencialmente numa única indústria, são altamente vulneráveis neste âmbito.

Saliente-se igualmente que a entrada da Federação na OMC forçará muito provavelmente ao reequacionar da União Alfandegária que o país possui com a Bielorrússia e o Cazaquistão, cujos termos contradizem o quadro normativo da Organização, já que pressupõem baixas tarifas nas atividades de importação-exportação e subsidiarização de vários bens. Numa perspetiva idêntica, refira-se que também a Emenda Jackson-Vanik norte-americana, estabelecida durante a Guerra Fria em reação às dificuldades colocadas à emigração de judeus russos, ainda em vigor e no decurso da qual foram impostas algumas sanções económicas à Federação, terá necessariamente de ser revista pelas autoridades norte-americanas, o que poderá trazer alguns benefícios ao sector exportador russo.

Quanto à postura de Moscovo relativamente ao Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, é conhecida a posição crítica da Federação e o seu desejo em reformar ou introduzir profundas alterações em ambas as organizações, especialmente no que diz respeito ao funcionamento do seu processo decisório e ao aumento de quotas dos respetivos membros. Todavia parece ser no quadro dos BRICS que a Federação melhor poderá compensar a relativa posição de minoridade que possui naquelas duas instituições, dada a comunhão de interesses que neste quadro possui especialmente com a China, o Brasil e a Índia, e em que esta organização melhor poderá capitalizar geopoliticamente a capacidade das economias e reservas monetárias dos seus Estados-Membros. Com efeito, o atual peso decisório do total dos BRICS no Fundo Monetário Internacional cifra-se em 11,03% do total de votos, contrastando com os 16,75% dos EUA que lhes garante direito de veto³⁹⁰, e onde a Alemanha, França ou o Reino Unido³⁹¹ possuem maior capacidade de voto do que qualquer dos Estados-Membros integrantes do BRICS. Em face desta realidade, que na generalidade os integrantes dos BRICS considera como dominada pelos países ditos ocidentais, foi decidido na Cimeira de Dezembro de 2011 dos BRICS a constituição de um Banco de Desenvolvimento e a criação de um fundo financeiro de 240 mil milhões de USD, a efetivar em 2013. A concretizar-se, a capacidade financeira dos BRICS poderá vir a rivalizar com as principais instituições financeiras globais³⁹², especialmente potenciada pelo facto de garantir o financiamento de projetos que o Banco Mundial não contempla, como biofuel, sistemas hidro-eléctricos ou centrais nucleares, o mesmo podendo acontecer quanto ao fundo financeiro. Uma dúvida substancial, ou porventura um diferendo, poderá residir na moeda a utilizar por aqueles dois instrumentos financeiros, sendo provável a adoção do *Special Drawing Right* (SDR)³⁹³ do Fundo Monetário Internacional ou o dólar norte-americano, por pressão russa, indiana, brasileira e sul-africana, que não pretendem conceder à China a imposição do yuan, por esta pretendida. Todavia, a maior limitação

390 Nomeadamente sobre a admissão de novos membros, decisões-chave ou aumento de quotas. Leo Houtven (2002).

391 5,81% para a Alemanha e 4,29% para a França e Reino Unido. International Monetary Fund, disponível em <http://www.imf.org/external/np/sec/memdir/members.aspx>; <http://www.sectsc.org/EN/brief.asp>

392 Como o Banco Mundial ou o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento.

393 Que deriva de um cabaz monetário integrado pelo euro, yen, libra esterlina e o dólar.

na consecução deste objetivo comum poderá residir porventura nas respectivas agendas dos países integrantes dos BRICS, as quais para este efeito nem sempre se poderão revelar convergentes ou harmônicas.

4.2.2.13. BRICS

Para além do anteriormente referido relativo ao relacionamento bilateral da Federação Russa com os restantes países integrantes dos BRICS, julga-se de alguma utilidade uma breve análise desse mesmo relacionamento no quadro desta organização, bem como o potencial e limitações que o mesmo encerra.

Convirá referir desde logo que não se trata de uma organização homogênea³⁹⁴, dada a especificidade de cada um dos países integrantes, incluindo no plano das suas capacidades, efetivas e/ou potenciais, de que naturalmente decorrem estratégias diversas, algumas convergentes, divergentes, e por vezes mesmo antagónicas ou conflituantes, especialmente visíveis entre a Federação e a China e entre esta e a Índia. Assim, poder-se-á afirmar que, de um modo geral, a potencialidade ou positividade do relacionamento de âmbito bilateral da Federação com qualquer dos outros integrantes dos BRICS, não é necessariamente ampliada quando perspetivada no seu conjunto, assim como uma limitação ou negatividade de âmbito bilateral não é mitigada ou ultrapassada quando enquadrada no plano multilateral dos BRICS.

Por outro lado, no plano económico, o crescente relacionamento que tem vindo a ser observado no seio dos BRICS decorre mais de acordos bilaterais do que em resultado de uma integração efetiva entre os seus membros, os quais, se se excetuar a China, que possui uma abrangência já global, desta forma são limitados na consolidação dos respetivos processos de internacionalização. Neste quadro, a China é também encarada pelos restantes BRICS com crescente preocupação, especialmente devido à sua penetração na generalidade dos espaços económicos regionais que os outros atores consideram como integrantes da sua área de influência.

Relativamente aos eventuais interesses comuns que poderão encerrar, a contestação ao atual sistema internacional, bem como a sua arquitetura financeira, e consequentemente também económica, na sua generalidade dominadas por interesses ocidentais, poderão constituir um importante fator aglutinador no seio dos BRICS. Numa primeira apreciação, as recentes alterações ocorridas na liderança do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, em muito frustraram as expectativas da generalidade dos BRICS, demonstrando igualmente alguma incapacidade enquanto entidade geopolítica, já que em razão do seu desempenho económico pretendiam ver o fim da tradicional liderança europeia do Fundo e norte-americana do Banco Mundial³⁹⁵. Quanto ao desejo frequente-

394 A integração da República da África do Sul no grupo foi motivada não pela dimensão da sua economia, mas sim por razões de ordem geopolítica, tendo especialmente em consideração a sua influência regional e ativa diplomacia.

395 Neste último, a maior concessão que a Administração Obama efetuou, consistiu na nomeação para a presidência de um norte-americano de ascendência sul-coreana, Jum Yong Kim, tentando deste modo minimizar a insatisfação asiática.

mente publicitado pelos BRICS relativamente à substituição do Dólar enquanto principal moeda de transação nas trocas comerciais, a questão poderá envolver uma elevada complexidade e risco, podendo mesmo revelar-se inexecutável. Efetivamente, considerando o elevado peso que a moeda norte-americana possui nas reservas de massa monetária que qualquer dos BRICS possui, se o cenário da sua simples depreciação constitui desde logo um enorme risco, o brusco ruir da arquitetura financeira global baseada no Dólar poderia ter, pelo menos no atual quadro económico-financeiro global, consequências de difícil mensuração.

Quanto à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, também nesta temática se projetam algumas das disfunções que ocorrem entre os integrantes dos BRICS³⁹⁶, dado que enquanto a Federação Russa apoia, pelo menos no plano retórico, a entrada da Índia e do Brasil como membros permanentes do Conselho, já a China tem sistematicamente demonstrado resistência a tal alteração³⁹⁷. No que respeita ao papel das Nações Unidas na resolução da conflitualidade e manutenção da paz mundial, assiste-se no seio dos BRICS a uma posição comum clara, a qual de uma forma genérica pretende impor aquela Instituição como a única legitimada para tal³⁹⁸. Consequentemente, a posição crítica que os BRICS manifestaram relativamente às recentes intervenções na Líbia e à posição dos países ocidentais na questão síria, neste último caso uma rejeição clara, reflete a sua reserva quanto à aplicação do conceito de “Responsabilidade de Proteger” (R2P) nos moldes em que tem sido despoletada por países ocidentais, que consideram abusivos³⁹⁹. Saliente-se no entanto que já no caso da imposição de sanções ao Irão, o Brasil não conseguiu o apoio da China e da Federação no sentido de as impedir, não sendo decerto estranha a reticência do apoio dos EUA quanto à sua integração como membro permanente do CSNU, apoiando no entanto neste âmbito a Índia, em resultado do potencial que este país pode representar numa estratégia de contenção da China.

Quanto à posição da Federação Russa enquanto membro integrante dos BRICS, poder-se-ia afirmar que é de génese atípica, já que não sendo um poder emergente, uma particularidade comum aos outros membros, se constitui como uma ex-super potência que pretende recuperar todo ou parte do seu prestígio. Esta realidade é geradora de alguma ambivalência e ambiguidade da sua posição relativamente aos BRICS, já que enquanto estes por um lado lhe garantem a sua integração num grupo de interação com o Ocidente, permitindo-lhe assim minimizar o seu isolamento, por outro a Federação não pretende perder o *status* de parceiro privilegiado de diálogo com os EUA no que respeita a grandes

396 Não obstante se verificar um consenso relativamente à necessidade de reforma da Instituição, da forma que a mesma poderá vir a encerrar emergem divergências no seio dos BRICS.

397 Pelo contrário, os EUA têm apoiado a entrada da Índia, encarando com reticências a do Brasil.

398 Adicionalmente, a República da África do Sul tem manifestado soluções regionais na resolução de problemas também de génese regional.

399 O Brasil propôs a alteração da designação para “Responsabilidade enquanto se protege” (Responsability while protecting). Niu Haibin (2012).

questões do sistema internacional⁴⁰⁰. Adicionalmente, é conhecida a procura de apoio de Moscovo no seio dos BRICS no que respeita a questões de soberania, por exemplo no reconhecimento da Ossétia do Sul e da Abcázia, que no entanto nenhum dos restantes BRICS lhe concedeu, mas em que, pelo contrário, na questão das “Primaveras Árabes” se verificou uma posição consensual de crítica. O sector energético constitui, uma vez mais, uma área que Moscovo evitará abordar e coordenar no âmbito multilateral, incluindo no seio dos BRICS, atendendo ao facto de que se trata do seu mais importante fator de poder, do qual, obviamente, não pretenderá abdicar ou ceder na sua gestão, sendo assim neste quadro claramente privilegiada uma abordagem de âmbito bilateral.

Em jeito de conclusão, no plano das intenções anunciadas relativamente ao desejo de uma nova ordem mundial de génese multipolar, do reforço do papel das Nações Unidas e do multilateralismo enquanto mecanismo primário de resolução de diferendos no sistema, da reforma do sistema financeiro internacional, e do primado do Direito nas relações internacionais, são objetivos anunciados e preconizados por todos os BRICS. Por outro lado, em razão da sua crescente importância geopolítica, essencialmente alavancada pela suas economias emergentes, afigura-se provável que o seu conjunto poderá representar uma força centrípeta de maior intensidade no plano global. Porém, fundamentalmente em razão da suas múltiplas diversidades, capacidades e potencialidades, desde logo emergem complexas disfunções no que diz respeito à forma e linhas de ação a utilizar no sentido de concretizar os objetivos atrás mencionados, relevando-se contudo que a atual situação de debilidade que de uma forma geral o Ocidente experimenta, pode criar um momento estratégico nesse sentido, constituindo-se assim como geradora de sinergias no seio do grupo, difíceis de obter noutras circunstâncias. Ainda assim, tal requererá a complexa e difícil conjugação de inúmeras realidades e interesses nacionais, nem sempre harmónicos e por vezes divergentes ou conflitantes, e consequentemente de difícil ultrapassagem, mas que no entanto uma eventual evolução disruptiva do atual sistema internacional poderá ajudar a congregar.

Quanto à atitude e visão estratégica da Federação Russa enquanto membro dos BRICS, estes são essencialmente encarados por Moscovo como um meio de promover os seus interesses e minimizar as limitações da sua estratégia nacional, e assim a utilizar na impossibilidade ou dificuldade de a promover através de ações unilaterais, aliás a exemplo do que sucede com os restantes membros e com outros tantos atores do sistema internacional.

4.2.2.14. Política Externa Russa no Espaço pós-Soviético: Principais Mecanismos de Integração

O período de turbulência política e social, potenciado pela situação de extrema debilidade económica, que a Federação Russa experimentou na sequência da desintegração da URSS, teve consequências diretas na capacidade de influência que até então havia mantido no espaço geopolítico em que tradicionalmente assumiu uma liderança incontestada.

400 Objetivo que também a China persegue.

Tal incapacidade fez-se sentir essencialmente segundo duas grandes direções: na “Cortina de Ferro” do Leste europeu, região em que rapidamente se fez sentir o poder centrípeto da Europa Ocidental e da geopolítica euro-atlântica, e nas ex-repúblicas da Ásia Central, por via da sua independência e vulnerabilidade do espaço geopolítico que integravam à influência de novos atores, num primeiro plano a China e os EUA, e num plano secundário, mas ainda assim relevante, a Turquia, ou o Irão.

A integração da generalidade da Europa de Leste nas estruturas políticas e económicas europeias e euro-atlânticas cedo foi percepcionado pelas elites russas como um processo de elevadíssima improbabilidade e dificuldade de inversão, dadas as inúmeras e múltiplas afinidades em presença, assim como uma forte vontade política e elevado dinamismo, quer dos Estados saídos da sua órbita, quer do apoio de atores externos nesse sentido.

Neste quadro, as aspirações democráticas, o profundo desejo de abertura política e económica e a comunhão de uma matriz civilizacional idêntica que os países recém-saídos da órbita russa possuíam com a chamada Europa Ocidental, conjugadas com o forte interesse e capacidade desta última na sua integração, constituíram o principal impulsionador para se atingir um ponto de não retorno à esfera de influência russa⁴⁰¹.

Esta situação não tinha contudo paralelo nas ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central, região mais isolada e onde imperavam regimes ditatoriais, apresentando uma matriz civilizacional profundamente distinta, com uma significativa complementaridade e dependência económica e energética com o antigo polo aglutinador, e em que a força e capacidade de influência de atores externos eram substancialmente menores do que a exercida nos países da Europa de Leste.

Adicionalmente, e porventura um dos mais relevantes factos, o de que a estrutura geoenergética russa, na qual assentou a estratégia de recuperação económica da Federação⁴⁰², sendo em grande parte funcional devido à complementaridade existente com a das ex-repúblicas, tornava vital o controlo daquele espaço geopolítico, por forma a impedir e/ou limitar o acesso de atores externos a essas fontes energéticas. É essencialmente em razão destes factos que reside em grande parte a explicação para a rápida inversão da aproximação russa ao Ocidente ocorrida no período imediato à implosão da URSS, optando atualmente pela refocalização na sua área de influência tradicional.

Quanto à postura adotada pelas ex-repúblicas da Ásia Central para com a Federação decorrente do novo estatuto de Estados independentes, dir-se-ia paradoxal, mantendo-se aliás de uma forma genérica na atualidade: se por um lado a consolidação da sua independência era inversamente proporcional ao grau de proximidade que mantinham com Moscovo, por outro lado, a sobrevivência dos respetivos regimes tornava-se uma tarefa de enorme dificuldade e complexidade sem o apoio russo, estando assim encontrado um dos principais paradigmas do relacionamento de âmbito bila-

401 Neste quadro, as únicas exceções são a Bielorrússia, a Ucrânia e a Sérvia, esta última no entanto já em processo de adesão à União Europeia.

402 E da qual atualmente ainda depende substancialmente.

teral. Atualmente, e se conjugado especialmente o cenário afegão pós-2014, em que as ameaças e conflitualidade regional se poderão fazer sentir com maior intensidade, com os eventuais sobressaltos nos processos sucessórios das ex-repúblicas da Ásia Central, estas últimas poderão ser levadas a aprofundar os laços bilaterais com Moscovo, nomeadamente no plano securitário, o que serve claramente os propósitos da Federação na e para com a região.

Quanto aos mecanismos e modalidades utilizadas pela Federação no sentido da recuperação da influência que havia tido na região, dir-se-ia que foram múltiplos e complementares, envolvendo a esfera política, económica e securitária, relevando-se em seguida os que maior impacto produziram.

Num plano essencialmente político foi lançada em 1991 a Comunidade de Estados Independentes (CEI), que a Federação à data da sua fundação mais não pretendia do que servir como fator limitativo da fuga plena dos principais Estados que haviam integrado a sua esfera de influência, funcionando igualmente como um limitador da hostilidade entretanto criada ou que eventualmente viesse a emergir nesses Estados.

Seguiu-se-lhe, no plano securitário, a criação da Commonwealth Security Treaty Organization (CSTO)⁴⁰³, que embora não integrasse a Ucrânia, um importante parceiro que a Federação procurou (e procura) nunca perder ou alienar, lançou as bases para uma estreita cooperação no domínio da segurança e defesa na Ásia Central, criando dependências e servindo igualmente de forma clara e oportuna os propósitos de sobrevivência dos regimes da região.

Entretanto no plano económico, designadamente no sector energético, encontrando-se as ex-repúblicas geobloqueadas relativamente ao *output* das suas exportações⁴⁰⁴, apenas o conseguindo efetuar através da rede de gasodutos e oleodutos russos, foram firmados contratos de longo prazo, naturalmente capitalizados política e economicamente pela Federação. Noutros sectores foram desenvolvidos os já fortes laços económicos, facilitando e apoiando a estratégia russa na região.

Restava igualmente um mecanismo de contenção do principal ator concorrencial na zona, e com o duplo objetivo de controlar e limitar a penetração da China na região, e em parceria com esta impedir ou limitar o acesso de atores externos, especialmente os EUA, foi criada a Shanghai Cooperation Organisation (SCO).

Finalmente, e com o objetivo múltiplo de aglutinar a região enquanto polo dominante, é lançada a União Económica Euro-asiática, organização para a qual, à semelhança do sucedido com a CSTO, a China naturalmente não foi convidada a participar. Não obstante encerrar uma base puramente económica, haverá que considerar as sinergias que decorrerão de tal projeto se conjugado, num primeiro plano, com a CSTO, e num plano secundário com a CEI ou mesmo com a SCO.

Como adiante se procurará explicitar, é duvidosa a exequibilidade de uma estratégia hegemónica russa na região, dado o potencial político, económico e securitário neces-

403 Organização do Tratado de Segurança Colectiva.

404 Atualmente, como é explicitado ao longo deste trabalho, essa situação de geobloqueio já não é total.

sário para tal, as inúmeras variáveis internas e externas passíveis de a influenciarem, a multiplicidade de interesses e agendas nacionais em presença, bem como a sua divergência ou mesmo antagonismo. Contudo, e neste propósito parece funcionar o “eixo de conveniência” sino-russo, em que a estabilização securitária da região e o impedir e/ou limitar o acesso à região por parte de atores externos, poderá potenciar uma unidade de esforços nesse sentido, cenário em que naturalmente as duas grandes potências com interesses na região, a Federação Russa e a China, poderão ter decerto um papel decisivo.

4.2.2.14.1. Comunidade de Estados Independentes (CEI)

Criada em 1991, logo após a desintegração da URSS, a Comunidade de Estados Independente (CEI) foi na realidade mais uma tentativa de mitigação dos danos provocados no espaço pós-soviético⁴⁰⁵, do que um (primeiro) projeto de integração dos Estados dela resultantes. Por outro lado, nunca representando na época para a Federação um verdadeiro mecanismo da sua política externa tendente à sua reafirmação naquele espaço, tal refletiu-se naturalmente também na sua vertente económica⁴⁰⁶, pelo que é atualmente visível alguma subalternidade, eventualmente mesmo um declínio, relativamente a outros mecanismos de integração do espaço pós-soviético. Ainda assim, especialmente para a Federação, a CEI constitui um fora diplomático adicional de contato de apoio à sua política externa regional, contrariando o fim que alguns autores lhe vaticinaram⁴⁰⁷, possuindo potencial sobrança para a prazo assumir maior importância neste quadro.

Foram várias as causas subjacentes a este insucesso, entre as quais se poderá referir, por um lado, na altura, a complexa situação política interna da Federação, a sua difícil situação económica, e o desejo de fuga da órbita russa que emergiu por todo o espaço pós-soviético, e por outro, posteriormente, a primazia do bilateralismo que emergiu no seu seio, a emergência e influência de novos atores, especialmente a China, a União Europeia e os EUA, e o surgimento ou a crescente atração de/por novas organizações internacionais e regionais⁴⁰⁸, o que inviabilizou a sua desejável evolução para uma entidade de génese supranacional. Contudo são de registar alguns êxitos da organização, especialmente na sua fase inicial, no que respeita à divisão do espólio militar da ex-URSS, o reconhecimento de fronteiras entre os seus Estados, a formulação de uma política comum migratória, ou uma política de coordenação de fixação de preços da energia. Porém, e não estranhamente coincidindo com a recuperação económica e estabilização política da Federação, em 2000 foram reintroduzidos os vistos entre a Geórgia e a Rússia, em 2005 a Federação estabeleceu preços de mercado para o fornecimento de gás natural, e finalmente em 2008, aquando do reconhecimento da independência da Abcázia e da

405 Atribuindo-se a Putin, em 2005, a frase em que afirmava ser a origem da Comunidade de Estados Independentes um “divórcio civilizado”.

406 Alavancado pelo colapso monetário da zona do rublo em 1993.

407 Como por exemplo o afirmado em *Russia After the Global Economic Crisis*, de que a Cimeira de 2009 teria sido a última na história da organização. Anders Aslund, Serguei Guriev e Andrew Kuchins (2010).

408 Como a União Europeia, SCO ou o GUUAM.

Ossétia do Sul⁴⁰⁹, foi quebrada a inviolabilidade das fronteiras estabelecida no acordo de Belozheva.

Muito embora tenha sido dado recentemente um novo impulso à organização na tentativa de relançar a sua dinâmica, o atual empenho de Putin no projeto de integração da União Euroasiática, no que é aliás apoiado pelo regime, confere a este último mecanismo uma maior prioridade, continuando no entanto convenientemente a Comunidade de Estados Independentes a constituir uma organização que (ainda) serve os seus interesses⁴¹⁰.

4.2.2.14.2. Commonwealth Security Treaty Organization (CSTO)

A CSTO teve na sua génese o Collective Security Treaty (CST)⁴¹¹, assinado em 1992, integrado inicialmente pela Federação Russa, Arménia, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e Uzbequistão, a que se juntaram em 1993 a Bielorrússia, o Azerbaijão e a Geórgia. Não é de estranhar o elevado número de países aderentes ao CST que anteriormente orbitavam na esfera de influência russa, especialmente se se tiver em consideração que, à data, a implosão da URSS deixou uma profunda desorganização nos respetivos aparelhos securitários, pesadamente dependentes da Rússia soviética e de génese marcadamente colectiva.

Neste quadro, o sucesso da adesão à organização, pelo menos na perspetiva do número de Estados aderentes, pode ser em grande parte explicado pelo vácuo entretanto criado nas respetivas estruturas de segurança e defesa decorrente da retração russa, adicionalmente agravado pelo facto de que em muitos desses Estados serem visíveis potenciais focos de destabilização, quer no plano interno, quer no plano externo, ficando assim significativamente sujeitos a poderosas forças centrípetas e centrífugas.

Deste modo, numa época de indefinição e incerteza, a opção pela adesão, ainda que eventualmente temporária, a um pacto de defesa coletiva, que não obstante ser liderado pela antiga potência dominante oferecia no entanto um mínimo de garantias de estabilidade e segurança, em detrimento do lidar de forma autónoma mas impreparada com as ameaças latentes e/ou reais existentes, foi claramente determinada por necessidades securitárias de carácter imediato, essencialmente decorrentes da manutenção dos regimes.

Contudo, se a ausência inicial da quase generalidade dos países da antiga “Cortina de Ferro” e dos países Bálticos pode ser sustentada pelo poder centrípeto europeu e da geopolítica euro-atlântica, a não ratificação do Tratado pela Ucrânia revelou-se, especialmente do ponto de vista russo, um sério revés e um fator de elevada complexidade, dado o potencial militar que o país representava na estrutura de segurança da ex-URSS e a sua elevada importância na estratégia russa.

409 Que levaria depois à saída da Geórgia da organização.

410 Como curiosidade, saliente-se que o Secretário-Geral da CEI é, desde 2007, Sergei Lebedev, ex-diretor dos Serviços de Informações Externos (SVR) da Federação Russa e um conhecido de longa data de Putin.

411 Tratado de Segurança Colectiva

Como agravante, em 1999, a saída do Azerbaijão⁴¹² e da Geórgia⁴¹³ do CST, introduziu complexidade e preocupações adicionais no quadro de segurança e defesa da região Caucásica, enquanto a suspensão do estatuto de membro nesse mesmo ano do Uzbequistão materializou a complexidade relacional entre as ex-repúblicas da Ásia Central.

Decorrente das disfunções atrás referidas, a CST, contrariamente ao Pacto de Varsóvia, não permitiu desde o seu início à Federação a construção de um mecanismo credível por forma a garantir a sua segurança na fronteira Oeste, pelo que a sua evolução em 2002 para a CSTO representou uma clara orientação no esforço de consolidação do quadro de segurança e defesa na Ásia Central. Saliente-se que esta transformação decorreu não apenas da refocalização russa na sua área de influência tradicional, mas também da deterioração do quadro securitário regional, especialmente no Afeganistão a partir de 1999/2000, altura em que grupos extremistas afegãos se tornaram mais ativos na Ásia Central. É assim essencialmente a partir do início da década de 2000 que o quadro evolutivo da CSTO assume um novo dinamismo, em função do qual, entre outras, é decidida em 2001 a criação de uma Força de Reação Rápida⁴¹⁴ destinada a operar na região, em 2009 de uma outra, porém englobando forças de todos os Estados-Membros e com um leque de missões e quadro de atuação mais amplo⁴¹⁵, ou em 2011 a criação de uma força de *peacekeeping*⁴¹⁶.

Saliente-se contudo que não obstante este desenvolvimento, o grau de funcionamento e nível organizacional da CSTO, bem como a sua coesão, são substancialmente inferiores ao da NATO, pelo que a sua designação de “NATO asiática” é perfeitamente destituída de fundamento⁴¹⁷. Para esta disfuncionalidade concorrem vários e múltiplos fatores, sendo especialmente de destacar, em primeiro lugar, o nem sempre harmónico relacionamento entre as ex-repúblicas da Ásia Central⁴¹⁸, em segundo lugar algum receio que estas possuem relativamente à liderança e propósitos futuros da Federação Russa, em terceiro a (ainda) preferência pelo bilateralismo no quadro de relacionamento regional, e finalmente a postura errática do Uzbequistão, a qual, não se refletindo apenas na CSTO, coloca o país numa situação de claro “perturbador regional”. Por outro lado, e não menos importante, releve-se que, contrariamente ao que sucede na NATO e União Europeia, os Estados-Membros da CSTO sobrevalorizam significativamente as questões de soberania, o que desde logo tem reflexos diretos, por um lado, na sua indisponibilidade relativamen-

412 Motivada essencialmente pelo apoio tácito que Moscovo concedeu à Arménia na disputa que este país mantém com o Azerbaijão relativamente ao enclave de Nagorno-Karabakh.

413 Eduard Shevardnadze, então Presidente da Geórgia, alegou a inépcia da organização para justificar a saída.

414 Collective Rapid Deployment Forces (CRDF), integrando essencialmente forças da Rússia, Cazaquistão e Quirguistão.

415 Collective Quick Response Forces (CQRF), com cerca de 20 mil efetivos, destinada a reagir a diferentes tipos de ameaças, como terrorismo, extremismo, tráfico de droga, crime organizado ou agressão militar.

416 Possuindo cerca de 4.000 efetivos, destina-se a operar regionalmente em missões sob a égide das Nações Unidas ou de organizações regionais.

417 Alguns autores afirmam mesmo que a organização mais não é do que o somatório do relacionamento bilateral russo com as ex-repúblicas, o que a impede de evoluir de forma adequada e sustentada. Athar Zafar (2012).

418 Que Zbigniew Brzezinski denomina de “Balcãs asiáticos”.

te ao grau de delegação a atribuir a órgãos supranacionais, e por outro constitui-se como fator limitativo de outros quadros cooperativos.

Quanto à liderança russa da organização, saliente-se que nela reside também um dos principais obstáculos ao desenvolvimento de relações das ex-repúblicas com atores externos⁴¹⁹, entre outros, a NATO ou a União Europeia, e não apenas no sector de segurança e defesa, mas estendendo-se a outros domínios, a exemplo do que sucede com o sector energético ou económico.

Por outro lado, o quadro cooperativo da CSTO permite à Federação a cooptação, subtil mas eficaz, das elites militares das ex-repúblicas que frequentam as suas escolas militares em ações de formação ou qualificação, e garante-lhe um substancial mercado para as suas exportações de armamento e equipamento militar. Adicionalmente, a presença militar russa, nomeadamente no Centro de Anti-Terrorismo em Tashkent, no Uzbequistão, a base aérea de Kant⁴²⁰ no Quirguistão, ou a presença da 201ª Divisão Motorizada em Kulyab, no Tajiquistão, constitui um significativo fator de poder e uma forte alavancagem à sua estratégia na região.

Também no plano político da organização se faz sentir a liderança russa, especialmente materializada no Secretariado permanente da CSTO, encontrando-se localizado em Moscovo⁴²¹ e sendo seu Secretário-Geral o General russo Nikolay Bordyuzha, uma personalidade integrante dos círculos íntimos de Vladimir Putin.

Relativamente ao relacionamento entre as ex-repúblicas, e destas com a Federação, julga-se fundamental uma breve análise à questão, dado que da sua normalização, ou não, em muito poderá depender o quadro evolutivo da CSTO e de segurança e defesa regional. A título de exemplo, quando em 2008 a Geórgia entrou em conflito militar direto com a Ossétia do Sul, a generalidade dos Estados-Membros da CSTO foram unânimes em condenar a atitude georgiana, porém nunca apoiando a decisão russa de reconhecimento da independência unilateral da Ossétia do Sul e da Abcázia. Tal derivou diretamente dos problemas e movimentos de génese separatista presentes um pouco por toda a região, os quais naturalmente as ex-repúblicas desejam conter ou neutralizar, pelo que aquele reconhecimento constituiria no futuro um precedente de difícil contenção. Neste quadro surge naturalmente a questão relativamente à fonte e grau de autonomia que permitiu às ex-repúblicas a decisão nesse sentido. Julga-se que significativa parte da resposta poderá residir na sua integração na SCO e na presença da China nesta organização, cuja coexistência com a CSTO se analisará de seguida, a qual contrabalançando a liderança russa permite uma liberdade de ação adicional às ex-repúblicas.

Adicionalmente, subsistem várias problemáticas na região para as quais não se afigura uma solução fácil nem rápida, sendo de destacar entre outras, a gestão dos recursos hídricos, na qual o Uzbequistão se opõe à construção no Quirguistão pela Federação de um sistema de centrais hidro-elétricas, o programa de reequipamen-

419 Que obviamente é um dos enquadrantes da estratégia russa para a região.

420 Que possuirá cerca de 80 aeronaves e 6 mil efetivos. Alexander Frost (2009).

421 Este órgão é responsável por toda a administração, gestão orçamental e assessoria da organização.

to russo para as Forças Armadas do Tadjiquistão e Quirguistão, em que igualmente o Uzbequistão manifesta a sua preocupação, disputas transfronteiriças, ou os acordos energéticos entretanto firmados, que frequentemente não se traduzem em substanciais benefícios regionais. Por último, saliente-se igualmente a importância que o destino dos “despojos afegãos”, i.e. todo o equipamento e armamento a retirar do Afeganistão pós-2014 e cuja grande parte não regressará aos países da coligação, especialmente o norte-americano, poderá ter no quadro de relacionamento e de segurança e defesa regional, incluindo no quadro da CSTO.

Como anteriormente referido, o Uzbequistão poderá ser porventura identificado como o ator-chave regional neste quadro, não sendo por isso estranho a “corte” e o esforço norte-americano no sentido de o cooptar antes da efetivação do cenário afegão pós-2014. Com uma população de cerca 30 milhões de habitantes, apenas superada pela Rússia na CSTO, e duplamente geobloqueado⁴²², o país tem prosseguido desde a sua independência uma política externa afirmativa e autónoma, ainda que errática e nem sempre sustentada, possuindo aspirações a potência regional. Quanto à sua participação na CSTO parece consensual o dado de que o futuro e potencial da organização em muito dependerá da integração ou exclusão do Uzbequistão, dado o peso específico do país na região ou a sua privilegiada localização. Tendo aderido à CSTO em 1992, suspendeu a sua participação em 1999, decorrente da ausência de apoio da CSTO a uma insurreição interna, ano que se junta ao GUAM⁴²³. Regressando novamente à CSTO em 2006⁴²⁴, após a condenação internacional pela repressão de protestos anti-regime que ocorreram no país⁴²⁵, suspendeu novamente a sua participação, de forma inesperada, em 2012⁴²⁶. Não obstante os diferendos recentes que o Uzbequistão manteve com a CSTO, nomeadamente a sua recusa em 2009 em ratificar a implementação da Força de Reação Rápida, e mais recentemente a sua não concordância quanto à proibição dos Estados-Membros permitirem a instalação de bases militares estrangeiras no seu território⁴²⁷, as razões subjacentes à mais recente suspensão poderão possuir igualmente outras raízes, nomeadamente a interligação da sua agenda regional com a questão afegã. Como anteriormente cenarizado, o Uzbequistão poderá constituir-se como o principal beneficiário dos “despojos afegãos”⁴²⁸, essencialmente decorrente da sua localização e (eventual) predisposição para tal, pelo que nesse âmbito não apenas

422 O país encontra-se geobloqueado por outros, que por sua vez também se encontram geobloqueados.

423 O GUAM, foi estabelecido em 1997 pela Geórgia, Ucrânia, Azerbaijão e Moldova, com o apoio dos EUA, como forma de contrabalançar a influência russa regional e promover interesses ocidentais. Com a entrada do Uzbequistão alterou a sua designação para GUUAM.

424 Entretanto suspendendo a sua participação no GUUAM.

425 A Federação, bem como a SCO, apoiaram no entanto de forma clara a postura do regime uzbeque.

426 Tendo suspendido a sua participação em Julho de 2012, em Maio o presidente Karimov havia enaltecido em Moscovo a importância da organização. Fonte: Uzbekistan National News Agency (2012).

427 Não obstante em Agosto de 2012 o parlamento uzbeque ter banido bases militares estrangeiras no país, bem como a participação de *peacekeepers* uzbeques no exterior. Fonte: Russia Today (2012b).

428 Ainda que menos provável, não se descarta um cenário favorável para o Turquemenistão e o Quirguistão, ou mesmo para as três ex-repúblicas, o que constituiria o pior cenário para a Federação Russa e China.

pretenderá maximizar financeira e militarmente, com também politicamente, dado o apoio que nessa eventualidade provavelmente terá no Ocidente⁴²⁹. Nesse sentido, o seu distanciamento atual da CSTO poderá constituir um sinal inicial para os USA e para a NATO de que o país estará disponível para uma futura cooperação no quadro de segurança e defesa, o que a concretizar-se garantirá aos EUA um importante ponto de apoio à sua política externa e de segurança na Ásia Central⁴³⁰. Neste cenário haverá contudo de contar com a postura e reação de outros atores, especialmente a Federação Russa e a China, certamente unidos no propósito de contrariar uma presença militar norte-americana de génese permanente na região.

Quanto aos cenários de evolução da CSTO, dir-se-ia que num cenário de ausência do Uzbequistão a organização será seriamente afectada, dado que seria privada do seu segundo Estado-Membro de maior capacidade militar, ficando porém ultrapassado no seio da organização o maior obstáculo às decisões por consenso que a mesma requer. Relativamente a um cenário de inclusão do Uzbequistão, em primeiro lugar haverá que referir que o seu regresso terá de ser necessariamente acompanhado da sua aceitação de todas as decisões que entretanto foram tomadas na sua ausência, o que se no plano das intenções seria certamente o desejável, na realidade será decerto de mais difícil concretização, pelo menos enquanto se mantiver a atual liderança uzbeque.

Relativamente ao cenário afegão pós-2014 e ao papel que a CSTO nele poderá desempenhar, tudo aponta para que a organização possa vir a possuir um papel de algum relevo. Contudo, para além de uma eventual resistência chinesa, que neste âmbito preferirá maximizar o papel da SCO, as diferenças conceptuais de abordagem da questão entre o Uzbequistão e a Federação são substanciais. Enquanto o primeiro, dado o fenómeno de islamismo de carácter radical que possui no país, prefere uma abordagem de âmbito bilateral com o regime afegão, a segunda prioriza a de génese multilateral, nomeadamente através da CSTO, ainda que o quadro de envolvimento direto da organização no Afeganistão pós-2014 seja por enquanto difuso e possa não encontrar grande consensualidade no seu seio, dada a extrema sensibilidade e complexidade da questão e incerteza quanto à sua evolução.

Finalmente, a coexistência do binómio CSTO – SCO na região constitui para a Federação Russa uma questão de complexa gestão, derivado em especial do facto de não obstante a SCO não ser uma organização militar⁴³¹, a sua vertente de segurança e defesa tem evoluído de uma forma bastante dinâmica, por força da China e não obstante a resistência russa nesse sentido⁴³², colocando assim a CSTO numa situação de alguma

429 No quadro da missão da NATO a Alemanha possui uma base militar no país, em Termez, cerca de 50 Km a Norte de Mazar Al Sharif, Afeganistão.

430 Os EUA já dispuseram de uma base militar no país, em Karshi Khanabad, porém em 2005, na sequência da condenação internacional, incluindo norte-americana, do regime uzbeque na resolução das manifestações anti-governamentais, foram obrigados a retirar da mesma.

431 O que a Federação Russa não se cansa de repetir.

432 Segundo Moscovo, a condução de exercícios militares de larga escala na região deverá ser uma responsabilidade da CSTO, pelo que poderá tentar inviabilizar ou neutralizar tentativas da SCO nesse sentido.

fragilidade. Neste quadro, parece assim claro que a crescente afirmação da SCO na região se tem efetuado à custa da diminuição da importância da CSTO, e o mesmo se poderá afirmar relativamente à afirmação chinesa em detrimento da importância russa, no fundo minando os esforços de integração prosseguidos por Moscovo.

A principal razão que leva assim Moscovo a integrar as duas organizações deriva essencialmente da incapacidade russa em, através dos atuais mecanismos de integração regionais, conseguir limitar a penetração dos dois principais concorrentes na região, a China e os EUA. Contudo, a SCO também serve de alguma forma os propósitos russos, já que a sua co-existência com a CSTO permite apoiar a consecução de dois outros grandes objetivos para a região – a manutenção do seu posicionamento como polo de poder e influência na região, assim como manter os atuais regimes pró-russos. Poder-se-á então afirmar que, num plano teórico e no que ao relacionamento sino-russo para a região diz respeito, o binómio CSTO-SCO integra e é ignidor de um conjunto de pesos e contrapesos, que por um lado apoiam o objetivo comum de limitar a penetração na região de atores externos, e por outro são geradores de equilíbrio entre as duas grandes potências da região – a Federação Russa e a China. Contudo, no plano prático, e por força do dinamismo geoeconómico chinês, o equilíbrio do binómio CSTO-SCO tenderá progressivamente a pender para o lado desta última organização, decorrente em grande parte da incapacidade russa em contrariar aquela realidade.

É no entanto expectável que duas variáveis possam vir a clarificar esta relação de força – a evolução do cenário afegão pós-2014 e a forma que vier a tomar o relacionamento das ex-repúblicas com a China e com a Federação, já que não desejando aquelas dependências excessivas destes dois atores, poderão neste quadro encontrar o apoio necessário para tal em atores externos, os EUA ou a União Europeia.

4.2.2.14.3. Shanghai Cooperation Organisation (SCO)

Formada em 15 de Junho de 2001, a Shanghai Cooperation Organisation (SCO) integra como Estados-membros a China, a Federação Russa, o Cazaquistão, o Quirguistão, o Tajiquistão e o Uzbequistão, como membros observadores a Mongólia, o Irão, o Paquistão, a Índia e o Afeganistão, e como “parceiros de diálogo”, a Bielorrússia, o Sri Lanka e recentemente a Turquia, aparentemente “apadrinhada” pela China. Não obstante a sua criação ter cerca de uma dúzia de anos, a organização tem experimentado um rápido desenvolvimento, maturação e afirmação crescente, o que se poderá revelar de grande importância numa era marcada por uma crise económico-financeira de grandes dimensões e pela emergência de crescentes e diversas tensões geopolíticas.

O principal objetivo da SCO reside no “fortalecimento da confiança mútua e relações de boa-vizinhança entre os seus Estados-Membros; promoção de uma cooperação efetiva na área política, comercial, económica, ciência e tecnologia, cultura, educação, energia, transportes, turismo, protecção ambiental e outras áreas; unir esforços no sentido de garantir a paz, segurança e estabilidade na região, que contribua para o estabeleci-

Alexander Frost (2009).

mento de uma nova ordem internacional, nos planos democrático, político, económico e de justiça”⁴³³.

Cerca de uma dúzia de anos após a sua criação, e decorrente da sua consolidação e afirmação no plano regional e internacional, a organização alargou naturalmente os seus horizontes e áreas de atuação e influência, tal como se pode constatar na Declaração de Astana, de 15 de Junho de 2011. Valerá a pena analisar sucintamente este documento, já que no mesmo estão contidas muitas das posições, tácitas ou explícitas, que os dois grandes motores da organização, a Federação Russa e a China, possuem relativamente às questões e disfunções mais relevantes do sistema internacional. Entre outras, são de salientar:

- A luta contra o terrorismo, separatismo e extremismo constituem-se como as prioridades da organização, mantendo-se como objetivo de longo prazo a cooperação nas áreas de segurança, economia e desenvolvimento;
- Os conflitos internos que venham a ocorrer num Estado deverão ser resolvidos de forma pacífica, por via da reconciliação nacional, devidamente estimulada pela comunidade internacional, observando e respeitando estritamente os princípios da independência, soberania, integridade territorial e não-interferência;
- As Nações Unidas mantêm-se como a única organização possuidora de uma legitimidade globalmente reconhecida, não obstante a necessidade da sua reforma gradual, quer da sua estrutura, quer da composição do Conselho de Segurança;
- A decisão tomada de forma unilateral ou por um grupo de Estados relativamente à instalação de um sistema de defesa antimíssil poderá danificar gravemente a estabilidade estratégica e a segurança internacional;
- A SCO está empenhada na manutenção da paz, estabilidade e prosperidade na região Ásia-Pacífico, favorecendo uma arquitetura de segurança e cooperação aberta e transparente, e livre de uma “mentalidade de blocos”;
- O Afeganistão deverá tornar-se num Estado independente neutral, pacífico e próspero, constituindo-se assim um dos principais fatores potenciadores da segurança regional e internacional;
- A organização está empenhada no reforço da reforma e regulação do sistema financeiro internacional;
- A implementação pela SCO dos diferentes programas e mecanismos económicos, incluindo também nestes os Estados com estatuto de observadores e que poderão ser extensíveis aos países com estatuto de observadores, permitirá o desenvolvimento do comércio, a criação de novos mercados e conferirá ímpeto ao desenvolvimento regional e diversificação de corredores de transporte entre a Ásia e a Europa.

Do atrás referido, enquanto por um lado se torna evidente a eventual consensualidade sino-russa em muitos dos temas, por outro, são igualmente visíveis as preocupações específicas e interesses de cada um destes atores noutras áreas, as quais se abordarão adiante.

433 <http://www.sectesco.org/EN/brief.asp>

Quanto ao potencial que a organização encerra, por via dos seus Estados-Membros, e não obstante a imensa disparidade entre eles que a todos os níveis é visível⁴³⁴, em termos populacionais representa 25% do total da população global (50% se considerados os restantes Estados com estatuto de observadores e parceiros de diálogo), integra quatro potências nucleares⁴³⁵, possuem vastas reservas de recursos naturais, incluindo petróleo e gás natural⁴³⁶, e o PIB combinado dos seis Estados-Membros cresceu dos 1,67 trilhões de USD em 2001 para 9,39 trilhões em 2011, do qual, registre-se, a China é responsável por 7,1 trilhões, aproximadamente 75% do total.

No que respeita à postura da Federação Russa para com a organização, esta é prioritariamente encarada como um mecanismo passível de, por um lado, potenciar a sua posição na sua tradicional área de influência e por outro, servir como mecanismo de contenção e ancoragem da China. Esta ação poderá efetuar-se priorizando o vetor energético e o quadro de segurança e defesa, neste último através da cooperação mútua para fazer face a ameaças comuns, podendo neste âmbito englobar-se o interesse comum que China e Rússia possuem no impedimento do acesso de atores externos à região, designadamente os EUA, porventura a questão de maior consenso no relacionamento sino-russo. Neste referencial, saliente-se o criticismo e postura conjunta sino-russa quanto às atuais “Primaveras Árabes”, publicamente mais visível nos casos da Líbia e Síria, por certo também decorrente da memória das “Revoluções de Veludo” ou “coloridas”⁴³⁷ e do receio que semelhantes desenvolvimentos venham a ocorrer na região, potenciados ou não por atores externos. Considerando que a execução de uma ação estratégica tendente à destabilização dos regimes da região não é eventualmente uma tarefa de grande complexidade, dado o potencial de fratura e de conflitualidade que de um modo geral os regimes da Ásia Central apresentam, a SCO é assim crescentemente encarada como a única organização que poderá servir de tampão ou fator limitador de eventuais “ingerências externas”, bem como de controlo de eventuais danos resultantes da evolução política dos regimes da região.

Por seu lado, e não obstante encarar o vetor segurança e defesa com crescente atenção, a China tem valorizado a sua afirmação sobretudo através do vetor económico, dada a primazia que este lhe confere. Neste âmbito saliente-se que as trocas comerciais da China com os restantes Estados da organização excedeu em 2011 os 100 mil milhões de USD, representando um aumento de 35% em relação a 2010, aumento esse substancialmente superior à taxa de crescimento do comércio global⁴³⁸, realidade que poderá adicionalmente capitalizar com a prevista criação em 2020 no seio da SCO de

434 Que de certa forma é uma limitação à sua própria homogeneidade e geradora de outras alianças a acordos, especialmente por parte dos seus Estados com menor potencial. De salientar no entanto alguma complementaridade existente entre eles no plano económico.

435 Federação Russa, China, Índia e Paquistão.

436 A Federação Russa e o Irão, embora este último com estatuto de observador, possuem cerca de 40% das reservas mundiais de gás natural.

437 Assim designados os processos de destabilização interna que ocorreram na ex-Jugoslávia, Bielorrússia, Ucrânia, Geórgia e Quirguistão.

438 Ministry of Commerce People's Republic of China (2012).

uma área de comércio livre. Por parte da Federação Russa, cuja intenção e objetivo final para a região será também o impedir o surgimento de uma China hegemónica, não se afiguram fáceis nem diversificadas quaisquer estratégias tendentes à inversão deste cenário, ainda que uma aposta no relacionamento de âmbito bilateral, essencialmente avançado pelas dependências várias que os regimes da Ásia Central apresentam, poderá obter resultados parciais passíveis de adiarem e/ou dificultarem a afirmação chinesa. Tal parece estar já a suceder com o Paquistão, país com quem, embora com estatuto de observador, por via da SCO a Federação tem tido uma crescente aproximação, nomeadamente, e num primeiro plano, explorando a elevada dependência energética que este possui⁴³⁹, num segundo plano, iniciando a consolidação de relações bilaterais com um dos mais importantes interlocutores do processo “Afeganistão pós-2014”, e, finalmente, o importante papel de interlocutor que poderá ter com os movimentos do Cáucaso russo.

No que concerne ao vetor energético e respetivo quadro de segurança que lhe está associado, é evidente o potencial que o mesmo garante à Federação Russa, considerando-se contudo de difícil concretização um cenário hegemónico e/ou de controlo substancial neste âmbito. Com efeito, e seis anos após ter lançado a ideia da criação de um “clube energético” no seio da SCO, o pragmatismo de Putin parece, no mínimo, ter remetido esse objetivo para os “assuntos pendentes”, dada a complexidade que encerra e a pouca receptividade que despertou. Neste quadro, o Turquemenistão parece constituir-se como o maior obstáculo à formação daquele “clube”, dadas as suas potencialidades e o íntimo relacionamento energético que mantém com a China, ainda que de uma forma geral se possa afirmar que todos os produtores energéticos da região competem entre si pelos mercados chinês e indiano, sendo como tal desejável a necessidade de alguma regulação nessa área, que aliás a Federação advoga.

Quanto à dinâmica geopolítica da organização, é obviamente em primeiro lugar resultado dos interesses nacionais dos Estados que a integram, os quais são por sua vez e em grande parte ditados pelo respetivo potencial e limitações que os respetivos atores encerram. Como afirmado, na génese da SCO estiveram essencialmente presentes objetivos de ordem securitária, dadas as preocupações comuns que os seus Estados-Membros possuíam neste âmbito, sendo distintas durante os primeiros passos da organização duas grandes linhas de ação: a da Federação Russa, prioritariamente centrada no aspecto securitário, e a da China, privilegiando claramente o vetor económico. Deste modo, e através de um acordo tácito, ainda que não delineado por ambos mas ditado essencialmente pelas suas realidades e capacidades, Rússia e China procederam à divisão de tarefas entre si no seio da organização. Releve-se porém que a aposta no vetor económico privilegiando o quadro de relacionamento de âmbito multilateral⁴⁴⁰, garantiu à China resultados mais rápidos e abrangentes do que a correspondente aposta que a Federação Russa efetuou

439 Responsável, entre outros, pelo facto de grande parte do país apenas possuir eletricidade diariamente durante algumas horas.

440 Yu Bin (2011).

no vetor da segurança e defesa, em que privilegiou o quadro bilateral⁴⁴¹, transformando-a assim no ator de maior peso geopolítico e geoestratégico da região. Será assim deste quadro que decorre, numa fase mais recente, uma maior apetência chinesa pela temática securitária, dada a consolidação da aposta económica que efetuou na região e a consequente capitalização geopolítica que se lhe seguiu, e a que decerto não será estranha, entre outros, o cenário afegão pós-ISAF, a segurança das infraestruturas energéticas que o país já possui e outras que prevê construir na região⁴⁴², ou os elevados investimentos que tem efetuado nas infraestruturas dos Estados da região.

Quanto à linha de ação seguida pela Federação Russa no seio da organização é, em grande parte, consequência do seu grande objetivo não anunciado – o não permitir a transformação da capacidade económica chinesa na região em fator de poder geopolítico, o que lhe abriria o caminho para uma posição hegemónica. Tal, se concretizado, permitir-lhe-ia a recuperação do anterior estatuto que outrora possuiu na Ásia Central e assim reconverter e reorientar gradualmente o seu “potencial ocidental” para a região do Pacífico. Contudo, julga-se ser de difícil exequibilidade esta ação estratégica sem o apoio da própria China, alavanca sem a qual se inviabilizarão grande parte daqueles interesses nacionais russos. É nesta linha que deverá ser entendido (1) o apoio russo à entrada da Índia como membro pleno na SCO, como forma de contrabalançar a influência chinesa, (2) a sua recente e crescente aproximação ao Paquistão, país sobre o qual reside grande parte do eventual sucesso ou fracasso do processo pós-ISAF, ou (III) a tentativa de coordenação das políticas energéticas com os outros grandes produtores da região⁴⁴³.

4.2.2.14.3.1. A Dimensão da Segurança e Defesa da SCO

A conjugação da assunção formal por parte da organização de que a segurança da Ásia Central e da Ásia do Sul são indivisíveis, com a eventual ascensão da Índia e Paquistão ao estatuto de Estados-Membros, conferirá à SCO uma massa crítica tal que lhe poderá permitir a execução de uma estratégia passível de se sobrepor à de qualquer outro ator externo a operar na região, designadamente os USA⁴⁴⁴. Embora tenha sido por diversas vezes afirmado que o objetivo da organização nunca será a sua transformação numa “NATO do Leste”, o facto é que, quer a sua dinâmica interna, quer a de carácter reativo resultante de decisões de atores externos à região, poderá impeli-la nesse sentido.

Neste quadro, a anunciada retirada, parcial e/ou total, da missão internacional do Afeganistão em 2014, poderá constituir a principal alavanca para a sua plena afirmação regional, incluindo no plano securitário, cenário que potenciará por sua vez a transformação da organização num grande ator no quadro da segurança e defesa global. Os eventuais obstáculos, dúvidas, limitações ou constrangimentos que possam ocorrer de-

441 E também por via de outras organizações, como a CSTO.

442 E em que a segurança da rede de oleodutos e gasodutos é vital para a economia interna chinesa.

443 Nomeadamente o Cazaquistão e Turquemenistão, mas em que o Irão também poderá ter um papel importante.

444 Marcel Haas (2010).

penderão essencialmente da forma como a Rússia e a China consigam acomodar e complementar grande parte dos seus interesses nacionais.

Por outro lado, o facto de a Índia e o Paquistão se constituírem como Estados com o estatuto de observadores, poderá em muito contribuir para a resolução da conflitualidade entre os dois países, sem a qual não poderão aspirar a membros efetivos da SCO, já que a carta da organização não prevê a concessão deste estatuto a membros com disputas por resolver.

Neste âmbito, e como explicitado anteriormente, o vetor energético encerra uma importância fundamental, gravitando à sua volta grande parte das estratégias nacionais dos principais atores com interesses na região, especialmente os decorrentes das suas necessidades/disponibilidades energéticas e respetiva segurança das infraestruturas.

4.2.2.14.4. A “União Económica Euroasiática”

A integração económica do espaço pós-soviético é um processo que se encontra numa dinâmica crescente, tendo sido a Comunidade de Estados Independentes (CEI) e a Comunidade Económica Euro-Asiática (EurAsEc)⁴⁴⁵ os principais embriões e enquadramentos conceptuais. Se a EurAsEc obteve resultados práticos tangíveis, já a CEI, não obstante a recente assinatura de novo acordo de livre comércio, nunca registou uma materialização prática eficiente, dado o *timing* da sua criação, a desconfiança mútua entre os seus membros, ou as diferentes agendas estratégicas no plano político, económico e de segurança, nem sempre harmónicas e conciliáveis, e que aliás se mantêm em maior ou menor grau. Porém, a causa mais importante da complexidade e dificuldade de integração do espaço pós-soviético reside porventura no receio que os eventuais países integrantes possuam relativamente à Federação Russa se efetivar como polo decisivo por excelência.

É essencialmente decorrente das limitações e complexidade de anteriores tentativas de integração do espaço pós-soviético, que nasce em Janeiro de 2010 a União Aduaneira (UAd) entre a Federação Russa, Bielorrússia e Cazaquistão, organização que, embora com número restrito de elementos, pretende constituir-se como o núcleo base a partir do qual se desenvolverá a eventual criação de uma União Euroasiática de âmbito e génese mais alargada.

Enquanto se aponta como principal razão para a criação da UAd o propósito russo de restabelecimento imperial e/ou a recuperação da sua tradicional área de influência, outras correntes referem encontrar-se na sua génese o contrabalançar da influência europeia na Europa de Leste através do programa da *Eastern Partnership* lançado em 2007, bem como da crescente influência chinesa na Ásia Central⁴⁴⁶. Não obstante alguma validade de

445 Formada em Outubro de 2000, integra a Federação Russa, Bielorrússia, Cazaquistão, Tajiquistão, Quirguistão e Uzbequistão, tem como objetivo a criação de um espaço económico comum, bem como de outras áreas funcionais dele resultantes, tendo por base a organização e funcionamento da União Europeia, OMC e outras normas internacionais. As suas principais áreas funcionais são os transportes, a energia, o mercado de trabalho e o sector agrícola. http://www.eurasian-ec.com/index.php?option=com_content&task=view&id=2&Itemid=7.

446 Olga Shumylo-Tapiola (2012).

qualquer destes argumentos, o facto é que a realidade revela maior complexidade, envolvendo considerações e dinâmicas de ordem geopolítica e consequentemente, porventura mais relevante, a reestruturação e reorientação da estratégia nacional russa.

Neste quadro foram de facto vários e céleres, mas também complexos, os desenvolvimentos ocorridos após o término da URSS, sendo de destacar, entre outros: a perda da quase generalidade dos países europeus anteriormente integrantes da “Cortina de Ferro” constituintes do *buffer* de segurança russo, a reunificação alemã e o processo de integração económica e política da União Europeia que se lhe seguiu⁴⁴⁷, o alargamento da NATO a Leste e globalização da sua área de atuação, a rápida emergência de um grande ator global no Leste Asiático, ou a constituição de grandes blocos económicos regionais. A consequência imediata destes processos de elevado dinamismo, bem como o imposto recentrar da Rússia em si mesma, levou ao seu isolamento internacional, político e económico, processo cuja reversão apenas foi possível graças à efetivação do potencial dos seus recursos naturais. E a saída desse isolamento por parte da Federação Russa, dado o potencial estratégico que o país encerra e as aspirações que naturalmente tal facto gera, não poderia efetuar-se de outra forma que não centrada em si mesma, porém não com base num desejo de reconstituição imperial, já que o referencial que tal permitiria simplesmente desapareceu, mas sim na reconstrução e liderança da sua área de influência natural. É fundamentalmente devido às suas capacidades e das intenções que delas naturalmente decorrem, que uma integração plena russa na União Europeia, ou até na NATO, é de reduzidíssima ou nula probabilidade de concretização, dada a incompatibilidade de agendas estratégicas. Com efeito, tal implicaria o rompimento total de referenciais que se encontram em estado de razoável equilíbrio, dado que provocaria de imediato a secundarização de atores de primeiro plano naquelas organizações, inviabilizando as respetivas estratégias nacionais e alterando assim radicalmente a própria génese dessas organizações.

É por via desta assunção por parte das elites dirigentes, de que a Rússia terá que seguir o seu próprio destino, que ressurgue naturalmente o objetivo de reconstituição da sua tradicional área de influência, porém não através do privilegiar do vetor segurança e defesa, ainda que tal possa inevitavelmente constituir uma consequência natural numa fase posterior, mas sim por via da integração económica, capitalizando de forma pragmática o potencial que o país detém por via dos seus recursos naturais e as correspondentes necessidades que neste âmbito outros atores possuem, incluindo os da sua vizinhança. E será igualmente neste quadro que deverá ser perspectivado o surgimento do projeto da UAd, que a visão pragmática de Putin muito impulsionou e se constitui atualmente como uma prioridade estratégica, baseando-se em grande parte no projeto europeu, ao qual o líder russo lançou o repto de uma integração de “Lisboa a Vladivostok”. Contudo, relembre-se, segundo a perspectiva russa não estará prevista a passagem deste grande eixo económico por Beijing, tal não significando no entanto uma ostracização ou secundarização da China, de que a própria existência da SCO é exemplo.

447 É que envolveu também grande parte da “Europa Soviética”.

Contudo, e para além das razões de ordem geopolítica atrás mencionadas, a génese da União é atualmente um projeto com uma fortíssima componente económica, atuando assim este vetor como seu principal ignidor, não sem que em simultâneo se assista a esforços russos no sentido da integração dos sectores energéticos e de segurança, este último tendo como base a CSTO. No quadro da segurança e defesa e eventual papel que a CSTO possa vir a desempenhar futuramente, a Federação Russa poderá tentar o suavizar dos atuais critérios que a organização possui relativamente à intervenção militar nos seus Estados-Membros, área de atuação e das próprias responsabilidades da organização, propondo, entre outras, um processo de decisão por maioria em detrimento do atual consenso, ou a criação de uma *joint task force* no seu seio⁴⁴⁸. A uniformização da realidade económica do espaço pós-soviético poderá assim fornecer à Federação um mecanismo adicional de equilíbrio com a UE, levantando-se no entanto a questão sobre se caminhará para um projeto prioritário e tendencialmente concorrencial, funcionando assim como um contra-modelo, ou se se poderá efetivar como uma verdadeira parceria. Por outro lado, poderá apoiar uma ação de contenção multivetorial da China, e, num plano complementar, como anteriormente referido, poderá mesmo vir a constituir uma cintura de segurança russa para esse efeito, objetivos que em última análise poderão contribuir para uma crescente afirmação da Federação no mundo multipolar por si desejado.

A UAd tem assim como objetivo a criação de um espaço económico comum, já efetivado desde 1 de Janeiro de 2012 a partir de 16 acordos, encontrando-se 55 adicionais em processo de negociação. Como órgão supranacional de topo na sua estrutura, possui o Conselho Supremo Económico Eurasiático, formado pelos respetivos chefes de Estado e de Governo, e um órgão de segunda linha a Comissão Económica Euroasiática, entidade que, contrariamente aos órgãos congéneres da CEI ou da EurAsEc, é possuidora de verdadeiros poderes executivos encontrando-se em funcionamento desde Fevereiro de 2012. Baseada em Moscovo, entre as suas responsabilidades destacam-se a supervisão da implementação dos vários acordos assinados no quadro da União e da criação do espaço económico comum, bem como a representação dos interesses comerciais dos Estados-Membros no plano regional e global. Quanto à sua composição, releve-se a elevada qualidade e experiência profissional da generalidade do seu *staff*, facto que contrasta claramente com as suas antecessoras, especialmente a CEI, em que o principal critério de preenchimento de um cargo consistia essencialmente num prémio de fim de carreira, tornando-a na prática próxima de um simples “clubes de reformados”.

Relativamente à sua afirmação internacional, o principal desafio da UAd reside no seu reconhecimento pela OMC, o qual pressupõe a adesão prévia da Bielorrússia e Cazaquistão a esta organização, países que entretanto se comprometeram a implementar as regras da OMC aquando da formalização da União. Se quanto ao Cazaquistão, a adesão se poderá concretizar já em 2013, ou disso ficar perto, o processo da Bielorrússia encerrará maior complexidade e morosidade, dado o isolamento internacional de que o país é alvo, o que

448 Uwe Halbach (2012).

poderá introduzir alguma instabilidade na UAd. Adicionalmente, e para além de alguma pressão de que esses processos de adesão possam ser alvo por parte de atores externos, as negociações bilaterais a efetuar pela Bielorrússia e pelo Cazaquistão com a OMC deverão desenvolver-se considerando prioritariamente os seus interesses nacionais, o que em última análise nem sempre se poderá revelar harmónico com os interesses da própria UAd.

4.2.2.14.4.1. Intenções versus Capacidades

Independentemente do grau de sucesso que a UAd venha a registar, o facto é que existe uma enorme diferença de potencial e entre as realidades económicas dos seus Estados-Membros, espelhada, entre outros, por exemplo pelo facto de a economia russa representar cerca de 40 vezes a bielorrussa e cerca de 12 vezes a cazaque. Destas disparidades no plano económico resultam naturalmente desequilíbrios no plano geopolítico, os quais são no entanto aceites tacitamente pela Bielorrússia e Cazaquistão, fundamentalmente em razão da própria sobrevivência dos respetivos regimes.

Sendo inegável que nos últimos anos os três países encetaram significativos passos no sentido de uma integração económica, o facto é que os resultados são ainda ténues e de contabilização nem sempre fácil, demonstrando a realidade que os interesses nacionais são ainda prevaletentes, dificultando assim o grau de integração desejável. Por sua vez, e contrariamente ao que sucede com a Federação Russa e o Cazaquistão, a Bielorrússia é o Estado-Membro que mais focaliza as suas trocas comerciais no seio da União, preferindo os dois primeiros os mercados da CEI, da UE e o mercado chinês, realidade que de certa forma evidencia a fraqueza do mercado intra-União.

Ao contrário do que sucede no seio da OMC, em que as tarifas são uniformes e impostas aos seus Estados-Membros, na UAd são passíveis de alteração por qualquer dos seus Estados integrantes. Por via desta possibilidade a Federação insiste que apenas os bens produzidos no seio da União sejam objeto de comércio livre, pretendendo assim salvaguardar que os seus bens próprios possam ser objeto de revenda, especialmente por parte da Bielorrússia, neste quadro o parceiro mais problemático para a Rússia. A esta intenção russa não será decerto alheio o objetivo de controlo das indústrias estratégicas bielorrussas, objetivo que aliás também persegue na Ucrânia.

Quanto a dados estatísticos⁴⁴⁹, parece relevante o facto de as trocas comerciais entre os três Estados-Membros terem sofrido um aumento considerável, registando cerca de 63 mil milhões de USD em 2011, um crescimento de 32% em relação a 2010, sendo que no primeiro quadrimestre de 2012 o crescimento dos Estados-Membros em relação ao período homólogo de 2011 foi de 17,6%. A Federação domina cerca de 2/3 do total do comércio intra-união, grande parte decorrente da comercialização de recursos energéticos, os quais contabilizam 45% do total das trocas comerciais. Em termos de consolidação das rendas advindas das taxas alfandegárias, os três Estados-Membros comprometeram-se à sua divisão da seguinte forma: 87,97% para a Federação, 7,33% para o Cazaquistão e 4,7% para a Bielorrússia, o que sobrevaloriza claramente a posição russa. No que respeita às

449 Olga Shumylo-Tapiola (2012).

rendas advindas da comercialização dos produtos petrolíferos e seus derivados russos, foi acordado que 100% das mesmas teriam como destino final a Federação. Adicionalmente, a implementação de medidas de uniformização técnica em muito favorece a Federação, já que das 20.000 normas, 62% são da era soviética, 23% russas, 14,5% bielorrussas e apenas 0,5% casques.

4.2.2.14.4.2. Federação Russa

Como maior parceiro económico da União, a Federação é claramente a maior beneficiária, e para além do acesso privilegiado que já possuía ao mercado bielorrusso, ganhou igualmente acesso ao congénere casaque, provável objetivo imediato de Moscovo. Por outro lado, a consolidação e provável alargamento deste projeto de integração económica a outros Estados-Membros, ainda que não se afigure simples ou rápida a entrada de alguns dos candidatos, para além de lhe fornecer um importante instrumento no que respeita à recuperação de parte da sua antiga área de influência, tal permitir-lhe-á, de forma direta, um maior equilíbrio no relacionamento com a União Europeia e a China.

4.2.2.14.4.3. Bielorrússia

A adesão da Bielorrússia à UAd, na prática a materialização de uma “no choice strategy”⁴⁵⁰, representa fundamentalmente a sobrevivência do regime perante o isolamento internacional a que se encontra sujeito, especialmente pela UE e FMI, pelo que poucas opções estratégicas constituiriam alternativa ao “protetorado” russo, incluindo no plano económico e financeiro. Contudo, e muito embora o entusiasmo bielorrusso sempre manifestado no aprofundamento e aceleração do processo de integração, a retórica poderá nem sempre corresponder à realidade, considerando os diferendos que mantém com a Federação Russa especialmente na área energética⁴⁵¹. Neste âmbito, embora possua ainda algum potencial sobranter enquanto país de trânsito das exportações energéticas russas com destino à Europa, foi no entanto drasticamente reduzido com a entrada em funcionamento do gasoduto Nord Stream, com a agravante de que esta infraestrutura poderá possuir brevemente mais uma via a acrescentar às duas existentes.

4.2.2.14.4.4. Cazaquistão

No plano geopolítico o país é considerado prioritário para a Federação, dado o seu potencial energético, a sua (ainda) estabilidade interna, a sua localização privilegiada no flanco Sul russo, bem como numa região de trânsito e ligação entre os continentes europeu e asiático.

Do ponto de vista estritamente económico, e não obstante algumas vantagens que poderá obter com um maior acesso ao mercado russo, da adesão do país à UAd não ad-

450 Katharina Hoffman (2012).

451 Onde para além da baixa de preços, pretende importação sem limite de gás e petróleo russo, e não em função do seu consumo interno, procedendo posteriormente à revenda dos excedentes.

vieram grandes benefícios, já que o país possui uma economia razoavelmente liberalizada, duplamente orientada para os países pertencentes e não pertencentes à CEI, e tem registrado bons níveis de investimento externo. Contudo, terá sido a política interna cazaque que maior peso poderá ter tido na adesão à União, especialmente decorrente de duas realidades que encerram significativo potencial de destabilização a curto ou médio prazo - a sucessão do Presidente Nazarbaev e a atividade violenta crescente de milícias salafistas, ambas interconectadas e agravadas pelo eventual regresso de centenas de elementos que se encontram no Afeganistão.

Ainda assim, e no plano meramente económico, a intenção casaque em manter o ímpeto do processo de liberalização da sua economia, não será proporcionalmente acompanhado pelos restantes parceiros, já que, quer na Federação, quer na Bielorrússia, o ritmo desse processo é significativamente menor, tendo como tal efeitos indesejáveis para o Cazaquistão.

4.2.2.14.4.5. O Eventual Alargamento da União Aduaneira e a sua Transformação na União Euroasiática

Não obstante as dificuldades subjacentes à integração na União por parte de alguns dos eventuais participantes, especialmente os regimes da Ásia Central, a sobrevivência dos respetivos regimes encerra uma dupla e oposta realidade. Assim, se por um lado tal sobrevivência pode constituir um dos principais fatores decisórios na opção pela integração na União, por outro lado a capitalização por parte de atores externos do potencial de destabilização que aqueles regimes evidenciam, bem como a satisfação de necessidades económicas que a própria União Euroasiática não conseguirá satisfazer no curto/médio prazo, poderá dificultar ou mesmo inviabilizar a sua integração.

Quanto aos países a quem foi endereçado convite para integrarem a União, e em que a Ucrânia e o Uzbequistão se constituem como *pivots*, da não adesão destes dois atores poderá resultar para a União uma posição de crescente irrelevância e consequentemente representar uma não atratividade para qualquer novo aderente. De uma forma genérica a postura e realidade estratégica dos eventuais aderentes à União Euroasiática poderá assim caracterizar-se da seguinte forma:

4.2.2.14.4.5.1. Quirguistão

Tendo o país manifestado favoravelmente a sua integração na União, fundamentalmente decorrente de razões de ordem geopolítica, já que dada a exiguidade da sua economia e profunda dependência do mercado russo, os recentes acordos assinados com a Federação Russa, em que pela troca da permanência das bases militares russas em solo quirguiz e do perdão de 2/5 da dívida, o Quirguistão permitirá à Rússia a construção de várias centrais hidro-eléctricas no país, em muito poderá contribuir para a sua adesão. Neste cenário, um maior acesso da Federação ao mercado quirguiz poderá de certa forma contribuir para o objetivo de limitar a expansão chinesa no país, muito embora a dinâmica da penetração chinesa na região o poder vir a contrariar. Por outro lado, a sua relativa instabilidade interna e proximidade e afinidade étnica e social com o Afeganistão,

são fatores suficientes para que a Federação não descure o relacionamento de âmbito bilateral, podendo mesmo a base aérea que a Rússia mantém no país ver a sua importância exponenciada num cenário afegão pós-2014.

No plano económico, a maior perda para o país poderia ser constituída pela cessação da sua significativa atividade reexportadora de produtos chineses na região, no que o país funciona como um autêntico *hub* regional.

4.2.2.14.4.5.2. Tajiquistão

Muito embora seja recente e crescentemente audível uma certa postura social anti-russa, a realidade da quase total dependência da sua economia em relação à Federação, bem como a profunda crise que experimenta, retira ao país espaço de manobra e funciona para Moscovo como o principal fator de pressão no sentido de forçar a adesão do país à União. Para além disso, e a exemplo do que sucede com o Quirguistão, verificou-se na última década o crescimento da dependência económica da Federação, em especial derivado da elevada taxa de emigração de mão-de-obra destes dois países para a Rússia, tendo manifestado a sua intenção na adesão à UAd. Como agravante, a sua elevada dependência energética constituiu a principal razão subjacente aos recentes acordos assinados com a Federação Russa, visando especialmente a construção de centrais hidro-eléctricas no sentido de minimizar a crónica falta de energia eléctrica que o país apresenta. Ainda assim o país tem mantido alguma hesitação no que respeita à sua integração na UAd, bem como na União Euroasiática, evidenciando o receio de uma maior dependência da Rússia, de que, entre outros, é exemplo a inconsequência do acordo assinado em 2006 entre os dois países no que respeita à exploração conjunta de gás natural tadjique.

4.2.2.14.4.5.3. Turquemenistão

O país não tem manifestado grande interesse na integração na União, em especial derivado das reservas de gás natural que possui e do facto de possuir já uma sólida parceria com a China, quer neste sector, quer noutros sectores económicos, o que o coloca numa posição de maior dificuldade de cooptação por parte da Federação. Contudo, sendo os meios financeiros advindos dessa relação comercial a principal fonte de pagamento de empréstimos concedidos pela China ao país, as reduzidas vendas de gás natural ao Irão e as decrescentes vendas à Rússia⁴⁵² constituem assim a grande fonte de receitas do país e uma vulnerabilidade que Moscovo poderá capitalizar em seu favor. Porém, não é ainda claro que o país possa aderir à União Euroasiática proposta pela Federação, quanto mais não seja pela pública desconfiança e desprezo mútuo existente entre Putin e o presidente Berdymukhamenov, que não será fácil de ultrapassar.

4.2.2.14.4.5.4. Uzbequistão

O país constitui-se claramente como o mais problemático ator que neste âmbito

452 A Rússia adquire atualmente 20% do gás natural que adquiria em 2009.

se tem revelado para a generalidade dos projetos de integração que a Federação Russa tem promovido no seu tradicional espaço de influência, tendo mesmo suspenso a sua participação na EurAsEc e em Junho de 2012 anunciado a sua retirada da CSTO, alegando a incompatibilidade da sua agenda com a da Federação Russa na questão afgã. O presidente Karimov encarando assim o eurasianismo russo como uma agenda de génese neo-imperial, tem procedido à diversificação do relacionamento externo, nomeadamente com a China e os EUA, possuindo contudo Moscovo uma importante janela de oportunidade na questão da sucessão presidencial, entre todas porventura a que maior oportunidade providenciará à Federação no sentido de favorecer a adesão do Uzbequistão aos projetos de integração por si promovidos.

4.2.2.14.4.5.5. Azerbaijão

Em resultado da dimensão do seu sector petrolífero, bem como da sua localização numa região energética de elevadíssimo interesse para a Federação Russa, a adesão do país à União é bastante desejada por Moscovo, dada a complementaridade que entre ambos poderia ser obtida no plano energético. Contudo, o interesse manifestado pelo Azerbaijão tem sido cauteloso e reduzido, utilizando como contraponto à pressão russa as iniciativas de ordem vária que mantém com a União Europeia, bem como promessas de incremento da cooperação de âmbito bilateral com a Federação⁴⁵³. Saliente-se no entanto que Moscovo possui instrumentos adicionais que poderão revelar alguma eficácia, de que é exemplo a eventual utilização da questão do enclave de maioria arménia de Nagorno-Karabakh como forma de coação direta e/ou indireta. Por outro lado, não obstante a aproximação que o Azerbaijão tem efetuado à UE, especialmente no sector energético, não se afigura que a tipologia do regime azeri pretenda evoluir no sentido de se aproximar irreversivelmente dos congéneres da União Europeia, o que poderia introduzir complexidades adicionais relativamente à sua própria sobrevivência.

4.2.2.14.4.5.6. Arménia

A integração da Arménia não constituiu uma prioridade para Moscovo, dado o seu claro alinhamento com a Federação, o seu maior parceiro comercial e controlando 80% dos seus recursos naturais⁴⁵⁴, não sem que no entanto o país persiga a intenção de aprofundamento do relacionamento com a União Europeia, o que tem provocado por parte de Moscovo o periódico “relembra” do convite efetuado a Yerevan de adesão à União⁴⁵⁵.

Coabitando lado a lado com a Turquia, um ator em emergência e um histórico conflituante, a Arménia, embora publicamente tenha manifestado o seu entusiasmo em relação à União Euroasiática, encara no entanto com algum receio e prudência a sua integração, constituindo para o país como pior cenário pós-adesão aquele em que se verificasse uma

453 O presidente azeri Aliyev afirmou mesmo que o bom relacionamento económico com a Federação é exemplo de que não são necessárias adicionais estruturas regionais de cooperação ou integração.

454 Marlène Laruelle (2012).

455 Em 2010 a Federação renegociou a extensão até 2044 da força de escalão Brigada (cerca de 5 mil efetivos) que mantém no país.

reaproximação russo-azeri e/ou turco-russa.

4.2.2.14.4.5.7. Moldova

A exemplo do que sucede com a Arménia, também a Moldova não constitui uma prioridade para a Federação, especialmente tendo em vista a aproximação crescente que o país tem efetuado à UE. Contudo, e mesmo que um eventual regresso das forças comunistas ao poder nas eleições legislativas de 2014 possa eventualmente pender a favor de uma reaproximação a Moscovo, a Federação possui alguma capacidade de iniciativa sobranter, essencialmente derivada da pressão que poderá efetuar através da utilização das questões da Transnístria, da região autónoma da Gagauzia e da cidade de Balti.

4.2.2.14.4.5.8. Geórgia

Iniciando o país com a “Revolução Rosa”, capitalizada pelo presidente Saakashvili, uma clara inversão da sua política externa ao privilegiar o relacionamento com o Ocidente, prioritariamente com os EUA e a União Europeia, por esta ordem, a vitória nas eleições legislativas de Bidzina Ivanishvili, atual Primeiro-Ministro, poderá levar ao redirecionar substancial da política externa georgiana em direcção a Moscovo, o que potenciará certamente uma clara fratura com o presidente.

Para a Federação, mais do que os interesses de carácter económico subjacentes à adesão da Geórgia à União, o facto de o país confinar com as repúblicas russas do Cáucaso do Sul, especialmente a Chechénia⁴⁵⁶ e o Daguestão, precisamente as que maior potencial de conflitualidade apresentam, introduz uma importante dimensão securitária, constituindo a principal preocupação russa a manutenção da segurança do seu flanco Sul. Em contrapartida, Moscovo possui em largos sectores da oposição interna a Saakashvili um significativo apoio aos projetos de integração por si promovidos, e nas regiões independentistas da Abcázia e da Ossétia do Sul, o maior fator de pressão que poderá exercer sobre a Geórgia, dada a clara postura pró-russa que estas revelam.

4.2.2.14.4.5.9. Ucrânia

Não obstante o pouco sucesso que tiveram todos os convites à sua adesão aos vários projetos de integração no espaço pós-soviético, de que é exemplo o facto de o país nunca se ter tornado membro pleno da CEI e possuir estatuto de observador na EurAsEcA, a integração da Ucrânia representa o maior desafio para Moscovo, ditado essencialmente pela importância geopolítica que o país encerra. Contudo, a Federação nunca abandonou a pressão sobre o país, essencialmente alicerçada, por um lado, na quase total dependência energética externa ucraniana⁴⁵⁷, por outro na diminuição da importância do seu papel enquanto *hub* de distribuição do petróleo e gás natural russo com destino à Europa, designadamente através da construção dos gasodutos Nord Stream, já completado, e South Stream. É neste quadro que deverão ser entendidas eventuais propostas russas, nomeadamente a (recente) de diminuição do preço de gás natural à Ucrânia, do qual resultarão,

456 Neste âmbito são variadas as notícias que referem o apoio georgiano à causa chechena.

457 A qual, embora dificilmente, o país tentará reduzir em 2/3 até 2016.

segundo Moscovo, ganhos de 10 mil milhões de USD nos primeiros cinco anos e cerca de um trilhão de USD nos próximos 20 anos. A estas pressões não será decerto estranho o facto de a Rússia ter acordado com a Ucrânia⁴⁵⁸ a permanência da força naval do Mar Negro em Sebastopol⁴⁵⁹ até 2042⁴⁶⁰, em troca da diminuição do preço do gás natural a fornecer à Ucrânia.

Perante esta realidade, a Ucrânia, especialmente por via do atual presidente Yanukovich⁴⁶¹, tem pugnado por uma cooperação híbrida com a UAd, num formato “3+1”, admitindo implicitamente uma integração com velocidade variável, o que Moscovo rejeita. Deste modo, enquanto por um lado o país tenta ganhar tempo, não se empenhando ou atrasando a sua integração na União, por outro mantém em aberto a opção europeia, especialmente através do Deep and Comprehensive Free Trade Agreement (DCFTA) que possui com a União Europeia. Muito embora este programa possa sofrer atrasos e/ou perder alguma dinâmica por via da atual crise económica e financeira europeia, bem como por pressões russas no sentido de o inviabilizar, se concretizado poderá aproximar substancialmente o país da Europa, o que lhe garantiria alguma liberdade de ação e eventualmente tentar manter a atual cooperação híbrida com a União. No entanto, uma aproximação ou adesão do país à UAd, se por um lado consolidaria esta última, bem como o seu principal motor, a Federação Russa, por outro lado seria decerto geradora de dinâmicas negativas no relacionamento com a UE, o que constitui para a Ucrânia uma questão de elevada complexidade e de difícil superação. Ainda assim, a Ucrânia em muito poderia beneficiar da sua integração na União, especialmente através da abertura dos respetivos mercados à sua exportação de maquinaria, estimando-se que a penetração nesta área pudesse representar entre 35% a 45%⁴⁶², dado que neste sector o mercado da UE não se afigura passível de absorver a baixa/média tecnologia ucraniana.

A integração ucraniana é assim encarada por parte da Federação Russa, por um lado, como porventura o maior apoio à dinâmica da integração do espaço pós-soviético, e por outro como um forte travão à aproximação do país à União Europeia, residindo neste âmbito a grande dúvida relativamente à capacidade que a Ucrânia possuirá em resistir à pressão russa, especialmente no plano do reabastecimento energético.

4.2.2.14.4.6. A China e a União Euroasiática

Grande número dos países integrantes da CIS e de eventuais participantes da União Euroasiática são países vizinhos da China e com os quais esta mantém já fortes laços económicos, o que levanta naturalmente receios por parte deste país quanto aos desenvolvimentos de quaisquer projetos de integração que sem a sua presença venham a ocorrer na região. Adicionalmente, as atuais relações comerciais da China com o

458 No que foi apelidado de Acordo de Kharkiv.

459 Localizada na península ucraniana da Crimeia.

460 Eventualmente prorrogáveis mais cinco anos, até 2047.

461 Considerado inicialmente um entusiasta de Moscovo e atualmente como “não hostil”.

462 Wang LiJiu (2012).

Cazaquistão, Uzbequistão e Turquemenistão superam já as da Federação Russa, sendo igualmente de destacar o elevado e crescente investimento que o país tem efetuado no sector das infraestruturas no Tajiquistão e Quirguistão. Esta realidade provocou grande apreensão em Moscovo, criando o receio de que o país pudesse ser relegado para um papel secundário, precisamente naquela que considera a sua natural e tradicional área de influência.

No entanto, a China, pelo menos oficiosamente, considera não haver razão para demonizar ou rejeitar qualquer daqueles projetos em que não se encontrar inserida, aceitando-os como organizações regionais potenciadoras da cooperação com a Rússia e com outros países da região, reafirmando neste quadro a génese de parceiro estratégico da Federação. Porém, e também segundo a perspetiva chinesa, em consequência do elevado nível qualitativo e quantitativo das diferentes políticas de cooperação que se atingiu na Ásia Central não decorrem necessidades adicionais nesse quadro, o que demonstra alguma inutilidade de quaisquer novos projetos de integração.

Quanto ao futuro relacionamento da SCO e União Euroasiática, e muito embora não haja evidência prática relativamente à Federação Russa se propor utilizar a União Euroasiática como forma de contenção da China no seu espaço natural de influência, o facto é que não se afigura credível que este último país não interiorize a ameaça que tal pode representar para os seus interesses nacionais. Contudo, se no plano oficioso a posição chinesa se resume genericamente a considerar como inevitável um cenário de crescente cooperação entre as duas organizações, bem como da sua complementaridade, dada a sobreposição de grande parte dos países integrantes das mesmas, na realidade emergem receios de que uma União Euroasiática sob égide russa se sobreponha à SCO, crescentemente a secundarize e seja limitadora do seu desenvolvimento.

Julga-se no entanto que o pragmatismo e a visão de Putin tenderão a não perspetivar ou impor a União Euroasiática como um eventual substituto da SCO na Ásia Central, em primeiro lugar devido à inequívoca dinâmica chinesa na região, e em segundo lugar devido à consciência que a Federação possui quanto à complexidade e dificuldade dos projetos de integração regionais, também passíveis de serem capitalizadas por atores externos à região, realidades que Moscovo dificilmente poderá minimizar ou reverter totalmente a seu favor. Deste modo, para a Rússia, a União Euroasiática poderá ser encarada como o mais forte mecanismo de integração da sua área tradicional de influência, atualmente focalizado no vetor económico mas cujo consequencialismo se fará naturalmente sentir no plano político e securitário. Consolidado que esteja este objetivo, seria decerto com maior facilidade e autoridade que a voz da Rússia se faria sentir no seio da SCO, funcionando nesse cenário, por um lado, como contrapeso à crescente influência chinesa na organização, dada a paridade estratégica que esse cenário pressupõe, por outro como barreira à entrada e/ou permanência de atores externos na região, objetivo em que certamente tenderá a funcionar a parceria estratégica oficial sino-russa.

Quanto à posição no que respeita à UAd proposta por Moscovo, para a qual, lembre-se, não foi convidada, nem sequer está equacionada a sua adesão, julga-se que a China possui fortes instrumentos limitativos dos eventuais prejuízos que da União possam ad-

vir, ainda que aparente encontrar-se numa fase de alguma expectativa.

Por um lado, no âmbito bilateral, continuando a China a privilegiar o vetor económico como fator de penetração no espaço pós-soviético da Ásia Central e assumir-se como o referencial em torno do qual a generalidade da região gira, por outro, desta forma no quadro multilateral, elege a SCO, que lidera no plano económico, como a organização preferencial para o efeito.

4.2.2.14.4.7. Os EUA e a União Euroasiática

Manifestando oposição ao projeto de União Euroasiática, e havendo consciência em Washington de que a geopolítica regional em muito poderá ser modelada e influenciada pelo desenvolvimento que o cenário afegão pós-2014 vier a tomar, será decerto de difícil justificação o facto de o criticar enquanto é promotor de idênticos projetos noutras regiões. Não obstante, não se descarta o cenário que aponte para uma fragilização norte-americana na Ásia Central, especialmente em consequência do futuro cenário afegão, potenciada pelos eventuais sucessos de projetos de integração em curso, especialmente a União Euroasiática e a SCO, fragilidade essa que no entanto poderá ser minimizada pelo significativo potencial de destabilização que os regimes da região encerram e sua eventual utilização por parte e a favor de atores externos.

4.2.2.14.4.8. A União Euroasiática e a SCO

Relembre-se que relativamente ao conceito de “eurasianismo”, uma criação soviética dos anos 20 do século passado, de novo em voga, na base da criação da União Euroasiática e em grande parte devido ao apoio que tem das elites russas, permanecem válidas as limitações e contradições de ordem estrutural que então encerrava⁴⁶³, com a agravante de a Ásia Central ser já significativamente permeável à ação estratégica de atores externos, o que se mantém igualmente como um dos maiores entraves a uma efetiva união euroasiática. Não invalidando esta realidade geopolítica o sucesso relativo de alguns projetos de integração de âmbito bi e multilateral, especialmente no plano económico, tal poderá não se revelar suficiente para gerar dinâmicas no sentido de um significativo aprofundamento político eurasiático, pelo menos no referencial e nos moldes idealizados por Moscovo. Por outro lado, e mesmo podendo não estar em causa uma tentativa de reconstituição da ex-URSS, o facto é que um projeto da dimensão e ambição da União Euroasiática naturalmente (re)projeta propósitos neoimperialistas da Federação, gerando assim receios, quer nos Estados que a venham a integrar, quer nos atores externos possuidores de interesses nestes últimos, bem como na região em que aqueles se encontram inseridos.

A Federação Russa parece assim apostar na rapidez do processo de integração do espaço pós-soviético, já que o tempo está contra si, ou não é um seu aliado, especialmente no que respeita a intenções e capacidades que atores externos manifestam em relação à

463 Basicamente o conceito de que uma enorme variedade de povos, com origens múltiplas e distintas, poderiam ser unificados numa “quase” nação soviética.

região, especialmente a China, um dos principais fatores de erosão da influência russa nas ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central. Neste seu objetivo, que uns classificam de neoimperial, enquanto outros apenas visualizam o vetor económico, a Federação tem no entanto que utilizar mais *soft power*, da diplomacia em vez da força e provar que é mais competitivo do que os rivais chineses ou ocidentais, o que não se afigura tarefa fácil.

5. Segurança e Defesa

5.1. Forças Armadas

O conflito com a Geórgia em 2008 constituiu a prova inequívoca da deficiente situação organizacional e funcional das Forças Armadas russas e desse modo o principal catalisador da necessidade de reforma do aparelho securitário, da qual decorreu a decisão de romper de forma clara com o modelo soviético. Com efeito, e não obstante a vitória que no plano militar a Federação obteve, o facto é que a superioridade numérica das suas forças constituiu porventura o fator decisivo, sendo que as forças georgianas, muito embora com um potencial quase três vezes menor do que as forças russas, revelaram melhor organização, superior grau de operacionalidade, flexibilidade e preparação no plano tático, ainda que por força das suas próprias limitações e menor dimensão tal não tivesse projeção no plano operacional ou estratégico.

Uma vez mais, foi com a presidência de Vladimir Putin, especialmente no seu segundo mandato, que se registou o renascer da atenção para com a instituição militar, não decorrendo contudo tal facto apenas de um aumento de sensibilidade das elites dirigentes para as questões de segurança e defesa, mas também por via de uma inegável recuperação económica que o país experimentou, alicerçada nos seus recursos materiais, a qual se tornou, de facto, o grande fator ignidor da inversão da situação de abandono a que as Forças Armadas tinham sido sujeitas durante mais de duas décadas.

Neste contexto, não foi decerto casual a nomeação ainda por Putin, no final do seu segundo mandato presidencial em 2007, de Anatoly Serdyukov para Ministro da Defesa, apelidado no meio militar russo de *bulldozer* e o primeiro civil da história militar russa a exercer esse cargo, o principal executante de uma das mais amplas e ambiciosas reformas de génese estrutural levadas a cabo nas Forças Armadas russas, especialmente desde a implantação do regime comunista, a qual se projetou em todas as áreas funcionais da segurança e defesa russa.

O programa de reformas então encetado visou sobretudo duas grandes áreas de atuação: a adoção de um conjunto de medidas de génese estrutural, visando uma maior eficiência na organização e funcionamento das Forças Armadas, e um outro focalizando-se sobretudo no planeamento e gestão dos recursos materiais, essencialmente alicerçado em ambiciosos programas de reequipamento e modernização, bem como na profunda reforma do complexo militar industrial do país.

No que concerne às alterações de génese organizacional e funcional, saliente-se desde logo, na sequência da nomeação ministerial de Serdyukov, a nomeação de pessoal civil para cargos de direção no Ministério da Defesa por forma a separar de forma efe-

tiva as áreas de planejamento, administração e gestão financeira da vertente puramente operacional⁴⁶⁴. Considerando as várias décadas do regime soviético em que a instituição militar russa sempre deteve uma liberdade de ação quase total neste âmbito, tais medidas revelaram-se desde logo como geradoras de profundas resistências no seu seio, o que foi no entanto substancialmente mitigado, por um lado, através do apoio inequívoco de Putin e Medvedev à reforma⁴⁶⁵, e por outro pela nomeação do General Nikolai Makarov para Chefe do Estado-Maior General, um entusiasta da mesma e um apoio fundamental de Serdyukov no processo, dada a função de “amortecimento” que projetava no seio da instituição militar.

Em segundo lugar foi decidida a criação de quatro distritos militares (DM), em substituição dos seis da era soviética, nomeadamente o DM Oeste, compreendendo de uma forma genérica a Rússia europeia e integrando a região de Moscovo, S. Petersburgo e a frota do Báltico, o DM Sul, integrando o Cáucaso, o DM Central, integrando a parte Oeste dos Urais e a planície siberiana, e o DM Leste, integrando o planalto siberiano e o leste russo. Em cada um dos DM foi criado um Comando Estratégico Conjunto, no qual o respetivo Comandante possui comando operacional sobre todas as Unidades nele existentes, incluindo algumas pertencentes a outros Ministérios, visando desta forma, por um lado, uma melhor coordenação e capacidade de Comando e Controlo inter-armas e inter-ramos, e por outro, em consequência, garantir à ação de Comando uma maior flexibilidade e liberdade de ação. Em cada um dos quatro Comandos Estratégicos está igualmente prevista a criação de uma Brigada Aerotransportada⁴⁶⁶, o que a confirmar-se garantirá a disponibilidade de uma força estratégica-operacional de reação rápida de elevada prontidão, mobilidade e eficiência, que constituirá decerto uma substancial mais-valia no quadro da consecução dos objetivos da política externa e de segurança e defesa da Federação. A par destes quatro Comandos, existem outros três, nomeadamente o Comando de Defesa Aeroespacial, o das Forças de Mísseis Estratégicos e o das Forças Aerotransportadas, este último em clara consonância com a tendência ocidental de individualização e concentração desta tipologia de forças num Comando de nível estratégico específico.

Em terceiro lugar foi criado o escalão Brigada, enquanto grande unidade básica de combate substituta da Divisão, visando desse modo garantir uma maior flexibilidade de emprego e capacidade de projeção das unidades operacionais, em grande parte decorrente da assunção de novas tipologias de ameaças, bem como de novos ambientes operacionais, nos quais o escalão Divisão se revela pouco flexível e sobredimensionado⁴⁶⁷. Em resultado desta medida foram geradas 83 Brigadas, as quais resultaram da transformação das 203 Divisões existentes, sendo que grande número destas últimas, especialmente as que se constituíam como unidades de mobilização, foram objeto de desativação, processo

464 Dos oito Vice-Ministros, apenas dois eram militares.

465 O qual explica a facilidade com que foram exoneradas várias chefias militares na sequência deste processo.

466 Marcel de Haas (2011).

467 Como claramente sucedeu no conflito com a Geórgia.

de que em grande parte resultou a dispensa de 130.000 oficiais. Releve-se no entanto a dificuldade em garantir a plena operacionalidade às novas Brigadas, assim como a decorrente da falta de recursos humanos necessários ao seu completamento, derivado essencialmente do facto de que significativo número das Divisões das quais foram criadas eram como que unidades fantasma, com um grau de operacionalidade próximo do nulo⁴⁶⁸.

Finalmente foi decidido o fim progressivo da conscrição enquanto forma exclusiva de prestação de serviço militar, procedendo-se à introdução, numa fase inicial, de um regime semi-profissional, prevendo-se numa segunda fase a sua total profissionalização, finalizando-se assim a longa tradição da conscrição na história militar russa. Neste quadro refira-se algumas disfunções que desde logo surgiram com a introdução do regime de contrato, nomeadamente (1) a inexistência de um sistema de recrutamento credível e eficiente, (2) a insuficiência de um sistema de instrução e treino adequado ao nível qualitativo pretendido para o pessoal a recrutar, ou (3) a falta de massa crítica de recrutamento. Tais anomalias têm vindo a ser minimizadas, especialmente no que respeita ao tornar mais apelativo o serviço militar em regime de contrato, nomeadamente através dos sucessivos aumentos salariais ocorridos ou do incremento qualitativo das condições sociais dessa prestação, por forma a aumentar o universo e qualidade do recrutamento.

Quanto às medidas adotadas no contexto da racionalização e eficiência do planeamento e gestão dos recursos materiais, com maior taxa de execução relativamente às anteriores, releve-se a profunda reestruturação do complexo militar industrial, a qual, de forma genérica, se baseou essencialmente na criação de grandes conglomerados industriais no sector, objetivo que é aliás preconizado na Nova Doutrina Militar, esperando-se que através da concentração das suas mais-valias fosse garantida a sua maior rentabilização, eficiência, e capacidade e qualidade de produção. Tais medidas encontram-se interconectadas a duas importantes áreas: por um lado constituem a base dos programas de reequipamento e modernização das Forças Armadas, e por outro garantem a manutenção da capacidade exportadora das indústrias de defesa russa, atualmente a segunda a nível global em termos de volume de vendas, apenas atrás dos EUA e seguida pela Alemanha.

Saliente-se que a dimensão do sector das indústrias de defesa possuindo uma força laboral de cerca de três milhões de trabalhadores e representando cerca de 20% do total nacional⁴⁶⁹, garante-lhe a capacidade de se constituir um poderoso interlocutor e *lobby* no Ministério da Defesa, a ponto de forçar este último a adquirir equipamento e sistemas de armas que não cumprem os requisitos técnicos e operacionais previamente exigidos,

468 À semelhança do que sucede com a boneca “Matryoshka”, em que, depois de retiradas umas das outras, a boneca final é uma figura de reduzido tamanho, as Forças Armadas mais não eram do que um reduzido número de unidades de elite integradas numa imensa massa de unidades sem qualquer valor operacional. Dmitry Gorenburg (2011).

469 Contudo, 90% da sua capacidade laboral qualificada possui mais de 50 anos, sendo que os atuais salários praticados no sector não são, de todo, apelativos para o recrutamento de novos quadros. Bettina Renz e Rod Thornton (2012).

com a agravante de o efetuar mediante preços manifestamente inflacionados e com substanciais atrasos nos prazos de entrega⁴⁷⁰. A exemplo do que sucede nos mais variados sectores da sociedade russa, também a instituição militar e o complexo militar industrial se encontram minados pelo fenómeno da corrupção de génese quase endémica⁴⁷¹, o qual porventura se poderá revelar como o maior dos inimigos do processo reformista em curso.

No que concerne ao programa de reequipamento e modernização das Forças Armadas, a vigorar no horizonte temporal 2011-2020, contempla um total de 690 mil milhões de USD⁴⁷², estimando-se que nesse período o orçamento destinado à defesa se mantenha nos 2,8% do Produto Interno Bruto, estando a disponibilidade desse montante óbvia e profundamente dependente das flutuações do preço internacional do petróleo e gás natural. Relativamente às prioridades do programa de reequipamento e modernização, as mesmas deverão incidir essencialmente, (1) no Exército, em garantir a total operacionalidade dos meios das novas Brigadas; (2) na Força Aérea a quase total renovação/modernização da generalidade das aeronaves, incluindo dos bombardeiros estratégicos de longo alcance TU-95 e TU-160, bem como dos meios aéreos de apoio às operações terrestres e de defesa aérea; e (3) na Marinha a entrada ao serviço dos novos submarinos nucleares da classe Borey e dos mísseis balísticos Bulava que os equiparão, por forma a recuperar a paridade nuclear com os EUA, bem como de novas fragatas e *destroyers*, para reconstituição parcial da capacidade de águas profundas e de projecção de poder, priorizando no entanto neste âmbito a região do Pacífico em detrimento do teatro naval euro-atlântico. Neste quadro, a solicitação efetuada pela Marinha de seis novos porta-aviões poderá permanecer muito provavelmente no plano das intenções, aliás a exemplo do que sucede com alguns programas de reequipamento do Exército e da Força Aérea, em especial decorrente das limitações várias que a indústria de defesa apresenta, pelo que o desejo de rivalizar com as marinhas de países desenvolvidos, especialmente a norte-americana, se deverá manter como tal, apenas um desejo. Contudo, para além de essas limitações se encontrarem perfeitamente diagnosticadas e assumidas pelas elites dirigentes, as disfunções daí advindas estão a ser parcialmente mitigadas através do estabelecimento das chamadas “parcerias de modernização” nomeadamente com países que dominam as tecnologias necessárias à Federação, a exemplo do que sucede, entre outros, com a Alemanha ou mesmo com a França, cuja venda dos dois porta-helicópteros/navios de assalto anfíbio Mistral e cedência parcial de tecnologia de construção a eles associados⁴⁷³, estranhamente não levantou, na altura, quaisquer discussão ou objeções, quer por parte da NATO, quer por parte da União Europeia. Este recurso ao mercado externo decidido na era de Serdyukov e que poderá

470 Stephen Blank (2012).

471 A criação em 2011 do Corpo de Polícia Militar poderá contribuir para a diminuição da dimensão do fenómeno, porém com (eventuais) resultados visíveis apenas no médio e longo prazo.

472 Saliente-se contudo a relatividade deste valor, o qual representa genericamente o orçamento anual destinado à defesa nos EUA.

473 Outros dois serão construídos nos estaleiros de S. Petersburgo.

ser perspectivado como tendo sido resultado da primazia dos interesses nacionais sobre o complexo militar-industrial russo⁴⁷⁴, criou-lhe no entanto fortes e adicionais anticorpos neste último, facto que associado ao atrás referido quanto à tipologia e génese das relações de poder no regime, poderá ter funcionado como um dos principais fatores ignidores da sua posterior exoneração.

Saliente-se igualmente uma outra importante limitação relativa ao poder naval russo, a qual decorre da inexistência de bases externas de apoio, não obstante a existência de conversações para o efeito com o Iémen e o Vietname, e a probabilidade de manutenção da única atualmente existente, localizada em Tartus, Síria, estar profundamente dependente da sobrevivência do regime sírio. Releve-se também neste âmbito a decisão de transferência do Comando da Frota do Mar Negro, de Sebastopol na Crimeia ucraniana, para a cidade russa de Novorossiisk, na costa russa do Mar Negro, o que conferirá à Federação uma independência adicional relativamente à Ucrânia, a qual deverá ser conjugada igualmente com o *bypass* energético que a Federação Russa pretende efetuar a este país através da construção do gasoduto South Stream, anteriormente analisada.

Paralelamente, no que diz respeito à execução dos programas de reequipamento do Exército e Força Aérea, coloca-se óbvia e igualmente a problemática da capacidade tecnológica e de resposta do complexo militar industrial, o qual em grande parte se encontra obsoleto ou rapidamente a caminhar nesse sentido, pelo que se considera de baixa probabilidade o cabal cumprimento dos prazos entretanto estabelecidos.

Releve-se ainda a prioridade que neste processo tem tido a modernização das forças nucleares estratégicas, mesmo no pós-conflito com a Geórgia, nomeadamente a força de submarinos e mísseis balísticos, que consumirão aproximadamente cerca de ¼ do total do programa de investimentos planeados até 2020. Tal poderá decorrer essencialmente do receio existente nas elites político-militares motivado pela redução das armas nucleares estratégicas, nomeadamente dos mísseis balísticos intercontinentais, bem como da obsolescência dos respetivos lançadores, em especial os submarinos nucleares, e como tal garantir dessa forma a segurança nacional prioritariamente através do vetor nuclear. A concretizar-se este cenário, em muito se poderá constituir como (mais) uma limitação à transformação e modernização das forças convencionais, não obstante a tipologia dos atuais e futuros conflitos estar perfeitamente assimilada por aquelas elites e considerado ser necessário uma rápida evolução das Forças Armadas nesse sentido, constituindo-se assim uma problemática passível de encerrar alterações num futuro próximo.

Relativamente à capacidade de Comando, Controlo, Comunicações, Computadores e *Intelligence* (C4I), uma séria limitação das Forças Armadas russas, muito embora esteja em desenvolvimento um projeto de completa automatização do escalão Brigada, são vários os obstáculos à sua plena concretização, em especial derivado do seu elevado custo, cerca de 250 milhões de USD por Brigada, da sua total dependência do sistema de posicionamento global russo Glonast, que apresenta igualmente substanciais deficiências,

474 Não se descartando igualmente a existência de pressões ou interesses menos claros nesse sentido.

bem como das limitações de ordem tecnológica que a indústria de defesa russa apresenta também neste subsector. Como agravante, o sistema terá que ser alargado aos escalões superiores, incluindo para além do nível operacional, o escalão estratégico, o que se afigura uma tarefa de complexa realização, dado que, ao contrário do que já sucede com alguns equipamentos e sistemas de armas, a aquisição no exterior é, de todo, inviável, dada a sua elevadíssima criticidade e os riscos que daí adviriam⁴⁷⁵.

Por último, refira-se que o sucesso destes programas de reequipamento e modernização em muito dependerá, não apenas da simples substituição do equipamento existente ou da introdução de novo, mas também da aposta decisiva na sua adequada manutenção, função logística praticamente inexistente durante alguns anos após o colapso do regime soviético, e que se mantém como uma das mais sérias limitações das Forças Armadas russas.

Uma breve referência relativa à nova doutrina militar, elaborada em 2010⁴⁷⁶, e da qual ressalta em primeiro lugar, segundo a perspetiva russa, a necessidade de contenção do ocidente:

- a Oeste, decorrente do processo de alargamento e aproximação da NATO às fronteiras da Federação, mas também no plano global, dado o crescente papel da organização neste âmbito, pelo que a NATO é, explicitamente ou não, considerada como uma ameaça;
- na Ásia Central, através da tentativa de instalação de forças e bases militares em países da região;
- no plano global através da destabilização da situação interna de países com os quais a Rússia mantém relações cordiais ou que, no mínimo, não lhe são hostis.

Em segundo lugar, porventura o mais relevante, o realismo que o documento encerra, dado que não obstante a Federação se declarar como uma potência de aspirações e dimensão global, a conceptualização estratégica é no entanto efetuada de forma clara apenas no plano regional, ressaltando assim o desejado estatuto hegemónico no espaço pós-soviético, que se constituirá, de facto, como o grande objetivo estratégico a promover. Deste modo, deverão ser enquadradas neste contexto as iniciativas diplomáticas, energéticas e de segurança efetuadas naquele espaço, a exemplo do que sucedeu, entre outras, com a execução do Exercício “Tsentr” da CSTO, realizado em 2011, e cujo cenário base consistia no desenvolvimento de uma força de reação rápida da organização por forma a neutralizar uma tentativa de mudança de regime no Tajiquistão, precisamente no decurso da emergência ou consolidação das chamadas “Primaveras Árabes” e após a ocorrência das chamadas “Revoluções de Veludo” já anteriormente referidas.

No que concerne à utilização de armas nucleares, cuja correlação de forças é consi-

475 Para além dos sistemas Mistral adquiridos à França, já anteriormente referidos, a Federação adquiriu, entre outros, um sistema de simulação à Alemanha, *drones* a Israel, espingardas *sniper* ao Reino Unido, viaturas blindadas de transporte de pessoal (VBTP) à Itália (que entretanto produz na Rússia), tendo estabelecido uma parceria com a Índia para o fabrico de carros de combate e aeronaves. Bettina Renz e Rod Thornton (2012).

476 Aprovada em Fevereiro de 2010 e a terceira versão desde o colapso da URSS. Acedido em 2011.

derada como estando em causa devido ao anunciado sistema de defesa antimíssil norte-americano, é evidenciado que a sua posse “permanece um importante fator na prevenção de eclosão de um conflito nuclear, bem como de conflitos envolvendo a utilização de meios convencionais”, o que é consentâneo com a decisão de atribuir elevada prioridade à modernização das suas forças nucleares estratégicas. Ainda neste âmbito, saliente-se que relativamente ao emprego de armas convencionais, especialmente as munições guiadas de elevada precisão, ressalte-se a assunção de que dado os seus efeitos poderem ser tão devastadores quanto os resultantes de um ataque nuclear, e nesse sentido podendo ameaçar a existência do Estado, desse modo, ainda que implicitamente, estará equacionado o cenário em que a resposta poderá envolver a utilização da arma nuclear.

Quanto à política de alianças e/ou de cooperação político-militar e técnico-militar, se por um lado reforça o realismo atrás mencionado relativamente a considerar o controlo do espaço pós-soviético como o grande objetivo estratégico a promover, por outro lado é clara a priorização definida, sendo de destacar:

- no quadro da CSTO a promoção da criação de forças combinadas por forma a garantir uma situação de segurança coletiva;
- no da Comunidade de Estados Independente em garantir a segurança regional e internacional, bem como a execução conjunta de operações de manutenção de paz;
- no âmbito da SCO a promoção de esforços tendentes a enfrentar novas ameaças no respetivo espaço comum;
- no das Nações Unidas e de outras organizações internacionais, a participação e liderança de operações de manutenção de paz;
- finalmente, a Bielorrússia constitui o único país para o qual é expressa a individualização da cooperação, o que naturalmente traduz a elevadíssima importância que a Federação atribui à manutenção deste ator sob seu controlo.

Relativamente às limitações que poderão interferir e/ou impedir a total ou parcial execução das reformas iniciadas, e independentemente do grau de e/ou probabilidade de concretização das medidas atrás referidas, o facto mais importante subjacente à decisão nesse sentido residuiu na clara assunção pelas elites dirigentes da sua necessidade, por forma a contribuir para que a Federação garanta plenamente a salvaguarda ou consecução dos seus interesses nacionais e respetivos objetivos a eles associados. Com efeito, a validade do emprego do vetor militar mantém toda a sua importância, especialmente na área de influência externa considerada prioritária e se conjugado com outros instrumentos da política externa, podendo assim constituir-se como fundamental no garantir do controlo do espaço pós-soviético, ou, no mínimo, impedir a ocorrência de alterações bruscas no atual *status quo* de que possam emergir forças centrífugas de difícil contenção ou inversão. Tal apenas será exequível com umas Forças Armadas de génese conjunta, com carácter essencialmente expedicionário, possuindo efetiva capacidade de transporte estratégico por forma a rapidamente serem projetáveis, no fundo uma tipologia idêntica à adotada há longos anos pela generalidade das Forças Armadas ocidentais.

Contudo, a efetivação da atual reforma em curso poderá, contrariamente ao de-

sejado, depender menos da primazia dos interesses nacionais que lhe servem de referencial, mas sim da capacidade de ultrapassar significativo número de fatores, quer de âmbito interno, quer de âmbito externo, que direta e indiretamente influenciam o processo. Entre outros, saliente-se a necessidade de um clima económico externo e interno favorável, sem o qual se verificará uma drástica redução dos meios financeiros, uma evolução positiva do quadro relacional civil-militar, a harmonização (possível) dos inúmeros e poderosos interesses corporativos instalados há longos anos no aparelho securitário russo, ou a minimização do peso decisório transversal que o complexo militar industrial possui em praticamente todos os níveis políticos, sociais e económicos do país. Face à dimensão e complexidade deste contexto, especialmente o interno, fácil é de ver que a concretização das medidas atrás referidas, especialmente numa instituição militar formatada por décadas de regime soviético e encerrando múltiplas disfunções, bem como um complexo militar-industrial de génese monopolista e de rejeição feroz da concorrência, especialmente a externa, provocou inúmeras resistências e anticorpos. Em seu resultado ou constituindo um poderoso fator nesse sentido, o facto é que Serdyukov foi exonerado em Novembro de 2012 por alegadas práticas de corrupção, tendo sido substituído por Sergei Shoigu, um General do Exército integrante dos círculos de poder de Putin que durante longos anos ocupou o cargo de Ministro das Situações de Emergência.

Não obstante ter decorrido um reduzido espaço temporal desde a sua nomeação, algumas decisões do novo Ministro da Defesa, poderão constituir desde já indícios no sentido de uma eventual e parcial inversão da dinâmica reformista a que as Forças Armadas têm sido submetidas. Com efeito, e por paradoxal que possa parecer o facto de Putin e Medvedev terem elogiado de forma clara o trabalho do seu antecessor, o novo Ministro da Defesa encontrar-se-á sobre uma intensa pressão por parte da estrutura superior das Forças Armadas no sentido de inverter ou amenizar muitas das medidas entretanto tomadas no âmbito da reforma do setor⁴⁷⁷. Nesse sentido foi decidida a reabertura das algumas das escolas e academias militares, porém terminando com o carácter conjunto que nas mesmas se havia estabelecido, retomando assim o antigo sistema de ensino militar em que um oficial após a conclusão dos seus quatro anos de formação inicial integrava durante mais três anos a escola da respetiva Arma ou Serviço, a que se seguiam mais dois ou três anos na Academia de Estado-Maior, numa sequência em que era total a ausência da função Comando ou trabalho conjunto com oficiais dos outros Ramos. Numa primeira análise esta decisão inverte totalmente o conceito implementado pelo seu antecessor relativamente à necessidade e criação de centros de formação e treino conjuntos, cujos oficiais teriam certamente maiores e melhores competências, quer para integrarem os Comandos Estratégicos Conjuntos entretanto criados, quer para servirem num Estado-Maior General que igualmente se pretende com um carácter genuinamente conjunto.

Como agravante, os elementos civis colocados pelo seu antecessor em cargos dirigentes do Ministério da Defesa e em que cuja responsabilidade primária se focalizava nas

477 Alexander Goltz (2013).

áreas de planejamento e gestão de recursos humanos e materiais, já se estarão a constituir como os próximos alvos, o que a confirmar-se revela uma clara vitória do *apparatchik* ainda simpatizante do modelo soviético, constituindo esse cenário como um sério entrave à continuação do ímpeto reformista.

Por outro lado, não obstante ter sido validado o contrato assinado com a empresa italiana IVECO para o fornecimento e transferência de tecnologia de viaturas blindadas de rodas de transporte de pessoal, as quais serão produzidas na Federação, as aquisições ao exterior poderão sofrer igualmente uma significativa inflexão, em grande parte derivada da intensa pressão que o complexo militar-industrial tem efetuado nesse sentido.

Por fim uma referência às consequências que o atual problema demográfico russo poderá ter na manutenção e sustentação de Forças Armadas com uma dimensão desejada próxima de um milhão de efetivos, o qual constitui, de forma clara, um obstáculo inultrapassável, e como tal, numa perspectiva otimista, o grande fator impulsionador de umas Forças Armadas de menor dimensão, mas desejavelmente de maior qualidade. Com efeito a situação demográfica do país não permite, de todo, a manutenção de umas Forças Armadas com a atual dimensão assentes na conscrição, já que para manter um milhão de efetivos com um regime de conscrição de 12 meses⁴⁷⁸, horizonte temporal insuficiente para uma adequada formação e treino, a Federação necessitará anualmente entre 600.000 a 700.000 novos conscritos, número que praticamente representa a totalidade da juventude do país em condições de cumprir o serviço militar. Como agravante, deste eventual universo de recrutamento, apenas cerca de 400.000 novos conscritos estarão de facto disponíveis, o que de imediato inviabilizaria o objetivo traçado. Considerando esta vulnerabilidade, a eventual reintrodução da conscrição por um período de dois anos poderá constituir uma medida tendente à sua minimização, porém tal acarretaria enormes custos políticos e sociais, pelo que a adoção de tal modalidade em face da atual crescente contestação ao regime não se afigura credível. O aumento da semi-profissionalização⁴⁷⁹, considerando que umas Forças Armadas totalmente profissionalizadas estará por enquanto fora de questão, poderá assim constituir a única via, porém abandonando forçosamente o objetivo de um milhão de efetivos. Com efeito, desta forma no plano financeiro, um corpo de contratados compreendendo entre 400.000 e 500.000 efetivos poderá traduzir-se num aumento do orçamento destinado à defesa de até 3,5%⁴⁸⁰, o que para além de significar um substancial esforço económico adicional, apenas poderá ser exequível com a manutenção de um clima económico interno e externo favorável, cenário que envolve certamente um significativo grau de incerteza.

Deste modo, em face das atuais condições económicas do país, do clima político e social vigente, das limitações de génese estrutural das Forças Armadas atrás mencionadas,

478 Em 2007 o SMO foi reduzido de dois anos para 18 meses, e posteriormente para um ano, sendo que apesar de popular, a medida não encontrou qualquer aceitação no seio da instituição militar russa.

479 Situação em que os contratados terão de encontrar nas Forças Armadas condições salariais e sociais apelativas e concorrenciais com as praticadas no restante mercado de trabalho.

480 Stephen Blank (2012).

e considerando como válido o pressuposto de que existe de facto vontade política para levar a cabo a sua reforma no sentido de as tornar numa estrutura com eficiência semelhante às congéneres ocidentais, considera-se bastante provável, quiçá uma inevitabilidade, uma redução do seu efetivo atual, o qual constituindo atualmente cerca de 850.00 elementos, poderá em 2017 atingir os 650.00/700.000, em que cerca de 475.000 poderão ser contratados⁴⁸¹. Contudo, e como anteriormente referido, serão múltiplas e variadas as resistências a qualquer decisão nesse sentido, a qual por encerrar uma elevada dose de logicidade chocará com o conservadorismo do aparelho de segurança russo, muito embora a dimensão de tal choque possa diminuir com o rejuvenescimento dos quadros que a curto e médio prazo se fará necessariamente sentir, os quais tenderão naturalmente a perder ou a suavizar os referenciais herdados da era soviética.

Em conclusão e no que respeita à importância das Forças Armadas enquanto vetor integrante da geopolítica e geoestratégia da Federação Russa, dir-se-ia que, após anos de quase completo abandono a que foi sujeita a instituição militar, teve em Putin e na sua equipa dirigente os grandes impulsionadores no sentido da sua reforma para melhor dar resposta às ameaças e complementar os restantes vetores da política externa e de segurança e defesa russa.

Com efeito, parece ter sido claramente interiorizado pelas elites russas o facto de que a manutenção da estrutura herdada do anterior regime, é, em primeiro lugar, incompatível sob o ponto de vista financeiro, em segundo revela-se totalmente desajustada no plano funcional face a uma nova realidade securitária interna e externa, e por último constituiria uma decisão em verdadeiro contraciclo com a tendência que há décadas se tem vindo a desenhar em Forças Armadas ocidentais mais evoluídas, estas um incontornável referencial e guia para as congéneres russas.

Por outro lado, julga-se importante evidenciar que numa perspetiva geopolítica e face aos reais objetivos e interesses nacionais russos, quer os que resultam das suas preocupações de segurança interna, quer os decorrentes da desejada projeção de poder e controlo da sua área de influência, assumindo-se assim a sua génese de potência regional por incapacidade da sua afirmação no plano global, um potencial militar de menor dimensão do que o atual, embora qualitativamente superior no plano organizacional e funcional, seria porventura mais equilibrado e harmónico em função de tais objetivos, encontrando-se assim este desiderato claramente ao seu alcance.

Porém, enquanto numa perspetiva de pura lógica este seria porventura o objetivo estratégico a promover, a atual realidade russa, em muito ainda influenciada e dominada pelo anterior estatuto de superpotência, poderá forçar a tentativa de recuperação deste último, cenário que face às limitações e constrangimentos de ordem vária que o país encerra se poderá revelar como “o” verdadeiro fator impeditivo de realização de qualquer alternativa credível. Como corolário dir-se-á que a plena e eficaz afirmação do vetor militar russo em apoio da segurança interna ou da política externa de segurança e defesa, e consequentemente contribuição para a defesa e consecução dos interesses e objeti-

481 Alguns autores referem que mesmo esta meta poderá ser excessivamente otimista. Rod Thornton (2012).

vos nacionais, em muito dependerá da eficaz gestão e equilíbrio do binómio intenções-capacidades, a qual, recorde-se, num passado ainda recente se revelou profundamente desastrosa e porventura a grande causa da implosão do anterior regime soviético.

5.2. Serviços de Informações

De todas as grandes convulsões geradas em consequência do processo de implosão da URSS, a comunidade dos Serviços de Informações russos constitui porventura a que menos disfuncionalidades e alterações de génese estrutural sofreu, não sendo por certo estranho o facto de durante décadas se terem assumido como o sector melhor organizado, possuidor dos quadros melhor qualificados e o principal sustentáculo do regime soviético.

Tal situação foi ela mesma geradora de dois importantes factos no período pós-soviético – se por um lado contribuiu para minimizar e controlar de alguma forma as profundas perturbações de génese múltipla ocorridas desse período, e neste quadro o seu papel foi claramente positivo, dado que impediu a ruptura total do sistema político, económico e social, por outro, devido à assunção de grande número de elementos seus de cargos dirigentes em todos os sectores da vida política e económica do país, interferiu substancialmente na manutenção do carácter fechado do regime, operacionalizando directa e/ou indirectamente muitos dos entraves que se lhe colocam no sentido da sua abertura.

Atualmente, ainda que se tenha observado no desempenho naqueles cargos alguma diluição ou difusão na sua tradicional postura⁴⁸², o facto de a origem, formação e cultura organizacional comum, evidenciarem um misto de nacionalismo conjugado com poderosas agendas pessoais e corporativas, permanece como um significativo fator influenciador de todos os sectores do regime.

Nesse sentido, é assim explicável o facto de todas as tentativas de reforma a que a comunidade de informações russas foi sujeita, na realidade resultaram efetivamente no alargamento da sua área de atividade, assim como do âmbito da sua atuação⁴⁸³, especialmente no que diz respeito ao serviço de informações interno, FSB, o qual em razão desse facto possuirá igualmente um claro ascendente sobre o Serviço externo, SVR, bem como terá retirado competências aos congéneres militares. Saliente-se contudo que a dureza e instrumentos dos antigos métodos da era soviética, bem como a imunidade e impunidade que lhes estava associada, desapareceram significativamente na Rússia atual, demonstrando assim o país neste âmbito uma clara aproximação ao quadro legal e de funcionamento dos congéneres ocidentais. Contudo, especialmente no quadro da segurança interna, tem sido amplamente criticado no plano internacional o recurso à eliminação física de oponentes do regime com ligações ao terrorismo internacional, a exemplo do alegadamente sucedido com o assassinio

482 Não obstante alguns autores, como Mihai Paceba, um Oficial General dos Serviços de Informações romenos que em 1978 desertou para os EUA, afirmem que enquanto a KGB se constituía como “um Estado dentro do Estado”, atualmente o seu sucessor, o FSB, “dirige o Estado”. Frederick Strachan (2011).

483 Ainda assim, releve-se que no plano organizacional e funcional a KGB soviética foi desmembrada no serviço interno, o FSK, que daria mais tarde origem ao atual FSB, no serviço externo, o SVR, no serviço de Sigint FAPSI e no Serviço de Guardas de Fronteira. Contudo, em 2003 este último foi integrado no FSB, e abolido o FACSI grande parte das suas atribuições e responsabilidades passaram igualmente para o FSB.

seletivo de todos os autoproclamados “presidentes” chechenos.

Relativamente ao papel da comunidade de *intelligence* da Federação enquanto integrante, executante e instrumento de apoio à estratégia nacional russa, a implosão do anterior regime em nada diminuiu a vital importância, aliás assumida oficialmente, destes serviços na consecução e salvaguarda dos objetivos e interesses nacionais.

Quanto à sua organização, funcionamento e grau de eficiência, integram de forma clara o grupo dos “melhores entre os melhores” no plano global, não obstante terem vindo nos últimos anos a evidenciar algumas deficiências e carências de índole tecnológica, consequência direta das vulnerabilidades que o país apresenta neste sector, as quais não são, de todo, possíveis de eliminar através do recurso direto a qualquer mercado externo, dada a sensibilidade que as envolve. Releve-se contudo a parcial minimização deste *handicap* através da qualidade da *intelligence* que evidenciam no recrutamento e gestão de fontes humanas, *Humint*, tipologia de longa tradição e considerada como uma mais-valia não passível de alienar ou substituir por novas tecnologias.

5.3. Forças Policiais

Numa perspetiva histórica a manutenção da lei e ordem pública na Rússia sempre se baseou mais em corpos policiais fortemente politizados e/ou militarizados do que propriamente nos corpos policiais funcionalmente vocacionados para o efeito, sendo desse modo enfatizada e priorizada a segurança interna e os seus principais instrumentos, designadamente os Serviços de Informações, e assim considerada a força policial como secundária ou auxiliar do regime.

Tal situação manteve-se no período subsequente ao colapso da URSS, tendo inclusivamente sido especialmente agravada, numa primeira fase, pela interpenetração do corpo policial com as redes de crime organizado, e mais recentemente pela significativa substituição e liderança das atividades destas últimas por grupos organizados de elementos das forças policiais, sendo estas um dos principais rostos e agentes do fenómeno da corrupção que grassa no país. Releve-se que, também neste sector, o fenómeno da corrupção, mais do que o carácter endémico que encerra e considerando os baixos salários praticados, é largamente aceite no seio das forças policiais como um meio suplementar de rendimento, e assim percepcionado como um mecanismo quase legítimo de angariação de meios adicionais de subsistência⁴⁸⁴.

Apenas em 2009, durante a presidência de Medvedev, se encetaram passos no sentido da reforma do aparelho policial, sendo de destacar essencialmente a adoção de três grandes medidas: (1) a integração do seu orçamento nas contas gerais do Estado, (2) a sua reestruturação e redimensionamento e, (2) o aumento salarial generalizado da força.

Relativamente à questão orçamental, tal foi efetuado através da simples subtração dos respetivos meios financeiros aos orçamentos das regiões, facto que teve desde logo repercussões no plano político, já que potenciou significativamente o controlo de Mos-

484 Esta é mesmo uma tradição da era czarista, em que tal prática recebia a designação de “kormlenie” ou “alimentação”. Mark Galeotti (2010).

covo sobre as regiões, onde era visível a utilização do aparelho policial para a concretização de agendas pessoais dos respectivos líderes locais. Com efeito, a nova dependência financeira do poder central entretanto criada reforçou consideravelmente a subordinação das chefias da força policial local ao Ministério do Interior, retirando assim liberdade de ação e poder discricionário ao poder político regional⁴⁸⁵, o qual se assumia mesmo como desafiador da “vertical de poder” polarizada em Moscou.

Quanto ao processo de reestruturação e redimensionamento, que basicamente se resumiu ao corte de 20% nos efetivos e que constituiu o principal mecanismo que permitiu o aumento salarial referido, os resultados poderão estar seriamente comprometidos, já que não obstante alguma vontade política na sua execução, é clara a inexistência de uma base conceptual de suporte, bem como a definição clara e precisa dos objetivos a atingir.

Não obstante as limitações e disfunções de génese endémica que o corpo policial evidência, de que a corrupção se constitui como a mais nefasta e que mais obstáculos poderá colocar ao processo reformista, ainda assim poderão ter sido dados passos importantes no sentido de uma primeira fase de democratização do corpo policial, sendo neste âmbito de destacar a aprovação de uma nova Lei da Polícia que introduziu, entre outros, a obrigatoriedade da identificação dos agentes quando tal for solicitado pelos cidadãos, a informação a estes últimos dos seus direitos quando detidos, ou a alteração da designação soviética de “Milícia” para “Polícia”. Contudo, a plena evolução do corpo policial da Federação no sentido da aproximação do seu desempenho a moldes idênticos aos congêneres ocidentais ou de países desenvolvidos, é um processo complexo que apenas poderá ser realizado de forma efetiva com um claro apoio e vontade política, não se descartando, mesmo neste cenário, que a sua plena execução possa encerrar um processo longo e complexo.

6. Notas Finais: Conclusões

O processo evolutivo e de recuperação nacional que a Federação Russa encetou a partir do início do novo milénio apenas foi possível devido à conjugação de vários fatores internos e externos, entre os quais se destacam: a firmeza e lucidez da liderança de Vladimir Putin, necessariamente consensualizada e assumida pela elite dirigente, o potencial de recursos naturais que o país encerra, uma conjuntura económica internacional bastante favorável e a elevada dependência de atores externos do potencial energético russo, designadamente de petróleo e gás natural.

Se por um lado a oportunidade proporcionada pela génese essencialmente conjuntural dos fatores anteriormente referidos não foi desperdiçada, permitindo dessa forma à Federação a progressiva recuperação e reafirmação de um estatuto consentâneo com a sua dimensão geopolítica, por outro a execução de tal processo não eliminou ou minimizou as profundas e múltiplas limitações e vulnerabilidades da Federação, estas assentes

485 Recorde-se neste âmbito o ocorrido em 2008 em Vladivostok quando a força policial local, em clara conivência com o Governo regional, se recusou a dispersar uma onda de protestos, forçando ao transporte de uma força anti-motim localizada em Moscou para a resolução da situação.

num referencial primariamente estrutural e visíveis há longuíssimos anos.

Ao estável mundo bipolar em que o vetor militar ditou o estatuto de superpotência da Federação Russa, e de cuja perda são ainda visíveis traumas, seguiu-se a rápida transição do sistema internacional para um referencial de elevada incerteza e instabilidade, em que o vetor económico se revela como um dos seus principais fatores influenciadores.

Se numa perspetiva as dinâmicas e forças motrizes deste novo referencial geopolítico se revelam hostis aos seus interesses nacionais e difíceis de contornar pela Federação, noutra, a conjugação da formatação política, económica e social que esta experimentou durante décadas de regime soviético com a secular carga e identidade genética que transporta, constitui-se como um fator inercial pouco passível de contrariar aquela realidade.

Com efeito, não obstante a substancial influência que fatores de ordem externa possam ter no processo de (re)afirmação da Federação no plano internacional, será essencialmente no plano interno que poderá residir grande parte do sucesso de tal processo, sendo que no entanto a estruturalidade da mudança necessária para o efeito introduz um fator de acrescida complexidade e dificuldade no mesmo. Neste quadro, um processo reformista e de mudança tendo por base a “arte do possível” poderá revelar-se insuficiente e incapaz de efetivar a dimensão do seu potencial em projeção geopolítica da Federação, tendo assim necessariamente a “força da vontade” de se impor no sentido de romper a génese estrutural das limitações e vulnerabilidades atrás enunciadas e assim constituir-se como a forma mais segura e credível para a sua viabilização.

Relativamente à tipologia que os eventuais cenários de evolução a emergir no curto/médio prazo possam encerrar, sendo por demais evidente a complexidade e dificuldade da sua elaboração, dada a multiplicidade, interconectividade e interdependência das variáveis passíveis de os influenciar ou anular, existem contudo indícios e realidades várias que em muito os poderão marcar.

No plano interno haverá desde logo que considerar a ascensão, ainda que lenta, de uma classe média que tem vindo progressivamente a quebrar constantes e práticas sociais e políticas da era soviética ainda presentes, e que, por força da sua crescente politização e democratização, tem como que denunciado um acordo tácito firmado com o regime em que de certa maneira consentia de forma assumida o carácter musculado e autoritário deste último em troca da estabilidade do sistema político, social e económico.

Com efeito, não obstante ser claro o sentimento de rejeição de um retorno à situação de caos experienciada na era Yeltsin, em que a abertura democrática do regime foi utilizada e instrumentalizada como seu fator ignidor, e nesse sentido ser aceite como necessária e fundamental a reposição da ordem institucional, o centralismo do regime imposto por Putin encontra-se sob críticas crescentes de difícil controlo ou anulação sem que antes se proceda à sua abertura.

Se por um lado este facto se projeta no quadro de relações de poder existente no regime, por outro as alterações resultantes dessa pressão poderão contribuir, ou para a aceleração da sua democratização, que aliás indícios vários parecem contrariar, ou, pelo contrário, levar ao desgaste e enfraquecimento da ação e poderes presidenciais de Putin e consequentemente à perda de controlo, ruptura de equilíbrios e natural pulverização

daquele quadro relacional.

Tratar-se-á assim da escolha existencial anteriormente referida – a desejada abertura do regime tendente ao desenvolvimento e reafirmação do país, poderá provocar a ruptura dos equilíbrios que lhe poderiam servir de referencial e guia. Como se torna evidente, são inúmeros os fatores de incerteza associados a esta eventual mudança, sendo contudo de admitir que, quer a sua efetivação, quer a manutenção ainda que temporária da atual situação, seja passível de encerrar alguma conflitualidade política e social.

Algumas das recentes decisões do regime no plano interno revelam contudo o endurecimento da sua génese, a exemplo do sucedido com a nova legislação enquadrante das Organizações Não Governamentais, cujo real objetivo parece residir no controlo de potenciais fontes e atores externos passíveis de influenciarem a situação política interna.

Saliente-se que tal medida se projeta igualmente no plano da política externa, já que a retórica anti-americana que lhe foi associada, se por um lado apoia e legítima de forma indireta a opção política por um conservadorismo em detrimento dos ideais neoliberais atualmente em voga, por outro é claramente influenciadora do relacionamento bilateral americano-russo.

Ainda no plano político interno parecem começar a surgir indícios vários da eventual antecipação da era pós-Putin, sem que contudo sejam as forças sociais a ter papel ativo nesse processo, mas sim em resultado da reestruturação e rearranjo das dinâmicas de poder no seio do regime. Na eventualidade de se assistir a um endurecimento da presidência perante as elites no sentido de aumentar a dependência destas da cúpula do regime e garantir assim a sua lealdade, afigura-se que este processo poderá encerrar debilidades e riscos vários, dado que se constitui como um processo difícil de gerar novos equilíbrios ou de manter os atuais.

A situação económica interna constitui-se igualmente como um poderoso fator influenciador, quer da evolução da situação política e social interna, quer da política externa da Federação. No que concerne à influência que projeta no plano interno, releve-se desde logo o vasto conjunto de programas sociais que se encontram profundamente dependentes do vetor económico, em que o sector energético possui vital importância, sendo de relevar, entre outros, a questão das pensões de reforma ou da habitação social aos servidores do Estado.

O carácter essencialmente monoexportador da economia russa poderá revelar-se como uma das maiores vulnerabilidades à manutenção do significativo apoio social atualmente garantido pelo Estado, sendo que a flutuação dos mercados internacionais de *commodities*, bem como a diminuição da procura registada em resultado da atual crise económico-financeira constituem variáveis sobre as quais a Federação não possui praticamente qualquer controlo. Adicionalmente, este facto é igualmente passível de gerar graves repercussões no plano da segurança e defesa, nomeadamente no programa de reequipamento e modernização das Forças Armadas russas, o qual poderá sofrer sérios revezes, já que, para além das limitações de ordem tecnológica e de capacidade de produção que a indústria de defesa encerra, ou as que de índole organizacional se fazem

sentir, a sua viabilidade depende em grande parte da receita obtida pelo Estado através das exportações de matérias-primas. Acresce ainda neste quadro a incerteza causada pelo objetivo traçado de transformar a indústria de defesa no principal motor económico e de desenvolvimento do país, dada a reduzida ou falta de integração que se regista entre os vários sectores no plano económico interno.

Como agravante, a recente entrada do país na Organização Mundial de Comércio projetará efeitos negativos no plano económico interno logo que finalizado o período de transição, sendo especial e previsivelmente afetado o sector agrícola e agroalimentar, o que naturalmente se poderá traduzir no aumento da insatisfação social e na instabilidade política interna.

Por outro lado, e não obstante o peso que os fatores de ordem interna possuem no eventual sucesso de reafirmação externa e desenvolvimento da Federação Russa, afigura-se no entanto que, sem um substancial aumento da internacionalização da economia russa e uma maior integração no processo de globalização, a mudança exclusivamente de génese interna não seja passível de gerar os efeitos desejados. Contudo, e como anteriormente referido, a Federação para além de não possuir mecanismos eficazes para lidar com as dinâmicas globalizantes, não abandonou ainda o desejo de um sistema internacional estável, equilibrado e previsível, pelo que evidencia bastantes cautelas e reservas nesse quadro, o que se constitui como um fator inercial adicional. Ainda assim, é clara a percepção das elites quanto à necessidade de parcerias empresariais e de modernização estratégicas, prioritariamente no sector do petróleo e gás natural, dado constituir a principal mais-valia do seu potencial, mas também no sector da indústria pesada ou da alta tecnologia, áreas em que apresenta um atraso substancial em relação aos países desenvolvidos.

Relativamente ao papel (nefasto) que a eventual emergência das fontes não convencionais de energia possam produzir no sector energético russo, afigura-se que no curto/médio prazo não constituirão um fator perturbador, já que é previsível que, quer a Europa, quer a região Ásia Pacífico, por força das suas necessidades e pela ausência imediata de alternativas, continuarão a constituir-se como importadores fiáveis. Contudo, e não obstante a previsibilidade de a Federação Russa ser também possuidora de vastas reservas de petróleo e gás não convencionais, a eventual consolidação do mercado regional ou global com base em fontes de energia não convencionais, bem como a aproximação do mercado de gás natural a moldes idênticos ao do petróleo, poderá introduzir importantes fatores de mudança ao atual quadro energético. Entre outros, saliente-se especialmente a possibilidade de países atualmente importadores poderem atingir uma situação de relativa auto-suficiência, ou o aumento da oferta de alternativas que se colocará a países importadores que manterão a sua dependência energética.

No que concerne à influência que direta e/ou indiretamente o vetor económico projeta na política externa da Federação, releve-se que a crise financeira de 2008-09 constituiu para a Federação Russa, não apenas um fator motivador, mas também porventura um ponto de decisão relativamente a prosseguir um itinerário por si traçado e modelado. De facto, as disfunções várias, bem como as deficiências morais do neoli-

beralismo enquanto principal motor conceptual do processo de globalização, poderão ter apoiado a criação na elite dirigente russa de um sentimento de “rejeição relativa” desse fenómeno.

Deste modo a emergência da Ásia Pacífico como polo geopolítico e geoeconómico de primeira ordem, o surgimento de novos focos de conflitualidade e a continuidade dos existentes e a crise económico-financeira ocidental e alguma perda do protagonismo norte-americano, geraram percepções várias no seio da elite russa, das quais são de relevar: (1) a emergência de um mundo multipolar ser uma realidade, (2) a era de domínio ocidental encontrar-se em fase terminal, (3) ou da democracia nem sempre ser sinónimo de boa governança.

Conjugadas com a recuperação que a Federação experimentou na última dúzia de anos, assim como com as suas limitações e vulnerabilidade intrínsecas, tais percepções para além de se fazerem sentir no plano político interno, tiveram igualmente projecção no plano externo, assentando essencialmente numa independência moral e política da Federação que lhe permita seguir um itinerário por si traçado, ainda que este seja obviamente passível de substancial influência por parte de atores e ocorrências externas.

Deste quadro conceptual nasce assim uma linha de ação que se focaliza prioritariamente na (re)integração do espaço pós-soviético utilizando para tal a conjugação e coordenação da totalidade dos mecanismos existentes para o efeito e em seu apoio, a exemplo do que sucede com a CEI, a União Aduaneira, a CSTO, a SCO ou a União Euro-Asiática. Não sem que se faça sentir o peso de obstáculos e constrangimentos vários anteriormente enunciados na integração deste espaço, o facto é que para além de existir um substancial consenso nacional relativamente à questão, parece também clara a percepção das elites russas de que os processos de integração regionais possuem um carácter de maior fiabilidade do que outros de maior abrangência, e desta forma podendo encerrar uma eventual maior taxa de sucesso.

Num segundo nível de prioridade, a focalização na região da Ásia Pacífico, objetivo dependente no entanto do ultrapassar prévio de importantes limitações no plano interno, especialmente a necessidade de integração da Sibéria e do Leste russo com o resto do país, cuja não concretização o poderá limitar seriamente e mesmo inviabilizar. Neste quadro relacional com aquela região, que se poderá considerar genericamente como encontrando-se num mero processo de intenções, o modelo de desenvolvimento do Leste russo passará forçosamente pela transformação da região num imenso armazém de recursos naturais por forma a suprir as necessidades regionais asiáticas, especialmente as de génese agroalimentares e energéticas, modalidade que certamente encontrará apoios chineses, japoneses, sul-coreanos e outros, porém necessariamente a realizar num quadro de difícil equidistância e equilíbrio com os principais atores regionais entre os quais se verifica uma tensão geopolítica crescente. Esta opção poderá ter no entanto, adicionalmente, consequências negativas na diversificação da economia do país e na transformação do seu carácter monoexportador, inviabilizando-a ou adiando-a, mantendo-se assim a atual situação de refém da Federação neste quadro.

Num terceiro nível de prioridade a relação com a União Europeia, um parceiro co-

mercial indispensável que o relacionamento com a região Ásia Pacífico não é passível de alienar ou comprometer, sendo porém expectável que se assista à sua economização, dado o carácter crescente dos diferendos políticos entre ambos os atores, ainda que no plano bilateral, tipologia considerada como prioritária pela Federação, o vetor económico em muito possa minimizar o impacto negativo causado no quadro multilateral.

Neste âmbito, e sendo ainda ténues os efeitos multiplicadores que a entrada da Federação na Organização Mundial de Comércio nele poderão projetar, o quadro relacional com a Alemanha, França, Itália ou Holanda deverá permanecer como prioritário, e com potencial estratégico suficiente para pragmaticamente se impor e sobrepor, pelo menos parcialmente, ao de génese multilateral.

Num nível de prioridade que poderemos denominar de “dinâmico”, o relacionamento com os EUA tenderá a seguir o carácter cíclico e sinusoidal especialmente visível desde a ascensão de Putin, podendo assim variar entre o *reset* temporário de aparente harmonia e a tensão estratégica ou claro antagonismo, essencialmente devido a posições de acentuada divergência que se registam entre ambos os atores relativamente a inúmeras realidades do sistema internacional.

Neste quadro são de destacar, entre outras, as existentes no que respeita ao quadro evolutivo do sistema internacional, à reforma do sistema económico e financeiro, à forma e tipologia de resolução dos principais polos de conflitualidade, ao papel da NATO na segurança e defesa global e regional, à reforma das instituições e organizações internacionais, às visões antagónicas e/ou substancialmente divergentes que ambos possuem relativamente à região da Ásia Pacífico ou da Ásia Central, ou em relação à evolução do referencial energético global.

No que respeita ao relacionamento com o Médio Oriente e Golfo Pérsico, bem como numa perspetiva mais abrangente o relacionamento com o chamado “mundo árabe”, é expectável que a manutenção de equilíbrios e a não hostilização dos atores regionais deverá permanecer como prioridade de topo, em especial porque a verificar-se poderia projetar-se nas repúblicas do Cáucaso do Norte russo e constituir-se como fator ignidor da conflitualidade de génese independentista. Para além da fratura interna que provocaria, a qual não se descarta que pudesse minar outras regiões da Federação, a instabilidade da região possui suficiente potencial passível de minar a estratégia energética russa para com a Europa, precisamente um dos seus pilares de sustentação, bem como do fortalecimento da economia interna.

Finalmente, num nível inferior de prioridades, o relacionamento com os continentes latino-americano e africano, por ordem decrescente, e não obstante estas regiões encerrarem dois dos parceiros dos BRIC, o Brasil e a República da África do Sul, o facto é que (ainda) se revelam como regiões marginais da política externa russa, claramente desqualificadas em relação a outras regiões do globo, ainda que apresentem um significativo potencial de relacionamento no sector extrativo e no sector energético, neste último incluindo-se o nuclear.

Releve-se contudo que no plano da política externa se fazem também sentir disfunções várias, porém de génese essencialmente circunstancial e em resultado de rupturas ou

alterações de equilíbrios no seio do quadro de relações de poder, havendo neste quadro de não desprezar igualmente um cenário de desaparecimento do carácter consensual que a política externa russa tem registado no seio das elites. Ainda que sejam de difícil avaliação e determinação as consequências práticas que tal cenário possa projetar, saliente-se no entanto que a emergência de uma ruptura ou antagonismo graves entre os polos de poder que, por exemplo, dominam a Gazpom ou a Rosneft, considerando a importância que estes atores internos possuem em toda a política externa russa, se acompanhadas de uma perda de poder do polo presidencial, em muito poderão contribuir para, no mínimo, a sua indefinição, falta de coordenação ou desfocalização de objetivos mais amplos no plano externo.

Quanto à política de segurança e defesa da Federação Russa, e fundamentalmente em consequência da assunção das limitações que o respetivo vetor encerra, não obstante a primazia colocada no vetor nuclear por forma a manter uma situação de paridade estratégica com os EUA e China nesse quadro, tenderá sobretudo a focalizar-se no espaço pós-soviético e/ou circundante, em apoio dos processos e mecanismos de (re)integração existentes, evitando em simultâneo que atores externos à região possam determinar ou condicionar os respetivos processos de evolução política que necessariamente ocorrerão no curto/médio prazo.

Finalizando, dir-se-á que a futura realidade russa de curto/médio prazo em muito dependerá da “força da vontade” que as elites colocarão e desencadearão na mudança subjacente à simultânea reafirmação do país no plano externo e desenvolvimento no plano interno, não se afigurando assim a opção pela “arte do possível” suficiente para a concretização daqueles objetivos.

Bibliografia

- Aslund, Anders e Andrew Kuchins (2009). *The Russian Balance Sheet*. Washington: Peterson Institute for International Economics, Center for Strategic and International Studies.
- Aslund, Anders, Serguei Guriev e Andrew Kuchins (2010). *Russia after the global economic crisis*. Washington: Peterson Institute for International Economics.
- Barabanov, Oleg (2011). *Combating russian brain drain*. Valdai Discussion Club, Setembro 2011, disponível em <http://valdaiclub.com/science/29480.html>
- Barka, Habiba Ben e Kupukile Mlambo (2011). “Russia’s Economic Engagement with Africa”. *Africa Economic Brief*, vol. 2, issue 7, 11 may 2011. The African Development Bank Group. Disponível em http://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/Russia's_Economic_Engagement_with_Africa.pdf
- Barnes, Andrew (2011). *The political economy of oil in Russia – Really existing capitalism?* Setembro 2011, Kent State University.
- BBC (2012). “Russia Expels USAID Development Agency”. *BBC News – Europe*, 19 de Setembro de 2012, disponível em <http://www.bbc.co.uk/news/world-europe-19644897>
- BBC (2012a). “Russia gets 30-year extension for base in Tajikistan”. *BBC News – Asia*, 5 Outubro 2012, disponível em <http://www.bbc.co.uk/news/world-asia-19849247>
- Bennetts, Marc (2012). “Proven Loyalty: Putin Maintains Control over Government”. *Russia Profile*, 22 maio 2012, disponível em <http://russiaprofile.org/politics/58977.html>
- Bin, Yu (2011). “China and Russia tussle over SCO’s future”. *Asia Times online*, 27 setembro 2011, disponível em <http://www.atimes.com/atimes/China/MI27Ad01.html>
- Blank, Stephen J. (ed.) (2012). *Can Russia Reform? Economic, Political and Military Perspectives*. US Army War College: Strategic Studies Institute.
- Blinnikov, Mikhail S. (2011). “A Geography of Russia and its Neighbours”. *A Guilford Series*, Syracuse University.
- Brzezinski, Zbigniew (2000). *The Geostrategic Triad*. Washington: Center for Strategic and International Studies (CSIS).
- Burgess, Philip (2010). *Foundations of the Russian Federation’s State Policy in the Arctic until 2020 and Beyond*. Disponível em http://icr.arcticportal.org/index.php?option=com_content&view=article&id=1791%3Afoundations-of-the-russian-federations-state-policy-in-the-arctic-until-2020-and-beyond&catid=45%3Anews-2007&Itemid=111&lang=sa.
- Carbonnel, Alissa de (2013). “Russian nuclear ambition powers building at home and abroad”. *The Star*, 23 julho 2013 disponível em <http://www.thestar.com.my/News/World/2013/07/23/Russian-nuclear-ambition-powers-building-at-home-and-abroad.aspx>.

- Caspian Report (2011). *Russia's Demographic Crisis*. 4 maio 2011 [vídeo online], disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=Y93ip0IMNj8>
- Center for Security Studies (2012). *Strategic Trends 2012: Key developments in Global Affairs*. Zurich: Center for Security Studies. Disponível em <http://www.css.ethz.ch/publications/pdfs/Strategic-Trends-2012.pdf>
- Chayes, A. e A. H. Chayes (1998). *The New Sovereignty: Compliance with International Regulatory Agreements*. London: Harvard University Press.
- Christoffersen Gaye (2012). "APEC 2012: Russia's state managed integration into the Asia-Pacific region". *E-International Relations (E-IR)*, 18 de setembro 2012, disponível em <http://www.e-ir.info/2012/09/18/apec-2012-russias-state-managed-integration-into-the-asia-pacific/>
- CIA (2012). *CIA World Factbook 2012*. Disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/download/download-2012/index.html>
- CIVICUS - World Alliance for Citizen Participation (2011). *Civil Society in Modernizing Russia*. Moscovo: Higher School of Economics - National Research University.
- Clover, Charles; David Gardner e Catherine Belton (2010). "Russia: the Third Man". *Financial Times: the Big Read*, 21 junho 2010, disponível em <http://www.ft.com/cms/s/0/3123c7a4-7d68-11df-a0f5-00144feabdc0.html#axzz2Laos6CGV>
- Constantin, Andrei (2013). "Putin and Medvedev: Instrument of the Russian Security Class?". *E-International Relations (E-IR)*, 23 de janeiro de 2013, disponível em <http://www.e-ir.info/2013/01/23/are-the-russian-presidencies-under-putin-and-medvedev-an-instrument-of-the-russian-security-class/>
- Crawford, David e Guy Chazon (2005). *A friendship forged in spying pays dividends in Russia today* [abstract]. Disponível em <http://www.readabstracts.com/Business-international/A-friendship-forged-in-spying-pays-dividends-in-Russia-today.html>
- Dimitrakakis, George; George Froudakis e Emmanuel Tylianakis (2009). "Designing novel carbon nanostructures for hydrogen storage". *SPIE Newsroom* 8 março 2009. Disponível em <http://spie.org/x33929.xml?pf=true&articleid=x33929>
- Dominguez, Edmé e Åsa Stenman (2009). *Latin America and the Regional Powers – a synthesis study*. University of Gotemburg: School of Global Studies.
- Ebel, Robert E. (2009). *The Geopolitics of Russian Energy*. Washington: Centre for Strategic and International Studies.
- Ebinger, K. Charles e Evie Zambetakis (2009). "The Geopolitics of Arctic Melt". *International Affairs* 85: 6, pp. 1215-1232.
- Econstudentlog (2012). *Population Densities in Russia's Regions*. Disponível em <http://econstudentlog.wordpress.com/2012/01/24/an-update-2/>

- Embaixada da Federação da Rússia em Portugal (2012). *Concept of the Foreign Policy of the Russian Federation*. Disponível em <http://www.embrussia.ru/node/114>
- Ernst & Young (2013). *An overview of the Russian and CIS automotive industry*. Ernst & Young, março de 2013. Disponível em [http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/An_overview_of_the_Russian_and_CIS_automotive_industry/\\$FILE/An_overview_of_the_Russian_and_CIS_automotive_industry-March_2013.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/An_overview_of_the_Russian_and_CIS_automotive_industry/$FILE/An_overview_of_the_Russian_and_CIS_automotive_industry-March_2013.pdf)
- European Commission (2011). *Europe in Figures: Eurostat Yearbook 2011*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- European Commission (2011a). *Key Figures on Europe: 2011 Edition*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- European Commission (2012). *Euratom Supply Agency Annual Report 2011*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- Fean, Dominic (2012). “Decoding Russia’s WTO Accession”. *Russie.Nei.Visions* n.º 64, fevereiro de 2012. Paris: IFRI Russia/NIS Center, disponível em <http://www.ifri.org/?page=contribution-detail&id=6996>.
- Fernandez, Rafael (2011). *GAZPROM European Final Markets*. Cleveland: United States Association for Energy Economics.
- Fidam, Hakan e Bulent Aras (2010). “The return of Russia-Africa relations”. *Bilgi* n.º 52, winter 2010, pp. 47-68. Istanbul: Ahmet Yesevi University Board of Trustees.
- Foreign Policy (2013). ‘*The Law of Politics*’ according to Sergei Lavrov, 29 de Abril de 2013, disponível em http://www.foreignpolicy.com/articles/2013/04/29/the_law_of_politics_according_to_sergei_lavrov_russia?print=yes&hidecomments=yes&page=full
- Frost, Alexander (2009). “The Collective Security Treaty Organization, the Shanghai Cooperation Organization and Russia’s Strategic Goals in Central Asia”. *The China and Eurasia Forum Quarterly*, Volume 7, No. 3, outubro 2009, pp. 83-102. Washington: Johns Hopkins University - Central Asia-Caucasus Institute & Silk Road Studies Program.
- Galeotti, Mark (2010). *Medvedev Police Reform is more about Control than Reform*. Radio Free Europe/Radio Liberty: Commentary, 7 janeiro 2010.
- Golts, Alexander (2013). “New defense minister at the mercy of conservative generals”. *Russia Beyond the Headlines*, 17 janeiro 2013. Disponível em http://rbth.co.uk/opinion/2013/01/17/new_defense_minister_at_the_mercy_of_conservative_generals_21963.html
- Gorenburg, Dmitry (2011). “The Russian Military’s Manpower Problem”. *Russian Military Reform* [blog], 29 julho. Disponível em <http://russiamil.wordpress.com/2011/07/29/the-russian-militarys-manpower-problem/>
- Greene, Samuel A. (2011). “Russia Civil Society, 20 Years Later”. *Revista CIDOB d’Afers Internacionals*, n.º 96, Dezembro de 2011.

- Haas, Marcel de (2010). *Russian Foreign Security Policy in the XXI Century: Putin, Medvedev and Beybond*, Routledge.
- Haas, Marcel de (2011). *Russia's Military Reforms: Victory after Twenty Years of Failure*. Clingendael Paper n.º 5. The Hague: Netherland Institute of International Relations. Disponível em http://www.clingendael.nl/sites/default/files/20111129_clingendaelpaper_mdehaas.pdf
- Haibin, Niu (2012). *BRICS in Global Governance: a Progressive Force?* Berlim: Friedrich Ebert Stiftung, Abril de 2012. Disponível em <http://library.fes.de/pdf-files/iez/global/09048.pdf>
- Halbach, Uwe (2012). *Vladimir Putin's Eurasian Union: a New Integration Project for the CIS Region?* SWP Comments 1, janeiro 2012. Berlin: German Institute for International and Security Affairs. Disponível em http://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/comments/2012C01_hlb.pdf
- Halliwell, Steven e Stephen Wegren (2011). "Investment in Russia". *Russian Analytical Digest*, n.º 99, 12 Julho 2011. Zurich: Centre for Security Studies, disponível em http://www.css.ethz.ch/publications/DetailansichtPubDB_EN?rec_id=1621.
- Hanouz, Margareta D. e Alexey Prazdnichnykh (2011). *The Russia Competitiveness Report 2011: Laying the Foundation for Sustainable Prosperity*. World Economic Forum/Asia Competitiveness Institute. Disponível em http://www3.weforum.org/docs/WEF_GCR_Russia_Report_2011.pdf
- Hoffmann, Katharina (2012). "Eurasian Union – a new name for an old integration idea", *Russian Analytical Digest* n.º 112, 20 abril 2012, pp. 2-4. Disponível em <http://www.css.ethz.ch/publications/pdfs/RAD-112.pdf>
- Houtven, Leo V. (2002). *Governance of the IMF: Decision Making, Institutional Oversight, Transparency, and Accountability*. Pamphlet Series n.º 53, Agosto 2002. Washington: International Monetary Fund. Disponível em <https://www.imf.org/external/pubs/ft/pam/pam53/pam53.pdf>
- Howard, Roger (2009). *The Arctic Gold Rush: the New Race for Tomorrow's Natural Resources*, London: Continuum Books. Disponível em <http://m.friendfeed-media.com/499b905ef67d447855fa33c7f7aba06d2263d11e>
- Hughes, James (2007). *Chechnya: From Nationalism to Jihad*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Hulbert, Mathew (s. d.). "Nord Stream: Neue Sorgen for Europe". *European Energy Review* [online]. Disponível em <http://www.europeanenergyreview.eu/site/pagina.php?id=3310>
- Interfax (2013). "Russians are ready to vote for Putin again – poll". *Russia Beyond the Headlines*, [online] 7 de maio 2013, disponível em http://rbth.com/news/2013/05/07/russians_are_ready_to_vote_for_putin_again_-_poll_25766.html

- Interfax (2013a). *Gazprom Neft works in Iraq in compliance with Iraq's Constitution - Iraqi foreign minister*. 22 de fevereiro de 2013. Disponível em <http://www.interfax.com/newsinf.asp?pg=17&id=397946>
- International Crisis Group (2012). *The North Caucasus: The challenges of integration (I), ethnicity and conflict*. Crisis Group Europe Report n.º 220, 19 outubro de 2012. Bruxelas: International Crisis Group. Disponível em <http://www.isn.ethz.ch/Digital-Library/Publications/Detail/?lng=en&id=154082>
- International Energy Agency (2011). *Natural Gas Information: 2012 with 2011 information*. IEA Statistics. Paris: International Energy Agency.
- Ivanov, Sergei (2012). *Russia Today talks to the russian president's chief of staff Sergei Ivanov, 24 June 2012*. [Video online]. Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=hsnxMB_yGXk.
- Jakobson, Linda; Paul Holtom; Dean Knox e Jingchao Peng (2011). *China's Energy and Security Relations with Russia: Hopes, Frustrations and Uncertainties*. SIPRI Policy Paper n.º 29, outubro de 2011. Disponível em <http://books.sipri.org/files/PP/SIPRIPP29.pdf>
- Judah, Ben; Jana Kobzova e Nicu Popescu (2011). *Dealing with a post-BRIC Russia*. London: European Council on Foreign Relations.
- Kaplan, Robert (2012). *The Revenge of Geography – what the map tells us about coming conflicts and the battle against fate*. New York: Random House.
- Karaganov, Sergei (2011). *Look East, Russia*. Project Syndicate [online] 22 Julho 2011, disponível em <http://www.project-syndicate.org/commentary/karaganov16/English>
- Katz, Santiago e Catrinus Jepma (2012). “Regulatory lag threatens to slow the stormy growth of the European gas market”. *European Energy Review* [online], 1 Março 2012. Disponível em <http://www.europeanenergyreview.eu/site/pagina.php?id=3560&zoeck=Regulatory%20lag%20threatens%20to%20slow%20the%20stormy%20growth%20>
- Klare, Michael T. (2012). *The Race for What's Left: the Global Scramble for the World's Last Resources*. New York: Metropolitan Books.
- Kononenko, Vadim e Arkady Moshes (2011). *Russia as a Network State: What Works in Russia When State Institutions do Not?* New York: Palgrave Macmillan.
- Korowicz, David (2012). *Trade-Off – Financial System Supply-Chain Cross-Contagion: a study in global systemic collapse*. Cloughjordan, Ireland: Feasta, the Foundation for the Economics of Sustainability.
- Kort, Michael (2008). *A Brief History of Russia*, New York: Facts on File.
- Koval, Alexandra (2011). “Contemporary Perspectives and Trends in Russian-Brazilian Relations”, *Russian Analytical Digest*, No. 91, 14 February 2011, pp. 8-10. Zurich: Center for Security Studies. Disponível em <http://www.css.ethz.ch/publications/pdfs/RAD-91.pdf>

- KPMG (2012). *Competitive Alternatives 2012 - KPMG's Guide to International Business Location Costs* [cartaz] disponível em www.competitivealternatives.com/reports/2012_com-palt_overview_en.pdf.
- Krauss, Clifford (2012). "Exxon and Russia's Oil Company in Deal for Joint Projects". *New York Times*, 16 abril 2012, disponível em <http://www.nytimes.com/2012/04/17/business/energy-environment/exxon-and-russian-oil-company-agree-to-joint-projects.html>
- Laruelle, Marlène (2012). "When the 'Near Abroad' Looks at Russia: the Eurasian Union Project as seen from the southern republics". *Russian Analytical Digest*, No. 112, 20 April 2012, pp. 8-11. Zurich: Center for Security Studies. Disponível em <http://www.css.ethz.ch/publications/pdfs/RAD-112-8-11.pdf>
- LiJiu, Wang (2012). "Russia's Eurasian Union Strategy and its Impact on Sino-russian Relations and SCO". *CIR*, vol. 22 n.º 2, Maio/Junho 2012, pp. 86-96. Disponível em http://eastviewpress.com/Files/CIR_3_2012_Eurasian%20Union.pdf
- Lo, Bobo (2008). *Axis of Convenience: Moscom, Beijing, and the Geopolitics*, London: Chatham House.
- Lobjakas, Ahto e Martin Mölder (ed.) (2012). *EU-Russia Watch 2012*. University of Tartu: Centre for EU-Russia Studies. Disponível em http://ceurus.ut.ee/wp-content/uploads/2011/06/EU-Russia-watch_1-20121.pdf
- Lough, John (2011). *Russia's Energy Diplomacy*. Chatham House Briefing Paper, Maio de 2011, REP RSP BP 2011/01. London: Chatham House.
- Marber, Peter (2009). *Seeing the elephant: Understanding globalization from trunk to tail*, New Jersey: John Wiley and Sons.
- Marceau, Gabrielle (2010). "The WTO in the emerging energy governance debate". *WTO Research and Analysis*, disponível em http://www.wto.org/english/res_e/publications_e/wtr10_forum_e/wtr10_marceau_e.htm.
- Mehdi, Ahmed e Shamil Yenikeyeff (2013). *Governors, Oligarchs and Siloviki: Oil and Power in Russia*. Russie.Nei.Visions n.º 68, fevereiro de 2013. Paris: IFRI Russia/NIS Center, disponível em http://www.ifri.org/index.php?page=contribution-detail&id=7521&id_provenance=97
- Meister, Stefan (2012). *An Alienated Partnership: German-Russian Relations after Putin's Return*. FIIA Briefing Paper 105, 9 maio 2012. Disponível em http://www.fia.fi/en/publication/263/an_alienated_partnership/
- Ministry of Commerce People's Republic of China (2012). *Third SCO Business Day Staged during China-Eurasia Expo*, 7 Setembro de 2012, disponível em <http://english.mofcom.gov.cn/aarticle/newsrelease/significantnews/201209/20120908326040.html>
- Ministry of Energy of the Russian Federation (2010). *Energy strategy of Russia for the Period up to 2030*, disponível em [http://www.energystrategy.ru/projects/docs/ES-2030_\(Eng\).pdf](http://www.energystrategy.ru/projects/docs/ES-2030_(Eng).pdf)

- Moscow Times (2008). “Prodi Turns Down South Stream Job”. *The Moscow Times*, 29 de abril 2008, disponível em <http://www.themoscowtimes.com/business/article/prodi-turns-down-south-stream-job/362384.html>.
- National Centre for Strategic Studies (2011). *France and Germany are establishing a closer military cooperation with Russia*. Varsóvia: Center for Strategic Studies, disponível em <http://www.osw.waw.pl>
- Nato-Russia Council (1997). *Founding Act on Mutual Relations, Cooperation and Security Between Nato and the Russian Federation* disponível em http://www.nato-russia-council.info/media/59451/1997_nato_russia_founding_act.pdf
- Nato-Russia Council (2012). *Nato-Russia Council Practical Cooperation Fact Sheet*. Disponível em http://www.nato.int/nato_static/assets/pdf/pdf_2012_11/20121204_121128-NRC-factsheet.pdf
- Nogueira, Franco (1992). *Juíço Final*, Porto: Civilização Editora.
- Norwegian American Weekly (2009). “Norwegian Army’s headquarter has moved to northern Norway”. *Norwegian American Weekly*, 5 agosto 2009. Disponível em <http://blog.norway.com/2009/08/05/norwegian-army-headquarters-moves-to-northern-norway/>
- OECD (2011). *Agricultural Policy Monitoring and Evaluation 2011: OECD Countries and Emerging Economies*, OECD Publishing. Disponível em http://www.oecd-ilibrary.org/agriculture-and-food/agricultural-policy-monitoring-and-evaluation-2011_agr_pol-2011-en
- OECD (2012). *Education at a Glance: OECD Indicators 2012. Russian Federation*. Disponível em <http://www.oecd.org/edu/EAG2012%20-%20Country%20note%20-%20Russian%20Federation.pdf>
- Paniev, Yuri (2012). “Russia turning on Latin America”, *Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations*, v. 1, n. 1, Jan-Jun 2012, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Faculdade de Ciências Económicas, pp. 37-50.
- Petrov, Nikolai (2012). *The Fall of Putin’s Micromanaged Democracy*, Presentation at School of Advanced International Studies (SAIS) Bologna Center, 10 dezembro 2012. Disponível em <http://www.bipr.eu/BIPREXTRAMATERIALS/20121210.pdf>
- Pifer, Steven (2012). *The Future Course of the US-Russia Relationship*, intervenção efetuada em 21 de Março de 2012 perante a House of Representatives Committee on Foreign Affairs. Disponível em <http://www.brookings.edu/research/testimony/2012/03/21-arms-control-pifer>
- Pirani, Simon (2010). *Change in Putin’s Russia: Power, Money and People*, London: Pluto Press.
- Pitfield, P.; T. Brown e Idoine N. (2010). *Mineral Information and Statistics for the BRIC Countries 1999-2008*. Nottingham: British Geological Survey.

- President of Russia Official Web Portal (2002). *Vladimir Putin Annual Address to the Federal Assembly of the Russian Federation*. 18 Abril 2002, disponível em http://archive.kremlin.ru/eng/speeches/2002/04/18/0000_type70029type82912_70662.shtml
- President of Russia Official Web Portal (2005). *Vladimir Putin Interview with German television channels ARD and ZDF, 5 May 2005*, [video online] disponível em http://archive.kremlin.ru/eng/speeches/2005/05/05/2355_type82912type82916_87597.shtml.
- President of Russia Official Web Portal (2008). *The Foreign Policy Concept of the Russian Federation*, 12 de Julho de 2008, disponível em <http://archive.kremlin.ru/eng/text/docs/2008/07/204750.shtml>
- President of Russia Official Web Portal (2012). *Vladimir Putin Signed Executive Order on Measures to Implement the Russian Federation Foreign Policy*, 7 de Maio de 2012, disponível em <http://eng.kremlin.ru/acts/3764>.
- Putin, Vladimir (2012). “An Asia-Pacific Growth Agenda”, *The Wall Street Journal - Opinion*, 6 Setembro 2012, disponível em <http://online.wsj.com/article/SB10000872396390443847404577629312716242648.html>
- Radio Voz da Rússia (2011). *A Rússia quer ampliar a sua plataforma continental do Ártico*, 26 setembro 2011. Disponível em <http://portuguese.ruvr.ru/2011/09/26/56718734.html>.
- Rahr, Alexander (2011). “Will Putin-Medvedev tandem prompt two-party system?” *Johnson's Russia List*, 30 março 2011. Disponível em <http://www.russialist.org/archives/russia-putin-medvedev-tandem-two-party-system-628.php>
- Renz, Bettina e Rod Thornton (2012). “Military Reform in Russia”, *Russian Analytical Digest* n.º 116, 9 julho de 2012, pp. 2-4. Disponível em <http://www.css.ethz.ch/publications/pdfs/RAD-116.pdf>.
- Rowling, Rupert (2012). *Venezuela Passes Saudis to Hold World's Biggest Oil Reserves*. Bloomberg.com disponível em <http://www.bloomberg.com/news/2012-06-13/venezuela-overtakes-saudis-for-largest-oil-reserves-bp-says-1-.html>.
- Russia Today (2012). *Russia's population decline speeds up* [video online], 7 Janeiro de 2012, disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=WAg20BfDxMo&feature=related>.
- Russia Today (2012a). *Successful bid: Lukoil-led group to explore 2nd field in Iraq*, 31 maio 2012, disponível em <http://rt.com/business/news/iraq-lukoil-bashneft-bid-west-urna-691/>
- Russia Today (2012b). *Uzbekistan bans foreign military bases*, 30 agosto 2012, disponível em <http://rt.com/politics/uzbekistan-military-base-ban-956/>
- Sakwa, Richard (2008). *Russian Politics and Society*, London: Routledge.
- Shields, Charles J. (2007). *Modern World Leaders: Vladimir Putin*, London: Chelsea House Publishers.

- Shubin, Vladimir (2010). "Russia and Africa: Coming back?" *Russian Analytical Digest* n.º 83, 28 setembro de 2010, pp. 4-7. Disponível em <http://www.css.ethz.ch/publications/pdfs/RAD-83.pdf>
- Shumylo-Tapiola, Olga (2012). *The Eurasian Customs Union: friend or foe of the EU?* 3 de Outubro de 2012, Washington: Carnegie Endowment for International Peace.
- Smith, Keith C. (2008). *Russia and European Energy Security: Divide and Dominate*, Washington: Centre for Strategic and International Studies. Disponível em http://csis.org/files/media/csis/pubs/081024_smith_russiaeuroenergy_web.pdf
- Spilimbergo, Antonio (2012). *Declarações do Chefe de Missão do FMI para a Rússia* em 2 de Agosto de 2012, [video online] disponível em http://www.youtube.com/watch?v=rBM4xe_pf4.
- Sterkin, Filipp e Maxim Tovkaylo (2012). "WTO accession poses some risks for Russia". *Russia Beyond the Headlines*, 26 novembro 2012 [First published in Russian in Vedomosti.ru] Disponível em http://rbth.co.uk/articles/2012/11/26/wto_accession_poses_some_risks_for_russia_20421.html
- Strachan, Frederick (2011). "More of the same: Russian Intelligence during the post-soviet era", in *E-International Relations (E-IR)*, 10 de Dezembro de 2011. Disponível em <http://www.e-ir.info/2011/12/10/more-of-the-same-russian-intelligence-during-the-post-soviet-era/>. Data de acesso: 10/10/2014
- Strategic Culture Foundation (2013). "Serbia Looks to Buy Several MiG-29 Fighters from Russia". *Strategic Culture Foundation: Online Journal* 8 maio 2013, disponível em <http://www.strategic-culture.org/news/2013/05/08/serbia-looks-to-buy-several-mig-29-fighters-from-russia.html>
- Tchikine, Vladimir (2011). "New Industrial Assembly Rules for Foreign Car Brands Produced in Russia". *The Moscow Times*, 29 março 2011, disponível em http://www.themoscowtimes.com/business/business_for_business/article/new-industrial-assembly-rules-for-foreign-car-brands-produced-in-russia/433950.html.
- The European Geopolitical Forum (2011). "A Snapshot of Key Developments in the External Relations of the Russian Gas Sector". *EGF Gazprom Monitor*, issue 10: Nov-Dec 2011. Disponível em http://gpf-europe.com/upload/iblock/f78/2011_10_egf_gazprom_monitor.pdf
- The Young Turks (2012). *Obama Open Mic Audio with Russian President Medvedev*, 26 março 2012, [video online]. Disponível em http://www.youtube.com/watch?v=TA_0YS7tK04. Consultado em janeiro de 2013.
- Thornton, Rod (2012). "Russia's Conscription Problem". *Russian Analytical Digest* n.º 116, 9 julho de 2012, pp. 5-7. Disponível em <http://www.css.ethz.ch/publications/pdfs/RAD-116.pdf>

- US Department of State (2011). *Presidential Determination for Major Drug Producing and Transit Countries*. Press Statement, Victoria Nuland, 15 setembro 2011, disponível em <http://www.state.gov/r/pa/prs/ps/2011/09/172512.htm>.
- US Energy Information Administration (2011). *World Shale Gas Resources: An Initial Assessment of 14 Regions outside the United States*, April 2011, Washington, DC.
- US Geological Survey (2013). *2011 Minerals Yearbook – Russia*, Julho de 2013. US Department of Interior/US Geological Survey.
- Uzbekistan National News Agency (2012). *President Attends CSTO and CIS Summits*, 16 maio 2012, disponível em <http://www.uza.uz/en/politics/2706/>
- Victor, David G.; David R. Hultz e Mark C. Thurber (2012). *Oil and Governance. State-owned Enterprises and the World Energy Supply*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Weitz, Richard (2012). “How Russia plays the Great Game”, *The Diplomat*, 27 março 2012, disponível em <http://thediplomat.com/2012/03/how-russia-plays-the-great-game/1/>
- White House (2009). *National Security Presidential Directive and Homeland Security Presidential Directive*, NSPD-66/HSPD-25 9 de janeiro de 2009, disponíveis em <http://www.fas.org/irp/offdocs/nspd/nspd-66.htm>.
- World Bank (2012). “The World Bank in Russia. Reinvigorating the Economy”, *Russian Economic Report* n.º 28, Autumn 2012.
- World Nuclear News (2012). *Delivery of floating plant set for 2016*. World Nuclear News: New Nuclear, 12 dezembro 2012. Disponível em http://world-nuclear-news.org/NN-Delivery_of_floating_plant_set_for_2016-1212124.html
- Yenamandra, Teja (2011). “China-Russian economic relations and investment opportunities”. *China Briefing*, 10 Março de 2011, disponível em <http://www.china-briefing.com/news/2011/03/10/china-briefing-takes-another-look-at-russia.html>.
- Zafar, Athar (2012). *CSTO: Uzbekistan’s Dilemma*. New Delhi: Indian Council of World Affairs, disponível em <http://www.icwa.in/pdfs/IBazcsto.pdf>
- Zagorodnov, Artem (2012). “Turning toward the East”. *Russia Beyond the Headlines*, 12 Setembro 2012, disponível em http://rbth.ru/articles/2012/09/12/turning_toward_east_18199.html.
- Zagorski, Andrei (2011). *Eastern Partnership from the Russian Perspective*, Friedrich Ebert Foundation. Disponível em http://library.fes.de/pdf-files/ipg/2011-3/05_zagorski.pdf.
- Zolotov Jr., Andrei (2010). “The Old New Player”. *Russia Profile*, 31 março 2010. Disponível em <http://russiaprofile.org/international/a1270043113.html>
- Zysk, Katarzyna (2011). “Russia’s Arctic Strategy: ambitions and constraints”. *Joint Force Quarterly*, issue 57, 2nd quarter 2010, pp. 103-110. Disponível em <http://www.dtic.mil/doctrine/jfq/jfq-57.pdf>

Sites consultados

Black Earth Farming	http://www.blackearthfarming.com/where.html
Eurasian Economic Center	http://www.eurasian-ec.com/index.php?option=com_content&task=view&id=2&Itemid=7
FAOSTAT	http://faostat.fao.org/site/377/DesktopDefault.aspx?PageID=377#ancor
Global Security	http://www.globalsecurity.org/index.html
International Monetary Fund	http://www.imf.org/external/np/sec/memdir/members.aspx
International Trade Administration, Department of Commerce	http://www.trade.gov/mas/ian/build/groups/public/@tg_ian/documents/webcontent/tg_ian_003364.pdf
Invest in Russia - Agriculture Industry in Russia	http://www.investinrussia.biz/industry/agriculture/agriculture-industry-russia
James A. Baker III Institute for Public Policy	http://bakerinstitute.org/honorary-chair-james-a-baker/
Nato-Russia Council	www.nato-russia-council.info
Nord Stream	http://www.nord-stream.com/about-us/our-management/
Oleg Deripaska: Agribusiness	http://deripaska.com/business/?SECTION_ID=44
Pew Research Global Attitudes Project	http://www.pewglobal.org/
President of Russia, Official Web Portal	http://eng.kremlin.ru/
Rosneft	http://www.rosneft.com/about/board/ http://www.rosneft.com/Upstream/GasStrategy/
The Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation	http://www.mid.ru/bdomp/brp_4.nsf/e78a48070f128a7b43256999005bcbb3/76389fec168189ed44257b2e0039b16d!OpenDocument
The Shanghai Cooperation Organization	http://www.sectsc.org/

GEOPOLÍTICA E GEOESTRATÉGIA DA FEDERAÇÃO RUSSA: A FORÇA DA VONTADE, A ARTE DO POSSÍVEL

Constituindo a Federação Russa uma entidade geopolítica com uma dimensão territorial e potencial único à escala global, tal é naturalmente gerador de uma vontade estratégica proporcional, a qual no entanto ao longo da sua milenar história nem sempre foi temperada pelas suas também imensas limitações... Neste contexto, a gestão eficiente e harmónica da tipologia das respostas a estas dinâmicas contrárias por parte da Federação Russa, constituirá porventura o maior desafio que se colocará à matriz decisória das suas elites neste novo ciclo de reafirmação que o país experimenta.

